UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

LEONARDO ANTONIO SANTIN GARDENAL

Café e indústria no Norte do Paraná
(1940-1970)

Versão Corrigida

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Café e indústria no Norte do Paraná
(1940-1970)

Versão Corrigida

Leonardo Antonio Santin Gardenal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, Área de Concentração História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Grandi

São Paulo

2018

Leonardo Antonio Santin Gardenal

Café e indústria no Norte do Paraná
(1940-1970)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme Grandi (FEA/USP) – Orientador

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Rosalina Lima Izepão (DCO/UEM) – Professor convidado

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari (EPPEN/UNIFESP) – Professor convidado

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes (FEA/USP) – Professor convidado

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus avós, Antônio Santin e Santa
Teresa Inforsato Santin, que fizeram
parte da história do café no Brasil.

*Para estudar o passado de um povo, de uma
instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé
da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição
escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos
figurantes mudos que enchem o panorama da
história e são muitas vezes mais interessantes e mais
importantes do que os outros, os que apenas
escrevem a história.*

Sérgio Buarque de Holanda
Prefácio de “Memórias de um Colono no Brasil”, 1941.

AGRADECIMENTOS

Redigir os agradecimentos deste trabalho constitui um momento muito especial e me leva a uma necessária reflexão sobre o seu significado. Não é somente um trabalho que finda, mas sim, uma etapa de minha trajetória acadêmica. As pesquisas, as incertezas, os *insights*, os prazos, dão lugar à expectativa de ter contribuído de alguma maneira à historiografia do Paraná.

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Mário Flávio e Vera Lúcia, pelo íntegro apoio, compreensão e carinho. A eles devo a oportunidade de concretizar esta etapa e todas as outras. Ao meu irmão, Luiz Maximiliano, agradeço pela compreensão, pelos diálogos e pelo perene incentivo.

Em segundo lugar, agradeço ao Programa de Pós Graduação em História Econômica por oferecer condições realmente magníficas – aulas que foram fundamentais, tanto para o meu amadurecimento intelectual, como para a elaboração deste trabalho. No atual cenário adverso se faz mister ressaltar a importância e a contribuição deste programa para os estudos de história econômica no Brasil.

Agradeço ainda a CAPES, pelo financiamento concedido ao projeto de pesquisa, sem o qual não seria possível o bom andamento do trabalho, sobretudo, pelas constantes viagens a Curitiba, onde se encontra a maior parte das fontes fundamentais da dissertação.

Minha gratidão ao orientador, Prof. Dr. Guilherme Grandi, que de antemão acreditou no projeto, e durante todo o percurso de pesquisa auxiliou-me, pacientemente indicando os melhores caminhos e se fazendo presente em cada etapa. Para além da orientação, tenho para com o Prof. Guilherme grande admiração, seja pelos interesses acadêmicos em comum, como por sua personalidade.

Agradeço à Profa. Dra. Rosalina Lima Izepão, minha orientadora em iniciação científica e monografia, pelo imediato aceite em participar da banca de defesa deste trabalho. A ela, devo o entendimento do significado de história econômica e o interesse despertado pelo tema deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes, agradeço a orientação recebida durante o PAE, onde pude, além de participar de um excelente curso, desenvolver uma experiência pedagógica. A atenção e familiaridade recebidas do Prof. Alexandre ao longo deste tempo, e sua participação na banca de defesa muito me honram.

Agradeço à Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari, pelo imediato aceite em participar da banca de defesa. Curiosamente, só recentemente soube ser de sua autoria importantes trabalhos sobre a região de Piracicaba, que é a minha região de origem. Sua presença em minha banca também muito me honra.

Registro meu agradecimento ao Sr. Irineu Pozzobon, produtor e pesquisador sobre a cafeicultura no Norte do Paraná, que gentilmente me enviou diversas fontes primárias. Agradeço ainda a Sra. Cleide Bagatin de Souza Moreira e Sra. Gertrudes que muito bem me receberam junto à biblioteca da Secretaria de Planejamento do estado do Paraná.

Agradeço ao Prof. Dr. Gustavo Pereira da Silva, pelas excelentes indicações bibliográficas e sugestões de pesquisa, quando estive em visita à UFPR.

Agradeço aos meus tios, Renato Estevam Mônaco e Lélia Maria Gardenal Mônaco, e primos, Maria Camila, Luiz Renato e Carla Renata, que carinhosamente me receberam em sua casa ao longo do primeiro ano deste curso. Este apoio foi fundamental.

Minha gratidão à Marilza Marchesin, pelo permanente apoio e incentivo às minhas atividades.

À Carla Renata Gardenal Mônaco, um especial agradecimento pelo carinho, presença, pelo auxílio e palavras de ânimo nos momentos difíceis desta trajetória.

À Lisabete Gardenal Epiphanyo, pela atenção, pelo carinho, e pela permanente e amorosa dedicação, sou muito grato!

Ao Bruno Gabriel Witzel de Souza, agradeço profundamente pela amizade, pela leitura atenta e preciosas contribuições durante a elaboração da dissertação. Para além deste trabalho, cada diálogo sempre é valioso.

À Dra. Nina Ayumi Bis Marques Uehara, minha gratidão pela amizade incondicional, pelo carinho e convívio diário.

Agradeço à Dra. Sônia Maria de Freitas, pela amizade e pelo estímulo em diversas fases dessa jornada.

Ao Eduardo Henrique Lara, agradeço por tantos diálogos agregadores diante de significativas divergências teóricas, políticas e ideológicas. É um raro exemplo de tolerância e respeito, em um cenário político tão segmentado.

Agradeço ainda aos colegas de mestrado, Bruno Chequim e Lucas Kölln, pelo convívio e por tantos diálogos que agregaram ao trabalho e ao conhecimento.

Aos colegas pós-graduandos associados da ABPHE e a toda sua estrutura organizativa, agradeço pelos importantes eventos e por permitir no Brasil a existência de um ambiente

específico aos trabalhos de história econômica. Registro um especial agradecimento à Natânia Silva Ferreira, pela grande ajuda e incentivo recebido no ano de 2017.

Por fim, entre tantas pessoas importantes que contribuíram não só com o trabalho, mas com essa fase de vida, sinto-me especialmente em débito com, Keyla Passos Pimenta, Marcela Arnaldo, Fernando Fonseca, Marco Aurélio Kasmin, Deise Siomara Soares, Marcia Natalina Marchesin Henrique, Gabriela Gardenal Fina, Victor Miquelito Toniolo, Alexandre Roveratti Spagnol, Ariene Reis, Eduardo Djanikian, Juliane Roberta Moreira, Cintia Maria Rosseto Bonassi, Deizi da Cruz de Paula, Sacha Vitte de Souza, Ana Carolina Guirado Bovo e Denise Trevizo.

Bem hajam pelo apoio que vocês me deram!

São Paulo, 26 de março de 2018.

RESUMO

GARDENAL, L. A. S. **Café e indústria no Norte do Paraná (1940-1970)**. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018, 230 f.

Este estudo analisa a relação entre o capital gerado pela cafeicultura e a indústria na região do Norte Novo do Paraná, entre 1940 e 1970. Com o propósito de compreender a contribuição desta atividade primária para o desenvolvimento econômico do estado, analisa-se por meio dos municípios da região de Londrina, no Norte Novo do Paraná, a influência do capital cafeeiro no desenvolvimento das atividades industriais observadas na região. Primeiramente, reconstitui-se as principais atividades econômicas exercidas no Paraná desde a sua ocupação. Posteriormente, identificam-se os fatores que determinaram a expansão da cafeicultura para a região norte do Paraná a partir de São Paulo. A cultura cafeeira permitiu, desde a década de 1930, um rápido crescimento do número de municípios e de atividades urbanas e, em fins da década de 1960, com o seu declínio, provocou também diversas alterações econômicas na região. Compreende-se ainda, a influência do pensamento econômico presente à época no Paraná para o desenvolvimento de políticas em favor da industrialização, que contribuíram para o declínio da atividade cafeeira. Em seguida, analisa-se o desenvolvimento do setor bancário e a importância do capital cafeeiro diante da estrutura de financiamento para a industrialização promovida pelo governo estadual. Por fim, identificam-se as atividades industriais existentes na região de Londrina e a sua relação com o café.

Palavras-chave: café, capital cafeeiro, indústria, Norte do Paraná, Londrina.

ABSTRACT

GARDENAL, L. A. S. **Coffee and industry in northern Paraná (1940-1970).** [master thesis]. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018, 230 f.

This study analyses the association between the capital generated by coffee production and industry in northern Paraná between 1940 and 1970. With the proposal of understand the contribution of this primary activity to the state economic development, it analyses the influence of coffee capital for industrial activities development in municipalities of Londrina region, in Norte Novo of Paraná. First, it reconstitutes the main economic activities introduced in Paraná since its occupation. Subsequently, the factors that determine the expansion of coffee production in northern Paraná from São Paulo are identified. Since the 1930s, coffee cultivation has allowed fast growth of municipalities and urban activities and, in the late 1960s, with its decline, many economic changes in the region has occurred too. It is also possible to understand the influence of economic ideas present in the state for the development of industrial policies that contributed to decline the coffee culture. Next, the development of banking sector and the importance of coffee capital to finance the governmental industrialization program are analysed. Finally, the industrial activities in Londrina region are identified and also its relation with coffee culture.

Keywords: coffee, coffee capital, industry, Northern Paraná, Londrina.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACL	Associação Comercial de Londrina
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CMN	Conselho Monetário Nacional
CMNP	Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná
CODEM	Conselho de Desenvolvimento Econômico Municipal de Londrina
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento da Região Sul
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
COPIL	Conselho de Planejamento Industrial de Londrina
DNC	Departamento Nacional do Café
FDE	Fundo de Desenvolvimento Econômico
GERCA	Grupo de Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVC	Imposto sobre Vendas e Consignações
PDC	Partido da Democracia Cristã
PDP	Plano de Desenvolvimento do Paraná
PLADEP	Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná
SAGMACS	Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas a Complexos Sociais.

LISTA DE TABELAS

1.1. Investimento em terras, edifícios e maquinários em relação ao total do capital investido e ao total da cafeicultura paranaense	61
3.3. Renda interna estadual e produção cafeeira, em Cr\$ Bi (1961-1965)	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1. Locais e quantidade de ouro extraída em 1726, segundo anotações do Capitão Geral Rodrigo Cesar de Menezes, em 15 de maio de 1726	33
Quadro 1.2. População escrava no Paraná – Litoral e Planalto (1728-1830)	36
Quadro 1.3. Trânsito de tropas por Sorocaba, vindos do sul (1793-1798)	39
Quadro 1.4. Exportação de erva-mate – Paraná (1851-1934)	41
Quadro 1.5. Exportação de madeira, em m ³ - Paraná (1901-1959)	43
Quadro 1.6. Exportação de café – Paraná (1825)	45
Quadro 1.7. Financiamento, dimensões e prazos na comercialização de lotes da Cia. de Terras Norte do Paraná	49
Quadro 1.8. Produtividade das lavouras de café – São Paulo e Paraná (1947-1951)	55
Quadro 1.9. Produção de café, em milhares de sacas de 60 kg. (1940-1970)	57
Quadro 1.10. Nacionalidade dos proprietários no cultivo do café (1942)	59
Quadro 1.11. Nacionalidade dos primeiros compradores de lotes rurais – Maringá (1938-1973)	60
Quadro 1.12. Índice de número de cafeeiros no Norte do Paraná (1920-1945)	62
Quadro 1.13. Participação dos principais gêneros da indústria do Paraná no valor de transformação industrial, nos anos de 1950, 1960 e 1970	69
 Quadro 2.1. Equipe técnica da SAGMACS – PDP (1963)	 96
 Quadro 3.1. Defasagem dos preços dos bens agrícolas em relação aos industrializados (1963-1967)	 109
Quadro 3.2. Polo migratório dos primeiro compradores de lotes rurais – região de Maringá (1938-1973)	111
Quadro 3.3. Municípios da região de Londrina, fundação e cia. loteadora	116
Quadro 3.4. Setor bancário nas cidades da região de Londrina (PLADEP/SAGMACS – 1963) em 1956	121
Quadro 3.5. Setor bancário em Londrina, em 1967	123
Quadro 3.6. O banco do estado do Paraná – distribuição regional das agências e aplicações (dez. 1963)	124
Quadro 3.7. Participação da região de Londrina no financiamento total do Paraná (1959-1966)	125
Quadro 3.8. Tipos de financiamento realizados na região de Londrina (1959-1966)	126
Quadro 3.9. Investimentos do governo do Paraná no setor industrial em relação aos gastos totais (1961-1964)	127

Quadro 3.10. Financiamento de infraestrutura – FDE, em 1964	128
Quadro 3.11. Arrecadação do Imposto de Vendas e Consignações – IVC (1947-1963)	130
Quadro 3.12. Agrupamento setorial dos financiamentos (1962-1965)	131
Quadro 3.13. Arrecadação mensal do Imposto de Vendas e Consignações – IVC (em Cr\$ Mi.)	135
Quadro 3.14. Exemplos de empresas financiadas pela CODEPAR com recursos do FDE ..	137
Quadro 4.1. Atividades industriais na região de Londrina para os anos de 1940, 1950, 1960 e 1970	143
Quadro 4.2. Relações de intercâmbio entre as cidades da região de Londrina	151
Quadro 4.3. Parque industrial de Londrina (1966)	161
Quadro 4.4. Grupo de indústrias financiadas em Londrina (1967)	163
Quadro 4.5. Tipos de indústrias, subgrupos, características e fundações (1967)	165
Quadro 4.6. Indústrias, subgrupos, área utilizada, capital e faturamento (em NCr\$ 1000,00 de 1967)	167
Quadro 4.7. Tipos de indústrias, subgrupos e origem da matéria prima por número de empresas (1967)	168
Quadro 4.8. Tipos de indústria, subgrupos e porcentagem do destino da produção (1967) ..	169
Quadro 4.9. Procedência dos empresários em Londrina (1967)	172
Quadro 4.10. Atividades anteriores dos empresários de Londrina (1967)	172
Quadro 4.11. Atividade anterior dos empresários por procedência (1967)	173
Quadro 4.12. Cidades da região de Londrina, população, produção cafeeira (em Ton.) e atividades industriais para os anos de 1940, 1950, 1960 e 1970	176
Quadro 4.13. Variação da produção cafeeira (em T.), população e atividades industriais para os municípios da região de Londrina entre 1960 e 1970	179
Quadro 4.14. Atividades industriais no Paraná, em outubro de 1967	182
B. Índice de preço de exportação do café (1901-2000)	209
C. Empresas financiadas pela CODEPAR entre 1963 e 1967	210

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1.1. O Paraná espanhol (1640)	34
Figura 1.1. A província de São Paulo em 1850	30
Figura 1.2. A articulação econômica da colônia em torno da mineração	36
Figura 1.3. Anúncio da Cia. de Terras Norte do Paraná (1934)	51
Figura 1.4. Divisão da região Norte do Paraná	53
Figura 1.5. O Estado do Paraná (capa) - Edição: 19/07/1975	64
 Figura 2.1. Broche da campanha eleitoral para governador do Paraná – Moysés Lupion	87
 Figura 3.1. Região de Londrina (SAGMACS/PLADEP – 1963)	116
Figura 3.2. Derrubada da mata para preparação do cafezal – Região de Londrina	118
Figura 3.3. Inauguração da agência do Banco Estadual do Paraná em Joaquim Távora	123
Figura 3.4. Propaganda da CODEPAR, em 1967	127
Figura 3.5. Investimentos no setor de infraestrutura (1963-1964)	129
 Figura 4.1. Firma Guilherme Meyer & Irmão - serraria em Arapongas (1952)	142
Figura 4.2. Reclame de atividade industrial no Norte do Paraná – Destilaria “Ello”	146
Figura 4.3. Reclame de atividade industrial no Norte do Paraná – Fábrica de móveis e carpintaria Modelo	146
Figura 4.4. Reclame de atividade industrial no Norte do Paraná – Fecularia São Jorge	146
Figura 4.5. Reclame de atividade industrial no Norte do Paraná – J. Franco & Cia. Ltda	147
Figura 4.6. Reclame de atividade industrial no Norte do Paraná – Firma de Guilherme Meyer & Irmão	147
Figura 4.7. Relações de intercâmbio entre as cidades da região de Londrina	149
Figura 4.8. Reclame da “Vidrospel”	150
Figura 4.9. Reclame da indústria de móveis “Modelo”, de Londrina	154
Figura 4.10. Trabalhadores da indústria de móveis “Modelo”, de Londrina	154
Figura 4.11. Trabalhadores da indústria de móveis “Modelo”, de Londrina	155
Figura 4.12. Reclame da cerâmica Boa Vista, em Jataizinho	155
Figura 4.13. Trabalhadores da cerâmica Boa Vista, em Jataizinho	156
Figura 4.14. Reclame da indústria de Óleos Andirá S/A	157

Figura 4.15. Reclame da máquina Maluf de beneficiamento de café	157
Figura 4.16. Cidade de Londrina, na década de 1950	159
Figura 4.17. Cidade Industrial de Londrina (1967)	160
Figura 4.18. Toras de madeira chegando à indústria de Guilherme Meyer & Irmão (1952)	166
A.1. Reclames da Cia. de Terras Norte do Paraná	203

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1. Importação brasileira de madeira europeia, em Ton. (1910-1916)	42
Gráfico 1.2. Índice de preço de exportação de café, onde 1995=100 (1926-1950)	56
Gráfico 1.3. Produção brasileira de café – PR/BR, em %. (1920-1968)	58
Gráfico 1.4. Índice de preços de exportação de café, onde 1995=100 (1951-1975)	66
 Gráfico 3.1. Deterioração dos termos de troca – preço dos produtos industrializados e produtos agrícolas, onde 1953=100 (1962-1967)	 109

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE QUADROS	13
LISTA DE MAPAS E FIGURAS	15
LISTA DE GRÁFICOS	17
SUMÁRIO	18
NOTA METODOLÓGICA	20
INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ATUAL ESTADO DO PARANÁ	29
1.1. Formação Econômica do Paraná	30
1.2. A cafeicultura paranaense	46
1.3. A cafeicultura no Norte Velho e no Norte Novo	58
1.4. O declínio da atividade cafeeira	63
1.5. Cafeicultura e atividades industriais no Norte do Paraná: uma primeira aproximação	67
CAPÍTULO 2. PENSAMENTO ECONÔMICO PARANAENSE	72
2.1. Paranismo	73
2.2. Pensamento desenvolvimentista no Paraná	79
2.3. Ideias e políticas de desenvolvimento no Paraná dos anos 1960	91
2.4. A recusa da interpretação desenvolvimentista e o pensamento do IPARDES ...	100
CAPÍTULO 3. CAPITAL CAFEIEIRO E ATIVIDADES INDUSTRIAIS: EVASÃO DE RENDA E PARTICIPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO	107
3.1. Conceito de indústria	112
3.2. Região de análise	115
3.3. Evasão da renda do estado e o setor bancário	120
3.4. Capital cafeeiro e indústria: uma relação via setor público	126
CAPÍTULO 4. CAPITAL CAFEIEIRO E ATIVIDADES INDUSTRIAIS NA REGIÃO DE LONDRINA	141
4.1. Atividades industriais na região de Londrina	142
4.2. Atividades industriais na cidade de Londrina	159
4.3. Relação do capital cafeeiro e atividades industriais na região e cidade de Londrina	175
4.4. A crise do café em 1966	181

CONCLUSÃO	185
FONTES E BIBLIOGRAFIA	192
ANEXOS	202

NOTA METODOLÓGICA

Este estudo circunscreve-se ao Paraná, atual unidade federativa. Durante o desenvolvimento dos capítulos a região será descrita como 5ª Comarca de São Paulo (até 1853), Província do Paraná (1853 – 1889) e, finalmente estado do Paraná, após a Proclamação da República (1889). As regiões cafeeiras do Paraná foram classificadas pelo IBGE (1991) como mesorregiões Norte pioneiro, Norte Central Paranaense e Noroeste. Elas correspondiam na época da colonização às Frentes Pioneiras do Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo IBGE (1968).

Os dados levantados sobre a cafeicultura e as atividades industriais referem-se aos 35 municípios que compunham a região de Londrina em classificação realizada pela SAGMACS e pelo PLADEP, em 1963, durante o Plano de Desenvolvimento do Paraná. A região de estudo foi determinada pela existência de dados, assim como pela composição de municípios criados sob a influência da cafeicultura, e sob o mesmo regime de colonização dirigida, principalmente, da Cia. Norte de Terras do Paraná.

A retrospectiva histórica das atividades econômicas da região resulta de uma discussão historiográfica com base em obras clássicas sobre o Paraná, contrapondo-as a dados identificados por meio de fontes primárias e secundárias. Esses documentos são compostos por mensagens de governo, relatórios oficiais e por trabalhos acadêmicos.

A discussão crítica sobre o pensamento econômico na região parte de conceitos teóricos identificados no contexto paranaense por meio de mensagens de governo, relatórios, artigos de jornais, campanhas eleitorais, estudos e obras – elementos que evidenciam a influência teórica e ideológica na formatação de políticas públicas voltadas para a realidade paranaense. E, num segundo momento, por meio de planos de desenvolvimento onde a inspiração teórica também se insere.

Os dados estatísticos utilizados para a análise de atividades industriais – Norte Novo, Região de Londrina (SAGMACS/PLADEP) – como população, produção cafeeira e número de indústrias, concentram-se fundamentalmente no IBGE. Embora se tenha identificado outros conjuntos de dados¹, que pudessem complementar os da instituição, optou-se pela utilização exclusiva, pela significativa divergência metodológica e disparidades entre dados em comum. A isso devem ser acrescentados os constantes desmembramentos de cidades na década de 1950.

¹ Departamento Estadual de Estatística (DEE) e Departamento Nacional do Café (DNC). Ver: KRETZEN, 1951.

No entanto, a construção pautada sob os dados do IBGE permite uma análise uniforme e mais precisa do cenário, sobretudo entre os anos de 1960 e 1970. Nesta década ocorreram importantes transformações na economia paranaense, diante de apenas dois desmembramentos nos 35 municípios da região de Londrina.

O percurso desta pesquisa foi determinado em grande parte pela identificação de documentos oficiais do Plano de Desenvolvimento do Paraná – PLADEP, da Companhia de Desenvolvimento do Paraná – CODEPAR, e do Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP, junto à biblioteca da Secretaria de Planejamento do Governo do Paraná. Assim, em sucessivas visitas à Curitiba foi possível reunir dados sobre atividades industriais existentes na região de Londrina que não estão inseridas tradicionalmente nas discussões sobre a industrialização paranaense. A peculiaridade desses dados reside justamente em identificar um conjunto de indústrias numa região de recente e rápida colonização sob a influência do café.

As informações advindas do Dicionário dos Municípios, elaborado pelo IBGE (1959) permitem compreender a estrutura de intercâmbio desses 35 municípios do Norte Novo, relativizando a ideia da especialização total na produção de bens primários destinados a outras regiões e da importação de bens industrializados. Os dados levam a crer que a existência de atividades industriais na região permitiu também a formação de uma estrutura de intercâmbio regional.

Utilizou-se ainda de documentos primários que permitem compreender a evolução do setor bancário na região de Londrina, demonstrando a influência da cafeicultura no processo de acumulação de capital na região. Acredita-se que a compreensão do desenvolvimento do setor bancário contribua para relativizar a tradicional visão do carreamento do capital gerado pelo café para outras regiões.

Por fim, ao longo do trabalho, adota-se o uso da palavra “estado” com grafia maiúscula, ao referir-se à instituição, e minúscula, ao referir-se à unidade federativa brasileira.

INTRODUÇÃO

O mito de que a vocação econômica do Brasil era a agricultura perdurou por séculos. Na fase colonial as atividades desenvolvidas no país eram determinadas pelos interesses impostos pela metrópole, sob a égide mercantilista e do pacto colonial. Após a independência, em 1822, a situação não se alterou significativamente, permanecendo o Brasil como uma economia primário-exportadora, produtora e exportadora de bens agrícolas e importadora de bens industrializados.

Inserido nessas condições, a formação do território que forma o atual estado do Paraná seguiu a lógica econômica vigente no Brasil, diretamente relacionada à dinâmica capitalista determinada pela Europa Ocidental. Inicialmente, a economia desenvolveu-se com base na atividade mineradora, seguida pela tropeirista, ervateira, madeireira e, a partir dos anos 1930, cafeeira. Essas atividades coexistiram durante muitos anos e foram preponderantes para o conhecimento do território pelos seus colonizadores e para a expansão da ocupação populacional até as primeiras décadas do século XX.

No início do século XX, o Brasil tinha a cafeicultura como principal atividade econômica e, a partir de 1906, os produtores criam pressões ao governo federal para adoção de políticas artificiais de valorização do produto. Cenário que se agrava com a crise de 1929, quando no Brasil, o preço dos produtos importados aumentam significativamente, face à desvalorização da moeda nacional, às dificuldades de importação e à queda generalizada do preço internacional e da exportação de café.

Para a indústria brasileira, os anos 1930 assinalam uma fase de desenvolvimento para o mercado interno, procurando substituir os produtos industrializados pela produção doméstica. Nos anos 1950 a indústria, em sua maior parte concentrada em São Paulo, já havia suplantado a agricultura no cenário econômico nacional e a cafeicultura se expandido para novas fronteiras agrícolas do país (LOUREIRO, 2012; KOHLHEPP, 2014).

A partir da década de 1930 a cultura cafeeira se insere no Paraná representativamente em uma estrutura distinta da cafeicultura paulista vista nas décadas anteriores. Diferentemente do Vale do Paraíba, durante o período imperial, e do Oeste Paulista até a crise de 1929, a cafeicultura no Paraná não fora implementada em larga escala, não utilizou sistematicamente o trabalho escravo e ocupou um número reduzido de imigrantes, assalariados em comparação, por exemplo, à cafeicultura em São Paulo (MILLIET, 1941).

Também de maneira distinta dos grandes latifúndios paulistas, oriundos das sesmarias, geralmente ocupados por representantes de famílias tradicionais, a peculiaridade da cafeicultura no Norte do Paraná, especialmente no Norte Novo, se dá pela presença de companhias estrangeiras colonizadoras, como a *Brazil Syndicate*, que depois passou a chamar-se *Paraná Plantation Co.*, e sua subsidiária no Brasil, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que atualmente chama-se Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (MONBEIG, 1952:121). Essas empresas, tornando-se proprietárias de lotes no norte do estado verificaram a maior lucratividade através do loteamento e financiamento em pequenos lotes, em vez da produção da cultura do algodão, que representou o interesse inicial da ocupação de terras nessa região (CMNP, 2013).

A intensa propaganda do empreendimento em outras regiões, sobretudo, em São Paulo e Minas Gerais, a fertilidade do solo, as condições de financiamento e a estrutura fundiária já condizente com as condições da cafeicultura na década de 1930 permitiram uma rápida ocupação da região pela cultura cafeeira, ainda que num cenário instável dos preços internacionais. Aliado a isso, a região foi beneficiada pelas políticas de valorização do café, que inviabilizaram novos plantios particularmente em estados com mais de 50 milhões de pés de café (DELFIM NETO, 1981).

A cafeicultura paranaense se distinguia ainda da condição monocultora. Ao estabelecer-se na pequena e média propriedade, encontrava no proprietário e no auxílio de sua família uma parcela da mão de obra necessária à lavoura, reduzindo assim o custo de produção do café e aumentando a rentabilidade. Surgiu assim, uma nova categoria de “proprietários emergentes”. Nas propriedades médias, onde a mão de obra não era capaz de ser absorvida pela família do proprietário, frequentemente, as terras permaneciam improdutivas ou era adotado o sistema de parcerias (CANCIAN, 1981).

No Paraná, a participação de imigrantes como mão de obra assalariada foi baixa, considerando a inexistência de subvenção por parte do governo, e as condições de financiamento e pequenos proprietários. No entanto, registra-se a presença de antigos imigrantes, que trabalharam na lavoura paulista e encontraram condições de estabelecer a cultura própria no Paraná. A estrutura fundiária existente na região favorecia o pequeno produtor que, já habituado à cultura do café, via possibilidade de melhorar suas condições sociais e financeiras, uma vez que se tornava proprietário das terras que iria cultivar, bem como, ao viver com a família na propriedade, contaria com a mão de obra de todos, reduzindo assim o custo monetário. A viabilidade econômica, após a compra do lote, se dava

imediatamente, com a derrubada da mata, que permitia a comercialização de madeira de lei existente nos lotes e da confecção de casas e abrigos necessários à propriedade (MONBEIG, 1945: 13; CANCIAN, 1981).

Como determinantes para o declínio da atividade cafeeira, podem-se aferir múltiplos fatores, porém, destaca-se neste estudo a ideia de três fatores preponderantes: os climáticos, os ligados ao cenário internacional e, principalmente, os políticos.

Estabeleceu-se no Brasil, na segunda metade da década de 1950 uma política econômica pautada na industrialização e, para tanto, houve um maior envolvimento do setor público nas políticas de desenvolvimento, sobretudo, promovendo infraestrutura e orientando setores do setor privado. Esse conjunto de políticas resultou no Plano de Metas, com o objetivo de acelerar o processo de substituição de importações e promover o setor de bens duráveis e de capital no Brasil (ORESTEIN; SOCHACZEWSKI, 1992).

Essa política se desdobrou também aos estados brasileiros, sendo no Paraná implementada pelo governador Ney Braga², cuja campanha estava alicerçada nos planos de “industrialização e planejamento”. Para tal, um dos instrumentos criados pelo governo estadual para a efetivação desta proposta foi a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná, a CODEPAR, com o objetivo de gerir recursos e direcioná-los ao financiamento da indústria estadual, seja em infraestrutura, seja diretamente às empresas (IZEPÃO, 2008).

Neste contexto, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) instituiu em 1961 o Grupo de Erradicação e Racionalização do Café (GERCA), que tinha por objetivo substituir cafezais antieconômicos por meio da diversificação, modernização da agricultura, inclusive criando linhas de financiamento para essas ações (OLIVEIRA; MORELLI, 2011). Por meio desse instrumento, o Governo Federal erradicou, a partir de 1962, aproximadamente 249.957.000 pés de café no Paraná (SERRA, 2001: 45-48). Essa política, aliada a fatores climáticos e à queda do preço deste bem em fins da década de 1960, promoveu inegáveis transformações no Norte do Paraná, como o desemprego maciço e o deslocamento demográfico para outras regiões do Brasil (Rondônia, Mato Grosso, etc), Paraguai e do próprio estado.

No entanto, especialmente entre as décadas de 1930 a 1970, o capital gerado pela atividade cafeeira foi significativo, tanto para o estado como para o crescimento e desenvolvimento das cidades do Norte do Paraná. A importância desse capital perpassa pelos objetivos do governo de promover a industrialização por meio da CODEPAR.

² Primeira gestão do governador Ney Braga (1961-1966).

Os recursos geridos pela CODEPAR eram compostos por uma quota parte do Imposto de Vendas e Consignações – IVC, no qual o café era um produto de destaque para a composição.

Garantida a existência de recursos para a implementação da infraestrutura foi possível ao mesmo tempo dar início ao plano de industrialização através do plano de financiamento a empresas privadas, para instalação ou implementação dentro de um critério de essencialidade. Com isso está sendo possível a expansão harmoniosa do setor primário através da elaboração regional das matérias primas, substituindo-se gradativamente a simples exportação de produtos brutos ou semimanufaturados e ampliando-se a oferta de novos empregos. A atuação da CODEPAR está auxiliando a modificar a estrutura econômica do Paraná, tradicionalmente voltada para a exportação primária (CODEPAR, 1964: s/p).

Apesar dos esforços, as atividades industriais na região norte, no início dos anos 1960, permaneciam ligadas ao beneficiamento de matérias primas, principalmente aquelas relacionadas ao café. Mas, sendo com o café o principal bem para a geração de receitas no estado, o Paraná ocupava nesta época o 7º lugar em relação à produção industrial no Brasil (CODEPAR, 1964). Dentre as atividades industriais que se estabeleceram para suprir a demanda da região cafeeira, destacam-se as cervejarias, moinhos de trigo, fábricas de óleo de amendoim e algodão. Bem como as usinas de cana-de açúcar e as máquinas de moagem de café (POZZOBON, 2006).

Diante da importância do capital cafeeiro na formação de renda interna do Paraná, parece indissociável a relação deste capital com as atividades industriais que passaram a se desenvolver a partir dos anos 1930. A cafeicultura exercia importante influência nesta indústria, seja por atividades correlatas, como pelo capital gerado. Da mesma forma que o café, o setor industrial constituía no período uma atividade com elevada atração de contingente populacional e capaz de gerar efeitos de encadeamento, possibilitando o espraiamento de novas ações, representadas por estradas, cidades, casas comerciais, bancos e outros (HIRSCHMAN, 1961; IZEPÃO, 2008).

Esse estudo se justifica pela compreensão sobre a contribuição do capital gerado por um bem – o café – que provocou significativas transformações na estrutura produtiva e social paranaense, tanto em sua fase ascendente, como em seu declínio. Muito tem se estudado sobre o significado da cafeicultura no tocante à ocupação, porém, pouco se sabe sobre o seu significado em termos de contribuição às atividades industriais no Paraná.

Como principal gerador de renda interna, entre as décadas de 1940 a 1970, o café influenciou na formatação, na condução da política econômica, e no próprio significado da

região norte do estado, diante do Paraná tradicional³. Compreender como essas transformações ocorreram, como foram incorporadas pelo pensamento econômico e se inseriram no discurso político, torna-se importante para o conhecimento da própria estrutura econômica consolidada no Paraná.

Parte-se da hipótese de que tanto a expansão, quanto o declínio da cafeicultura paranaense contribuíram para o avanço de atividades industriais no Norte do Paraná. Primeiramente, possibilitando o crescimento populacional, das cidades e das atividades econômicas correlatas à urbanização, ao beneficiamento e à comercialização de café. Posteriormente, levando a mudanças no funcionamento da máquina administrativa estadual e na sua participação no financiamento às atividades industriais e aos setores de infraestrutura.

Portanto, o objetivo fundamental deste trabalho é analisar a dinâmica do capital cafeeiro norte paranaense entre 1940 e 1970 e sua relação com atividades industriais no Norte Novo do Paraná, mais especificamente, na região de Londrina. Visa-se verificar em que medida a cafeicultura estimulou ou obstaculizou o avanço das atividades industriais na referida região paranaense.

O trabalho divide-se em quatro capítulos. Nos dois primeiros, através de uma discussão historiográfica busca-se reconstituir as principais atividades econômicas exercidas no atual estado do Paraná e compreender o pensamento que orientou as políticas econômicas da região. Os dois últimos capítulos reúnem dados estatísticos acerca da região de Londrina, no Norte Novo do Paraná, que demonstram a relação entre o capital gerado pela cafeicultura e as atividades industriais, tanto pela participação via setor público como por iniciativas empresariais isoladas.

O Capítulo 1, *Formação econômica do atual estado do Paraná*, reconstitui as principais atividades econômicas exercidas no Paraná desde a sua ocupação. Com base em autores clássicos da história paranaense, promove-se uma discussão historiográfica construída também por meio de dados que quantificam o volume de extração (no caso do ouro), de produção (no caso da erva-mate, do café e da exportação de madeiras), e do trânsito existente (no caso da atividade tropeira), permitindo assim compreender a relevância das atividades para a região, bem como as tendências de crescimento e declínio. O Capítulo dedica ainda três seções à cafeicultura, objetivando compreender os determinantes da sua inserção no Paraná,

³ Termo “Paraná tradicional” refere-se à região mais antiga de ocupação do Paraná. Compreende geograficamente da região litorânea até o centro sul do estado, tendo uma concentração urbana e grandes latifúndios decorrentes das atividades ervateira e madeireira (PADIS, 1981; DRUCIAKI, 2013: 33).

suas características, as diferenças existentes entre a cultura adotada no Norte Velho⁴ do Paraná e no Norte Novo⁵ e, por fim, as razões do seu declínio. Na última seção do capítulo realiza-se uma incursão inicial à hipótese do trabalho, apresentando as características estruturais da indústria do Paraná entre os anos 1950 e 1970.

O segundo capítulo, *Pensamento econômico paranaense*, analisa o conjunto de ideias presentes no Paraná que influenciaram na formatação de políticas e na própria compreensão do estado por meio de seus governantes. Parte-se do pensamento Paranista, que observado desde a emancipação da região como província, possui um espírito ufanista voltado para a exaltação das potencialidades da região. Na segunda seção, discute-se a influência do pensamento desenvolvimentista no Paraná nos anos 1950 que vai orientar políticas de desenvolvimento econômico na década seguinte, aliado às ideias da Democracia Cristã e da Teoria dos Polos. Finaliza-se, na última seção, com a negação da interpretação desenvolvimentista para o estado, buscando-se imprimir uma visão crítica e pragmática, elaborada no âmbito do Ipar-des, sobre os anos 1970.

O Capítulo 3, *Capital cafeeiro e atividades industriais: evasão de renda e participação do setor público* principia com o conceito de indústria que norteia a análise deste trabalho, definindo ainda a região de análise. Posteriormente, compreende ao longo das décadas de 1940 a 1970, o desenvolvimento do setor bancário e suas implicações para a permanência da renda no estado. Na última seção apresenta-se a relação existente entre o capital gerado no âmbito da cafeicultura e sua participação para o desenvolvimento do setor de infraestrutura e de financiamento direto a empresas, por meio de instrumentos criados pelo setor público.

No quarto, e último capítulo, *Capital cafeeiro e atividades industriais: relações via setor privado na região de Londrina*, observa-se o fluxo populacional e elenca-se o conjunto de atividades industriais existentes na região e no município de Londrina, relacionando-os às variações na produção cafeeira entre as décadas de 1940 a 1970. Apresenta-se ainda os tipos de atividades industriais em Londrina, relacionando-os de acordo com a data de fundação, origem de insumos e destino da produção e, origem dos empresários e atividades anteriores. Encerra-se o capítulo, demonstrando as principais implicações da crise cafeeira, ocorrida em 1966, sobre as atividades industriais.

Embora este trabalho represente um passo inicial em torno da compreensão da utilização do capital cafeeiro e das atividades industriais no Norte do Paraná, poderá servir

⁴ Atualmente denominado Norte Pioneiro (IBGE, 1991).

⁵ Atualmente denominado Norte Central Paranaense (IBGE, 1991).

como fonte e embasamento para que a questão seja tomada como parte integrante do seu conjunto, com importância significativa para a reconstrução da história econômica do Paraná.

1. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ATUAL ESTADO DO PARANÁ

Introdução

Este primeiro capítulo reconstitui as principais atividades econômicas exercidas no atual estado do Paraná a partir do século XVI. Esta região que era a 5ª Comarca de São Paulo, até a sua emancipação em 1853, passa a denominar-se província do Paraná durante o Império e, finalmente, torna-se estado com a Proclamação da República, em 1889.

A existência de atividades econômicas se inicia por meio da posse espanhola a partir do Rio Paraná até o limite previsto pelo tratado de Tordesilhas, e também a partir da baía de Paranaguá, no litoral, sob a ocupação portuguesa. Neste período, as cidades, vilas e reduções jesuíticas se basearam fundamentalmente na subsistência e na extração do mate e do ouro, como será observado na primeira seção (WACHOWICZ, 1972).

Desde então, a atividade ervateira permaneceu presente na pauta de exportações do Paraná, aliando-se à atividade tropeirista no século XVIII. Como será visto, esta atividade se intensifica para abastecer as atividades auríferas e o crescimento populacional em outras regiões do Brasil. Portanto a região se beneficiará como uma rota de passagem e pouso, e em decorrência disso, haverá a formação de cidades e de uma economia local.

Com o desenvolvimento das ferrovias e o consequente declínio da atividade tropeirista, a erva-mate permaneceu como principal esteio da economia paranaense até o princípio do século XX. Na primeira metade do século XX figurarão a extração de madeira e a cafeicultura como principais atividades econômicas no estado – sendo o capital cafeeiro e seus desdobramentos o objeto principal desse estudo, será dada uma maior atenção a essa cultura nas seções 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5.

A discussão sobre a atividade cafeeira parte da identificação dos determinantes que levaram a cultura ao Norte do Paraná a partir de São Paulo, até então o maior estado produtor. Em seguida serão demonstradas as características que a atividade adotou para expandir-se após a crise de 1929 e os contrastes existentes entre a produção no Norte Velho e no Norte Novo do Paraná.

Após justificar o declínio da atividade na década de 1960 por três razões fundamentais faz-se, na última seção do capítulo, uma primeira incursão ao que será desenvolvido nos capítulos subsequentes – a relação entre o capital gerado pela cafeicultura e o surgimento de atividades industriais no Norte do Paraná.

1.1. Formação econômica do Paraná

O território que forma o atual estado do Paraná foi emancipado à condição de província no dia 19 de dezembro de 1853, constituindo até esta data a 5ª Comarca da província de São Paulo. No entanto, atividades econômicas na região já haviam principiado anteriormente e foram motivadas por duas dinâmicas distintas, uma advinda da parte oriental do território e a outra da região ocidental.

Para uma melhor compreensão sobre a região a Figura 1 apresenta a província de São Paulo em 1850. À época, a região que constitui o Paraná ainda pode ser vista pertencendo a São Paulo, com destaque para a identificação da baía, vila de Paranaguá, e da cidade de Curitiba.

Figura 01: A província de São Paulo em 1850. Recortado do *Brasilien und Guiana. (with) Umgehung von Rio Janeiro. E. Biedermann sculp. (Stich, Druck und Verlag des Bibliographischen Instituts in Hildburghausen, 1860).*

Adaptação do autor, com base em: VEIGA, 2011.

Uma dinâmica parte da região ocidental do território, que estava sob o domínio espanhol como determinava o Tratado de Tordesilhas⁶, consistia na primeira tentativa de colonização através da formação de comunidades junto ao rio Paraná. Foram fundadas três cidades espanholas e 15 reduções jesuíticas orientadas pela Companhia de Jesus (IZEPÃO 2008). Era a denominada *Provincia del Guairá*.

Estes povoamentos tinham por base econômica a extração do mate, muito embora o desejo dos espanhóis fosse também a descoberta de metais preciosos e a abertura de uma rota comercial que ligasse suas possessões ao oceano atlântico. Havia na *Provincia del Guairá* a criação coletiva de bovinos e de equinos, bem como o armazenamento da produção em depósitos coletivos. Destes depósitos a distribuição era feita para cada família, de acordo com as necessidades, sem a presença de uma economia monetária. (WACHOWICZ, 1972)

Para Balhana et. al. (1969:48) “*Além das razões de necessidade da posse efetiva do território e do impedimento da passagem para os metais preciosos do Potosi, a ocupação espanhola do Guairá foi, sem dúvida, motivada, ainda, pela presença de milhares de índios que procuraram desde logo explorar.*”

Os espanhóis adotaram na região o sistema denominado *encomiendas*, que incentivou os moradores da cidade a explorar a mão de obra indígena. (BALHANA et. al., 1969:48).

Aos “encomendados” cabia lavrar a terra, caçar e pescar para seus senhores, além de prestar serviços na construção de habitações e outros. Era, porém, na coleta da erva-mate, nos grandes ervais nativos da região, que a mão de obra indígena constituía a grande e única força de trabalho existente. (BALHANA et. al. 1969:48).

Assim, as atividades coletivas desenvolvidas dentro das reduções tinham como objetivo a exportação, porém, este papel só era desempenhado pelos padres (BALHANA et. al. 1969:51).

Com o estabelecimento do Tratado de Santo Ildefonso⁷, em 1777, permitiu-se a expansão das possessões portuguesas sobre o território das reduções, minando qualquer perspectiva espanhola de ganhos econômicos para além daqueles já existentes. Segundo Wachowicz (1972), a decadência dessas comunidades tem origem na deliberação paulista de impedir a expansão espanhola, promovendo assim uma guerra de destruição às reduções e aos

⁶ O Tratado de Tordesilhas foi assinado em 07 de julho de 1494 entre Portugal e Espanha, fixando limites de possessões para os dois países. Estabelecia como limite para posse portuguesa um meridiano, 370 léguas a oeste do arquipélago do Cabo Verde, e para Espanha, o território além do meridiano. (AZEREDO, s/d).

⁷ O Tratado de Santo Ildefonso foi assinado em 1777 definindo a posse da Espanha sobre a colônia do Sacramento, os Sete Povos das Missões e a ilha de São Gabriel, e o direito exclusivo de navegação e entrada no Rio Grande de São Pedro à coroa portuguesa (AZEREDO, s/d).

jesuítas ligados à Espanha. Este movimento ficou historicamente conhecido como a destruição do Guairá pelos bandeirantes⁸.

A presença paulista, e as disputas travadas na região desde a segunda metade do século XVI se motivava pelo interesse econômico, não ligado à extração de mate ou ocupação da região, mas pela elevada presença de nativos. A grande quantidade de índios Guaranis, então conhecidos pela agricultura praticada e já disciplinados pelos jesuítas compreendiam uma origem barata de mão de obra para atuar nos engenhos do Brasil. A densidade da população indígena existente na região é um grande tema de discussão, no entanto, pode-se estimar entre 30 a 50 mil indígenas os mortos e cativos. (MONTEIRO, 1994:68-74).

A outra vertente de ocupação, sob o domínio português, tem origem na porção oriental do território que é composta pelo litoral e por uma pequena faixa de terra (antes da expansão sobre o território espanhol, em 1777). Tal faixa já era conhecida pela passagem de esquadras e bandeirantes que buscavam mão de obra indígena e metais preciosos, os quais deram origem à Vila de Paranaguá. Além da atração por metais preciosos, os mencionados ataques às reduções jesuíticas em busca de indígenas já dominados pelos espanhóis promoveram também a abertura de rotas e um maior conhecimento sobre a região. (PADIS, 1981)

Economicamente, a ocupação da porção portuguesa no litoral se vinculou à descoberta de ouro de aluvião⁹ nos rios da região. As primeiras incursões promovidas pelos portugueses na Serra do Mar utilizaram os rios onde se prospectava o ouro, e abriam os primeiros caminhos da região, que daria origem à estrada da Graciosa¹⁰, do Itupava e do Arraial. As principais minas denominavam-se: Limoeiro, Marumbi, Uvaparanduva, Tagaçada, e Serra Negra (WACHOWICZ, 1972).

A descoberta de ouro nos ribeirões que desembocam na baía de Paranaguá na primeira metade do século XVII atraiu um contingente populacional de diversas regiões do Brasil, formando assim o primeiro núcleo populacional com representação política e jurídica. (PADIS, 1981). Como um fenômeno decorrente, despertou-se também a esperança de que por meio da interiorização pudesse ser encontrado um volume maior de ouro e, assim, novas vilas foram se formando no primeiro planalto (LICCARDO et. al., 2004).

⁸ Sobre a destruição do território do Guairá, ver: BALHANA et. al., 1969:53.

⁹ O denominado ouro de aluvião consiste em uma técnica extrativa por meio da qual os sertanistas utilizavam pratos de estanho para reter o aluvião, ou seja, as partículas fragmentadas do metal depositadas nos vales, encostas e leitos de rios (LUNA, 1983).

¹⁰ A estrada da Graciosa é a histórica rodovia estadual PR-410 que atravessa a Serra do Mar e integra o litoral e o planalto paranaense (PARANÁ, 2016).

A importância desta atividade mineradora na região deve ser relativizada, pois, ao passo que promoveu uma formação populacional, permitiu o conhecimento sobre a região e a fundação de vilas e cidades que prosperaram mesmo após o declínio, também não pode ser superestimada em comparação ao volume e a duração que as atividades auríferas tiveram em outras regiões do Brasil. O desinteresse da corôa pela extração na região ocorre tanto pela dificuldade de acesso às regiões, como pelos poucos proventos gerados à metrópole.

Para Martins (1939:257) “*dentre as regiões onde primeiro apareceram notícias de minas de ouro e que mais esperanças despertaram de grandes êxitos, figura Paranaguá*”. Porém, a carta sobre a mineração em Paranaguá escrita pelo capitão geral da província de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes também permite uma visualização da pouca expressividade da atividade.

Sr^o: - Antiguamente houve descobrimento de ouro na villa de Pernagoá o qual teve duração e porque os moradores dela continuarão em fazer diligência em algúas faisqueiras, que têm pouca conta e muito menos rendimento para a Fazenda de Vossa Magestade, ordenei suspendessem aquelle exercício, não só por estão rezão, mas pelo prejuízo que podia seguir àquelle povo e terras pela invasão do inimigo e estrangeiros, pois se acha aquella villa na costa do mar, sem fortaleza, nem defesa algúa, por cuja rezão mandei lançar o bando que consta da copia que remeto a Vossa Magestade, que mandará o que for servido. Deos guarde a real pessoa de Vossa Magestade. São Paulo, 17 de setembro de 1722. Rodrigo Cesar de Menezes. (APESP. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v.32, 1901: 162-163).

Como parte integrante aos relatórios elaborados pelo capitão geral, é possível verificar, em 1726, uma estimativa do volume de ouro extraído em Paranaguá em relação às outras regiões auríferas de então, como Cuiabá e Paranapanema.

Local	Quantidade
Ouro em Cuyabá	8912 oitavas
Ouro em Paranapanema	830 oitavas
Ouro em Paranaguá	204 oitavas
SOMMA	9946 oitavas

Quadro 1.1: Locais e quantidade de ouro extraída em 1726, segundo anotações do capitão geral Rodrigo Cesar de Menezes em 15 de maio de 1726. Elaboração do autor, com base em: APESP. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, Doc. 138, 1901:166.

Ao se comparar com as outras regiões do Brasil, o volume de extração reflete o menor interesse da metrópole em explorar tal atividade em Paranaguá, somando-se ainda a vulnerabilidade existente na região pela inexistência de fortalezas.

Por outro lado, as atividades tiveram para a região uma importância social significativa ao constituir as primeiras vilas e cidades, como afirma Carneiro (1962:20) “*sob*

o ponto de vista sociológico é o fato de haver lançado as sementes das mais antigas vilas da comarca, através dos arraiais dos lares, onde as famílias se estabeleciam”.

O mapa 01 permite visualizar simultaneamente a existências destas duas dinâmicas no território e o deslocamento que houve por meio da expansão portuguesa. Mostra-se ainda o caminho das expedições dos paulistas para o oeste, que tornou-se também possessão portuguesa.

Mapa 01: O Paraná Espanhol (1640)
Fonte: adaptação do autor com base em CROSETTI (2007)

As incursões que se destacaram foram as comandadas por Fernão Dias Paes, Francisco Bueno, Raposo Tavares e Manoel Preto, como identificam as legendas do mapa. A área hachurada representa a *Província del Guairá*, sob possessão espanhola.

Em fins do século XVII, com o aumento das atividades auríferas em Minas Gerais, o consequente deslocamento dos interesses econômicos representou o declínio do dinamismo econômico da Baía de Paranaguá e a estagnação da Vila de Paranaguá. Esta decadência pode ser observada pela perda da elevação conquistada por Paranaguá de comarca, passando a partir de então a sobreviver apenas de atividades de subsistência, considerando a permanência dos núcleos populacionais (IZEPÃO, 2008).

Na visão de Wachowicz (1972:36), “*a descoberta de riquíssimos veios auríferos, em Minas Gerais, vai provocar um verdadeiro êxodo da população dos garimpos para aquela região, tentando melhor sorte, que aqui lhes era adversa*”. Contudo, foram justamente tais atividades de subsistência que criaram meios de uma nova perspectiva econômica para a região, pois, com a intensidade das atividades auríferas nas províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, coube à região paranaense um papel de destaque na atividade tropeirista, em razão de sua localização.

O tropeirismo foi uma atividade econômica presente no Brasil que teve por principal objetivo abastecer de suprimentos as novas regiões mineradoras de então¹¹. Isto beneficiou o território do atual estado do Paraná em razão de sua posição geográfica, ou seja, de passagem obrigatória de tropas vindas do sul do Brasil e do Uruguai. A região mineira, no auge das atividades auríferas destinava mão de obra à extração, considerando o elevado custo de oportunidade incorrido ao se exercer outras atividades, e também observando as dificuldades para agricultura e pecuária de uma região montanhosa. Sendo assim, era abastecida de carne bovina vinda principalmente da região nordeste, do Rio Grande do Sul e do Uruguai (PADIS, 1981).

Outro relevante mercado consumidor era a capital, Rio de Janeiro, considerando as proporções do seu núcleo urbano e o afluxo populacional, após 1808, com a transferência da corte portuguesa (PETRONE, 1976).

Além disso, o principal meio de transporte utilizado no Brasil à época eram os muares, também vindo das regiões citadas, o que tornava a atividade tropeirista fundamental para alavancar as demais atividades ligadas à mineração. Não se pode deixar de considerar a atividade mineradora no deslocamento do eixo econômico do Brasil colônia: do nordeste, com o ciclo do açúcar, para o centro sul, com as minas de ouro (FURTADO, 1987).

Com passagem obrigatória pelo atual estado do Paraná, as principais rotas tropeiristas podem ser observadas na figura 1.2.

¹¹ A atividade tropeirista na região dos campos gerais relaciona-se principalmente à invernada, ou seja, parada para o descanso, recuperação física e engorda dos animais, havendo também a realização de alguns serviços aos tropeiros, como a domesticação de animais (GOULART, 1961: 154 *apud* SUPRINYAK, 2008:33). Certamente a atividade promoveu o estabelecimento de estalagens e algum comércio destinado aos tropeiros, evidência que se justifica pela formação de diversos núcleos urbanos nestas regiões.

ligado à atividade tropeirista, onde a mão de obra era destinada além do próprio sustento, à criação de gado¹² (GALLARDO, 1986:27).

Ano	Região		TOTAL
	Litoral	Planalto	
1798	1932	2341	4273
1804	2109	2968	5077
1810	2041	3094	5135
1816	1963	3047	5010
1824	2375	3480	5855
1830	2488	3772	6260

Quadro 1.2. População escrava no Paraná – litoral e planalto (1798-1830).

Adaptação do autor, com base em: GALLARDO, 1986.

O Quadro 1.2 demonstra um maior número de escravos na região do Planalto como reflexo da ascensão das atividades econômicas desta região, e a decadência na região litorânea ligada à exploração das minas de ouro e outras atividades de subsistência. Assim, Gallardo (1986) conclui que havia na sociedade paranaense pequenos senhores de escravos, decorrente de atividades locais, e que a sua posse não era um elemento comum.

Porcentual ostensivo dos domicílios não possuía sequer um escravo para o trabalho diário, e é de se acreditar que viviam as custas de seu próprio trabalho individual ou familiar e eventualmente auxiliados por alguns agregados. Na maioria dos domicílios, mais de 80% em 1824, não havia presença de escravos, inclusive nas localidades voltadas para a pecuária como Castro, Palmeira e Ponta Grossa. (GALLARDO, 1986:28).

A escravidão, embora esteja presente e tenha importância para a manutenção das atividades ligadas ao ouro e ao tropeirismo, estava muito mais ligada à dinâmica interna da região e manutenção dos povoamentos do litoral e Campos Gerais¹³, do que na aplicação intensiva desta mão de obra, em larga escala, para uma atividade destinada ao comércio internacional.

O êxito do tropeirismo se relaciona primeiramente com a intensidade das atividades auríferas em Minas Gerais e, em segundo plano, com a demanda exercida pelo Rio de Janeiro e outras regiões, e terá sua dinâmica afetada pela construção das ferrovias (MAGALHÃES, 1996). No entanto, é capaz de estabelecer um grupo de poder nos Campos Gerais com influência política e que está diretamente relacionado com a emancipação da província. A

¹² GALLARDO, (1986: 27) não especifica se a criação referia-se a vacum, cavaleiros ou muare.

¹³ A região dos “Campos Gerais” foi denominada por MAACK, (1948) como uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos, matas, capões de floresta ombrófila mista, com incidência da Araucária. Situa-se no Segundo Planalto Paranaense.

figura do tropeiro, como do negociante local, era de um personagem de destaque, sendo na maioria homens abastados. Wachowicz destaca que:

Foram tropeiros aqui no Paraná homens como o Barão do Tibagi (José Caetano de Oliveira), o Cel. Joaquim Rezende de Lacerda, Francisco Paula e Silva Gomes, vulto ilustre e um dos arautos da emancipação política do nosso estado, muito conhecido dos políticos e inclusive na Côrte do Rio de Janeiro, e muitos outros. (WACHOWICZ, 1972:73).

Além do argumento de Wachowicz (1972), que justifica a emancipação do Paraná pela influência e presença de uma elite na região, tem-se também uma razão específica, baseada na represália aos paulistas pela Revolução Liberal de 1842¹⁴ (TOLEDO, 2003). Desta forma, ponderando os argumentos, pode-se considerar que tanto a presença deste grupo de poder como a retaliação aos paulistas, foram fatores importantes para o processo de emancipação.

É fato que a atividade tropeirista na região da 5ª Comarca promoveu à província de São Paulo uma posição de destaque no setor do transporte, desde o início do século XVIII (PETRONE, 1976:15); como após a emancipação, onde a atividade intermediária foi para a nova província do Paraná¹⁵ o principal negócio, permitindo também o envolvimento dos habitantes da região na aquisição e condução das tropas (SUPRINYAK, 2008:33).

A formação de pousos e fazendas surgiu ao longo das estradas pelas quais as tropas se dirigiam para o norte, e se estabeleciam com o fim de descanso por cerca de 45 a 50 dias, para então seguir viagem à feira de Sorocaba (GALLARDO, 1986:11).

A elite formada pela atividade pode ser vista pela relação permanente entre negociantes e sociedades que continuaram ativas mesmo após a emancipação do Paraná. Um empresário cuja atuação de destaque foi de tropas é Rafael Tobias de Aguiar, que além da atividade criatória e de financiar outros empresários, estabeleceu obrigações referentes à comercialização de tropas, como observado por Hörner (2007:68-70) em alguns documentos, mostrando inclusive as datas de chegada de tropas.

Como evidência dos negócios de grandes tropeiros figura ainda a sociedade entre Antonio da Silva Prado, o Barão do Iguape, e João da Silva Machado, o Barão de Antonina, da qual tem-se os registros de animais transportados, demonstrando o volume que passava pela região para os anos de 1793 a 1798 (PETRONE, 1976:20-22).

¹⁴ A Revolução Liberal de 1842 foi um confronto armado entre os grupos políticos do Partido Liberal e Partido Conservador em disputa na província paulista e na corte. O acirramento se deu em consequência da reforma do Código do Processo e criação do Conselho de Estado (1841), bem como a dissolução prévia da Câmara em 1842 (HÖRNER, 2007).

¹⁵ Emancipada em 19 de dezembro de 1853.

Ano	Bestas	Cavalos	Bois
1793	3.860	2.214	1.886
1794	5.380	3.100	3.492
1795	8.983	2.817	3.063
1796	3.610	1.606	1.662
1797	4.465	2.971	4.485
1798	11.498	4.037	6.654
TOTAL	37.796	16.745	21.242

Quadro 1.3. Trânsito por Sorocaba vindo do Sul.

Adaptação do autor com base em: PETRONE, 1976:22.

A intensificação da atividade no último ano da amostra, em 1798, denota uma maior demanda por bestas e reflete a maior necessidade de transporte nas regiões abastecidas, sucedida pelo gado, com o objetivo de promover a alimentação.

A atividade teve seu apogeu nas primeiras décadas e passou a declinar na metade do século XIX. O crescimento, já após o ciclo do ouro, foi motivado pela expansão dos canaviais e cafezais nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, e seu declínio se relaciona à instalação e expansão das ferrovias, que por um lado reduziu a demanda de muares para transporte, e por outro facilitou o deslocamento de todos os tipos de bens entre as regiões. (GALLARDO, 1986:14)

Petrone (1976:28) justifica a retração observada no ano de 1821, pela redução do meio circulante como consequência do regresso da família real, além de afirmar que em anos seguintes, mesmo após uma recuperação em 1822, a movimentação será menor em virtude da desorganização na criação dos animais em decorrência da Guerra Cisplatina (1825-1828).

Com a expansão da cultura cafeeira para o Oeste Paulista, que na década de 1860 já atingia a região de Rio Claro, tornou-se determinante a adoção de uma nova forma de transporte que pudesse tornar viável a ampliação da cultura para além do limite cultivado (KROETZ, 1985:36). Desta forma, a inauguração da *São Paulo Railway*, em 16 de fevereiro de 1867, ligando o porto de Santos à Jundiaí, e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 11 de agosto de 1872, ligando a cidade de Jundiaí a Campinas (posteriormente estendida até Rio Claro, em 30 de junho 1876) contribuíram significativamente para uma alteração no sistema de transporte e para o declínio da atividade tropeirista (GRANDI, 2013).

No Paraná a inauguração da ferrovia ocorreu em 02 de fevereiro de 1882, unindo a cidade de Curitiba a Paranaguá, permitindo assim o estabelecimento de uma ligação mais eficiente entre o planalto e o litoral (porto de Paranaguá) por meio da Serra do Mar, até então o maior entrave aos transportes na província.

Portanto, pode-se considerar que o declínio da atividade tropeirista se inicia por fatores internacionais, como a desorganização na produção motivada pela guerra cisplatina (1825-1828), e vai findar com a desestruturação geral dos mercados consumidores no fim do século XIX, tanto de muares como das reses (WESTPHALEN, 1995).

Em consequência da decadência da atividade, coube a este grupo de poder remanescente no planalto se dedicar a outra atividade já presente na região desde o domínio espanhol. Uma vez que este grupo já estava estabelecido nas regiões típicas, e aliados a alguns fatores externos, a atividade de extração da erva mate torna-se o esteio econômico da região.

O principal fator externo que justifica a adoção da erva mate como alternativa foi a situação de embargo do Paraguai, e assim já em 1820 a extração local passou a ofertar o mate para a região platina, que posteriormente chegou a representar 85% da pauta de exportações da província (WACHOWICZ, 1972).

Como mencionado, a atividade ervateira representava pequena relevância antes do século XIX, mas sempre esteve presente no território do atual estado do Paraná, uma vez que se constitui uma planta nativa da região utilizada desde o tempo das reduções para consumo humano. Na visão de WACHOWICZ (1972:96) *“a exploração do mate fez surgir no Paraná um certo bem estar e confiança no futuro, chegando a formar no interior uma classe média, composta por produtores, os quais, devido à posição conquistada na sociedade, vão exercer forte influência na política local”*.

Esta atividade propiciou a inserção da província do Paraná no comércio latino americano (Paraguai, Uruguai e Argentina), os principais consumidores do produto, e representou até o início do século XX uma grande fonte de recursos, exercendo o principal estímulo ao crescimento demográfico e econômico na região. Em 1902, a produção do mate representava 31% da receita total do estado¹⁶ gerando uma perspectiva de prosperidade, como pode ser observado na Mensagem de Governo no ano de 1907.

A exportação de herva-mate, no primeiro semestre do actual exercício [1907], teve grande incremento, elevando-se, no anno próximo findo, à magnifica cifra, em número redondo, de 39 milhões de kilos. É a maior exportação desse artigo que o estado tem feito até hoje. Tudo indica, pois, que a situação econômica do estado, como indica a sua situação financeira é de franca prosperidade (MENSAGEM DO GOVERNO, 1907:12).

Embora essa percepção de prosperidade não se concretize absolutamente, pela instabilidade de preços no mercado internacional e pelo aumento da produção em outras

¹⁶ A província do Paraná tornou-se estado a partir da Proclamação da República (1889), momento no qual todas as províncias passaram à categoria de estado, mantendo, no entanto, as mesmas delimitações territoriais (ANDRADE; ANDRADE, 2003).

regiões, é inegável o crescimento das exportações na primeira década do século XX. O Quadro 1.4 demonstra o volume de exportação do mate entre 1851 e 1934.

Exportação de erva-mate – Paraná (1851-1934)			
Ano	Quantidade (em T.)	Ano	Quantidade (em T.)
1851	7.109	1893	13.772
1852	4.698	1894	12.345
1853	6.990	1895	13.722
1854	5.573	1896	13.261
1855	6.105	1897	9.592
1856	6.906	1898	17.017
1857	6.077	1899	18.992
1858	4.974	1900	18.489
1859	5.657	1901	25.137
1860	6.123	1902	28.210
1861	4.441	1903	34.845
1862	4.811	1904	32.215
1863	5.582	1905	30.398
1864	8.632	1906	36.662
1865	8.218	1907	33.843
1866	6.877	1908	36.642
1867	12.462	1909	38.679
1868	12.813	1910	39.228
1869	13.354	1911	46.066
1870	14.284	1912	44.957
1871	13.714	1913	40.918
1872	16.632	1914	48.546
1873	13.442	1915	57.097
1874	11.706	1916	49.202
1875	11.569	1917	42.188
1876	12.702	1918	39.538
1877	13.290	1919	42.937
1878	12.971	1920	44.843
1879	14.088	1921	46.781
1880	12.699	1922	51.140
1881	12.943	1923	59.501
1882	15.167	1924	58.398
1883	15.310	1925	58.437
1884	14.524	1926	81.347
1885	13.452	1927	73.605
1886	14.324	1928	97.500
1887	18.559	1929	56.500
1888	18.254	1930	56.000
1889	18.330	1931	50.776
1890	20.593	1932	47.357

Exportação de erva-mate – Paraná (1851-1934)			
Ano	Quantidade (em T.)	Ano	Quantidade (em T.)
1891	18.373	1933	37.481
1892	19.352	1934	40.167

Quadro 1.4: Exportação de erva-mate - Paraná (1851-1934)

Adaptação do autor, com base em KROETZ, 1985:262.

Dados levantados por KROETZ (1985:262) demonstram o aumento do volume de exportação da erva mate paranaense em fins da década de 1860, tendo o seu auge no ano de 1928. A atividade começa a apresentar declínio na década de 1930 e, em 1934 o volume já corresponde a menos da metade do exportado em 1928, passando de 97.500 toneladas para 40.167.

Mesmo de forma menos expressiva, a produção da erva mate sempre participou da pauta de exportações do Paraná. Além do mais, o povoamento e as estradas que foram formadas para a viabilização de sua produção foram fundamentais para a manutenção de uma atividade econômica que, concomitantemente, passou a ser significativa para o Paraná: a extração madeireira. Com o fim dos tempos áureos de atividade ervateira na década de 1930, a extração da madeira passou a ganhar relevância para a geração de renda no estado, com destaque para a extração do pinho, árvore nativa da região sul do Brasil, e presente em abundância no estado do Paraná, na época.

Até o início do século XX, o pinho não tinha grande participação econômica, sobretudo, pela concorrência com a madeira importada, sendo tipicamente empregado na confecção de tábuas, palitos e demais artigos rústicos. No entanto, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914, a importação de bens tornou-se dificultosa e gerou uma crescente demanda por esta madeira disponível internamente. Isto resultou tanto na ampliação do abastecimento interno como da exportação, cujo escoamento já era facilitado pela presença da estrada de ferro (WACHOWICZ, 1972).

O Gráfico 1.1 representa as importações brasileiras de madeira para os anos de 1910, 1913 e 1916, evidenciando a significativa redução das importações de madeiras europeias.

Gráfico 1.1. Importações Brasileiras de Madeira Europeia (em Ton.)

Fonte: elaboração do autor, com base em MAGALHÃES (1996).

Com a significativa redução das importações brasileiras de madeira europeia é possível notar o aumento da participação no mercado da madeira paranaense, favorecido pelo volume de florestas em seu território. O crescimento desta atividade direcionado à exportação é demonstrado no Quadro 1.5, tendo como saída o porto de Paranaguá.

Exportação de madeira do Paraná - Porto de Paranaguá (1901-1959), em m³.			
Ano	Volume (em m³)	Ano	Volume (em m³)
1901	1.158	1931	10.954
1902	272	1932	5.858
1903	773	1933	5.774
1904	643	1934	16.887
1905	38.502	1935	15.528
1906	2.289	1936	17.888
1907	2.921	1937	47.511
1908	3.917	1938	60.168
1909	3.331	1939	81.438
1910	2.055	1940	80.564
1911	5.127	1941	99.007
1912	6.187	1942	101.954
1913	12.101	1943	71.133
1914	10.146	1944	52.685
1915	38.606	1945	45.361
1916	76.043	1946	54.122
1917	40.935	1947	57.454
1918	82.423	1948	60.253
1919	57.893	1949	42.086
1920	69.112	1950	47.379
1921	57.430	1951	48.248
1922	62.041	1952	14.698
1923	68.836	1953	27.130
1924	44.007	1954	24.647
1925	42.227	1955	48.243
1926	36.204	1956	26.996
1927	25.891	1957	71.877
1928	25.640	1958	39.862
1929	25.983	1959	36.288
1930	25.160		

Quadro 1.5: Exportação de madeira do Paraná - Porto de Paranaguá (1901-1959), em m³.
Adaptação do autor, com base em: LAVALLE, 1974:24.

O crescimento das exportações de forma contínua se dá em anos da Primeira Guerra Mundial, reforçando a ideia da importância deste evento para o crescimento da atividade madeireira na economia paranaense, frente à exportação da erva mate.

Portanto, a dinâmica econômica do Paraná até as primeiras décadas do século XX constituiu-se das atividades ervateira e madeireira como o esteio da fonte de renda estadual. Para Magalhães (1996), essas atividades são também um fator de mobilidade demográfica, pois, tendo como estímulo a extração do mate e derrubada de florestas, tornava-se possível interiorizar, abrindo novas áreas cultiváveis, vilas e cidades.

É importante ressaltar que as atividades mencionadas até então se realizaram muitas vezes simultaneamente, ainda que com diferentes graus de relevância. Apresentam uma gradativa transição ao longo dos anos, com tendência de ascensão e declínio motivados por distintas variáveis: desde a produtividade, o preço internacional e ao estado de guerra, até perder sua importância relativa para a economia do estado.

Este dinamismo econômico provocado por essas atividades no Paraná refletia muito mais o cenário interno de uma região pouco desenvolvida, pois, ao ser observado sob a ótica nacional, a região contrasta com a maior representatividade econômica de estados como Rio de Janeiro e São Paulo, que já se dedicavam à atividade cafeeira desde o século XIX e, no caso de São Paulo, com uma incipiente atividade industrial. Embora não seja somente por meio de atividades voltadas à exportação que reflitam o êxito, foi se inserindo neste mercado que os dois estados lograram uma posição de destaque no período.

Essa estagnação da economia paranaense em relação às demais regiões e atividades pode ser constatada com base na pauta dos principais produtos exportados pelo Brasil, onde a erva mate permanece como o último bem em termos de participação, representando no máximo 2,9% do total das exportações brasileiras, entre 1900 e 1910. Entre 1821 e 1910, a maior representatividade das exportações brasileiras se concentrava no café, seguida pela cana de açúcar e algodão. (FAUSTO, 1995)

A análise de Padis (1981:117-128) demonstra a precariedade do conjunto da economia paranaense até a década de 1930, partindo das dificuldades estruturais das graves deficiências de infraestrutura (sobretudo viária e portuária), que impedia o desenvolvimento econômico do estado. A atividade madeireira foi prejudicada pela pouca abrangência dos transportes e ainda desestimulada pelas altas tarifas ferroviárias, enquanto os resultados provenientes da erva-mate eram modestos quando contrastados à economia cafeeira de São Paulo (PADIS, 1981:123).

Essa situação de estagnação passou a se reverter por meio da introdução da produção cafeeira na década de 1930, onde fatores políticos, geográficos e mesmo quanto à forma de colonização foram distintos dos caracterizados anteriormente e que determinaram até então os rumos do estado do Paraná.

Acerca do café, é importante ressaltar que o Norte do Paraná não foi a primeira região do estado a cultivá-lo, sendo registrada a presença da produção cafeeira desde 1820 na região de Paranaguá,

Desde o ano de 1801, o café é encontrado na lista dos produtos exportados pelo Paraná, enviando 34 arrôbas para o Rio de Janeiro. Era, no entanto, café do litoral paranaense, produzido sem maior expressão econômica, mesmo para a época. (BALHANA et. al., 1969:220).

A pouca representatividade da produção do café no litoral está registrada na pauta de exportação pelo porto de Paranaguá, onde verifica-se para o ano de 1825:

Exportações de café do Paraná - Porto de Paranaguá (1825)		
Meses	Volume	Data de Registro
janeiro / fevereiro / março	132 arrobas	Vila de Paranaguá, 7 de abril de 1825.
abril / maio / junho	9 sacas	Vila de Paranaguá, 3 de julho de 1825.
julho / agosto / setembro	18 arrobas	Vila de Paranaguá, 3 de outubro de 1825.
outubro / novembro / dezembro	30 sacas (?)	Vila de Paranaguá, 31 de dezembro de 1825.

Quadro 1.6: Exportações de café do Paraná - Porto de Paranaguá (1825).

Elaboração do autor, com base em: APESP, Mappa de importação e exportação deste porto da Villa de Paranaguá, 1825.

No entanto, a atividade cafeeira irá estabelecer significado econômico no Paraná no século XX, numa região do estado até então muito pouco explorada: o Norte do Paraná. Já em fins do século XIX o plantio se inicia a partir dos limites com São Paulo, e se estende por toda a região norte do estado. Primeiramente, estabeleceu-se na região denominada Norte Velho, que abrange desde a fronteira com São Paulo até a cidade de Cornélio Procopio, entre 1880 e 1925. Em seguida, se expandiu pela zona denominada Norte Novo, entre 1920 e 1950. (BALHANA et. al., 1969:222)

Como última extensão da cultura no Norte do Paraná, o café atingiu a zona denominada Norte Novíssimo, entre 1940 e 1960. (BALHANA et. al., 1969:222) A seção seguinte analisará a forma de plantio e as características da cultura, que divergem entre a primeira região e as demais. Será compreendido principalmente o Norte Novo, principal objeto de análise deste trabalho e que posteriormente se relacionará às atividades industriais.

1.2. A cafeicultura paranaense

Para se entender a cafeicultura no Norte do Paraná é necessário remontar a alguns fatores que levam a extensão, e em muitos casos, a migração da atividade em São Paulo ao território paranaense. Embora se discuta nesta seção a relação entre a cafeicultura paulista e paranaense, não se tem o objetivo de se criar uma análise histórica comparativa da cultura nas duas regiões, pois, como se sabe, têm seu apogeu em épocas distintas, sob a influência de políticas, tecnologias e estruturas divergentes.

Os elementos que motivam a introdução do café no Paraná a partir de São Paulo se encontram principalmente na fertilidade das terras, nas condições de escoamento e pela possibilidade de financiamento a pequenos proprietários.

No estado de São Paulo o cultivo do café se deslocou geograficamente dentro da estrutura das famílias produtoras, onde os descendentes recebiam terras mais ao oeste para se estabelecerem e formarem fazendas.

O deslocamento do cultivo de café dentro de São Paulo realizou-se no interior das famílias de fazendeiros com a sucessão de gerações na região sob o espírito bandeirante inalterado de seus membros. Se o avô tivesse uma plantação na área de Campinas, os filhos se radicariam na região da alta mogiana, próximo a Ribeirão Preto e, por sua vez, investiriam para os filhos em plantações de café na região da alta paulista. (MONBEIG, 1952:110).

Kohlhepp (2014:83) afirma que essa expansão se deu para o centro do estado de São Paulo cuja formação é de *arenito crétace* do grupo Bauru e para os espigões entre os afluentes do Rio Paraná. Ao sul, essa extensão foi limitada pelo clima mais frio tendo como limite a linha férrea de Itararé (TAUNAY, 1943:230).

Por influência geológica, o Norte Velho do Paraná passou a constituir-se o no destino da produção cafeeira pelos espigões de terra roxa e, posteriormente o Norte Novo, também como um “*prolongamento do grande arco de circulo dos arenitos de Botucatu que, em território paulista, formam um solo particularmente fértil pela decomposição superficial dos diábases da terra roxa*” (MONBEIG, 1945:11).

A presença da malha ferroviária paulista foi também fundamental para tornar a implantação da cultura cafeeira viável no Paraná, assim como estimular a interiorização. Como afirma Taunay (1943:230), “*as estradas de ferro foram os factores precípuos da avançada cafeeira pelo interior, aos municípios que a precederam, levando o estímulo do transporte rápido e com ele o da expansão, aos novos, desvendando novos filões a explorar*”.

Portanto, a expansão foi também determinada por três grandes troncos ferroviários, tendo como extremos as águas fluviais de Minas Gerais, do Mato Grosso e do Paraná. Dentre

as ferrovias paulistas, a Sorocabana foi a que contribuiu para a expansão da cafeicultura no sentido do Paraná, pois, após cortar a região mais fria do estado de São Paulo, chegava a Botucatu e São Manuel e, posteriormente, a Ourinhos, de onde se fazia a ligação com o Paraná. (TAUNAY, 1943:233).

O escoamento da produção cafeeira oriunda do Paraná se dava exclusivamente pelo porto de Santos até 1920, pois, não havia ligação do norte do estado com o porto de Paranaguá e, portanto, os produtores paranaenses utilizavam a estrutura ferroviária paulista em larga escala até a década de 1960, embora sejam também registradas exportações regulares por Paranaguá a partir de 1924 (BALHANA et. al., 1969:221).

Após a crise de 1929, a cultura cafeeira não encontrou mais condições de expansão inserida nas estruturas anteriores encontradas em São Paulo, passando então da iniciativa de grandes fazendeiros para pequenos proprietários de terra, compostos muitas vezes por imigrantes europeus e orientais. A este efeito soma-se também a migração de trabalhadores do nordeste, como mão de obra na lavoura. (KOHLHEPP, 2014:83)

No Paraná, especialmente no Norte Novo, a colonização se deu em âmbito privado, afastando a importância e autoridade de grandes plantadores, abrindo assim a possibilidade de que os pequenos e médios estabelecimentos agrícolas tornassem os dominantes no momento em que a cafeicultura começava a revigorar após a grande crise. (KOHLHEPP, 2014:85).

Quanto à estrutura fundiária, Milliet (1941) observa que em São Paulo, na década de 1930, as propriedades com dimensões entre 1 e 25 alqueires aumentaram em todas as regiões cafeeiras do estado. Entre elas, a alta sorocabana, que foi a região pela qual o café chegou ao Paraná. Assim, uma adequação para a produção cafeeira após a crise de 1929 também já era observada na cafeicultura paulista.

Em sentido contrário, Monbeig (1945:14) observa em cidades do Norte Velho do Paraná, região que foi o primeiro acesso da cafeicultura no estado, elementos típicos da fazenda tradicional paulista, descritos na cidade de Cornélio Procopio.

O viajante, vindo de Ourinhos, ao chegar à estação de Cornélio Procopio, depois que seu trem galgou uma grande subida, descortina uma paisagem extensa: ao redor das casas ainda espalhadas de Cornélio Procopio o café domina ainda; os cafezais mais velhos têm cinco a seis anos de existência e dão mostra de farta colheita; entre os carreirões, o milho e o algodão fornecem o aspecto clássico do cafezal paulista.

Entre Londrina e Arapongas nada de semelhante: (...) Para lobrigar a terra já derrubada, é preciso tomar um caminho perpendicular à estrada descendo para a água à margem da qual se acha a casa do colono: a tática é pois inversa da seguida em Cornélio Procopio na região cafeeira (...). (...) podemos verificar imediatamente a utilização do relevo por um empreendimento de colonização bem concebido. (MONBEIG, 1945:14-15).

Portanto, entre a alta sorocabana (região de Ourinhos-SP) e o Norte Novo (região de Londrina-PR), tem-se uma zona de transição das características de cultivo do café tipicamente paulista para o que se perpetuou no Paraná após a década de 1930. Essa zona de transição é o denominado Norte Velho, composto principalmente pelas cidades de Jacarezinho, Cambará e Cornélio Procópio.

A peculiaridade da cafeicultura no Norte Novo do Paraná, que representará grande peso econômico para o estado todo, se dá principalmente pela presença do investimento estrangeiro direto. Ao contrário dos latifúndios paulistas, oriundos das sesmarias, houve na região a presença de empresas estrangeiras colonizadoras, como a *Brazil Syndicate*, depois *Paraná Plantations Co.*, posteriormente chamada de Companhia de Terras Norte do Paraná e, atualmente, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Essas empresas, tornando-se proprietárias de extensas áreas nesta região do estado, verificaram maior lucratividade por meio do loteamento e venda em pequenas datas do que a partir da produção da cultura do algodão, que constituiu o interesse primário (IZEPÃO, 2008).

O interesse do investimento inglês na região remonta à década de 1920, quando o governo do presidente Arthur Bernardes estabeleceu relações para que técnicos ingleses viessem ao Brasil em missões dedicadas a avaliação das condições econômicas e comerciais para estabelecer acordos das dívidas brasileiras junto à Inglaterra.

Assim, a missão chefiada por Lord Montagu, que era diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate* e assessor para assuntos de agricultura e florestamento, após visitar diversas regiões, interessou-se pelas características geográficas, pelo clima e pela fertilidade das terras do Norte do Paraná (CMNP, 2013). Lord Montagu já havia sido secretário de estado para as Índias e secretário financeiro do tesouro da Inglaterra e, no Brasil, esteve acompanhado por vários assessores, investidores, diretores de bancos e representantes de empresas (CMNP, 2013).

O principal interesse da missão era na compra de terras para o plantio do algodão. Os ingleses já tinham experiência da produção do produto no Sudão e buscavam substituir a produção de lá pelo Paraná, motivados pelas crises ocorridas na produção africana. (LUZ; OMURA, 1975).

Em 1927, com a visita de Lord Lovat ao Norte do Paraná, estabeleceu-se definitivamente a aquisição de 500.000 alqueires de terras devolutas por meio da *Paraná Plantation Ltd.*, empresa já constituída em 1925 para este fim (LUZ; OMURA, 1975). Esta empresa, como já mencionado, se desdobrou em duas subsidiárias: a Companhia de Terras

Norte do Paraná, com o objetivo de promover a colonização em si, e a Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, adquirida com o objetivo de estender a via férrea pelas áreas loteadas a partir do entroncamento já existente entre o município de Ourinhos – SP e Cambará – PR (CMNP, 2013).

A Companhia de Terras Norte do Paraná tomou posse em julho de 1929, instalando sua sede e fundando a cidade de Londrina que, a partir de então, experimentou um crescimento vertiginoso. De acordo com dados da CMTP (2013), até o ano de 1943 foram comercializados 17.000 alqueires, e até 1953, 400.000 alqueires, num total de 26 mil lotes agrícolas. Uma ideia corrente na região, ainda hoje, é que pela rápida valorização, o loteamento de um único bairro de Londrina foi capaz de pagar o investimento inteiro da Companhia.

As ações da Companhia se davam, conforme a abertura de novos loteamentos, por três frentes:

1. Colonização: com a realização da medição, planejamento, loteamento e comercialização;
2. Transportes: por meio da abertura de estradas de rodagem, da construção e do prolongamento de estradas de ferro, conforme os loteamentos se ampliavam;
3. Planejamento: implantação de núcleos urbanos, sendo cidades a cada 100 km e de patrimônios a cada 25 km (LUZ; OMURA, 1975).

Para comercializar os lotes a Companhia de Terras Norte do Paraná os dividiu em três categorias: as denominadas datas, correspondentes aos terrenos urbanos, com a dimensão de 500 a 600m²; chácaras, localizados ao redor das cidades, patrimônios e vilas, com até 5 alqueires paulistas¹⁷, com o objetivo de compor um cinturão verde capaz de abastecer as cidades de alimentos; e, por fim, os lotes agrícolas, com dimensão a partir de 5 alqueires, localizados na zona rural, cujo preço variava conforme a distância e a facilidade de escoamento da produção (LUZ; OMURA, 1975).

Tipo de Lote	Localização	Dimensão	Pagamento na Entrada	Prazo de Pagamento
Datas	Região urbana	500-600m ²	50%	1 ano
Chácaras	Redor cidades e vilas	5 alqueires paulistas	40%	2 anos
Agrícolas	Área rural	A partir de 5 alqueires paulistas	30%	4 anos

Quadro 1.7. Financiamentos, dimensões e prazos na comercialização dos lotes da Cia. Norte do Paraná.
Fonte: Adaptação do autor, com base em: LUZ; OMURA (1975).

¹⁷ 1 Alqueire paulista corresponde a 24.200m². (LUZ; OMURA, 1975)

Observa-se que embora o investimento inicial para a área rural fosse maior, os prazos de financiamento para esses lotes eram quatro vezes maiores do que o prazo para pagamento das datas urbanas, bem como a entrada, 30% do valor integral. Essas condições favoreciam significativamente os sítios em detrimento das datas urbanas. Os juros eram anuais, de 8 %, e aos funcionários da Companhia era concedido o desconto de 20% (LUZ; OMURA, 1975).

Além das facilidades promovidas pelo financiamento e prazo de pagamento, a presença da companhia gerou a garantia do direito de propriedade, reduzindo a possibilidade de comportamentos oportunistas, o que promoveu também atratividade para a região. Isto se justifica pelo argumento de Luz; Omura (1975:793), de que *“na propaganda também se aludia os benefícios que poderiam ser auferidos com a compra de lotes de uma empresa colonizadora organizada que oferecia a posse indiscutível das terras, além das facilidades de financiamento”*. Isto demonstra que anteriormente às companhias ocorriam problemas nas transações, relativos à real propriedade das terras, à presença de títulos duvidosos, além de questões de dimensões das terras comercializadas de forma independente. (LUZ; OMURA, 1975).

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, a Companhia de Terras Norte do Paraná foi adquirida por um grupo de empresários paulistas, liderados por Gastão Vidigal e Gastão Mesquita Filho, como consequência da elevada tributação ao capital internacional no período. Ainda como condição imposta para esta transação, foi estatizada pela união a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo – Paraná. (LUZ; OMURA, 1975) Assim, em 1951, a Companhia de Terras Norte do Paraná passa a denominar-se Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, diversificando também sua área de atuação (CMNP, 2016).

Considerando a fertilidade das terras, a nova forma de colonização e financiamento, a presença de rodovias e ferrovias, e a estrutura fundiária que se instalou, em pequena propriedade¹⁸, houve convenientemente a instalação da cultura cafeeira, já em processo de declínio em outros estados.

A venda desses lotes foi anunciada em meios de comunicação de grande circulação em outras regiões do Brasil e do mundo. Na Figura 1.3, tem-se a cópia de uma propaganda

¹⁸ O conceito de pequena propriedade tratado neste trabalho se emprega em concordância com a caracterização de Sérgio Milliet e Caio Prado Jr, onde são consideradas as propriedades com dimensões entre 1 e 25 alqueires (MILLIET, 1941:76). MONBEIG (1945:14) descreve que no Norte Novo do Paraná *“não se contam senão duas fazendas de 200 alqueires e a grande maioria das explorações agrícolas tem uma área variando de 5 a 25 alqueires, parece, pois possível atribuir-se ao tipo médio uns doze alqueires”*.

veiculada em São Paulo, compondo assim, parte do sucesso do empreendimento da companhia¹⁹.

PADRAO DE TERRA BOA

OLHE para a photographia acima. É uma pequena amostra da fertilidade das terras do norte do Paraná. A gigantesca figueira que jaz por terra, ao lado de cujo tronco os homens tornam-se pigmeus, é padrão de terra boa, de terra vir-

gem, que dá em troca de quem a cultiva prosperidade e riqueza. Lá tudo é grandioso, o trabalho remunerador, o clima saluberrimo. É a região do proximo futuro, a região de quem ambiciona tirar do solo o que de melhor elle pode dar.

Solicite informações detalhadas á Rua 3 de Dezembro, 48, Antigo 12 - Caixa Postal, 2771 - São Paulo

CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Figura 1.3: Anúncio da Cia. de Terras Norte do Paraná (1934)

Fonte: adaptação do autor, com base em RECLAMES DO ESTADÃO (2010).

O processo de colonização do Norte Novo do Paraná com a presença de investimento estrangeiro e por meio de uma colonização dirigida por uma companhia foi peculiar no Brasil até então, além da relação que se estabeleceu entre os agentes de vendas e as propagandas dirigidas aos pequenos agricultores e pequenos cafeicultores do oeste paulista e do norte pioneiro.

¹⁹ Demais reclames identificados que foram veiculados em jornais da época estão no anexo A.

As expectativas aos potenciais compradores foram intensas, gerando uma espécie de “febre”, um efeito que é lembrado até hoje. Arias (1995) reuniu as memórias dos pioneiros da região de Londrina por meio de diversos depoimentos de pessoas de diferentes classes sociais, entre 68 e 87 anos, que vieram para o Norte do Paraná na década de 1930. (ARIAS, 1995). Tais depoimentos dão ideia do cenário no qual os indivíduos estavam inseridos, do clima promovido pelas propagandas, pelos agentes de vendas e, sobretudo, pelas condições de financiamento:

“Aí veio a crise de 30 e que prolongou-se... Até 1940 todo o Brasil estava em crise... E a gente então, em face da notícia: o Paraná tem uma zona muito boa, muita produção, é fácil adquirir terra, todo mundo pode adquirir terra sem ter dinheiro, a crédito – isso aqui encheu em pouco tempo, não é?”.

Sr. José Hosken de Novais, advogado, ex-prefeito, 75 anos. (ARIAS, 1995: 72).

E: *A senhora já tinha ouvido falar no norte do Paraná quando a senhora veio pra cá?*

D: “Já porque o Norte do Paraná fez propaganda como galinha quando bota ovo, não é? Que cocoroca bastante! Não tinha um pedaço do Brasil que não tivesse propaganda do Norte do Paraná! Toda parte tinha (...)”.

Dona Maria Angélica de Lima, proprietária de terra, 79 anos. (ARIAS, 1995: 73).

“Todo mundo ficava doido, era a corrida do ouro! O Eldorado: Era o oeste, você tinha tudo”.

Dona Severina Alho, dentista aposentada, 76 anos. (ARIAS, 1995: 74).

“Era um Eldorado mesmo!” “Era como... o oeste americano. A conquista do oeste nos Estados Unidos foi uma coisa extraordinária para os Estados Unidos. Então o Norte do Paraná era como... foi o oeste para os Estados Unidos...”.

Sr. Amil Adum, jornalista e advogado aposentado, 78 anos. (ARIAS, 1995: 75).

Além da propaganda dos loteamentos em outras regiões, sobretudo, em São Paulo, a disseminação da cultura cafeeira também teve influência das políticas de defesa do café, considerado então o centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil.

O mecanismo de controle da oferta inicia-se com o Convênio de Taubaté, em 1906, proibindo o plantio de novos cafeeiros pelos maiores estados produtores (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), bem como a responsabilização dos respectivos governos pela compra e estocagem da produção excedente (SILVA, 1985). A efetivação deste convênio, fora o impulso inicial dentre uma série de ações de controle de preços durante as décadas seguintes que influenciou para a extensão da cafeicultura em outras regiões.

No ano de 1931, o decreto federal 19.688, de 11 de fevereiro, autorizava a compra pelo governo de todo o café retido até 30 de junho e não comprado pelo estado de São Paulo, além da instituição de um imposto de 1\$000 para cada pé de café plantado pelos próximos cinco anos, o que na realidade representava a inviabilidade da expansão da cultura. No entanto, sob a influência do Paraná, e de outros estados produtores cuja produção era de

menor escala, esta regra foi aplicada apenas para os estados com mais de 50 milhões de cafeeiros, o que favoreceu a expansão da cultura na região (DELFIM NETTO, 1959:144).

As regiões cafeeiras do Paraná foram classificadas pelo IBGE (1991) como mesorregiões Norte pioneiro, Norte Central Paranaense e Noroeste. Elas correspondiam na época da colonização às Frentes Pioneiras do Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo, como poder ser observado por meio da Figura 1.4. Esta classificação anterior, adotada neste trabalho, também foi elaborada pelo IBGE e vigorou até 1991, porém, é encontrada ainda hoje na literatura sobre o tema, vista nos anúncios de lotes para venda, além de estar presente no vocabulário dos descendentes de pioneiros que habitaram a região mencionada (IZEPÃO, 2008).

Figura 1.4: Divisão da Região Norte do Paraná²⁰.

Fonte: adaptação do autor, com base em PADIS (1981), TOMAZI (1997: 127); IPARDES, 2010.

Como já mencionado, a presença da cafeicultura no Norte do Paraná implicava em uma nova relação de dependência com o estado de São Paulo para o escoamento da produção. Não havendo até então ligação com o Porto de Paranaguá, se fazia necessário a utilização do sistema ferroviário paulista, por meio da Companhia Sorocabana que interligava a produção

²⁰ Pela indisponibilidade de um *shapefile* que permitisse a elaboração de um mapa para a região Norte do Paraná com a divisão política da década de 1960, adaptou-se a figura com base no Mapa Político do Paraná (1960), IPARDES, 2010.

da região, a partir do município de Ourinhos (divisa com o estado de São Paulo), com o porto de Santos²¹.

No cenário nacional, a produção cafeeira apresentou a partir de 1933 uma permanente redução nas regiões pioneiras do Brasil em decorrência da prolongada queda no preço internacional, fator que desestimulou os produtores. (CANCIAN, 1981) Como elemento adicional, a partir de 1931 a responsabilidade sobre a política cafeeira passou de São Paulo para o Departamento Nacional do Café (DNC), um órgão federal criado com o objetivo de combater a superprodução. O DNC passou a adquirir as safras, às quais se destinavam na proporção de 30% para estocagem, 30% para exportações, e os 40% restantes compunham a denominada “quota de sacrifício”, que seria incinerado (ABREU, 2010).

Essa ação de sustentação de preços promovida por meio da incineração de sacas do café gerou desconfiança acerca da eficácia da política adotada pelo Brasil para o setor, resultando numa acentuada queda da produção no estado de São Paulo, então o maior produtor do bem. Sobretudo após a geada de 1942, acentuou-se a erradicação por meio do abandono e do corte dos cafezais como solução imediata. No entanto, ao mesmo tempo em que ocorria este movimento de contenção da oferta do café no estado de São Paulo, observava-se a tendência inversa para o estado do Paraná, onde encontram-se altos índices de produtividade. (CANCIAN, 1981)

O significado da relação entre a cafeicultura paulista e a paranaense é um interessante ponto de discussão, passível de algumas interpretações. Para Padis (1981), a inserção do café no Paraná é o resultado de uma extensão da economia cafeeira paulista aliada ao esforço desenvolvido pelo governo do Paraná. Esta visão pode ser compreendida por meio da própria evolução da economia cafeeira no Brasil, iniciada no vale do Paraíba, estendida pelo estado de São Paulo, rumo ao oeste, chegando, naturalmente ao Paraná, onde encontrou clima e solo favorável. No entanto, a ideia de extensão não se verifica ao observarmos que no momento em que a cultura passa a se estabelecer no Paraná, ela já encontrava-se em relativo declínio em São Paulo. Seria, portanto, uma migração.

É válida também a relação estabelecida para o escoamento da produção paranaense pelo porto de Santos, beneficiando-se do complexo cafeeiro capitalista de São Paulo²². Neste

²¹ A ligação entre a região norte do Paraná e o porto de Paranaguá só foi estabelecida de forma eficiente por meio da Rodovia do Café, construída na década de 1960, pelo governo Ney Braga (1961-1965). Até a década de 1960 a única ligação rodoviária existente se dava pela estrada do Cerne (hoje PR-090), uma precária estrada de terra construída durante o governo Manuel Ribas (1932-1945) (IZEPÃO, 2008).

²² Sobre a formação do complexo cafeeiro capitalista de São Paulo, ver: CANO, 1977.

elemento a discussão versa sobre a capacidade da cafeicultura no Paraná ter formado também um complexo cafeeiro. Esta é uma questão que será discutida no capítulo 4.

Outra interpretação válida é de que a cafeicultura paranaense foi em grande parte favorecida pelas contradições existentes na tradicional cafeicultura paulista após 1930, a qual não encontrou condições plenas de adequação em sua estrutura produtiva, tipicamente em larga escala, com cafeeiros e solo relativamente exauridos e predominância de grande contingente populacional como assalariado, e não como produtor. No entanto, encontrou no Paraná além do solo fértil, uma estrutura fundiária mais adequada ao cenário, condições de financiamento que permitiam o acesso a terra, o trabalho familiar e a dissociação do plantio e beneficiamento. Estes são elementos importantes para se compreender como a cafeicultura se instalou no Paraná num momento de crise nas demais regiões.

Como já mencionado, a existência da atividade em pequena propriedade na década de 1930 não era novidade. Segundo Milliet (1941), esse efeito é observado em todas as regiões cafeeiras de São Paulo, trazendo também a participação de imigrantes como produtores. Portanto, ainda que a estrutura fundiária seja um elemento importante para explicar a rápida expansão do café no Paraná, deve se responsabilizar em grande medida a estrutura de financiamento organizada pelas companhias de colonização, que foi o que permitiu o acesso aos lotes.

A fertilidade das terras encontradas no Norte do Paraná permanece como um elemento fundamental para o êxito da cultura. Uma década posterior à implantação no Norte Novo já é possível ver concretizados os resultados prometidos durante as vendas.

Produtividade das lavouras de café: São Paulo e Norte do Paraná - 1947/1951				
Ano	Em Kg/ha.		Em Kg/1000 pés	
	N. Paraná	São Paulo	N. Paraná	São Paulo
1947	586	338	929	440
1948	583	423	923	552
1949	621	369	992	480
1950	758	334	1202	432
1951	594	337	948	442

Quadro 1.8: Produtividade das lavouras de café: São Paulo e Norte do Paraná (1947 – 1951). Adaptação do autor, com base em: SERRA, 1992:71.

O quadro 1.8 demonstra que entre 1947 e 1951 a produtividade das lavouras paranaenses em relação a verificada em São Paulo foi significativamente maior, quando considerado a quantidade de café produzido por alqueire, bem como a quantidade por mil pés de café, o que reflete diretamente a idade dos cafeeiros. Em ambas comparativas pode-se concluir que a qualidade da terra roxa do Norte do Paraná e os cafeeiros novos permitiram

uma produtividade bem maior que a paulista. Esse fator certamente foi fundamental para a procura dos lotes e para a migração de produtores para a região mesmo em um cenário desfavorável à exportação.

O Gráfico 1.2 demonstra a acentuada queda nos preços de exportação do café (que poderia ter inibido a plantação de cafezais no Paraná) utilizando o índice do IBGE que representa o ano de 1995 como 100%. Adota-se os preços médios de exportação de café convertido para dólares, e os preços de exportação publicados no Anuário Estatístico do Café (IBGE, 2012).

Gráfico 1.2. Índice de Preço de Exportação do Café (1995=100)

Fonte: elaboração do autor, com base em IBGE (2016).

A acentuada redução no preço de exportação do café, cuja deterioração se inicia no ano de 1929, apresenta uma breve recuperação entre 1931 e 1932, e volta a se deteriorar a partir de 1932, somente apresentando uma tendência de recuperação a partir de 1940. Ao passo que as formações dos cafezais no Norte Novo do Paraná iniciam-se em 1934.

Embora conjuntura econômica na qual a cultura do café se implantou no estado do Paraná não fosse de preços favoráveis, as razões expostas anteriormente podem justificar o crescimento vertiginoso da cultura na região, que se tornou em pouco tempo o maior estado produtor do Brasil.

A produção paranaense de café passa a ser representativa em relação aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo em meados de 1946, como pode ser observado no Quadro 1.9:

Produção brasileira de café (1940 - 1970)					
Ano	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná	Total Brasil
1940	10.217	3.196	1.180	932	16.456
1941	9.274	2.575	1.984	836	15.797
1942	8.528	2.165	1.433	550	13.613
1943	5.936	3.141	1.866	160	12.160
1944	4.722	1.875	1.278	579	9.137
1945	6.101	2.872	1.992	674	12.701
1946	8.874	2.176	1.207	1.138	14.019
1947	6.523	2.753	2.042	1.550	13.572
1948	11.173	2.413	1.032	1.885	16.952
1949	7.391	3.214	2.543	2.318	16.303
1950	8.118	2.751	1.388	4.026	16.754
1951	6.261	3.374	2.040	2.843	15.021
1952	7.185	1.843	1.530	5.048	16.100
1953	6.162	3.372	1.828	3.198	15.148
1954	7.333	3.172	1.848	1.337	14.512
1955	9.268	3.743	2.048	6.306	22.064
1956	6.019	1.930	1.561	2.178	12.535
1957	9.538	3.696	2.505	4.731	21.628
1958	10.697	4.236	2.572	8.590	26.807
1959	15.620	4.501	1.913	20.691	44.130
1960	8.242	3.475	3.102	14.320	29.848
1961	11.300	4.000	1.900	21.400	39.600
1962	5.200	2.500	2.400	18.000	28.900
1963	10.100	1.600	1.300	9.500	23.200
1964	1.800	1.200	1.100	3.600	8.300
1965	11.200	2.900	1.900	20.400	37.000
1966	6.200	2.800	1.600	7.700	18.800
1967	8.500	2.000	700	12.900	24.500
1968	4.600	1.900	1.600	8.300	17.000
1969	6.100	1.300	500	12.300	20.600
1970	4.400	3.000	1.600	1.600	11.000

Quadro 1.9: Produção de café, em milhares de sacas de 60 kg.

Fonte: adaptação do autor, com base em: MARTINS; JOHNSON, (1992).

No ano de 1959 o Paraná registrou pela primeira vez a maior safra dentre os demais estados produtores, exportando 20.691 mil sacas de café, frente à 15.620 mil sacas exportadas por São Paulo. Esse resultado volta a se repetir diversas vezes até fins da década de 1960, quando já é possível se verificar um declínio da cultura em todas as regiões brasileiras.

O Gráfico 1.3 demonstra a importância da produção de café no estado do Paraná, em relação à produção brasileira, cujo resultado torna-se significativo durante a década de 1940.

Gráfico 1.3: Produção Brasileira de Café – Paraná/Brasil, em % (1920/1968).

Fonte: elaboração do autor, com base em CROCETTI (2007).

Compreende-se pelo gráfico que a produção paranaense permaneceu pouco significativa até a década de 1930 (período de cultivo no Norte Velho), havendo um aumento de participação que acentua-se na década de 1940²³, quando atinge 5,8% de participação na produção brasileira. Posteriormente, na década de 1950, a participação apresenta novamente significativo aumento, atingindo cerca de 25% de participação na produção total e, após acentuada redução em 1955, voltou a se recuperar, atingindo na década de 1960 as maiores níveis de participação com destaque para o apogeu em 1965, onde representou 55% de toda a produção brasileira de café (CROCETTI, 2007).

Mesmo com a crise no cenário internacional sabe-se que o café era o maior produto da pauta de exportação brasileira no período e, conseqüentemente, o mais defendido pelo governo federal, gerando assim uma segurança e um respaldo à adoção da cultura no Estado do Paraná.

1.3. A cafeicultura no Norte Velho e no Norte Novo

Compreendidos os argumentos que justificam a chegada e a implementação da cultura cafeeira em todo o norte do Paraná, é possível destacar a partir da visão de Cancian (1981), algumas diferenças entre as três zonas cafeeiras do estado. Conforme já mencionado, o café passa a ser produzido primeiramente no Norte Velho, passando então à região colonizada no

²³ A produção cafeeira no Norte Novo do Paraná inicia-se em 1934, contribuindo significativamente para o aumento da representatividade do estado.

âmbito das companhias de terras, o Norte Novo, e se estende, por fim, ao Norte Novíssimo, a noroeste.

No Norte Velho, região primária de plantio, Cancian (1981) destaca a atratividade gerada também em antigos e grandes cafeicultores, como se pode identificar Antônio Barbosa Ferraz. Barbosa Ferraz era oriundo de Ribeirão Claro-PR (divisão com São Paulo), localidade onde vendeu suas propriedades movendo-se para Cambará-PR e iniciou o plantio com um milhão de pés de café. Mesmo sem identificação nominal, Cancian (1981) afirma que um grupo de fazendeiros paulistas seguiram os mesmos passos de Barbosa Ferraz, instalando-se no Paraná e marcando presença com a produção em grandes propriedades. Segundo Romário Martins produziam café no município de Jacarezinho, em 1920, 171 agricultores entre fazendeiros e sitiantes (*apud* Cancian, 1981).

Fica claro, portanto, que em anos anteriores a 1929 havia uma estreita ligação com o estado de São Paulo, não exclusivamente em relação à origem demográfica, mas pelas relações comerciais e logísticas que podem ser compreendidas pela proximidade geográfica e que inibiram o desenvolvimento das cidades desta região.

Em relação à imigração, diferente do que ocorrera em outros estados no período republicano, não houve subvenção no Paraná. Sem o auxílio do poder público, instituía-se um mecanismo menos viável para o fazendeiro (CANCIAN, 1981).

Este é também um dos fatores limitantes da cafeicultura em larga escala no Paraná, uma vez que para um grande produtor a atividade seria menos viável se o fazendeiro tivesse que custear a transferência de mão de obra por conta própria (CANCIAN, 1981). Portanto, a condição não era favorável à adoção de mão de obra assalariada estrangeira, ou pelo menos, capaz de promover um processo migratório destinado à região.

No Quadro 1.10 é possível observar a composição dos proprietários no cultivo do café, de acordo com cada microrregião e, tomando como base o ano de 1942:

Nacionalidade dos Proprietários no Cultivo do Café, por Microrregiões - 1942 (em %)		
	Brasileiros	Estrangeiros
Norte Velho de Venceslau Braz	90,3	9,7
Norte Velho de Jacarezinho	68,6	31,4
Algodoeira de Assaí	10,5	89,5
Norte Novo de Londrina	43	57

Quadro 1.10: Nacionalidade dos proprietários no cultivo do café, por Microrregiões (%).
Fonte: adaptação do autor, com base em CANCIAN (1981).

A região pertencente ao município de Venceslau Braz (PR) era composta, em sua maioria, por brasileiros, correspondendo a 90,3% do total, seguido em menores proporções

por Jacarezinho, com 68,6%. A região de Assaí, composta por 89,5% de estrangeiros atraiu muitos imigrantes japoneses motivados pela cultura algodoeira daquela região. Por fim, em menor escala, com 57% de estrangeiros, a região de Londrina no Norte Novo.

Em Maringá-PR, a nacionalidade dos primeiros compradores de lotes rurais, entre os anos de 1938 a 1973, também era predominantemente de brasileiros, seguidos por europeus, com 19% do total de compradores.

Nacionalidade dos primitivos compradores de lotes rurais - Maringá (1938-1973)		
NACIONALIDADE	COMPRADORES	%
Brasil	1453	76
Europeus	362	19
Asiáticos	85	4,5
Sul-americanos	4	0,2
Norte-americanos	2	0,1
Apátridas	3	0,1
TOTAL	1909	100

Quadro 1.11. Nacionalidade dos primeiros compradores de lotes rurais – Maringá (1938-1973)
Fonte: adaptação do autor, com base em LUZ; OMURA, 1975.

Vale ressaltar que a categoria dos “brasileiros” é composta em sua maioria por descendentes de italianos que vieram para o Brasil durante o processo imigratório do final do século XIX e início do século XX. Pelo que demonstra a tendência, foram colonos nas fazendas do oeste paulista e encontraram nas terras do Paraná condições de estabelecer lavoura própria (LUZ; OMURA, 1975).

De acordo com a Cancian (1981), independentemente da nacionalidade, a estrutura fundiária do Norte Novo tendia a favorecer o pequeno produtor já habituado à cultura do café. Assim, a esses agricultores era possível vislumbrar a possibilidade de melhorar suas condições sociais e financeiras, uma vez que se tornavam proprietários das terras que iriam cultivar e, ao viver com a família na propriedade, contando com a mão de obra de todos, teriam reduzido o custo monetário de mão de obra.

A viabilidade econômica desses empreendimentos já se dava imediatamente após a compra, pois, a derrubada da mata permitia a comercialização de madeira e a confecção de casas e abrigos necessários à propriedade. Este era o primeiro mecanismo de capitalização para o pagamento das anuidades da propriedade, além da vida simples e hábitos poupadores que permitiam a esses proprietários iniciar suas atividades (CANCIAN, 1981).

Como afirma Cancian (1981:76) “no final da década de 1940 e durante toda a década de 1950, muitos desses pioneiros compraram novos lotes, quer no Norte Novo de Maringá, ou além, no Norte Novíssimo”. Portanto, foram os pioneiros e imigrantes os mesmos produtores que permitiram a extensão da cultura cafeeira para novas regiões do estado. Era o destino geralmente do primeiro capital gerado dentro do estado e não mais proveniente de outras regiões, como no investimento inicial.

Geograficamente pode-se observar também acentuadas distinções em relação à aplicação do capital nas propriedades. A análise de Cancian (1981) demonstra na Tabela 1.1 os tipos de investimento nas microrregiões que pertencem ao Norte Velho e ao Norte Novo na década de 1940.

Tabela 1.1: Investimentos em terras, edifícios e maquinismos em relação ao total do capital investido e ao total da cafeicultura paranaense.

Investimentos em terras, edifícios, maquinismos em relação ao total do capital empregado em cada setor e ao capital total da cafeicultura paranaense.						
Tipos de investimento	Investimentos em nº absolutos	Investimento por Microrregião (em %)				
		Norte Velho de Venceslau Braz	Norte Velho de Jacarezinho	Algodoeira de Assaí	Norte Novo de Londrina	TOTAL
Terras	209.186.000	17,37	50,31	9,21	23,11	100
Edifícios	40.615.000	17,25	59,17	1,1	22,48	100
Maquinismos	11.981.000	5,44	91,1	2,67	0,79	100
TOTAL	261.822.000	16,8	53,56	7,64	22	100

Fonte: adaptação do autor, com base em CANCIAN (1981).

Na região do Norte Velho de Venceslau Braz, onde o café já se encontrava em declínio nos anos 1940, nota-se maior capital investido em terras e edifícios, que são características típicas de produção em grande propriedade. Na microrregião do norte velho de Jacarezinho, as fazendas eram melhores instaladas, havendo necessidade de maiores edificações, sendo o capital investido mais em edifícios e maquinismos do que em terras, o que denota inclusive um avanço tecnológico aplicado à produção em detrimento do tamanho da propriedade.

Em contrapartida, a microrregião do Norte Novo de Londrina pode ser caracterizada pelo baixo investimento em maquinismos, características da presença de uma agricultura familiar e de pequena propriedade (CANCIAN, 1981).

Essas variações, porém, não determinam o desaparecimento da grande propriedade no Norte Velho. Embora as grandes unidades produtivas fossem se tornando menos rentáveis

com o passar do tempo, os capitais gerados pelo café foram sendo deslocados para outras atividades que permitiram aos seus proprietários auferir maiores lucros, inclusive por meio da especulação imobiliária. Já a tendência da redução do tamanho das propriedades, à medida que a produção se interioriza, evidencia a maior lucratividade nesta estrutura²⁴.

Como característica adicional da produção cafeeira nas pequenas propriedades, tem-se a dissociação entre produção e beneficiamento, que tradicionalmente eram internalizadas na mesma propriedade. Portanto, era possível ao produtor vender o café em coco, passando por intermediários que se dedicavam exclusivamente a esta atividade de beneficiamento, as chamadas “Máquinas de Café”.

Um exemplo desta atividade no Paraná é o de Geremia Lunardelli, conhecido como o “Rei do Café”, que deixou de produzir para exercer a atividade de beneficiador e comerciante de café e cereais, em 1936. Esta também foi uma alternativa para grandes produtores de café, que viam a lucratividade de sua produção em grande propriedade se reduzir (CANCIAN, 1981). Diante deste exemplo, é possível conceber uma estreita relação entre o capital cafeeiro e o desenvolvimento de atividades correlatas à cafeicultura, no que podemos chamar de “efeitos de encadeamento para trás e para frente”, como definidos por Albert Hirschman²⁵.

As características introduzidas à cultura cafeeira no Norte Novo, como o menor número de trabalhadores, a dissociação entre produção e beneficiamento e a presença de outras culturas nas áreas cafeeiras, aliado a um grau de avanço técnico na produção determinaram, em grande medida, o êxito do empreendimento, mesmo que este dependesse também de fatores externos.

A maior safra produzida no estado ocorreu em 1962 já numa conjuntura de superprodução e após o centro dinâmico da produção cafeeira deslocar-se por três vezes. Esse deslocamento pode ser observado por meio do Quadro 1.12, que apresenta o índice do número de cafeeiros no norte do Paraná, adotando o ano de 1935 como ano-índice.

Índice no Número de Cafeeiros no Norte do Paraná (1935=100)				
Região/ano	1920	1935	1942	1945
Norte Velho de Venceslau Braz	90,4	100	99,4	83,3
Norte Velho de Jacarezinho	27,3	100	121,6	127,9
Algodoeira de Assaí	-	100	254,6	263,6
Norte Novo de Londrina	-	100	873,6	960

Quadro 1.12: Índice do número de cafeeiros no norte do Paraná (1935=100)

Fonte: adaptação do autor, com base em CANCIAN (1981).

²⁴ Apesar da menção de CANCIAN (1981) sobre a rentabilidade, não foram identificados dados quantitativos nos trabalhos da pesquisadora que permitam confirmar tal afirmação.

²⁵ Sobre os denominados efeitos de encadeamento, ver: HIRSCHMAN, 1961.

Com base nos dados, fica evidente esse deslocamento da produção do café do Norte Velho em direção ao Norte Novo. No ano de 1920, 90,4% da produção estava na microrregião de Venceslau Braz. Já em 1942, a microrregião de Jacarezinho supera a produção da região anterior, ao passo que a produção das microrregiões de Assaí e, em maior grau, Londrina, se intensificam. A mesma tendência pode ser observada entre as microrregiões para o ano de 1945.

Esses deslocamentos se completam em caráter regional, em 1951, no momento em que a quantidade produzida de café do Norte Novo superou a do Norte Velho, bem como em 1962, quando a produção proveniente do Norte Novíssimo superou a produção do Norte Novo e, posteriormente, a cultura passou a declinar em todo Norte do Paraná. (CANCIAN, 1981).

1.4. O declínio da atividade cafeeira

Para justificar o declínio da atividade cafeeira no Paraná podem-se aferir múltiplos fatores. No entanto, defende-se neste estudo a ideia de três fatores preponderantes. Os fatores climáticos, os políticos, e os ligados ao cenário internacional.

Quanto ao clima, sabe-se que a região norte do estado já havia sido assolada por fortes geadas em 1953 e 1955, que resultou em danos superiores a 50% de quebra nas safras. Posteriormente, novas geadas atingiram a região em 1969, 1972 e 1975, quando esta última dizimou totalmente os cafeeiros (SERRA, 2001). Assim, o conjunto de eventos climáticos ocorridos desestimulou a produção, favorecendo o deslocamento gradual para outras regiões, tal como Minas Gerais. Porém, a atividade finda abruptamente com a devastação total causada pela geada de 1975, que levou a zero a produção no ano de 1976 (CAMOLEZI; COSTA, 2009).

Figura 1.5: O Estado do Paraná, edição de 19 de julho de 1975.
Adaptação do autor, com base em: MORESQUI, 2017.

Em relação ao fator político, o declínio se justifica pelo estabelecimento de uma nova visão política na década de 1950, pautada na industrialização. Neste contexto, estreitou-se o envolvimento do setor público com uma política de desenvolvimento que estabeleceu um conjunto de metas tanto para o setor público, como para o privado, e resultou no Programa de Metas²⁶. Um dos objetivos das ações governamentais do programa foi acelerar o processo de substituição de importações e a produção de bens duráveis e de capital, orientando desta forma uma política de industrialização no país (ORESTEIN; SOCHACZEWSKI, 1989).

Esta nova visão de política econômica que se estabeleceu no Brasil em âmbito federal, se inseriu também nos governos estaduais, e no Paraná, dez anos depois, foi formulada pelo governador Ney Braga²⁷ cuja campanha teve como lema “industrialização e planejamento”.

Um dos instrumentos criados pelo governo estadual para a efetivação desta proposta foi a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná – CODEPAR, em 1962, com o objetivo de financiar atividades industriais, bem como elaborar projetos e criar infraestrutura

²⁶ O Programa de Metas foi um plano quinquenal cujos projetos se basearam em diagnósticos da CMBEU e dos programas CEPAL/BNDE e contemplava investimentos em energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação (ORESTEIN; SOCHACZEWSKI, 1992).

²⁷ O governador Ney Aminthas de Barros Braga exerceu o 1º mandato de 1961 a 1966, sendo eleito pelo Partido Democrático Cristão (PDC) em coligação com o Partido Liberal (PL) (IZEPÃO, 2008).

para o estabelecimento industrial. A política de desenvolvimento adotada no Paraná, embora defasada se comparada ao estágio da indústria nacional, representou significativa alteração das anteriormente adotadas, pautadas principalmente na exportação de bens primários, sobretudo, o café (IZEPÃO, 2008).

Em mesmo sentido, o Instituto Brasileiro do Café (IBC)²⁸ criou em 1961 o Grupo de Erradicação e Racionalização do Café (GERCA), que tinha por objetivo erradicar cafezais excedentes por meio da diversificação, modernização da agricultura, criando também linhas de financiamento direcionadas a essas ações. (OLIVEIRA; MORELLI, 2011) A principal alternativa oferecida pelo GERCA para racionalização foi a adoção de lavouras temporárias e de pastagens.

A presença de cidades formadas na região sob a influência da cafeicultura permitiria a existência de um mercado consumidor capaz de demandar outros bens produzidos. Assim, o Governo Federal financiou, por meio do programa IBC-GERCA, a erradicação de aproximadamente 249.957.000 pés de café de junho de 1962 a maio de 1967, promovendo como consequência o desemprego de 58.000 famílias (IBC/GERCA/DAC, 1967 *apud* SERRA, 2001).

Quanto ao cenário internacional, sabe-se que em princípios da década de 1960 mais uma crise da economia cafeeira repetiu o cenário visto na década de 1940. E, mais uma vez, a sustentação dos preços²⁹ se deu com base em uma política que absorveu um elevado montante de recursos para restringir a oferta de café (ABREU, 2010). A crise de superprodução na década de 1960 gerou uma intensa deterioração dos preços e se impôs como resultado da entrada de um grande volume de café resultante das safras de fins da década de 1950, bem como o aumento da concorrência internacional.

A situação se agravava ainda mais pelo estímulo ao plantio de novos cafezais motivado pelas excelentes safras do final da década de 1950 e início da década de 1960 (CANCIAN, 1981). Este fenômeno pode ser observado por meio do Gráfico 1.4, que destaca no quadrante a queda de preços ocorrida durante a década de 1960.

²⁸ O Instituto Brasileiro do Café – IBC – foi criado em 1952 pelo governo federal com o objetivo de regular a política cafeeira, tornando-se órgão fundamental para a cafeicultura e toda a atividade agrícola no Brasil (OLIVEIRA; MORELLI, 2011).

²⁹ Ver apêndice: Índice de preço de exportação do café – IBGE (2012).

Gráfico 1.4: Índice de Preços de Exportação de Café (1995=100)

Fonte: elaboração do autor, com base em IBGE (2016).

Ainda na década de 1960 houve a realização do primeiro Acordo Internacional do Café (1963-1968) com o objetivo de estabilização dos preços, o que constituiu pela primeira vez no abandono da política de sustentação artificial dos preços desde 1906 (ABREU, 2010). No entanto, como se observa no Gráfico 1.4, o preço do café somente voltou a se recuperar em meados de 1970.

Outros fatores secundários podem ser considerados como influência para a decadência da cafeicultura no Paraná, dentre os quais, a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que passou a garantir aos trabalhadores rurais os mesmos benefícios garantidos aos trabalhadores urbanos, implicando em um aumento do custo da mão de obra pelos benefícios trabalhistas. Outro elemento é a modernização da agricultura, posteriormente a 1975, que completou o processo de transformação do meio rural abrindo espaço para a empresa agropecuária. (SERRA, 2001:51)

A decadência é também resultado de uma alteração estrutural que se observou no Brasil, pois, na primeira metade da década de 1950, o setor agropecuário possuía participação relativa de 24,3% do PIB, no instante em que a participação da indústria correspondia a 24,1%. Logo na segunda metade da mesma década esse cenário seria alterado, passando a participação da indústria a 25,6% e a agricultura a 23,5% do PIB. Esta alteração se acentuou permanentemente na economia brasileira após a posse do Presidente Juscelino Kubitschek, em 1956 (GIAMBIAGI; VILLELA, 2005:50).

Uma das políticas adotadas pelo presidente Juscelino Kubitschek foi de beneficiar a indústria por meio de investimentos realizados em infraestrutura, sobretudo, energia e transportes. Isso se evidencia pelo aumento da taxa de investimento do governo, passando de

13,7% em 1955 para 17% em 1963. Neste contexto, o café, que desde o império foi o carro-chefe da dinâmica econômica brasileira, passou a perder importância relativa concomitantemente ao processo de industrialização no Brasil desde os anos 1930. No Paraná isso ocorreu um pouco depois, nos anos 1960.

Dessa forma, o mandato de Juscelino Kubitschek pode ser caracterizado pela intensa política de desenvolvimento industrial, cujos diagnósticos deram origem ao Plano de Metas e fundamentaram investimentos em algumas áreas que tiveram êxito, levando a economia brasileira a taxas aceleradas de crescimento (ORESTEIN; SOCHACZEWSKI, 1992). No entanto, Grandi (2013) contrapõe a ideia de êxito em toda a dimensão do Plano de Metas, destacando que das 30 metas estabelecidas (relacionadas à energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação) foi enfatizada a meta número 27, buscando unir o interesse do governo na produção nacional de carros com o interesse das transnacionais. Isso justifica a agenda prioritária do plano na criação de rodovias e linhas de crédito do setor, em detrimento de outras modalidades de transporte.

1.5. Cafeicultura e atividades industriais no Norte do Paraná: uma primeira aproximação

No processo de desenvolvimento da indústria brasileira, o capital cafeeiro foi importante para alavancar a indústria nacional. O peso deste capital foi e continua sendo fruto de estudos, realizados por diversos pesquisadores³⁰. Para o Paraná, ainda busca-se trazer à luz estas questões.

Considerando a importância que a cultura e o capital cafeeiro representaram para o Paraná, ao se concluir este capítulo, faz-se uma incursão inicial sobre o tema que será desenvolvido ao longo da dissertação. O objetivo neste momento é discutir a existência de atividades industriais no norte do estado destacando a influência do capital cafeeiro para financia-las ou, ao menos, dinamiza-las.

A formação industrial das regiões tradicionais do Paraná (região de Curitiba) tem sua origem na economia ervateira e madeireira em fins do século XIX e início do século XX, e se relaciona diretamente ao beneficiamento destes produtos. Isto se deu também por meio da fabricação de bens ligados ao seu armazenamento e comercialização, tais como embalagens, cordas, etiquetas, caixas de madeira, entre outros. Em mesmo sentido, acredita-se que a

³⁰ Entre os pesquisadores se destacam: AURELIANO (1981); FURTADO (2006); MELLO (1982); SILVA (1985); SUZIGAN (1986); TAVARES (1986).

relação seja válida para a cafeicultura na região norte e as atividades industriais correlatas a ela.

Até a década de 1930, a indústria no norte paranaense era composta por centenas de serrarias, sendo algumas inclusive de grande porte, que se dedicavam à fabricação de móveis rústicos. Havia também o beneficiamento de café, algodão e arroz; atividades realizadas dentro de um critério de essencialidade, cujas limitações se davam de acordo com o próprio café e com a infraestrutura existente. Em linhas gerais, a região tinha uma economia complementar à paulista, exportando produtos agrícolas como o café, o milho e o feijão e importando produtos industrializados do estado vizinho (POZZOBON, 2006). Embora essa relação seja evidente com o estado vizinho, acredita-se que ela não seja de dependência absoluta dos produtos paulistas, como Pozzobon (2006) afirma.

Segundo Trintin (2006), a formação da indústria no norte paranaense passou a ter significância por meio da expansão cafeeira, em meados dos anos 1930, onde o avanço da atividade representou o ingresso de uma cultura que trazia consigo atividades correlatas, bem como um contingente populacional que não seria capaz de se desenvolver sem a presença de indústrias, ainda que rudimentares.

Assim, a cafeicultura teve implicações não somente em termos de resultados sobre a pauta de exportação estadual, mas sobre um conjunto de efeitos dinâmicos para a economia, seja pela diversificação dos setores agrícolas para o consumo na região, seja pelas atividades industriais e, também, pelo acúmulo de capital que o café promoveu.

Na década de 1940, a indústria paranaense representava 1,9% do total brasileiro, chegando a 3,2% na década de 1960. O quadro 1.13 demonstra a participação dos principais gêneros produzidos no estado nos anos de 1950 a 1970.

Participação dos principais gêneros da indústria do Paraná no valor da transformação industrial, nos anos de 1950, 1960 e 1970.			
Gêneros	Anos		
	1950	1960	1970
Minerais não-metálicos	6,87	6,99	7,32
Metalurgia	1,38	2,79	3,29
Mecânica	2,34	1,1	3,33
Material elétrico e comunicação	0,06	0,74	0,55
Material de transporte	0,39	1,12	1,79
Madeira	25,7	26,49	22,81
Mobiliário	3,21	2,74	3,95
Papel e papelão	9,29	4,95	5,27

Participação dos principais gêneros da indústria do Paraná no valor da transformação industrial, nos anos de 1950, 1960 e 1970.			
Gêneros	Anos		
	1950	1960	1970
Borracha	0,01	0,02	0,79
Couros e peles	1,48	1,36	0,85
Química	3,12	4,42	7,83
Farmacêutica e veterinária	0,12	0,17	0,17
Perfumaria, sabões e velas	1,36	0,48	0,33
Matérias plásticas	0,04	0,02	1,22
Têxtil	2,44	3,18	8,57
Vestuário, calçados	0,89	0,85	0,52
Produtos alimentares	31,17	37,15	23,99
Bebidas	6,51	2,75	3,02
Fumo	0,01	0	0,01
Editorial e gráfica	2,38	1,79	3,18
Diversas	1,24	0,91	0,83
TOTAL	100	100	100

Quadro 1.13. Participação dos principais gêneros da indústria do Paraná no valor da transformação industrial, nos anos de 1950, 1960 e 1970.

Adaptação do autor, com base em TRINTIN, 2006:64.

A preponderância era de produtos alimentares, com 37,15% de participação, seguida por 26,49% da indústria madeireira, onde se enquadram a produção de tábuas e compensados. Dentre os gêneros mais representativos encontra-se ainda a indústria ligada aos minerais não metálicos, com uma participação de 6,99%.

Após um pequeno crescimento industrial observado entre 1940 e 1960, a indústria foi afetada pela recessão que o Brasil passou de 1962 a 1967, bem como pela crise da cafeicultura e pelo esgotamento das reservas de madeira do Paraná na mesma década. Esse reflexo se justifica pela proximidade entre as atividades industriais e as primárias.

Portanto, ao mesmo tempo em que a crise da atividade cafeeira promoveu uma busca pela diversificação em atividades industriais, ela também penalizou a indústria nascente. (TRINTIN, 2006:65).

Os setores mais distantes das atividades primárias permitiram que a indústria ainda mantivesse participação na renda interna, com o crescimento da indústria mecânica, de borracha, de papel e papelão e química. (ITO, 1980 *apud* TRINTIN, 2006:66).

Quanto à localização das indústrias nos anos 1960, houve uma concentração na região de Curitiba que constituía 34,66% das indústrias do estado, seguida pela região de Londrina,

Ponta Grossa e Maringá, que denota a presença de unidades industriais em regiões tipicamente cafeeicultoras, como o norte do estado. (TRINTIN, 2006:66)

Sabe-se que a atuação do governo era precária no norte do estado nos anos 1960, sendo que até mesmo as primeiras escolas foram iniciativas dos colonizadores, e da mesma forma havia a falta de estradas e de estrutura do setor elétrico como empecilhos para permitir o desenvolvimento industrial (POZZOBON, 2006).

Portanto, é justamente na parca infraestrutura existente no estado que reside um dos entraves para o desenvolvimento da indústria e que permite a transferência da renda para outros estados por meio de relações comerciais. Poucas rodovias de integração do estado já estavam abertas e a energia elétrica no interior do Paraná era servida por antigos geradores diesel-elétricos. Além desses fatores que desestimulavam o investimento, os recursos do governo estadual também eram insuficientes para criar condições de expansão das atividades industriais (CODEPAR, 1964).

Com a mudança de visão política nos anos 1960, a necessidade de se industrializar se tornou mais evidente e o setor público, aliado à participação do capital cafeeiro, permitiu a criação de um projeto amplo de desenvolvimento industrial para o Paraná, garantindo inclusive recursos necessários para a infraestrutura. Nesse projeto o estado não se restringia em promover só infraestrutura necessária, mas também em financiar diretamente empreendimentos industriais.

Conclusão

As atividades desenvolvidas durante a ocupação do território paranaense pelos espanhóis e portugueses não representaram grandes ganhos para a metrópole. Inseridas no sistema colonial, pode-se dizer que nem a extração do mate, nem o ouro encontrado na baía de Paranaguá viabilizaram uma exploração mais acentuada. No entanto, é importante ressaltar que essas atividades foram preponderantes para a abertura de rotas e para a interiorização.

A extração da erva-mate, que se perpetuou até o século XX, possibilitou a formação de uma elite econômica na região do planalto, embora demonstre ao longo da série histórica que enquanto esteio da economia paranaense não permitiria grandes transformações. Tanto a volatilidade dos preços, como a concorrência, abalaram o setor em diversos momentos.

Tal como a erva-mate, a atividade madeireira teve crescimento pela deflagração das duas guerras mundiais, que desorganizaram as importações brasileiras de madeira, porém,

também não promoveu significativa transformação econômica na região. Atualmente, sob o ponto de vista ecológico foi uma atividade extremamente devastadora, que perdurou enquanto havia reservas naturais na região.

Foi somente com a cafeicultura que se implementou no Paraná uma atividade nova à região, de cultivo, e não determinada pela ocorrência natural. O café foi para o Paraná um elemento de transformação econômica e social, situando-se pela influência de São Paulo numa área até então pouco explorada.

Se o êxito do empreendimento se deu pelo clima propício e pelas terras férteis, se justifica também em larga escala pela estrutura de colonização e pela presença da ferrovia, que permitia o escoamento pelo porto de Santos.

De forma análoga ao que ocorreu anteriormente com a cultura cafeeira entre o vale do Paraíba e o oeste paulista, as mudanças observadas entre a cultura no Norte Velho (divisa com São Paulo) e o Norte Novo foram fundamentais para a expansão após a década de 1930. Pois, no novo cenário internacional a cultura não encontraria condições de expansão nos moldes da “tradicional cafeicultura paulista”. O Norte Velho representa, portanto, uma área de gradual transição.

Em fins dos anos 1960, as recorrentes geadas geraram grandes prejuízos aos cafeicultores, o que desestimulou o plantio de novos cafeeiros e contribuiu para o declínio da atividade. No entanto, aliado a esse fenômeno, soma-se o surgimento de uma nova visão política em torno da industrialização como chave para o desenvolvimento econômico, e a acentuada queda no preço internacional, que só voltaria a subir em meados de 1970.

Acredita-se, portanto, que as transformações geradas no norte do Paraná em função da cultura cafeeira trouxeram consigo a formação de diversas atividades industriais, tanto pelos efeitos de encadeamento gerados pela cultura, como pela demanda exercida pela população que passou a viver na região.

2. PENSAMENTO ECONÔMICO PARANAENSE

Introdução

Este capítulo analisa as ideias que nortearam as políticas públicas e formataram programas em busca do desenvolvimento econômico do Paraná por meio da industrialização nos anos 1960. Se a indústria durante grande parte do século XX foi considerada uma das principais formas de superar o atraso econômico de uma região, no Paraná pode se observar um conjunto de estratégias para promovê-la.

A hipótese de que a utilização do capital gerado no âmbito da cafeicultura, maior fonte de renda do Paraná até a década de 1960, buscou financiar atividades industriais e contribuiu de diversas formas para uma alteração da matriz econômica do Paraná, tanto em sua fase ascendente quanto em seu declínio, certamente perpassa e assenta-se num conjunto de discursos e de ideias capazes de legitimar esses programas, fundamentando-os. Portanto, a compreensão do arcabouço ideológico que esteve presente como pano de fundo no Paraná é importante, sobretudo, para se entender como se instrumentalizaram essas estratégias de industrialização e como essas ideias e teorias se inseriram no cenário paranaense.

Parte-se do pensamento Paranista ainda no século XIX, uma vez que o conjunto de ideias que o constitui influenciam no discurso e na própria compreensão do estado até a década de 1940. Ao final desta mesma década é possível observar algumas alterações na forma de se pensar o governo, na decadência de práticas paternalistas e em uma visão do estado menos idílica, como resultado de um aumento do conhecimento da própria realidade paranaense e de uma maior formatação do significado de indústria.

Na década de 1950, com o fortalecimento da ideia de desenvolvimento econômico norteador pelas propostas desenvolvimentistas da Cepal, já transposta ao estado, se realizam no governo os primeiros diagnósticos dos entraves para a industrialização e a busca de um instrumento para promovê-la com base na substituição de importações. Nos anos 1960, as ideias desenvolvimentistas permaneceram pautadas também pelo pensamento da Democracia Cristã, da Economia Humanista e de estratégias desenvolvidas para promover a infraestrutura necessária e uma industrialização endógena no Paraná. Elementos que serão pormenorizados no decorrer do capítulo.

Contrariamente a todas as perspectivas e conjecturas realizadas nas décadas de 1940, 1950 e 1960, estabelecidas em bases ideológicas transpostas e formuladas para o Paraná, nos anos 1970 ocorre uma grande alteração na realidade econômica que foi efetivamente

industrializante e modificou a forma de se compreender o estado e as ideias que fundamentam as políticas adotadas.

Assim, os anos 70 podem ser considerados de negação das teorias adotadas até então, sobretudo, no tipo de indústria e nos mecanismos de se promover a industrialização. É um grande rompimento com as ideias observadas e um momento no qual o Paraná consegue se inserir na dinâmica capitalista e política em curso no Brasil.

Se, atualmente, o Paraná é um estado industrializado, compondo uma significativa economia entre os demais, é necessário compreender esta trajetória, os entraves e êxitos, bem como, o papel do capital cafeeiro neste contexto. Portanto, a contribuição deste capítulo à hipótese do trabalho será de compreender em que medida as ideias influenciaram na adoção de políticas públicas industrializantes em detrimento do café, o esteio da economia regional.

2.1. Paranismo³¹

O Paraná foi a última província a ser criada durante o Império brasileiro e, embora múltiplas razões tenham contribuído para essa emancipação, neste trabalho foram adotadas fundamentalmente três razões. A primeira versa sobre a influência exercida pela elite política que se formou na região como resultado da atividade tropeirista, que está diretamente ligada à emancipação (WACHOWICZ, 1972). A segunda relaciona-se muito mais a São Paulo, sendo a emancipação uma retaliação do império aos paulistas, pela revolução liberal de 1842 (TOLEDO, 2003). Uma terceira visão, contudo, considera que a criação do Paraná teve como objetivo constituir uma nova barreira ao perigo gaúcho, após a revolução Farroupilha (1835-1845), e assim buscar garantir a unidade política do Brasil, tal como fora uma marca do Segundo Império (PEREIRA, 1996:12).

Independente de quais razões determinantes se adote para compreender a emancipação do Paraná, o fato é que a região constituía um território de passagem, com uma economia pouco desenvolvida, e território pouco povoado e conhecido, além de suas dimensões territoriais permanecerem pouco definidas ainda no começo do século XX³² (PEREIRA, 2002). Com a emancipação tornou-se iminente a busca por uma identidade típica do homem paranaense. É neste contexto que surge o Paranismo, como uma busca identitária que caracterizasse a expressão do homem paranaense, distinguindo-o do paulista e do gaúcho,

³¹ O neologismo “Paranismo” foi criado em 1927 por Romário Martins. No entanto, o conjunto de ideias que compõe este pensamento pode ser identificado desde a emancipação do Paraná em 1853 (CAMARGO, 2007).

³² Na Mensagem de Governo de 1920, o presidente Affonso Alves de Camargo confirma finalmente o encerramento das questões da demarcação das fronteiras do Paraná com o estado de São Paulo e Santa Catarina. (MENSAGEM DO GOVERNO, 1920).

reforçando elementos de sua região, sua forma de viver e sua cultura. Trata-se assim de uma demarcação simbólica (ZATTI, 2006).

Nos fins do século XIX, de acordo com Pereira (1996:14), esse pensamento é caracterizado pelas condições que se estabeleceram econômica e politicamente na região. Há assim a presença marcante do republicanismo, afastando o descaso do Império com a região. Embora a presença de partidos republicanos seja um estágio muito mais avançado ao que se encontrava no Paraná, pode-se dizer que os clubes republicanos e jornais que apontavam a República como um elemento modernizador e como um símbolo de modernidade estivesse claramente presentes.

A forte ideia da República como uma forma de promover o desenvolvimento do Paraná é recorrente na imprensa da época:

A política monarchica, o que tem sido no Paraná, está patente aos olhos de todos. Nas relações moraes é a ignorância e humilhação do cidadão, (...) impondo-lhes um modo de agir contrário às suas crenças (...). (A REPUBLICA. Curityba. P.01. 03 mai. 1888).

E como não podemos viver constituídos sem uma forma de governo, propomos o que admittimos ser a melhor e que parece mais convir a um povo ordeiro, pacífico e naturalmente inclinado ao progresso, a que parece mais apropriada à vastidão dos nossos territórios, á diversidade dos nossos climas, as diferenças de hábitos das diversas províncias, á variedade de interesses regionais. (A REPUBLICA. D'a Federação. Curityba. P.01. 07 mar. 1889).

Portanto, a expressão de modernidade ligada à República, representada pelo progresso técnico e científico demonstram além do otimismo, os objetivos de uma classe dominante, ou seja, de uma estrutura social que legitima o seu discurso por meio de uma idealização.

Outro elemento marcante, que compõe esse ideal paranista é o pensamento positivista³³. A sua presença pode ser evidenciada pelas publicações do Movimento Simbolista de Curitiba, onde as reuniões eram realizadas de acordo com o culto positivista, sob o lema de moral, sinceridade e aperfeiçoamento, tendo como colaboradores personagens principais da elite política, econômica e intelectual do Paraná, notadamente, Emiliano Pernetta, Rocha Pombo, Romário Martins, Vicente Machado e Victor do Amaral, entre outros (PEREIRA, 1998:28).

Esses personagens são importantes para se compreender o pensamento paranista e a forma de transmissão de suas ideias. Pode-se, num primeiro contato, ter a impressão que o denominado Movimento Paranista não representava elevada dispersão para além de um movimento literário, porém, as diferentes ocupações de seus integrantes, num ambiente altamente concentrado socialmente representava significativa ressonância. Emiliano Pernetta

³³ Corrente sociológica fundada por Augusto Comte (1798-1857) onde a sociedade pode ser reorganizada por meio de uma completa reforma intelectual do homem. Ver: COMTE, 1978.

foi poeta, jornalista, advogado e professor. Rocha Pombo foi jornalista, escritor, advogado e historiador, publicando diversas obras de história do Paraná. Romário Martins³⁴ foi um dos expoentes do Paranismo e autor também de obras clássicas de história do Paraná. Vicente Machado foi promotor público e governou o Paraná entre 1893 e 1894 e, posteriormente, entre 1904 a 1906. E Victor do Amaral foi médico, educador e político, ligado à fundação da universidade no Paraná. Todos ligados a famílias tradicionais advindas da região dos Campos Gerais e Curitiba (ligadas ao mate e às atividades tropeiras), reforçando assim o caráter que a expressão paranista possuía em influenciar nos rumos e no desenvolvimento do Paraná.

Além da relação existente pela participação destes personagens ligados à política e outras atividades de destaque, observa-se também a influência da imprensa, pois, essa elite crescente do Paraná, com ganhos de resultados advindos das exportações do mate, após a Guerra do Paraguai, buscou constituir-se também em outras áreas, como por meio do investimento editorial, com jornais e tipografias (CORRÊA, 2009:140).

A burguesia ervateira, na figura do Barão do Serro Azul, fez inúmeros investimentos para a criação de um campo de produção cultural, adquirindo a impressora paranaense, antiga tipografia Lopes (a primeira da província) e a Litografia do Comércio. Logo, serviam não só para a produção de rótulos, mas também para fomentar a imprensa, área estratégica dos investimentos do Barão. (CORRÊA, 2009: 140).

Portanto, o conjunto de ideias que formam o ideário Paranista se estabeleceu por meio de membros da elite, essencialmente dos dois grupos principais, ligado à atividade tropeira nos Campos Gerais e à atividade ervateira em Curitiba e no litoral. Ademais, tais grupos encontraram disseminação, seja por meio de suas atividades profissionais distintas, seja por meio da utilização da imprensa, à qual eram proprietários. É com referência a este contexto que os primeiros historiadores do Paraná começam a escrever deixando, inevitavelmente, as marcas do pensamento em suas obras.

Esta idealização também pode ser observada nas mensagens do governo à Assembleia Legislativa, assim como, em diversos periódicos do período redigidos por políticos e membros desta elite ligada às direções políticas do estado.

Aguardando ansiosa a locomotiva que em pouco tempo chegará ao lado de leste, e não estará pressentindo, como um corollaro mais fecundo, as férreas linhas que a prenderão às Sete Quedas, assombrosa maravilha do majestoso Paraná, onde um dia ressurgirá

³⁴ O Historiador paranaense Romário Martins, embora tenha sido o criador da palavra que reúne em si os elementos mencionados, o Paranismo, excetua-se dos autores aqui mencionados, em cujas obras é possível se observar um elevado grau de ufanismo e exacerbação da realidade. Romário Martins é reconhecido pelo elevado rigor científico em suas obras históricas do Paraná.

indubitavelmente a Nova Guaíra, a futura Omaha da américa do sul? (MONTEIRO TOURINHO³⁵, In. Revista Paranaense, 1881:14).

O estado do Paraná que, pela salubridade de seu clima, bellesa de suas campinas, e uberidade do seu solo, foi chamado por um viajante célebre o paraíso da América do Sul, é, sem dúvida, um excelente ponto de destino aos imigrantes. Ser proprietário é um *desideratum* para o emigrante europeu. (MENSAGEM DO GOVERNO, 1895:40).

Na citação do engenheiro Monteiro Tourinho, além de exaltar as belezas do Paraná, inspira-se na cidade americana Omaha – Nebraska, como um símbolo de desenvolvimento, guardando ainda a similaridade geográfica com a região das Sete Quedas (oeste do Paraná, divisa com o estado do Mato Grosso do Sul) – cidades localizadas ao centro do continente, e banhadas por rios. Na mensagem do governo à assembleia legislativa, o então presidente da província enaltece o Paraná, utilizando-se do termo *desideratum*, representando que os imigrantes que desejassem emigrar à região encontrariam suas aspirações. Evidencia-se assim, as belezas do Paraná, em detrimento das reais condições que permitiriam a viabilidade e as condições de estabelecimento que o Paraná poderia oferecer.

O pensamento Paranista se fortaleceu após a proclamação da República, pois sofreu uma significativa influência do princípio federativo por meio da constituição de 1891, que promoveu a descentralização administrativa, e também, pela formação de toda uma geração que já se instruiu sob esta influência, resultando em uma movimentação cultural em Curitiba, seja no campo das artes, escrita e da própria política (PEREIRA, 1998). Assim, a própria imagem do estado foi idealizada por esse grupo de autores, sempre com características de pujança e futuro promissor, como destaca Romário Martins.

O Paraná pela sua situação geographica, diversidade de altitudes e feracidade do seu solo, tem na agricultura um futuro invejável, que já se manifesta auspicioso nas culturas atuaes. (...) Hoje o Paraná possui, seguramente, 500 mil habitantes³⁶.

O pinheiro esponta por toda a parte transpondo os tufos arbustivos e as searas do europeu laborioso, com intermitências de campo, descrevem de um e de outro lado o poder da atividade agrícola, que a zona inculta rápido transforma no maior fastígio do labor rural. Tudo floresce em torno: ora é o vinhedo que se alarga esbatendo o verdor da coxilha, ou o centeial de um ouro pálido, que ondeia como um grande oceano sobrepondo à vastidão intérmina dos campos, ou ainda é o milharal alinhado que se perde de vista, alongando a haste eril como se compreendesse a sua missão de conquistar as terras abruptas. (MARTINS, R. A Lavoura. *Paraná rural*. 1911:161-163).

³⁵ O Capitão-engenheiro Francisco Antonio Monteiro Tourinho foi um dos construtores da Estrada da Graciosa, e um dos responsáveis pela construção da ferrovia que liga Curitiba à Paranaguá (GAZETA DO POVO, 27 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/o-primeiro-paranaense-quatro-estrelas-d1981y2tvd3rr9s1m14znkj5>>. Acesso em 07 fev. 2017).

³⁶ De acordo com o IBGE, no censo de 1900 o Paraná possuía 327.136 habitantes (IBGE, 2017).

(...) Até 1853 éramos São Paulo. A nossa história foi a daquela grande unidade brasileira. (...) mas hoje não somos mais nem filhos de São Paulo, somos nós mesmos. (...) estamos criando aspectos característicos, um pedaço da civilização brasileira. Fundem-se no Paraná, subordinadas ao elemento disciplinador do nosso poder de se adaptar, quase todas as raças europeias.

Se o paranaense como agrupamento ethnico não pode assim existir, é inteiramente falso que não tenhamos “uma natureza característica”. Ahi está o pinheiro. Ergue-se rachitico, tímido, hesitante, quando as terras paulistas se nos avizinham. Estende-se largamente pela faixa catharinense até rarear e extinguir-se no território gaúcho. Mas o pinheiro grande altivo e nobre, é o nosso pinheiro. Grande e nobre como o paranaense que agasalha o forasteiro com todo o seu carinho, da-lhe o melhor que tem (...). O pinheiro erecto e dominador symboliza o Paraná. Resume nosso destino. Reflecte nossa mentalidade.

O caminho de ferro busca hoje, em duas direcções o mesmo oeste lendário. Approxima-se das quedas d’agua. Reservatório inexgotaveis de energia que se quer transformar para auxílio do Paraná e do Brasil (...).

Se a história foi a paulista, o paranaense já provou, no alvorecer da republica a tempera férrea de sua fibra e a sua compreensão elevada do dever, num facto de brilho inolvidável. Somos diverso do paulista e do gaúcho (...). Louvamos o poder dynamico das iniciativas que fazem crescer e prosperar.

Por isso, tudo o que fazemos vem modelado à nossa própria feição, imperado pela índole que nos caracteriza – um impulso forte para as conquistas avassaladoras do progresso (...).

Vem d’ahi o nosso progresso material que anno a anno, nos faz crescer na escala brasileira.

Marchamos para a liderança econômica que nos assegura os factores que possuímos. (...)

Estamos na vanguarda dos que são por si, dos que vivem por si. É o grande Paraná.

É a terra que o fez grande, generoso e bom! Salve o Paraná!³⁷

(ROCHA NETTO, B. M. Diário da Tarde. 4 abr. 1930 pp. 1-2.)

No entanto, ao visualizar os elementos principais que caracterizam o pensamento paranista, pode-se ter a impressão que ele nada mais representa do que a busca por elementos modernizantes, seja por meio do movimento republicano, do positivismo, e da adoção da ciência como o caminho para o desenvolvimento, tal como também ocorrera no país. Poderia se pensar então que tais ideias, no Paraná, foram desdobramentos do pensamento em voga no Brasil. Porém, como principal peculiaridade está a utilização dessas concepções no sentido de criar uma autoimagem regional, e não nacional.

Em fins do século XIX, não havia condições de inserção de um partido plenamente republicano no Paraná. Contando com a presença dos clubes republicanos, que reuniam integrantes das elites ligadas ao cultivo do mate, e daqueles que acumularam capital por meio da atividade tropeira, nota-se que o agrupamento era resultado muito mais dos interesses

³⁷ Bento Munhoz da Rocha Netto, foi governador do Paraná (1951-1955). O texto é uma conhecida resposta ao artigo de Brasil Pinheiro Machado, onde o Paraná é descrito como apenas um território de passagem, sem características marcantes e não dotado de grandes qualidades, publicado na revista *A Ordem* (Rio de Janeiro, fev. de 1930:8).

particulares, que dominavam a política do Paraná, do que de um ideal republicano (LOPES, 1998). Esse discurso favorável aos interesses da elite propagavam-se tanto pelas redes profissionais, bem como pela imprensa, que concentrava-se em suas mãos. A pujança como reflexo dos êxitos da economia ervateira não se refletia em termos nacional, permanecendo no Paraná as dificuldades econômicas recorrentes, como pode ser observado nas mensagens de governo do mesmo período.

Folgo em anunciar-vos que a renda tem tido aumento nas estações arrecadadoras o que é prenuncio de que as finanças do Estado tendem a melhorar.

Este resultado era de se prever: não provem, porém, do desenvolvimento das forças productoras do Estado, e sim dos impostos que passaram á pertencer-lhe, e que antes eram cobrados pela união. Não devemos, entretanto, nos iludir com este resultado lisonjeiro.

(MENSAGEM DO GOVERNO, 1892. p.18).

Possuirá então o Paraná a sua bolsa de café, em Paranaguá, como em Santos, tem n'a o estado de São Paulo.

A agricultura de um modo geral e, em particular, a pecuária, representarão, dadas a fertilidade das nossas terras e as condições favoráveis dos nossos campos embora de um modo mais lento e gradativo, porém, eficazmente, a base do engrandecimento econômico do Paraná.

Com a criação da secção de estatística³⁸, dependente do arquivo público, ficou o Estado dotado de mais esse importante serviço que se fazia sentir necessário para o perfeito funcionamento do aparelho administrativo. (MENSAGEM DO GOVERNO, 1923. p.44).

O tesouro de um Estado como o Paraná, novo e em plena phase de formação e desenvolvimento, sentindo o mais legítimo anseio do grande progresso que lhe asseguram suas incalculáveis fontes de riqueza, não poderá facilmente dispor dos recursos necessários e suficientes à criação e manutenção de todos os serviços públicos, atendendo ao mesmo tempo um serviço vultoso de dívida passiva. (MENSAGEM DO GOVERNO, 1924).

Sabe-se que nos anos de transição para o século XX o Paraná se inseriu num conjunto de revoltas de cunho social e militar que ocasionaram um grande dispêndio de recursos, tais como a Revolução Federalista (1893-1895), a Revolta do Contestado (1912-1916) e num cenário maior a própria Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que afetou a economia brasileira como um todo.

Pereira (1998:64) afirma que o Paraná, com suas atividades primárias extrativistas pouco desenvolvidas, não teria encontrado os êxitos econômicos que são expressos por meio das ideias paranistas, mas sim uma construção histórica como elemento modernizador em favor dos interesses da elite paranaense. Portanto, *“o importante não era retratar a realidade,*

³⁸ Na mensagem de governo não é citado o ano de criação da Secção Estatística, embora afirme-se que já foram levantados os primeiros dados nos anos de 1921 e 1922. Sabe-se que por força do Decreto nº 2551 de 06 de dezembro de 1934 a Secção Estatística passou a integrar o Departamento do Arquivo Público, Estatística e Imprensa Oficial. (PARANÁ, 2017).

mas construir uma imagem do real que seria força simbólica, se tornaria mais forte que o próprio real” (PEREIRA, 1998:64).

Há assim um discurso moderno na região, que mantém os mesmos personagens no poder. Nas palavras de Camargo (2007:12), a motivação seria “*estabelecer parâmetros para a importação de ideias modernas e científicas que além de cunhar uma nova imagem [que] (...) justificasse a manutenção de uma estrutura que, embora de bases tradicionais precisava se adaptar às transformações dos processos políticos e sociais*”.

O êxito e pujança imaginados são verificados pela falta de condições que permitissem este cenário. Como visto no primeiro capítulo, ainda que a atividade tropeira tenha prosperado até a inserção da ferrovia, os seus resultados foram extremamente concentrados e locais, assim como, o êxito da atividade ervateira promoveu a ascensão da elite de Curitiba e do litoral, porém, em termos nacionais, o Paraná permaneceu pouco representativo.

A emancipação em 1853 permitiu ao Paraná a independência política, porém, deixou economicamente uma condição desfavorável, com uma economia extrativa pouco desenvolvida e uma população concentrada em apenas 1/3 do território.

Para se ter uma ideia comparativa, o Brasil tinha em 1890 cerca de 14 milhões de habitantes, sendo os estados mais populosos Minas Gerais (2,1 milhões) e São Paulo (840 mil), e a maior cidade era o Rio de Janeiro com 522 mil habitantes. O Paraná no mesmo período tinha cerca de 250 mil habitantes e a cidade de Curitiba, a mais populosa, 24 mil. Portanto, os entraves para o desenvolvimento da região eram muito mais estruturais, pela baixa densidade demográfica e reduzida ocupação do seu território, do que o justificado – o regime monárquico. A visão paranista, de um estado grandioso, e de Curitiba como uma metrópole distorcem a real dimensão da região (IBGE, 2017; PEREIRA, 1996:64; 1998:37).

2.2. Pensamento desenvolvimentista no Paraná

Nos anos 1950, embora possa ser claramente observado um amadurecimento nas ideias e na forma de se compreender o Paraná, inserindo-se ainda a importância da região norte do estado, neste instante já altamente significativo do ponto de vista econômico e representando um grande contingente populacional, pode-se observar elementos do discurso Paranista nas mensagens oficiais do governo, ainda que sem muito lastro que demonstre as condições descritas. Como define Burmester et al. (1990: 145), “*estamos [nos anos 1950]*

diante de uma década povoada de porta-vozes de uma outra fala sobre o mesmo discurso de modernidade”.

Nesse passo, é necessário entender a inserção das ideias ligadas ao planejamento econômico e ao desenvolvimentismo no Paraná, e como se deu a formulação e implantação dessas políticas num contexto maior.

O desenvolvimentismo passa a influenciar a política governamental a partir da década de 1930 como uma estratégia capaz de criar novas perspectivas para a superação do subdesenvolvimento por meio da atuação do Estado. Principalmente influenciado pela Grande Depressão, o desenvolvimentismo se constitui em uma interpretação muito mais próxima da realidade latino americana, destacando principalmente Brasil, Argentina e México, dos quais teorias ortodoxas advindas de países com significativa divergência, tanto econômica como social (FONSECA, 2015:03).

É importante ressaltar que a presença de elementos que constituem o desenvolvimentismo enquanto ideologia são anteriores, podendo ser observadas ainda no século XIX. Linhas de pensamento já buscavam promover o desenvolvimentismo e a integração dos trabalhadores ao mercado interno dos países, bem como o abandono dos mecanismos tipicamente de mercado para promovê-lo. Portanto, se observa a busca de políticas indutoras para o alcance do desenvolvimento, sob a perspectiva positivista, assim como pautada pelo pensamento de List³⁹, concepção próxima a da deterioração dos termos de troca, considerando como fatores de influência as guerras e o poder; e também, o denominado “liberalismo de exceção”, por meio do qual os países latino-americanos recorrentemente lançam mão de exceções postuladas pelos autores liberais, podendo assim compreender uma intervenção do Estado às leis do mercado (FONSECA, 2000).

No entanto, como conjunto, o pensamento econômico teórico só se consolidou nas décadas de 1950-1960 influenciado sobretudo pela criação da Cepal⁴⁰, na década de 1940. As premissas da Cepal se estabeleceram na crítica à teoria das vantagens comparativas⁴¹ de David Ricardo, onde os países periféricos que se especializam na exportação de bens primários observam, ao longo do tempo, uma redução dos termos de troca em relação a países

³⁹ Georg Friedrich List (1789-1846) foi um economista alemão. Formulou o Sistema Nacional de Economia Política, cujos conceitos antecipam em cerca de um século alguns conceitos adotados pela Cepal. Ver: Mourão, 2014.

⁴⁰ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL foi criada em 25 de fevereiro de 1948 com o objetivo de monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento e formulação de políticas públicas. (CEPAL, 2017).

⁴¹ Na teoria de David Ricardo, um país possui vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade na produção desse bem em relação aos demais é menor neste país, frente aos outros (KRUGMAN, 2010).

de centro, com economia desenvolvida, produtores de bens industrializados. Esta dinâmica, ao longo do tempo reduz a capacidade de importação dos países periféricos, diminuindo a possibilidade de absorção da tecnologia produzida em países desenvolvidos e, assim, mantendo-os na condição de subdesenvolvidos (SOUZA, 1999).

A crítica à teoria das vantagens comparativas se dá principalmente por meio da tese de Raul Prebisch, na qual é apresentada, além da redução dos termos de troca, a caracterização sobre a persistente inflação observada nos países da América Latina, classificando esse processo em caráter estrutural. Um importante conceito é o de separação dos países da condição de centro dos de periferia, de modo a explicar as diferenças entre a difusão do progresso técnico na economia, resultando em distintas distribuições de ganhos (BIELSCHOWSKY, 1988).

Desta forma, nos países centrais, onde se assimilou o progresso técnico mais rapidamente, criou-se condições de promover uma industrialização mais rápida e eficiente, portanto, com maior produtividade. Ao contrário, nos países denominados periféricos, com menor difusão do progresso técnico, onde observa-se a especialização na produção de bens primários com o objetivo de suprir a demanda de alimentação dos países do centro.

Ao passo que essa relação de intercâmbio promovia as mencionadas perdas nos termos de troca, os países da periferia tinham, cada vez mais, uma reduzida capacidade de importação, permanecendo na condição de subdesenvolvidos. Relação ainda mais intensificada pelos ganhos de produtividade advindos de incrementos tecnológicos e de ganhos de economia de escala.

Além de implicações teóricas, se observa inicialmente uma característica comum aos países da América Latina, que é o nascimento a partir do mar, permanecendo de costas, um para os outros. Esse aspecto é caracterizado pela formação de países “voltados para fora”⁴². Essa característica é compreendida pela estrutura econômica e institucional desses países, herdada do período agrário exportador, no qual, especializaram-se e voltaram-se à exportação, com elevada dificuldade de incorporar o progresso tecnológico (CORAZZA, 2006). Simbolicamente, a afirmativa também demonstra a dificuldade de diálogo e de união entre esses países.

⁴² O termo países “voltado para fora”, na teoria cepalina, reside na característica de países subdesenvolvidos voltados para a produção primária agro-exportadora, constituindo assim, economias periféricas. Ver: CORAZZA, 2006.

O Paraná, embora se trate de uma região, teve a primeira interpretação teórica desenvolvida sob o arcabouço desenvolvimentista pelo professor Pedro Calil Padis⁴³, um intelectual com uma breve carreira acadêmica. Ainda que não tenha o objetivo histórico, como ele mesmo afirma, trata-se de uma interpretação sobre as condições e o desenvolvimento do Paraná, pautadas necessariamente em uma significativa construção historiográfica. Assim, segundo o autor, busca-se “(...) *desvendar as barreiras continuamente antepostas à boa eclosão do nosso país*” (PADIS, 1981:1).

Intitulada *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*, a tese defendida no ano de 1970, na PUC de São Paulo, propõe uma interpretação para o subdesenvolvimento do Estado baseada na análise da sua evolução territorial e econômica, investigando assim, as razões que determinaram a sua condição de Estado periférico nos anos 1960.

Padis compartilha a visão de que a cafeicultura seria capaz de alavancar a expansão econômica, mas, no entanto, a consolidação dessa expansão seria possível somente com os recursos gerados pela cafeicultura. Neste pensamento, a cultura no norte do Paraná adveio mais do progresso e da expansão da economia paulista do que de um desenvolvimento propriamente do Paraná, fato que pode ser observado ao verificar que até a metade da década de 1960 a região estava praticamente isolada do restante do Paraná, principalmente pela ausência de meios de comunicação. Estando, no entanto, facilmente ligada a São Paulo.

Pessoalmente, Padis destaca que pouco antes da realização de sua pesquisa observava-se na região o desejo de desligar-se politicamente e administrativamente do Paraná, incorporando-se a São Paulo. Por meio da visão do Paraná como uma economia periférica, conclui que a relação com os paulistas promovia a evasão de boa parte da renda gerada no estado, tornando-o assim, dependente de São Paulo. Mesmo o crescimento da cultura cafeeira, em termos de representatividade na pauta de exportações agravava essa relação, pela ausência de integração da região com o restante do Estado, e consequentemente com o porto de Paranaguá. A dificuldade de escoamento via Paranaguá era tamanha que até o início dos anos 1960, os exportadores preferiam o porto paulista situado em Santos. Tendência que se inverte gradativamente, no entanto, não modificando as condições quanto à renda, pois, mesmo as firmas exportadoras de Paranaguá eram filiais de empresas que atuavam em Santos (PADIS, 1981).

⁴³ A análise de Padis possui uma grande influência do pensamento existente no Brasil, e corrente no estado do Paraná na década de 1960, período no qual as pesquisas foram realizadas como funcionário da SAGMACS. Isso deve ser considerado numa análise calcada sobre os fundamentos da dialógica transtemporal. Pois, a obra ao ser construída, incorpora o autor, sendo, portanto, inevitável, a projeção de si, de sua formação, suas crenças e vivências (ARRUDA, 2014).

Padis (1981) conclui que a atividade cafeeira trouxe consigo enormes benefícios para a região e para o estado, porém, é fato que também afastou em determinado grau as possibilidades de uma formação industrial como já em voga no cenário nacional. Portanto, não era mais a cafeicultura o centro dinâmico da economia nacional:

Pode-se dizer que o Paraná, ainda em uma medida difícil de ser avaliada, através de sua produção de café, contribuiu, nos últimos vinte anos [década de 1950 e 1960] com parcelas ponderáveis de sua renda, quer para subsidiar o parque industrial paulista, quer para atenuar os déficits orçamentários da união (PADIS, 1981:143).

Como estratégia desenvolvimentista, a industrialização dos países periféricos seria um mecanismo fundamental de romper com essa dinâmica, superando assim o subdesenvolvimento. No entanto, a forma de promover a industrialização compreendia distintos mecanismos, de acordo com cada linha de pensamento, ainda que dentro do referencial desenvolvimentista.

Partindo-se da visão de Fonseca (2000, 2004, 2015), é importante compreender a formação e o desenvolvimento das ideias desenvolvimentistas no Brasil. Observa-se que a origem dos seus pressupostos surgem ainda no século XIX, permeada por quatro correntes distintas de pensamento: os nacionalistas, os defensores da indústria, os papelistas e os positivistas (FONSECA, 2004:3). O autor lança mão desta separação como um instrumento metodológico para justificar que o pensamento desenvolvimentista não estava sistematizado e suas linhas de pensamento não confluíam entre si.

A corrente mais antiga é a denominada nacionalista e remonta ao período do Brasil colonial, classificando-se desta forma pelo permanente questionamento ao Pacto Colonial e os desdobramentos desta condição ainda que não se incorporasse também ideias de emancipação, por mais que se constituísse um significativo ato de rebeldia contrário ao exclusivo metropolitano. Outra corrente defendia a indústria já em fins do século XIX, e guardando como similaridade com o pensamento paranista a defesa do regime republicano, como um elemento modernizador, assim relacionando o Império a um sistema obsoleto e atrasado. A maior parte da crítica advinda desta linha de pensamento direcionava-se ao governo pela ausência de intervenções e pela apatia ao promover propriamente a indústria. Embora a corrente dos defensores da indústria provocasse uma discussão madura, no sentido da adoção de tarifas, não era atingido o cerne da questão, uma vez que ignoravam as relações com os grandes centros, e evitavam macular relações tão necessárias de financiamento à economia brasileira no período (FONSECA, 2004: 3-6).

Em oposição à manutenção de um rigor orçamentário, os denominados papelistas defendiam uma política econômica pautada pelo crédito e déficit do Estado como ferramentas

para impulsionar a economia. Em linhas gerais, há uma semelhança com as políticas formuladas posteriormente por Keynes, de caráter anticíclico que se consolidaram posteriormente com o amadurecimento do pensamento desenvolvimentista (FONSECA, 2004:9).

Como última corrente identificada por Fonseca (2004:13), e pensamento que também influenciou o paranismo, tem-se as ideias positivistas. As formulações de Auguste Comte que se difundiram em meios intelectuais, acadêmicos, governamentais e, sobretudo, militar, estabeleceram um significativo embate com o pensamento liberal. Ainda que como uma ferramenta a ser usada de forma não sistemática, os positivistas defendiam que o Estado lançasse mão de instrumentos intervencionistas na economia quando da necessidade de resolução de problemas sociais (FONSECA, 2004:14).

Como um todo, é importante ressaltar o significativo hiato entre a formulação de um conceito que passa a denominar o conjunto de ideias anteriormente esparsas e os centraliza no sentido de desenvolver uma forma de governo (FONSECA, 2004; IZEPÃO, 2013). Para haver a criação de políticas fundamentadas pelo desenvolvimentismo, um elemento fundamental que ainda era desconhecido até a década de 1930 era o de estratégia de desenvolvimento.

Historicamente, países que conseguiram alcançar o nível de desenvolvimento das nações ricas adotaram estratégias de desenvolvimento nacional ou de competição nacional.

Entre os anos de 1930 e 1970, o Brasil e outros países latino-americanos cresceram em ritmo extraordinário. Eles se aproveitaram da fragilidade do centro nos anos 1930 para formular estratégias nacionais de desenvolvimento que, essencialmente, implicavam a proteção da indústria nascente nacional e a promoção de poupança forçada pelo Estado. Além disso, julgava-se que o Estado deveria fazer investimentos diretos em infraestrutura e em certas indústrias de base cujos riscos e necessidades de capital eram grandes (BRESEER, 2012: 29-32).

A influência das ideias desenvolvimentistas na implementação política pode ser observada no Brasil por dois grupos distintos, os nacional-desenvolvimentistas, e o desenvolvimentista dependente associado. É classificada como nacional desenvolvimentista a linha defensora de uma industrialização endógena e voltada para uma produção destinada a bens de consumo populares. O segundo é pautado pela presença de um agente externo capaz de dinamizar o processo de industrialização, portanto, possui investimentos externos e destina-se à produção de bens duráveis. A demanda neste tipo de industrialização é configurada por consumidores de renda mais elevada ou de intermediários. No entanto, permanecia-se uma condição de dependência do capital estrangeiro (FONSECA, 2015:42-43).

Mais do que uma opção, ou uma forma de pensamento, os determinantes do tipo de desenvolvimentismo adotado se refere às limitações presentes na economia brasileira, ou seja, na incapacidade de promover o desenvolvimento industrial de forma espontânea, seja pela escassez de capital, seja pelo baixo desenvolvimento tecnológico. Impunha-se assim os determinantes da condição de um país de periferia (FONSECA, 2015:43).

Em contraposição à formulação de Bielschowsky (1988), como mencionado anteriormente, a construção realizada por Fonseca (2004:17) considera que foi durante o governo de Getúlio Vargas, no estado do Rio Grande do Sul (1928-1930), em que se observou a primeira expressão desse pensamento de forma ordenada. Um fenômeno que foi capaz de reunir as quatro vertentes apresentadas efetivamente como ações de governo. Assim, foi possível reunir em uma única denominação as expressões observadas como linhas de pensamento, capazes daí por diante de participar de um programa de governo. Na visão de Bielschowsky (1988), a partir da década de 1930, o pensamento desenvolvimentista começou a ser incorporado por meio de órgãos públicos, sobretudo no estado de São Paulo, defendendo que as chaves para o Brasil vencer o subdesenvolvimento se encontravam na industrialização, no planejamento e, sobretudo, na intervenção estatal, em termos de financiamento e iniciativa.

Encontrava-se no setor privado um grupo de economistas que incorporou a visão desenvolvimentista, refutando o liberalismo e defendendo o apoio estatal à acumulação privada de capital, ainda com distintas posições em relação ao grau de participação do Estado no processo industrial. Esse grupo foi representado, sobretudo por economistas ligados às entidades CNI – Confederação Nacional da Indústria e FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (BIELSCHOWSKY, 1988).

Havia ainda duas correntes radicadas no setor público, com algumas diferenças, sobretudo em relação à intensidade de atuação do Estado e à origem do capital investido. A primeira corrente denominada não nacionalista se distinguiu pela preferência às soluções privadas, ainda que defendessem o incentivo governamental, bem como a defesa de políticas de estabilização monetária, evitando, no entanto, gerar por meio de quaisquer políticas intervencionistas em um cenário capaz de prejudicar os investimentos externos. Esse grupo foi representado pelos economistas radicados na CMBEU – Comissão Mista Brasil Estados Unidos e no BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A segunda corrente, denominada nacionalista, defendia os investimentos estatais nos setores considerados estratégicos para promover o processo de industrialização, pautado em investimentos

nacionais. Se opunham também às políticas de estabilização, buscando preservar um ambiente de crescimento (BIELSCHOWSKY, 1988).

Dessa forma, ainda que consideradas as distintas visões dentro do pensamento desenvolvimentista, o objetivo uníssono residia em promover a industrialização, por meio do planejamento e da participação do Estado como ferramentas para superar o atraso da América Latina e do Brasil. O autor sintetiza:

As origens do desenvolvimentismo [no Brasil] são do período de 1930 – 1945. A crise econômica internacional, suas repercussões internas e a centralização política nacional posterior à revolução de 1930 estão entre os principais fatores explicativos dessa ideologia econômica (BIELSCHOWSKY, 1988:34).

Portanto, pode-se considerar um conjunto de fatores externos que levaram ao interesse brasileiro em adotar o pensamento desenvolvimentista, destacando-se a ausência de teorias explicativas sobre o subdesenvolvimento, pertinentes à realidade latino-americana, bem como à crise internacional. As novas perspectivas por meio da formação da Cepal tiveram relevante papel, e se esta não formou um pensamento completamente original, criou condições de reunir elementos e teorias que, de forma esparsa, anteviam a importância da participação do Estado como elemento indutor da industrialização e do planejamento.

Como ponto de convergência entre as duas visões, e como característica preponderante para a execução do projeto desenvolvimentista, tem-se o planejamento estatal. Assim, a adoção do planejamento governamental representou uma significativa alteração na visão de governo e na forma de conduzir a política no Brasil, e consequentemente no Paraná. Essa alteração contribuiu significativamente para romper com os ideais Paranistas observados até então.

Regionalmente, a economia paranaense era fruto de três subsistemas econômicos, distintos, que não se relacionavam, nem se integravam. São eles, da região Sudoeste, do denominado Paraná Velho e do Norte. A região Sudoeste, de colonização mais recente entre as demais, relaciona-se com a economia gaúcha, sendo resultante de problemas enfrentados naquele estado, que motivaram um processo de migração. A denominada Paraná Velho (tradicional), é onde plenamente se encontram as características próprias do estado, uma vez que concentra os poderes administrativos e políticos. Quanto à região Norte, onde é direcionada uma maior atenção, sobretudo pelo fenômeno de crescimento como resultado da intensa atividade cafeeira, é considerada uma extensão da economia paulista. Sua colonização e expansão cafeeira tiveram como principal influência a economia existente no estado de São Paulo. (PADIS, 1981)

Portanto, para Padis (1981), até a década de 1960, o Paraná se estabeleceu como uma economia periférica e dependente, uma vez que as atividades mineradora, ervateira e cafeeira se instalaram por uma demanda estrangeira, se sujeitando ao comportamento das exportações. A atividade madeireira de forma análoga à do mate, e o tropeirismo como um reflexo de uma atividade externa ao Paraná.

O repouso na ideia de que o desenvolvimento econômico – ou pelo menos, a expansão econômica – viriam como consequência do comércio externo levou o Estado a um duro desengano: quando o mercado externo não mais se interessou pelos produtos paranaenses o sistema econômico retrocedeu” (PADIS, 1981:213).

Em termos nacionais, o Plano de Metas foi a representação maior do conjunto de políticas de inspiração desenvolvimentista, pautadas pelo planejamento, embora à época de sua execução, o nacional desenvolvimentismo já se encontrasse anacrônico (LEÃO, 1999). Ou seja, fossem ideias defasadas face ao estágio da escala de industrialização mundial e a limitação de capitais nacionais. No entanto, ressalta Leão (1999:11) que mesmo neste cenário permaneceram compromissos ideológicos, como a não desnacionalização da economia, embora tenha havido a abertura ao capital internacional, e permaneceram os compromissos com as classes populares, ainda que se promovesse uma modernização tradicional e o discurso baseado na noção de progresso.

No Paraná, ainda que a década de 1950 tenha sido marcada pela alternância de políticos tradicionais, forçosamente se insere no estado o pensamento vigente no Brasil e passa a tomar forma a ideia de planejamento e da mudança do papel do Estado. Os planos de eletrificação, construção de rodovias e infraestrutura começam a se aperfeiçoar.

Figura 2.1. Broche da Campanha Eleitoral.
Fonte: Memórias Paranaenses, 2017.

A fundação do Pladep, em 1958, representou um significativo esforço nesse sentido. Ainda que o órgão tenha se estabelecido em caráter consultivo e não independente do governo, não encontrando condições de atuação plena e com a independência de um órgão planejador, representou uma grande mudança nas ideias políticas tradicionais (IZEPÃO, 2013). Sua implementação significou ainda uma dicotomia na política paranaense, pois, se por um lado, a opinião pública aprovou uma nova forma de política pautada em critérios técnicos, por outro, condicionou o comportamento político, dificultando práticas paternalistas (IZEPÃO, 2013).

O Pladep produziu muito papel e começou a por números nas coisas. Fez um trabalho de conscientização da elite dirigente e dos administradores sobre os problemas do Paraná. Através de levantamentos, diagnósticos, e estudos quantitativos sérios com um enfoque novo, o econômico (...). (DAROS, 1979:58 apud. IZEPÃO, 2013:65).

Assim, o principal papel do Pladep foi o de uma instituição de pesquisa sobre a realidade paranaense muito mais do que sua finalidade proposta, de um órgão planejador, devido à sua incipiente estrutura, recente fundação e, sobretudo, a ausência de técnicos já capacitados para planejar e principalmente aprovar projetos de financiamento.

As ideias desenvolvimentistas foram incorporadas com uma direta influência cepalina, como pode ser observado em entrevista à Izepão (2013:68): (...) *eles [técnicos do Pladep] fizeram curso da Cepal, especializado em planejamento econômico (...) chegando a fazer com que o curso funcionasse em São Paulo.* (CARVALHO, 1979b:84 apud IZEPÃO, 2013:68).

Neste contexto de incorporação do pensamento cepalino ao Pladep, se insere também uma transposição para um cenário regional das teorias de centro e periferia e da teoria das trocas desiguais. Destaca-se, no âmbito do estabelecimento de uma estrutura que permitisse as trocas desiguais entre o Paraná e São Paulo, a permanente evasão de renda (IZEPÃO, 2013:66).

Essa permanente perda de rendimentos foi denominada de “capitalismo sanguessuga” exercido por São Paulo que configurou-se na exportação pelo Paraná de produtos primários, utilizando-se não somente do complexo ferroviário de São Paulo e do porto de Santos, mas também do seu setor financeiro e bancário, além da importação pelo Paraná de produtos industrializados (IZEPÃO, 2013:66).

Essa ideia é desmontada nos trabalhos de Wilson Cano (2007:21), onde considera que o principal problema teórico da Cepal, ao ser transposta a uma região, ou um território dentro de uma nação, é que a concepção de centro e periferia só pode ser pensada e aplicada ao relacionamento entre países, e não dentro de uma mesma nação. A impossibilidade dessa

aplicação justifica-se pelo impedimento de execução de políticas fiscais e cambiais, havendo somente ações regionais, ou sob a esfera inter-regional pelo governo federal. E ainda que essas características entre as regiões de uma mesma nação podem ser consideradas aspectos culturais, bem como advindos da estrutura econômica formada, não se configurando assim o pressuposto pela teoria da Cepal (CANO, 2007).

Portanto, o Pladep apresentou como possibilidade promover a substituição de importações em caráter regional, para romper com a dependência elevada do setor primário, especialmente do café, e a consequente situação de periferia diante de outras regiões. No entanto, vale lembrar que essa política foi adotada pelo Brasil após a crise de 1930, como uma estratégia frente aos choques adversos⁴⁴, considerando que a substituição de bens importados por produção nacional seria uma condição necessária e favorável para a indústria brasileira (SUZIGAN, 1986: 25). Porém, na década de 1950, diante do estágio de desenvolvimento da indústria nacional, a aplicação desta estratégia em caráter inter-regional, com recursos limitados seria impossível.

Quando se trata da industrialização nos anos 1950 e metade da década de 1960 no Paraná, tem-se como estratégia nos planos de desenvolvimento formulados a promoção de uma indústria preferencialmente de capital local, para empresários locais e, inclusive, que fosse orientada no interior do Paraná, para não haver processo de congestionamento de centralização de capital, permeado por empresas de pequeno porte, fator que beneficiaria o trabalhador (LEÃO, 1999:12).

Então era uma ideologia de incorporação do trabalhador, de incorporação de paranaenses, de captação de capitalistas locais que corressem o risco da industrialização e de uma industrialização dentro das fronteiras do estado, repetindo o processo de substituição de importações ocorrido no Brasil. (LEÃO, 1999:12).

Atualmente é possível perceber o quanto as estratégias adotadas na década de 1950 para promover a industrialização eram utópicas, seja pela permanência da atividade primária como grande geradora de capital no Estado, seja pela adoção de um arcabouço teórico transposto para uma região, e também pela utilização tardia de mecanismos já utilizados no Brasil décadas antes, inviabilizados naquele instante pelo estágio já observado na indústria

⁴⁴ A teoria dos Choques adversos pressupõe que a presença de choques na economia, tais como a ocorrência de guerras e crises internacionais ao afetar as economias, promove um incentivo à industrialização pela substituição de bens importados. Constituem grandes pesquisadores desse pensamento, em sua versão extrema, aplicada de forma ampla em eventos deste caráter, SIMONSEN (1939), e no pensamento direcionado especificamente à industrialização brasileira durante a crise do café e depressão da década de 1930, FURTADO (1963) e TAVARES (1972). Ver: SUZIGAN (1986:25).

brasileira na década de 1950. A ideia de uma industrialização endógena e interiorizada seria dificultada pela escassez de capital e pela ausência de infraestrutura necessária.

No entanto, a despeito de um aperfeiçoado grau de desenvolvimento na compreensão do papel do Estado e a adoção de critérios técnicos para a condução de ações e programas em relação à década anterior, o Pladep não contava com autonomia, permanecendo dependente das decisões dos governadores. É importante ressaltar que ainda na década de 50 o Paraná permanecia conduzido politicamente pelas mesmas oligarquias e famílias tradicionais, embora já contasse nesse momento com uma significativa influência do eleitorado da região norte do estado (IZEPÃO, 2013).

Nesse cenário, ainda que haja a presença de um considerável desenvolvimento institucional, justificado pela presença de critérios técnicos e adoção de elementos quantitativos, é possível também observar a veiculação de ideias que denotam a distinção do Paraná e o seu papel decisivo em termos de contribuição para a civilização brasileira, tipicamente paranistas. (BURMESTER, 1990:146).

Na mensagem de governo de 1950, são considerados dois fatos decorrentes do aumento da produtividade, bem como uma imagem vista do Paraná.

O primeiro deles é o fato incontestável de que as nossas principais agrupações humanas não conhecem o fenômeno do pauperismo como motivo de preocupação ou alarme. E percorre-se, por exemplo, os subúrbios da capital para se ver bem ao certo o que estamos afirmando agora, repetindo observação que nos apraz reiterar pelo que ela nos traz de alegria: ver-se-á, então em nossos núcleos proletários, como os seus níveis de renda já alcançaram altura razoável, cada casa com sua horta, com as suas árvores frutíferas, com os seus jardins, cada janela com a sua cortinazinha e as casas providas de rádio, e, fora, as crianças nunca maltrapilhas ou com aspecto de famintas, antes de expressão viva ainda que descalças, mas apenas pela liberdade que as cerca.

O segundo fato é o de que as doutrinas políticas, que costumam medrar onde medra a miséria não encontram clima entre nós.

(MENSAGEM DE GOVERNO, 1950, pp. 8-9).

Será que neste contexto dos anos 1950 essa visão dos governistas reflete realmente a condição do Paraná? Não havia pobreza no estado?

Em contraste a essa visão de matiz idealista, influenciada pela política vigente no Brasil como um todo, passa-se a conceber a ideia do planejamento como chaves para promover o desenvolvimento do Estado. Tem-se então um embrião de um modelo que se tornará muito importante para o Paraná nos anos 1960.

O meio adequado de obtê-la [aumento da renda] é o planejamento da ação máxima para melhor aproveitamento das fontes de produção industrial e agrícola, e nos sectores dos transportes, energia e crédito (MENSAGEM DO GOVERNO, 1950. pp. 6-7).

Portanto, marca a década de 1950 um considerável momento de transição, entre o ideal e o planejado, entre o utópico e o potencialmente possível. Velhos personagens da política paranaense adotam um novo discurso, que, sem dúvida, se justificaria por um lado pelas ideias vigentes no país, e por outro, como uma busca pela manutenção no poder.

2.3. Ideias e políticas de desenvolvimento no Paraná nos anos 1960

Nos anos 1960, as principais características do pensamento desenvolvimentista se aprofundaram e encontraram amadurecimento no Paraná, buscando a instrumentalização necessária para promover o desenvolvimento do estado. Ou seja, ferramentas capazes de realizar as ideias incorporadas, sobretudo no âmbito governamental. No entanto, além do pensamento desenvolvimentista, observa-se também a inserção de outras ideias, que de forma complementar, vão corroborar para a intensificação destas ações governamentais.

A percepção do pensamento desenvolvimentista para além da área econômica se observa em discursos políticos na Câmara dos Deputados do Paraná, na década de 1960. A impossibilidade de acesso aos originais por meio digitalizado condiciona a reprodução por meio do Augusto (1978), dada a relevância do seu significado, em termos de verificar a presença desse pensamento econômico.

(...) em algumas regiões sabemos que há plantação intensiva de rami e de algodão, riquezas que, sem duvida alguma, representam um esforço formidável para nossa emancipação econômica. (...) [o rami] é exportado para São Paulo (...) onde é industrializado. Depois, o próprio dinheiro paranaense (...) vai para São Paulo, na aquisição que fazemos de produtos manufaturados com a matéria prima do Paraná. (...) Na colheita deste ano teremos a maior produção de algodão já vista no Brasil. Entretanto, apesar dessa fabulosa produção, não se arrecada nada do algodão. Ele vai integralmente para São Paulo e outros estados que já estão industrializando o produto, onde é manufaturado. E nós temos que gastar nossa riqueza, nossa produção, nossa economia, para comprar o produto manufaturados de São Paulo, Pernambuco e outros estados (...). O aproveitamento da matéria prima [deve-se fazer] aqui mesmo. Para que evitemos a evasão formidável de nossas riquezas que sangram nossa economia, enfraquecem nossa infraestrutura, enfraquecem nosso povo". (ANAIS DA ASSEMBLEIA, 1962 *apud* AUGUSTO, 1978:66).

Tal discurso ainda pode ser observado pelo deputado João Ribeiro, ainda no ano de 1962, onde vê o Paraná sob uma perspectiva desfavorável, ao considerar uma evasão de renda por meio das exportações primárias, objetivando a industrialização como forma de superação.

“(...) o que representa a evasão de contribuições pagas pelo povo paranaense em favor de outros estados é verdadeiramente fabulosa. Está assim o Paraná sangrando-se em esforços (...) desgastando a fertilidade de suas terras, sem

um proveito que lhe assegure, pelo menos, o desenvolvimento industrial, do qual é um dos sustentáculos. (ANAIS DA ASSEMBLEIA, 1962 *apud* AUGUSTO, 1978:66).

Desta forma, o pensamento que se observa no Paraná nos anos 1950 se transmite também para o discurso político, mesmo na década seguinte, será usado como defesa à industrialização e como explicações para a condição de subdesenvolvimento.

Nos anos 1960 as ideias sobre o desenvolvimentismo transpostas ao Paraná guardam em si alguns elementos peculiares, divergentes dos observados no pensamento adotado em outras regiões do Brasil enquanto busca pelo desenvolvimento econômico, podendo denominar-se, como alguns autores adotam, de “Novo Paranismo” ou “Paranismo Atualizado”. Porém, é necessário ressaltar que é justamente a implementação dessas ideias que destroem os mitos do Paranismo.

Neste sentido, se estabelece respeitosamente um ponto de discordância com as ideias de Leão (1999), que define o Paranismo como uma expressão do modelo de desenvolvimento elaborado pelo Pladep na década de 1950, considerando uma verbalização ideológica capaz de conquistar a adesão para o modelo (LEÃO, 1999:12).

Vamos abordar aqui o nascimento e o desenvolvimento da ideologia paranista, que foi uma adequação, às fronteiras do Estado, da ideologia nacional desenvolvimentista, muito forte no Brasil no final dos anos 50 e na primeira metade dos anos 1960, até ser abordada por outras concepções ideológicas, mais vinculadas ao regime militar, ou por concepções mais à esquerda, ligadas à redemocratização e à retomada do crescimento com justiça social já nos anos 1980.

Adota-se neste trabalho, a visão construída de Paranismo desde a emancipação da província, oficialmente cunhado por Romário Martins em 1927, como uma expressão unificadora de elementos típicos e singulares até uma gradual transição nos anos 1950 para o pensamento desenvolvimentista, que rompe com os próprios preceitos fundamentais do pensamento anterior ao ver o estado e as condições sociais e econômicas de forma mais crítica.

Orientando-se neste sentido pelas ideias de Doustdar (2010:272), considera-se que este conjunto de novas ideias pode ser cunhado como uma atualização de paranismo, pelas peculiaridades, “*numa nova formulação ideológica predominante nos políticos opositores dos anos 1950 e início dos anos 1960*” que foi expressa pelo Pladep, organizada e compreendida pela Sagemac, e instrumentalizada pela Codepar.

Para se compreender este pensamento complementar ao pensamento cepalino, é necessário retomar os fins da década de 1950, quando visitou o Paraná o padre Louis-Joseph Lebreton com o objetivo de difundir o conceito de planejamento regional, tanto rural como

urbano e sobre a importância de um projeto de governo que visasse à justiça social (IZEPÃO, 2013; LEÃO, 1999). Sabe-se que o padre Lebreton nasceu na Bretanha no ano de 1897 e bacharelou-se em matemática. Foi oficial da marinha e, em 1923, ordenou-se como dominicano. Em 1940, atuou como perito econômico no ministério da marinha mercantil, fundando em 1942 um centro de estudos e a revista *Economie et Humanisme* (UNISINOS, 2016).

Em 1947, vem ao Brasil como convidado da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (atualmente reunida à Universidade de São Paulo) para lecionar o curso de introdução à economia humana (UNISINOS, 2016). Angelo (2010:42) demonstra que o padre Lebreton teve como influência intelectual a Escola de Chicago, além de Frederic Le Play, Maritan, Monbeig e Karl Marx⁴⁵ e no Brasil, as principais influências são do sociólogo Josué de Castro e do urbanista Bezerra Balzar.

Deve ser ressaltado que embora suas ideias e projetos demonstrem um caráter significativamente técnico, podem ser observado num pano de fundo uma influência sociológica e religiosa.(ANGELO, 2010:42) A sua prática social aproxima-se do método social de Le Play:

O estudo sistemático de uma unidade micro-social, como a família operária por ele estudada, por exemplo: a observação direta de um grupo de famílias para uma análise comparativa; e um método quantitativo complementado pelo qualitativo aplicado às famílias estudadas para medir suas vidas sociais. (ANGELO, 2010:44).

Assim, sob a influência de Le Play, o padre Lebreton desenvolveu no Brasil uma metodologia para analisar e formular o planejamento para regiões, por meio de um contato global da realidade a ser estudada, executado por um grande número de pesquisadores, que realizavam entrevistas individuais, coleta de dados, e após tratamento dos dados, sistematização por meio de gráficos e análises interpretativas (ANGELO, 2010:49).

A influência de Lebreton e o ambiente de disseminação de suas ideias se deu principalmente nos círculos católicos progressistas, sobretudo pela articulação de um movimento de Democracia Cristã, que reverberou nos anos 1950 grande parte em função da JUC – Juventude Universitária Católica. Essa disseminação se justifica pela possibilidade observada nas ideias humanistas e solidárias para resolução dos problemas sociais no Brasil, aliando os jovens católicos e a elite como protagonistas de uma possibilidade de mudança (ANGELO, 2010:49).

⁴⁵ Ainda com aversão às ideias marxistas de forma mais ampla, o padre Lebreton utilizou-se da economia marxista em seus estudos, observando no socialismo uma reação humana contra o capitalismo como sistema humano (ANGELO, 2010:50).

As ideias da Democracia Cristã tem origem durante a Segunda Guerra Mundial como um movimento político distinto aos contemporâneos no cenário mundial, uma vez que se buscava uma terceira via entre a democracia liberal, exercida principalmente pelos EUA, e a doutrina revolucionária socialista, expressa então pela União Soviética. Defendiam os valores familiares tradicionais e o direito de propriedade, buscando estendê-los às comunidades consideradas “intermediárias” baseados na participação política e nas relações de trabalho (COELHO, 2000:68). Pautava-se assim, numa política inclusiva e de participação da população em sua formulação, embora tradicional em suas bases, tanto das relações de trabalho, quanto da estrutura fundiária.

No Brasil, esses pressupostos remontam a década de 1930, se organizam como partido político em 1933, por iniciativa da Liga Eleitoral Católica, e são reprimidas pelo Estado Novo. No entanto, ressurgem após 1945, representadas pelo PDC – Partido da Democracia Cristã e se assentam fundamentalmente em três objetivos:

- 1) Elevação moral das massas populares;
- 2) Participação popular no governo;
- 3) Direito e moral como elementos coordenadores da vida política. (COELHO, 2000).

As ideias da Democracia Cristã conquistaram alguma força eleitoral em diversos lugares, sobretudo, na Europa e América Latina. No Brasil, o PDC teve uma grande força no Paraná⁴⁶, embora não tenha sido expressivo no cenário nacional (LEÃO, 1999:10).

Portanto, se as ideias de desenvolvimento e planejamento exortadas pelo padre Lebreton no Paraná em fins de 1950 encontraram um ambiente favorável, estas somente foram reafirmadas pela presença do pensamento da Democracia Cristã. Esses dois elementos formam em conjunto um impulso necessário para a vitória do PDC em 1960. Foi a vitória que constituiu, por um lado, definitivamente uma nova forma de instrumentalizar ideias desenvolvimentistas e industriais já identificadas no Paraná e, por outro, foi a recusa da continuidade de uma política desgastada, que marcou os anos 1950 (IZEPÃO, 2013).

Em 1962, a criação da Codepar representa uma forma de instrumentalizar e viabilizar financeiramente as ideias surgidas no âmbito do Pladep, além de congregar as diretrizes

⁴⁶ De acordo com Coelho (2000:72), a Democracia Cristã pode ser associada em determinado grau a políticas Populistas, e ainda ter uma assimilação (pautada nas ideias de Alain Touraine) nas sociedades onde a modernização é em grande parte importada. Surge daí o desejo político de estabelecer um desenvolvimento que se contraponha à dependência externa, assim proponha ou regenere as características da identidade nacional. Pensando sobre um prisma regional, tornam-se facilmente identificáveis os elementos que fundamentam a inserção do PDC no Paraná, compondo como mencionado anteriormente, o “novo-paranismo”.

inseridas na forma de pensar o Estado do Paraná. O projeto era financiar pequenas e médias empresas, evitando a formação de monopólios e oligopólios, assim aumentar o grau de competitividade e facilitar a permanência do capital dentro do estado, por meio de um empresariado local.

É importante ressaltar que a busca pela industrialização foi resultado não somente do cenário vigente no país, mas determinado pelo campo das ideias ainda nos momentos de êxito da cultura cafeeira, onde já demonstrava-se o esforço de um distanciamento entre os setores, em termos de geração de renda no Paraná.

Ainda no ano de 1963, considerando a incipiente experiência dos técnicos do Pladep na elaboração de projetos deste porte, e sobretudo, da aprovação de financiamentos em âmbito federal, o governo contratou a SAGMACS – Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas à Complexos Sociais, uma empresa de São Paulo, para auxiliar no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento do Paraná. Denominado PDP – Plano de Desenvolvimento do Paraná, estabelecido para a vigência de 1964 a 1970 (IZEPÃO, 2013:77). O PDP foi o expoente máximo do pensamento do padre Lebreton no Paraná, uma vez que ele foi fundador e pesquisador da SAGMACS, aliado ao pensamento do Pladep e da Teoria dos Polos, de François Perroux. As atividades da SAGMACS se iniciaram nas dependências do Jockey Club de São Paulo⁴⁷, apoiadas pelo meio empresarial paulista e vinculadas ao Centro de *Economie et Humanisme* que teve como idealizadores o padre Lebreton, Francis Perroux e empresários franceses ligados à igreja católica. Representou um centro destinado a pesquisas urbanas e planejamento vinculado à ideia do desenvolvimento econômico (CESTARO, 2015:163). Sua constituição enquanto entidade assemelha-se às atuais sociedades sem fins lucrativos, onde o objetivo não é auferir lucro, mas promover atividades de cunho social, educacional e cultural, e foi nestes moldes que a SAGMACS atuou até o começo da década de 1960 (ANGELO, 2010:120).

A atuação instrumentalizava os métodos propostos pelo padre Lebreton, realizando projetos pautados na compreensão das condições de vida dos habitantes, buscando conhecê-los por meio de visitas de campo, identificando problemas da cidade e propondo projetos de diversas magnitudes sempre ligados aos denominados complexos sociais (CESTARO, 2015:166). As pesquisas da SAGMACS também se voltavam ao debate que ocorria nos meios acadêmicos sobre o desenvolvimento econômico, êxodo rural, expansão massiva das cidades

⁴⁷ O primeiro estudo realizado pela SAGMACS e financiado pelo Jockey Club de São Paulo buscou compreender as condições de vida dos empregados do Jockey, cujos resultados levaram à suspensão do financiamento a entidade (ANGELO, 2010:104).

e a reforma agrária, porém, diferenciava-se de outras instituições por três aspectos fundamentais:

1. Metodologia empregada na pesquisa;
2. Ideia de um desenvolvimento humanista;
3. Formação dos profissionais com caráter militante (ANGELO, 2010:99).

Assim, nos anos 1950, a SAGMACS já consolidada passou a prestar serviços para diversas entidades governamentais do país em diferentes estados, atuando também em âmbito municipal, realizando assistência técnica e assessoramento em atividades ligadas ao urbanismo, planejamento urbano e regional (CESTARO, 2015:188). No Paraná, a empresa foi contratada pelo governo para realizar um plano de desenvolvimento para o estado, que resultou também em uma significativa reorganização de toda máquina administrativa, cuja influência pode ser observada ainda hoje pelo conjunto de secretarias, sobretudo a de planejamento (CESTARO, 2015:197).

Este contrato representou institucionalmente a presença do pensamento da economia humanista, e do método desenvolvido pelo padre Lebreton nas políticas implementadas no Paraná, ao elaborar em conjunto com o Pladep, o PDP, e também nas áreas de saúde pública e saneamento, num trabalho interdisciplinar.

Cestaro (2015:213) demonstra que embora a SAGMACS tenha atuado em diversas regiões brasileiras, o trabalho desenvolvido no Paraná é peculiar, pois, é um exemplo de execução das ações determinadas a partir das pesquisas. Ressalta que a equipe trabalhou por cerca de dois anos e elaborou uma proposta de modernização administrativa em âmbito do estado e a instituição de polos de desenvolvimento.

Equipe Técnica da SAGMACS – PDP (1963)	
Título do trabalho:	Relatórios para o plano de desenvolvimento do Paraná
Ano de realização:	1963 [- 1970]
Contratante:	Governo do estado do Paraná
Governador:	Ney Braga
Coordenação:	Antônio Almicar de Oliveira Lima
	Antônio Claudio Moreira Lima e Moreira
	Celso Antonio Lamparelli
	Francisco Whitaker Ferreira
	Frei Benevenuto de Santa Cruz
Equipe Técnica:	Antônio Carlos Bernardo
	João Yunes
	João Alfredo Alberti
	João Carlos Seixas

Equipe Técnica:	Leodgar Jost
	Lucio Korarick
	Luiz Lorenzo Rivera
	Maria Adélia A. de Souza
	Miriam Vallias de Oliveira Lima
	Pedro Calil Padis
	Reynaldo Dias de Moraes e Silva
	Saulo Vassimon
	Vicenzo Bochicchio

Quadro 2.1. Equipe técnica da SAGMACS – PDP (1963).

Fonte: adaptação do autor, com base em CESTARO (2015:223).

De acordo com Izepão (2013:77):

O diagnóstico da realidade paranaense partiu dos estudos do Pladep, principalmente do estudo número 40, e também, de uma pesquisa de campo, realizada em alguns estabelecimentos industriais de 16 municípios do Estado. O objetivo dessa pesquisa foi possibilitar a participação da população na elaboração do plano e, mais tarde, chamá-la a participar da sua execução.

O plano, pronto em 1963, também foi influenciado pela teoria dos polos de crescimento de François Perroux. Essa influência advém da proximidade entre seu idealizador François Perroux e o padre Lebreton na França, ao compor o Centro de *Economie et Humanisme*, e encontrou um ambiente favorável no Paraná pela sua extensão e fase incipiente industrial.

A teoria dos polos se assenta no pensamento de Perroux, ao observar que o crescimento econômico não aparece em todas as regiões, mas sim em polos de crescimento com diferentes intensidades, expandindo-se por diversos canais e afetando a economia. Perroux parte da crítica aos modelos de desenvolvimento observados por Cassel e Schumpeter, compreendendo que ambos não permitem um crescimento observável, uma vez que este crescimento não aparece de forma equilibrada e homogênea, compondo assim polos de intensidades variáveis. Observando o comportamento das firmas individuais e o ambiente estabelecido pelas indústrias destaca os efeitos de intensificação das atividades econômicas resultantes da proximidade geográfica e dos contatos humanos (PERROUX, 1977:146-154).

Conclui, portanto, que cria-se benefícios em termos de crescimento econômico decorrente da combinação de tipos de indústrias e a consequente formação de um complexo industrial ou, como denomina, polo de crescimento.

O polo industrial complexo, geograficamente aglomerado, modifica o seu meio geográfico imediato e, se for poderoso, a estrutura interna da economia nacional em que estiver situado. Como centro de acumulação e aglomeração de recursos humanos e de capital fixo e fixados da origem a outros centros de acumulação e aglomeração de meios humanos e de capital fixo e fixados. Quando dois desses centros forem postos em comunicação por vias de

transporte ou intelectuais, verificar-se-ão mudanças de grande alcance nos horizontes econômicos e nos planos de produtores e consumidores (PERROUX, 1977:154).

Assim, esse efeito de transmissão seria capaz de permitir um desenvolvimento homogêneo, ou ao menos produzir benefícios por meio de um conglomerado desses tipos industriais, espalhando-se para regiões menos desenvolvidas. Neste sentido é clara a influência observada nos relatórios da Codepar, em acentuados investimentos para infraestrutura da cidade de Curitiba, e na formação de atividades industriais na região norte do estado, sobretudo Londrina e Maringá.

Se olharmos retrospectivamente, fica claro que o plano de desenvolvimento não teve êxito no seu objetivo fundamental de promover a industrialização, assim como é possível também notar suas limitações. No campo teórico e ideológico, as ideias novo-paranistas, permeadas pelo pensamento cepalino, pela inserção da própria Democracia Cristã e da *Economie et Humanisme* advindas pelo padre Lebreton e pela SAGMACS, instrumentalizadas pelas ações do PDP, não tiveram êxito em termos de tornar a indústria como atividade principal do Estado. No entanto é importante ressaltar a mudança do pensamento do governo, configurando uma estrutura administrativa que pode ser vista ainda hoje no estado do Paraná.

Ao promover um melhor conhecimento do estado, das regiões e de sua população, e criar mecanismos instrumentais de transferências de recurso para a incipiente indústria e infraestrutura, pode-se dizer que houve um ganho institucional ao Paraná. No entanto, no sentido de perspectivas, houve uma grande substituição do otimismo para a visão de um estado com poucas possibilidades e condições de se desenvolver, sobretudo, industrialmente. Como conclui Padis (1981:204), que participou das pesquisas de campo realizadas pela SAGMACS, onde teve condições de interpretar o Paraná nos anos 1960, “*muitos anos decorrerão até que o Paraná deixe de ser uma economia periférica do centro dinâmico do país*”.

A própria SAGMACS que em março de 1964 possuía 11 contratos, inviabiliza-se, e passa a ter pesquisadores perseguidos e exilados (ANGELO, 2010:139). Embora não seja unânime as razões do encerramento de suas atividades nem por pesquisadores que foram integrantes, considera-se como um elemento importante o cenário de polarização política brasileira e mundial, incompatível com as ideias humanitárias, de participação popular, e executada por membros da juventude católica de esquerda. E, por outro lado, assume-se a inaptidão empresarial dos cooperados que assim justificam seu fechamento mesmo antes do golpe (ANGELO, 2010: 139). Seja uma versão, ou a outra, é fato que o ambiente que permitiu

seu crescimento e sua influência no Paraná já não era mais o mesmo da década de 1950 e de meados de 1960.

Na visão do governo de então, os elementos responsáveis pelo fracasso são externos ao estado, refletindo no Paraná a crise brasileira dos anos 1960. E, portanto, o governo teria cumprido seu papel.

Justamente quando começam a frutificar os esforços desenvolvidos por anos de trabalho destinados a diversificar a agricultura paranaense, e dinamizar o setor industrial, através de políticas de fomento que vão desde a criação de infra estrutura até o financiamento direto; justamente quando os empreendimentos surgidos desses esforços atingem um ponto de maturação e começam a produzir, defronta-se a economia estadual com uma situação negativa, para a qual não contribuiu, e que, põe em risco todo o esforço até agora dispendido no sentido de dar ao Paraná as bases econômicas sólidas de que necessita (...) (MENSAGEM DO GOVERNO, 1967).

Para Leão (1999:12), o PDP, considerado o resultado maior das ideias e teorias formuladas para desenvolver o Paraná, era utópico, pois não seria possível ao Paraná realizar sozinho, enquanto estado, os esforços de uma industrialização inserida nas condições capitalistas que requerem imensa mobilização de agentes dispostos a correr risco e imensa mobilização por parte do governo no sentido de criar infraestrutura. Observe ainda o autor a criação de um mito, de que as empresas criadas financiadas pela Codepar normalmente quebravam.

Na visão de Izepão (2013:79), o PDP nunca chegou a ser implementado. No entanto, ele norteou as políticas governamentais para o desenvolvimento do estado, onde originaram-se significativos investimentos e que ainda constituem a estrutura da base produtiva do Paraná, sobretudo relativos à infraestrutura. Considera ainda, como uma das razões do abandono, a significativa participação popular na construção do plano, advinda do pensamento que o constituiu, que passa a partir de 1964 a destoar das diretrizes do governo federal (IZEPÃO, 2013:80).

A tese de Augusto (1978) intitulada “Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista” busca compreender o papel da Codepar (1962) desenvolvendo elementos relativos ao pensamento político, ao planejamento e à inserção da ideologia desenvolvimentista no Paraná. Propõe-se, portanto, compreender as relações entre o intervencionismo estatal praticado e a ideologia desenvolvimentista por meio de um estudo de caso específico. Assim, destaca um conjunto de alterações e de transformações necessárias ao processo de se aplicar uma teoria de desenvolvimento nacional, no âmbito estadual considerando um *“distanciamento do modelo, do caminho que indicam para o*

desenvolvimento do Estado, e a forma como, no decorrer do tempo é operacionalizado”. (AUGUSTO, 1978:24).

2.4. A recusa da interpretação desenvolvimentista e o pensamento do Ipardes

Os anos 70⁴⁸ representaram uma grande alteração de orientação e desenvolvimento econômico no Paraná, quando o estado finalmente se inseriu na dinâmica nacional, podendo beneficiar-se dos programas instituídos pelo governo federal e consequentemente lograr melhores resultados. Inversamente às tentativas anteriores, onde a política industrial era formulada para desenvolver-se nos limites do estado, muitas vezes ignorando o estágio já existente da indústria no resto do país.

A partir da segunda metade da década de 1960, já não é possível observar nos documentos oficiais a significativa influencia teórica, nem a tentativa da interpretação da economia paranaense inserida nos moldes ideológicos anteriores, mas sim a busca pela inserção do Paraná no pensamento corrente do Brasil, como pode ser observado na Mensagem de Governo de 1967.

No Paraná o futuro deve ser agora ou não alcançaremos nunca, deixando perder-se as oportunidades históricas do presente, quando quase tudo está ao nosso alcance, faltando apenas a coalização de forças do desenvolvimento integrado para transformar potencialidades e recursos disponíveis em riqueza efetiva para todos (MENSAGEM DO GOVERNO, 1967:VIII).

A integração do Paraná deve ser parte de um projeto maior, para cujo extraordinário alcance chegou a hora de chamar a atenção não só dos paranaenses como dos brasileiros (MENSAGEM DO GOVERNO, 1967:XIII).

Embora a ideia da necessidade de industrialização tenha sido constituída em décadas anteriores como já observado, as estratégias e a visão de como promover a indústria se alteraram de forma brusca, principalmente em decorrência do golpe de 1964.

O golpe militar alterou os agentes que formulavam as políticas governamentais e promoveu a constituição de uma nova ordem político-institucional. Este cenário foi desdobrado aos estados mediante o modelo de desenvolvimento tecnoburocrático capitalista dependente⁴⁹ e consequentemente gerou o abandono das ideias anteriores, tanto de cunho

⁴⁸ Embora o recorte deste trabalho proponha a compreensão do Paraná até 1970, a sessão 2.4 se justifica neste momento para uma breve compreensão das importantes alterações ocorridas nesta década, de ordem econômica, política e de orientação ideológica.

⁴⁹ O estado tecnoburocrático capitalista dependente surge na segunda metade do século XX nos países latinos como uma indústria originária de substituição de importações, constituindo um subdesenvolvimento industrializado aliado à burguesia local e à classe tecnoburocrática em processo de ascensão. Ver: Bresser (1977:131-138).

cepalino, da democracia-cristã, de economia humanista e principalmente, de uma construção participativa (IZEPÃO, 2013:80).

Os principais elementos que demonstram essa alteração se constituem:

- 2.4.1 Transformação da CODEPAR em BADEP, forçosamente pela reforma financeira de 1967 (MAGALHÃES BORGES, 1994:13); e pela mudança na captação de recursos, que passaram a contar com investimentos nacional e internacional para financiar as atividades industriais no Paraná. (IZEPÃO, 2013:83).
- 2.4.2 Mudança do conceito de indústria, fortalecendo a ideia da agroindústria, que ligada à atividade primária possibilitava agregar valor ao bem e participava dos objetivos federais de criação de um polo agroindustrial no sul, e beneficiando-se das linhas de financiamento (IZEPÃO, 2013:92-95).
- 2.4.3 A integração produtiva do Paraná à dinâmica vigente no Brasil com a forma de uma economia complementar, passando também a participar da divisão do trabalho nacional e dos objetivos do governo federal (LEÃO, 1999:14).

Neste período não fica clara a referência de um pensamento teórico capaz de nortear o estado, criado ou transposto para dentro dos seus limites. Fica clara a busca pela interpretação e a compreensão dos determinantes do dinamismo observado em tão poucos anos advindos de uma sensível alteração do conceito de indústria e do seu papel no estado, em cenário tão divergente da conjectura elaborada pelos estudos anteriores.

Nesta busca por interpretar esses fenômenos, já no âmbito do IPARDES, cria-se duas formas de se compreender o Paraná. A primeira, denominada realista, que é o resultado da negação ideológica e da adoção da política associativista praticada durante a década de 1970, e a segunda formada pelo instituto no ano de 1981, denominada visão crítica da evolução econômica do Paraná (IPARDES, 1985).

A criação do oficial do IPARDES, em 1973, contou significativamente com o apoio técnico do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas com o objetivo de que o Paraná adotasse as ideias de planejamento alinhadas com as determinadas na união, refletindo ainda o caráter político em curso no Brasil, de centralização e controle sobre as ideias e políticas adotadas nas demais esferas (IZEPÃO, 2013:95). Esta institucionalização aliada à adoção dos objetivos determinados para o país facilitaria a implementação de políticas e o próprio controle ideológico por uma rede de comunicação entre as instituições e formulações de políticas governamentais.

Ainda que de forma centralizadora e profundamente diferente do pensamento adotado pelo PLADEP e pela CODEPAR, é inegável que a nova estrutura, pautada sobretudo na industrialização por meio da incorporação do setor agrícola, teve êxito, por diversos fatores e, fundamentalmente, pela escala de investimentos, por integrar um projeto nacional e pelo fortalecimento da agroindústria.

Nesta visão há uma integração da dinâmica econômica do Paraná ao Brasil e ela também ocorre dentro do Estado, por meio da ampliação do conceito de indústria e da compreensão da região norte também no contexto de uma economia capitalista.

A ideia de uma visão realista é fruto de ações pragmáticas, frente a alterações significativas relativas à concepção da agricultura na região norte do estado do Paraná – de uma atividade primária com pouco valor agregado para um moderno complexo agroindustrial pautado em diversas culturas e atividades, assim como decorrentes da reforma do sistema financeiro e da própria expansão da economia brasileira (IPARDES, 1985).

Por doze anos, a partir da posse do governador escolhido em 1970, o Paraná perde a autonomia que até então gozara na formulação de políticas de desenvolvimento. A hegemonia do governo central implanta uma era de privilegiamento da técnica sobre a política, que se traduz em conformar-se as políticas nacionais, quer nas suas grandes linhas, quer, em certos casos, em meras minúcias formais (MAGALHÃES FILHO, 1994:14).

A retomada do crescimento da economia nacional, dos investimentos industriais a partir de 1970 acoplada à uma visão das “vocações industriais” (leia-se agroindustriais) está por trás da montagem de uma visão realista da economia paranaense”. Nesse sentido, a tentativa de afirmar o Paraná frente a São Paulo via substituição de importações cede lugar à concepção de um papel industrial complementar, utilizando às “vocações industriais” do estado (IPARDES, 1985).

A presença dessa visão realista e associacionista no discurso político é também observada por meio da Mensagem de Governo de 1979 de Jayme Canet, citado por IparDES (1989:89).

Foi o crescimento agrícola continuado que possibilitou o desenvolvimento industrial nos anos recentes. (...) Foi este pensamento que inspirou a implantação da Secretaria de Indústria e Comércio com o objetivo estratégico de tirar partido de uma orientação federal – a de descongestionar os já saturados polos industriais do país.

A partir do momento em que foram traçadas as diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento em favor da desconcentração industrial ficou claro que ficaria mais beneficiado pela nova orientação o estado que mais rapidamente se preparasse para receber a indústria em fase de mudança (MENSAGEM DO GOVERNO, 1979: XIII).

Fica demonstrado assim que somente por meio da estrutura elaborada pelos antigos projetos do governo por meio do Pladep e Sagmacs, assim como pelo financiamento via setor público promovido pela Codepar, foi possível um eficiente atendimento aos requisitos

necessários para a inserção do estado nos planos de desenvolvimento do governo federal, pois grande parte da infraestrutura necessária já estava estabelecida. Registra-se também mais um elemento que demonstra a validade das políticas desenvolvimentistas advindas do Plano de desenvolvimento do Paraná nos anos 60. Ainda que não tenha promovido a industrialização efetivamente, criou condições de uma rápida adequação do estado aos objetivos do programa federal.

A última interpretação mencionada por este trabalho, elaborada no ano de 1981 pelo também Ipardes, constitui uma visão crítica da economia paranaense, pautada em uma construção histórica que rejeita o arcabouço desenvolvimentista e as ideias observadas no Paraná e que formataram políticas públicas até a metade da década de 1960.

O trabalho denominado *Paraná: Economia e Sociedade* reflete uma visão fruto de uma profunda pesquisa do estado do Paraná pela equipe de pesquisadores do Ipardes. Estruturada como um diagnóstico, onde se busca compreender as alterações observadas na economia na década de 1950, 60 e 70. Essa nova visão crítica fundamenta-se na recusa do pensamento cepalino, considerando que o Paraná, sobretudo a região norte, não é periférica, identificando elementos de uma economia capitalista, integrada à dinâmica brasileira desde o princípio de sua colonização. Isso justifica-se pela diversidade de atividades (IPARDES, 1982).

O estudo aborda todos os setores da economia paranaense, sobretudo a influência da agricultura moderna, o carro chefe da economia paranaense a partir dos anos 1970 e suas relações com a indústria e as condições sociais do estado.

Esta nova interpretação não tem origem em uma visão ideológica dentro do Estado como as observadas anteriormente, mas sim numa visão crítica ao arcabouço desenvolvimentista. *Ela é crítica porque fundamenta-se numa visão teórica e histórica da evolução da economia e sociedades paranaenses, partindo da recusa ao paradigma cepalino, tal como compreendido e reelaborados pela CODEPAR e por Padis [1981] (IPARDES, 1985).* Recusando as relações de centro e periferia, considera que o norte paranaense constituiu desde sua ocupação parte do núcleo capitalista da economia brasileira, cujo dinamismo advém de uma agricultura dinâmica, diversificada e modernizante (IPARDES, 1985).

Deve-se considerar que no instante em que o trabalho foi composto, o objetivo fundamental era compreender o êxito da economia paranaense e não mais discutir estratégias para promover o desenvolvimento e, desta forma a visão considera que a permanência deste

êxito condicionava-se naquele instante à incorporação de tecnologia capaz de refletir em uma melhora de produtividade, assim como das relações institucionais internas do país, considerando que o estado já estava plenamente inserido na dinâmica e nos objetivos federais para os estados. Compreendendo como razões para crises somente os reflexos de crises ocorridas no país como um todo, denomina como a chave para o desenvolvimento econômico paranaense a agroindústria. Elemento que se verificou até a atualidade.

Historicamente, compreendendo a relação de complementariedade com a economia paulista, tanto agrícola como industrial, o modelo parte da análise da velocidade em que se processaram as alterações demográficas e econômicas, compreendendo a inserção da cafeicultura como um resultado do complexo cafeeiro paulista (IPARDES, 1982).

É possível se observar ainda que estas ideias surgem no momento de solidez institucional, tanto do governo como do próprio Ipardes, e assenta-se em um conjunto de dados estatísticos e análise técnica das atividades e das regiões no estado e, portanto, o constitui-se uma visão muito mais técnica, sem um pano de fundo ideológico aparente.

No entanto, algumas relativizações devem ser feitas nesta visão quanto à formação de atividades industriais. O estudo afirma que não há relação entre o capital cafeeiro e as atividades industriais no estado.

Nestas condições e, dadas as características da produção agrícola do Paraná, dificilmente poderia surgir um capital industrial no Norte (assim como não apareceu no interior de São Paulo), já que em primeiro lugar, pelas facilidades de transporte, teria que enfrentar a concorrência da indústria paulista. Em segundo lugar, todo sistema bancário e comercial atrelado ao café paranaense, tinha sua sede em São Paulo e seus possíveis excedentes financeiros, que pudessem ser investidos na indústria, o seriam em São Paulo; isto porque a região não apresentava a infraestrutura adequada à indústria (carência de energia elétrica, etc). Por outro lado, a economia de pequenos produtores apresentava poupanças atomizadas, as quais muito provavelmente dirigiam-se para a construção civil, ou outras atividades urbanas não industriais (IPARDES, 1982:11).

Embora o trabalho tenha formulado um interessante conjunto de dados para períodos posteriores à década de 1970, acredita que a análise retrospectiva deixe algumas lacunas. Pois, para o argumento da inexistência de relação do capital cafeeiro com atividades industriais não são apresentados dados que fundamentem a afirmação. Dessa forma, o pensamento construído pelo IPARDES se justifica pela referência de Magalhães Filho, de 1969⁵⁰.

⁵⁰ *Até o início dos anos 1960, poder-se-ia afirmar que economicamente, existiam dois “Paraná’s”: o do norte cafeeiro e o resto do Estado, e entre os dois eram extremamente débeis as relações econômicas. O Norte, articulado à economia paulista, não vai apresentar condições para um vigoroso crescimento industrial. Quando se dá a expansão desta região, São Paulo já contava com um vasto parque industrial e a produção agrícola do Norte encaminhava-se para aquele Estado, da mesma maneira que as indústrias paulistas encontravam mercados no Norte paranaense.* (MAGALHÃES FILHO, 1969 *apud* IPARDES, 1982:11).

O capítulo 3 buscará argumentos que relativizem essa visão, explorando mais a utilização do capital cafeeiro e a existência de atividades industriais na região norte antes dos anos 1970, sobretudo, as encadeadas pela atividade cafeeira.

Conclusão

Desde a emancipação do Paraná, até a década de 1940, se observou no estado a busca pela formação de uma identidade – reunindo no pensamento Paranista um conjunto de ideias convenientes, que favoreciam uma elite já estabelecida, além de compor uma realidade imaginária, calcada no próprio desconhecimento da região e de suas reais potencialidades. Esse discurso foi capaz de manter uma oligarquia política que se alternava no poder.

No final da década de 1950, com a transposição do pensamento desenvolvimentista da Cepal para uma realidade estadual, foi possível romper com o determinismo do passado e adotar novas estratégias de desenvolvimento e planejamento, embora os personagens políticos ainda fossem em grande medida os mesmos. E a atualização do discurso, uma estratégia que se adotava para a permanência no poder. No entanto, o próprio desenvolvimento das políticas adotadas permitiu um maior conhecimento sobre a realidade do estado.

No início dos anos 1960, com um aprofundamento das ideias desenvolvimentistas aliado ao pensamento humanista do padre Lebrecht, da Democracia Cristã e da Teoria dos Polos, foi possível estabelecer instrumentos que viabilizasse o conjunto de ideias pensadas. Sendo o PDP – Plano de Desenvolvimento do Paraná, a maior expressão dessa influência teórica.

Ainda que não tenha sido possível lograr êxito no objetivo fundamental, qual seja, o de promover a industrialização de forma endógena, buscando romper a sua dependência com a economia primária do Estado, todo o conjunto de ações, ao construir a infraestrutura necessária para a indústria, constituiu ganhos de eficiência alocativa ao Paraná, permitindo que num cenário posterior, ao se unirem aos objetivos e esforços do governo federal, tenha sido possível uma rápida industrialização.

Os anos 1970 representam um profundo contraste às ideias da década anterior, sob influência em grande medida do governo militar, que modificou toda a estrutura e o arcabouço teórico que influenciava as políticas industriais. Aliando-se aos projetos da União, o estado foi beneficiado por financiamentos e pela existência de uma infraestrutura herdada da década anterior. E com o conceito de agroindústria, rapidamente o Paraná se industrializou.

Em relação à hipótese central do estudo, o capítulo contribuiu para identificar como as ideias sobre desenvolvimento se disseminaram pelo Paraná e compreender a sua influência na

formatação política. É possível observar ainda a influência do pensamento em voga para a própria construção histórica da evolução econômica da região, que hoje representam obras clássicas do Paraná.

Portanto, ainda que de acordo com as visões estabelecidas neste capítulo o capital gerado pela cafeicultura não seja o responsável pela moderna indústria paranaense, via de regra, ele contribuiu para a sua infraestrutura, bem como precisa ser mais compreendido em termos de investimento. A este objetivo destina-se o terceiro capítulo a seguir.

3. CAPITAL CAFEEIRO E ATIVIDADES INDUSTRIAIS: EVASÃO DE RENDA E PARTICIPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

Introdução

A reconstrução histórica das principais atividades econômicas do Paraná, elaboradas no primeiro capítulo deste trabalho demonstram a preponderância e o peso do setor primário para a economia paranaense até o início dos anos 1970, o qual permanece importante, embora atualmente mais diversificado. É possível observar ainda no trabalho o pensamento e as políticas instituídas para se promover a industrialização no Paraná nos anos 1960.

Este conjunto de iniciativas, sobretudo governamentais, se não lograram êxito em promover a industrialização efetiva do estado, permitiram que se levantasse um elevado número de informações sobre as atividades industriais no Paraná. Essas atividades, via de regra, existiram, mesmo que de forma incipiente, considerando a demanda exercida pela atividade cafeeira e pelo afluxo populacional decorrente da cultura.

Neste capítulo discute-se a hipótese da evasão da renda⁵¹ gerada do Paraná para São Paulo, permitida pela relação estabelecida entre os dois estados, e as mudanças decorrentes da evolução do setor bancário, além do papel do setor público em promover a indústria e seu grau de relação com o capital cafeeiro. Portanto, compreende como a evolução dos bancos e a atuação da CODEPAR na região norte foi capaz de modificar a relação estabelecida entre os dois estados ao longo do tempo.

Embora o café tenha sido de extrema importância tanto para a formação e crescimento das cidades do Norte do Paraná como para o estado como um todo em termos de receita, é importante realizar um aprofundamento sobre as consequências após o declínio da atividade.

É fato que a cafeicultura no Paraná não conseguiu induzir um processo amplo de industrialização semelhantemente ao ocorrido em São Paulo. No entanto, busca-se relativizar os argumentos estabelecidos por visões clássicas da interpretação do desenvolvimento econômico paranaense sobre o suprimento total da região pela indústria paulista. Entende-se, assim, que o café teve uma participação fundamental na promoção, na dinamização das atividades industriais e na formação de infraestrutura, significando um elemento preponderante para a atividade industrial, ainda que essa relação tenha se modificado ao longo do período analisado (1940-1970).

⁵¹ A hipótese de evasão da renda para São Paulo é debatida por AUGUSTO (1978), PADIS (1981), LEÃO (1986) e CANO (2007). Neste capítulo apresentam-se os argumentos identificados em documentos oficiais do governo.

Parte-se de uma definição do conceito de indústria adotado e da região escolhida para análise, estabelecendo-se a região e a cidade de Londrina, por se considerar a mais dinâmica, mais típica da cafeicultura paranaense, e a que tem a maior disponibilidade de dados que permite uma análise ampla do período selecionado neste trabalho. Elementos esses que serão demonstrados no decorrer do capítulo.

Embora seja notório que as atividades industriais não sobrepuseram o setor primário até os anos 1970, é importante promover um maior conhecimento sobre as atividades industriais da região e a influência do capital cafeeiro. De modo algum, pretende-se negar a visão estabelecida pelos principais autores sobre o período e sobre a relação da região com outros estados. No entanto, tal temática merece uma investigação mais aprofundada, resultando em algumas relativizações diante da rápida alteração da estrutura da região de 1940 a 1970. Isso se dá principalmente em termos da participação do estado em desenvolver a infraestrutura na região.

Tradicionalmente, as análises sobre as atividades industriais na região até a década de 1970 parecem estabelecer argumentos uniformes, diante de alterações significativas na evolução da região como, por exemplo, a formação de uma rede bancária.

Padis (1981), observando o Paraná com uma economia periférica, verifica a fuga de capital para São Paulo, resultando na inibição de atividades industriais.

É portanto admissível afirmar-se, que nesse período (1947-1959), quando ainda os cafezais continuavam sua marcha para o oeste, uma parte da renda gerada pela cafeicultura era utilizada no Estado em investimentos no próprio setor cafeeiro, quanto outra era retirada para a região industrial do centro do país, especialmente São Paulo. Tão veloz e surpreendente foi a expansão das atividades cafeeiras que os demais ramos de atividade não tiveram condições de acompanhar o seu ritmo, tanto que, no período, o setor secundário e terciário perderam significado relativo na composição da renda estadual (PADIS, 2006:259).

A principal causa do carreamento de parte da renda gerada no Estado para outros centros do país, provavelmente tem seus fundamentos no seguinte: o setor cafeeiro apresentava as maiores vantagens dentro do Estado para os investimentos dos capitais acumulados. Dessa forma, nenhuma outra atividade seria suficientemente remuneradora e, portanto, atrativa desses investimentos. E, sendo assim, não se criavam condições para a diversificação da produção. Em conclusão, pois, foi, justamente a alta rentabilidade da cafeicultura que limitou, de início a destinação de recursos para outras atividades.

Entretanto, nos fins da década dos anos 1950, o café praticamente já havia completado a sua marcha no território paranaense, tendo até ultrapassado os limites da área que lhe era propícia. A partir de então, as novas inversões nessa atividade foram se tornando cada vez menores em relação à renda gerada. Como até essa época o Estado se encontrava extremamente carente de infra estrutura, dada a precariedade das vias de comunicação, a baixíssima produção de energia elétrica e, sobretudo, a insignificância do setor secundário da economia, no momento em que o setor cafeeiro torna-se pouco capaz de absorver novos investimentos, a renda gerada no Estado não encontrava muitas alternativas de aplicação. Isso resultou no aparecimento de

uma tendência crescente de sua evasão para outros centros do país (PADIS, 2006:260).

O argumento do autor, embora careça de maiores detalhamentos dessa relação, parece mais coerente do que a simplificada ideia de má utilização do capital. No entanto, faz-se necessário uma compreensão mais aprofundada da estrutura de intercambio da região por atividades de transformação complementares à economia cafeeira ou dela resultantes. Ainda que não houvesse representatividade em termos nacionais para a região, será possível perceber um conjunto de atividades industriais que gravitavam à esfera da cafeicultura.

Além disso, a visão de Padis acerca da condição periférica do Paraná como resultado da exportação de produtos primários face à importação de produtos industriais, pode ser validada para os anos de 1963 a 1966, onde se demonstra um grau contínuo de defasagem nos termos de troca com uma breve acentuação no ano de 1965.

Ano	Produtos Agrícolas	Produtos Industrializados
1963	1295	1711
1964	2583	3137
1965	3677	5065
1966	5731	7158

Quadro 3.1: Defasagem termos de trocas, onde 1953=100.
Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967.

Gráfico 3.1: Deterioração dos termos de troca - preço dos produtos industrializados e produtos agrícolas, onde 1953=100.

Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967.

O gráfico elaborado com base nos dados de CODEPAR (1967) demonstra uma contínua defasagem dos termos de troca na estrutura produtiva paranaense no quadriênio de 1963 a 1966, demonstrando, conforme afirma Padis (1981) e em acordo com o pensamento

desenvolvimentista discutido no capítulo 2, que ao longo do tempo as economias exportadoras de produtos primários tendem a ver os preços dos seus bens exportados defasados em relação ao preço dos bens industrializados.

A interpretação de IPARDES (1982), dedicada principalmente ao período posterior ao declínio do café, não fornece subsídios suficientes que permitam uma melhor compreensão sobre a estrutura das indústrias anterior a 1970, as suas atividades e a relação com o capital gerado pelo café.

Nestas condições e, dadas, as características da produção agrícola do Paraná, dificilmente poderia surgir um capital industrial no Norte (assim como não apareceu no interior de São Paulo), que em primeiro lugar, pelas facilidades de transporte, teria que enfrentar a concorrência da indústria paulista. Em segundo lugar, todo sistema bancário e comercial atrelado ao café paranaense, tinha sua sede em São Paulo e possíveis excedentes financeiros, que pudessem ser investidos na indústria, o seriam em São Paulo; isto porque a região não apresentava a infra-estrutura adequada à indústria (carência de energia elétrica, etc). Por outro lado, a economia de pequenos produtores apresentava poupança atomizada, as quais muito provavelmente dirigiam-se para a construção civil, ou outras atividades urbanas não industriais.

Assim, a expansão cafeeira no Norte do Paraná vai ser incapaz de impulsionar a indústria local e, como mantinha débeis relações com o resto do Estado (frise-se que a ligação rodoviária do Norte com Curitiba somente se completa na década de 1960), não apresentará estímulos à indústria do resto do estado. (IPARDES, 1982:11).

Entende-se que o argumento desenvolvido pelo Ipardes (1982) é parcialmente válido e ao se aprofundar as características da região entre 1940 a 1970 será possível observar significativas alterações, principalmente, na hipótese de atividades industriais locais, para as quais não havia uma concorrência direta com São Paulo, constituindo uma dinâmica regional, assim como o desenvolvimento do setor bancário durante a década de 40, chegando a 1956 com três matrizes de bancos na região. No entanto, dados demonstram também como possível destino de investimentos a construção civil e a compra de terras em direção à fronteira agrícola, como o norte novíssimo, como descrito pelo autor.

Polo Migratório dos primeiros compradores de Lotes Rurais - Região de Maringá (1938-1973)		
Procedência	Compradores	%
Paraná	1.234	64,6
São Paulo	604	31,6
Rio de Janeiro	20	1
Santa Catarina	17	0,9
Rio Grande do Sul	15	0,8
Minas Gerais	11	0,6
Outros estados	3	0,2
Europa	5	0,3
TOTAL	1.909	100

Quadro 3.2: Polo migratório dos primeiros compradores de lotes rurais – Região de Maringá. Adaptação do autor com base em: LUZ; OMURA, 1975:801.

Dados elaborados por Luz; Omura (1975:801) demonstram a significativa participação de paranaenses já proprietários de terras na formação de um polo migratório na região de Maringá. Luz; Omura (1975:801) destaca que dentre os paranaenses que já possuíam terras e adquiriram novas, sendo um total de 1.234 compradores, apenas 23 advinham de outra região do Paraná que não fosse o Norte. Portanto, pode-se afirmar que essas novas aquisições são resultados, em grande parte, da lucratividade obtida com a cafeicultura.

Este cenário pode ser observado principalmente até a década de 1950, quando as áreas loteadas propícias ao café começam a se tornar escassas.

Em fins de 1950, a área para a ocupação do café estava quase esgotada. Como até essa época, o Estado estava extremamente carente de infraestrutura com precariedade nas vias de comunicação, baixíssima produção de energia elétrica e falta de armazéns e silos, e sobretudo a insignificância do setor secundário na economia, no momento em que o setor cafeeiro tornou-se incapaz de absorver a renda gerada, ela foi evadida para outros centros do país (OKUYAMA, 1975:28).

Okuyama (1975:28) também ressalta a ausência de infraestrutura como determinante para a evasão de renda para outras regiões, embora também não esclareça a presença de atividades industriais ligadas ao café e nem a presença do setor bancário paranaense na região, como será observado.

Portanto, ainda que as visões tradicionais apresentem confirmação por meio de dados, é oportuno um aprofundamento sobre atividades até o momento, pouco identificadas na literatura concernente ao tema. Parte-se, assim, para uma definição do conceito de indústria adotado neste estudo.

3.1. Conceito de indústria

A hipótese de um amplo intercâmbio com São Paulo é pertinente, inclusive por questões logísticas, pelas quais, caminhões e vagões que levavam a produção cafeeira do Paraná, principalmente ao porto de Santos, retornavam carregados de bens cuja disponibilidade na região era limitada. Porém, não seria capaz de inviabilizar a formação de uma dinâmica regional própria de bens industrializados, assim como o suprimento imediato de artigos implementados na cultura cafeeira, entre outras atividades, inclusive a demanda alimentar.

É oportuna uma breve caracterização do conceito de indústria que está sendo analisada, pois, ao se relativizar as interpretações estabelecidas tradicionalmente para o tema, não se busca afiançar a existência de um amplo processo de industrialização, o que de fato não ocorreu. Em contrapartida, busca-se compreender quais eram as atividades industriais existentes na região, qual sua composição e a origem de seu capital. São, portanto, atividades industriais primitivas, com métodos de transformação incipientes, sobretudo, condicionadas pela baixa infraestrutura existente na região e uma significativa complementariedade às atividades primárias, que se justifica pela própria demanda de atividades primárias e pelo contingente populacional existente na região.

Parte-se do conceito de indústria estabelecido pela Codesul (1979) para buscar a identificação dessas atividades existentes na região e do conceito de indústria estabelecido pelo IBGE, presente nos censos de 1940, 1950, 1960 e 1970, além das atividades selecionadas para a elaboração do dicionário dos municípios brasileiros, de 1956.

A Codesul adota um referencial de atividades econômicas inseridas num complexo agrícola⁵², para a indústria cabendo as *“as funções de criar, modificar ou de acrescer qualidade às formas, de maneira a melhor corresponder ao bem estar do homem”* (CODESUL, 1979:14).

Com o desenvolvimento urbano-industrial (expressão maior do modo de produção capitalista), o aumento populacional nas concentrações urbanas (devido em grande medida às migrações rurais) e a necessidade de atender aos requisitos alimentares das populações urbanas a preços compatíveis com o seus salários, o setor agrícola é compelido a atender a demanda gerada por produtos alimentares e matérias-primas industriais. Esse processo determina uma reorganização da produção agrícola.

O setor agrícola passa a responder às necessidades dos setores não agrícolas, e sem modificar sua estrutura agrária, é condicionado a descobrir o caminho da especialização. Se, por um lado, a especialização permite o acréscimo nos

⁵² Sobre Complexo Agrícola, ver: Análise do setor produtivo do leite – relação entre agricultura e indústria no norte do Paraná. Curitiba: CODESUL, 1979.

rendimentos por áreas, por outro lado cria a necessidade de novas técnicas de produção, cuja utilização determina novas relações de trabalho (CODESUL, 1979:14).

A especialização e o processo de industrialização ligados às atividades primárias constituem uma evolução natural do modo de produção capitalista, e um desenvolvimento condicionado pelo aumento da população urbana de bens alimentares, utensílios e demais hábitos ligados à migração do campo para a cidade. Neste sentido, parece coerente o surgimento de atividades industriais ligadas ao complexo agrícola na região Norte do Paraná, como resultado também do significativo crescimento da população das cidades e da expansão da atividade cafeeira. Surge, portanto, duas frentes – uma representada pela necessidade de aprimoramento e alterações da própria produção agrícola e, por outro, o aumento da população antes agrária que passa a demandar bens industrializados.

Mais do que a exportação de bens para grandes centros, é plausível a constituição de um intercâmbio de bens entre as cidades da região, suprimindo a demanda dos bens de transformação originários de atividades industriais consideradas novas. A dinâmica de crescimento populacional e a própria expansão da produção cafeeira das cidades da região serão demonstradas no decorrer do capítulo.

Para a identificação de resultados quantitativos que possam demonstrar quais eram as atividades industriais presentes na região e sua trajetória, adotou-se o conceito de indústria originário dos censos de 1940 a 1970 elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A elaboração do censo industrial de 1940 se dá por um questionário geral e mais oito questionários para o recenseamento, compondo atividades de minas, pedreiras, caieiras e olarias, construção civil, imprensa e artes gráficas, produção e distribuição de energia elétrica, produção e distribuição de gás de iluminação, extração e beneficiamento de produtos vegetais, indústria da pesca e atividades industriais do estado. Incorporou-se ainda as indústrias rurais, para as quais o recenseamento foi realizado com o questionário de atividades agropecuárias (IBGE, 1940: XXXIV). Portanto, os questionários puderam ser aplicados às explorações de caráter industrial relativas ao beneficiamento de algodão, café, arroz, além de engenhos de farinha de mandioca, vitivinicultura, indústria açucareira, de laticínios, e de carnes e derivados (IBGE, 1940: XXXIV).

Esta organização permitiu que em 1940 fossem identificadas atividades industriais como unidades econômicas autônomas ou, quando permaneciam ligadas às atividades do estabelecimento rural, porém, não se constituíam em atividades acessórias à exploração

agropecuária e de pequenas escala, com destino ao próprio abastecimento do estabelecimento. (IBGE, 1940: XXXIV)

Em 1950, o IBGE incluiu no censo industrial as atividades de beneficiamento e de transformação, a construção civil e os serviços de utilidade pública, como fornecimento de energia elétrica e de gás, e abastecimento de água e serviços de esgoto, que tenham sido explorados com fins lucrativos por empresas privadas ou sem fins lucrativos por empresas públicas (IBGE, 1950). Excluiu-se do recenseamento as obras públicas realizadas diretamente por órgãos do governo, além de caça e pesca, extração ou beneficiamento de produtos de origem mineral, animal ou vegetal quando estes fossem executados por processos manuais e rudimentares, tais como os métodos de fiação, garimpagem, preparo de peles, extração de cascas, ceras, resinas, cocos, sementes, lenha, madeiras e outros produtos florestais (IBGE, 1950).

Esta alteração se justifica, de acordo com o IBGE (1950), pelo ajustamento às condições que surgiram no Brasil pelo desenvolvimento industrial ao longo da década de 1940. Para a análise feita neste trabalho, essa variação é importante, pois demonstra que foram consideradas indústrias aquelas empresas com um grau minimamente desenvolvido de transformação, excetuando-se aquelas que permaneciam incipientes e rudimentares.

No censo realizado em 1960 foram incorporadas as atividades de extração mineral, beneficiamentos e transformação quando realizadas em estabelecimentos de origem privada, de economia mista e pública. Foram ainda acrescidas as oficinas de reparação para trabalhos mecânicos de manutenção, conservação de máquinas e equipamentos industriais, recuperação de motores automotivos motivados pela estreita relação de atividade acessória à indústria (IBGE, 1960). Esta inclusão também foi influenciada pela política de âmbito federal, executada em fins da década de 1950 pelo governo de Juscelino Kubitschek, denominada Plano de Metas, que promoveu significativamente a indústria automotiva, resultando num acréscimo do transporte rodoviário e do uso de tratores. Consequentemente, promoveu-se a indústria relacionada à manutenção destes bens duráveis.

Setores industriais caracterizados por maior complexidade tecnológica e pela produção de bens de alto valor agregado, como os ramos: químico, metalúrgico, mecânico e de material de transportes, experimentaram significativas taxas de crescimento, ganhando espaço diante de ramos tradicionais, particularmente o têxtil. A perda de importância relativa das indústrias de bens de consumo não-duráveis acentuou-se nas décadas de 1940 e 1950, consolidando a tendência que já se fazia presente pelo menos desde os anos 1920 (LOUREIRO, 2012: 42).

Além disso, as atividades da indústria de construção civil e a distribuição de energia elétrica foram consideradas complementares ao censo industrial, portanto, não incluindo seus dados dentro do conjunto (IBGE, 1960).

Por fim, o censo de 1970 manteve uma estrutura próxima ao de 1960, constando apenas alterações que não influenciam os dados utilizados para este trabalho. É importante ressaltar que para as quatro décadas adotou-se o conceito de *número de empresas*, que representam a unidade econômica que é determinada por sua constituição jurídica e por seus objetivos, em detrimento do *número de estabelecimentos*, que representa o número de unidades de produção das atividades industriais (IBGE, 1940: XXVI).

3.2. Região de análise

Para a análise sobre a relação do capital gerado pela cafeicultura na região Norte do Paraná e as atividades industriais definiu-se como delimitação geográfica a região de Londrina, partindo da divisão estabelecida pela SAGMACS, PLADEP e CODEPAR em 1963. Esta região foi elaborada em consonância com o Plano de Desenvolvimento do Paraná, analisado no capítulo 2 deste trabalho.

Embora o plano não tenha atingido seus objetivos, ele orientou o direcionamento de recursos de financiamento para infraestrutura e atividades industriais conforme esta divisão, de modo que para se avaliar o impacto de atuação das entidades mencionadas, a divisão por ela estabelecida deve permanecer. Por força de divisões geográficas posteriores, a área estudada refere-se a municípios parcialmente pertencentes à região Norte Central Paranaense e Microrregião de Londrina. (IBGE, 2017; MUNIZ FILHO, 1996).

Essa divisão de 1963 teve por objetivo a formação de unidades socioeconômicas complexas e integradas, estabelecendo condições de promover o desenvolvimento impulsionado pela população local (MUNIZ FILHO, 1996:152). Assim, a delimitação da região de Londrina é resultado da implementação prática e demonstra a influência da Teoria dos Polos no pensamento da SAGMACS, como ressaltado no capítulo anterior.

O primeiro objetivo da estruturação territorial proposta era a descentralização da administração pública, que deveria transferir para as regiões os escalões e responsabilidades de ordem local, criando ampla autonomia e autogestão das populações na promoção de medidas de interesse regional.

Paralelamente, objetivou-se a divisão regional maior integração política e econômica do Estado. As regiões seriam áreas de produção especializada com organizações homogêneas facilitando os processos de intercâmbio econômico e social e coordenação administrativa por parte dos órgãos de planejamento (MUNIZ FILHO, 1996:152).

Os critérios estabelecidos para esta divisão são:

- 1) Integração social e economia dos habitantes da região;
- 2) Capacidade de atingir relativa autossuficiência em relação às demais regiões;
- 3) Homogeneidade relativa com semelhança de características (tradições, atividades econômicas e recursos naturais);
- 4) Organização vertical e horizontal do serviço público, facilitando a tarefa de coordenação e fiscalização dos organismos centrais, e maior racionalidade na execução dos serviços prestados. (MUNIZ FILHO, 1996:153).

Desta forma, a região de Londrina era composta por 35 municípios e correspondia a região número 6. A maior parte dos municípios tem origem na década de 1940 e 1950, sendo todos resultantes de companhias de loteamento, ou desmembrados de municípios que tiveram origem no loteamento dirigido. Refere-se à área delimitada ao norte pelo rio Paranapanema e a leste pelo rio Tibagi, conforme Figura 3.1.

Figura 3.1: Região de Londrina (SAGMACS/PLADEP, 1963).
Adaptação do autor, com base em CODEPAR (1967); IPARDES (2010).

O Quadro 3.3 elenca todas as cidades da região de Londrina (SAGMACS/PLADEP, 1963), bem como a data de fundação ou emancipação e a companhia loteadora que promoveu a colonização.

Nome	Fundação / Emancipação	Companhia Loteadora
Alvorada do Sul	1952	Lima, Nogueira Comercial e Exportadora
Arapongas	1947	Cia. De Terras Norte do Paraná
Assaí	1932	Companhia Colonizadora Três Barras
Astorga	1952	Cia. De Terras Norte do Paraná
Bela Vista do Paraíso	1947	Fazenda Ribeirão Vermelho
Cafeara	1955	Dr. Manoel Firmino de Almeida
Cambé	1947	Cia. De Terras Norte do Paraná

Nome	Fundação / Emancipação	Companhia Loteadora
Colorado	1954	Cia. Colonizadora Imobiliária Agrícola de Catanduva
Cruzeiro do Sul	1955	Cia. De Terras Norte do Paraná
Florestópolis	1951	João Dias dos Reis
Florida	1960	Desmembrado de Iguaçu
Guaraci	1954	Carlos Luiz Costa, Augusto Lourenço da Silva, Norberto da Silva e João Firmino dos Santos
Ibiporã	1947	Engenheiro Francisco Beltrão
Iguaçu	1955	Cia. de Terras do Norte do Paraná
Itaguajé	1951	Desmembrado de Santo Inácio
Jaguapitã	1947	Desmembrado de Sertãoópolis
Jataizinho	1855	Colônia Militar de Jataí - Barão de Antonina
Lobato	1956	Desmembrado de Astorga
Londrina	1934	Cia. De Terras Norte do Paraná
Lupionópolis	1951	Aniz Abud & Cia Ltda.
Miraselva	1960	Izac Junqueira
Munhoz de Melo	1955	Desmembrado de Astorga
Nossa Senhora das Graças	1960	Desmembrado de Guaraci
Porecatú	1941	Sr. Ricardo Lunardelli
Primeiro de Maio	1923	Empresa colonizadora constituída pelos primeiros povoadores (IBGE, 1959:413)
Rancho Alegre	1961	Cia. De Terras Barbosa
Rolândia	1943	Cia. De Terras Norte do Paraná
Sabaúdia	1945	Desmembrado de Arapongas
Santa Cecília do Pavão	1960	Desmembrado de São Jerônimo da Serra
Santa Fé	1955	Luiz Zapparoli; Imobiliária Coressato & França
Santa Inês	1961	Desmembrado de Itaguajé
Santo Inácio	1948	Desmembrado de Sertãoópolis
São Jerônimo da Serra	1947	Colônia Militar de Jataí - Barão de Antonina
São Sebastião das Amoreiras	1951	Desmembrado de Assaí
Sertãoópolis	1934	Colonização oficial

Quadro 3.3: Municípios da região de Londrina, fundação e Companhia Loteadora.
Adaptação do autor, com base em: IBGE, 1956.

Como pôde ser observado pelo Quadro 3.3, todas as cidades possuem uma origem relacionada à colonização promovida por companhias, principalmente pela Cia. de Terras Norte do Paraná. Embora diversos municípios não apresentem esta origem especificamente quando da fundação, trata-se de um desmembramento posterior, ou da propriedade de terceiros no momento em que o município foi emancipado.

As características da região de Londrina foram bem definidas pela Cia. de Terras Norte do Paraná, projetando cidades para se desenvolverem como núcleos econômicos importantes a cada 100 quilômetros (como Londrina, Maringá, Cianorte), e patrimônios (com o objetivo de abastecimento e formação de pequenos núcleos comerciais) a cada 5 ou 10 quilômetros. Além disso, planejou-se um cinturão verde para as áreas urbanas para o abastecimento e consumo local, assim como a implementação de estradas vicinais (50 ANOS CMNP, 2013:72).

Figura 3.2: Derrubada da mata para preparação do cafezal – Região de Londrina. Adaptação do autor, com base em: REVISTA PIONEIRA, 1948.

O aspecto mais marcante dos loteamentos da Cia de Terras Norte do Paraná é a estrutura fundiária dos lotes, garantindo em todas as cidades selecionadas para esta análise uma composição homogênea, sem grandes divergências estruturais.

A área rural seria cortada por estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão.

Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria suas atividades agrícolas básicas: cerca de 1500 pés por alqueire. Na parte baixa construiria sua casa, plantaria a horta, criaria os seus animais para consumo próprio, formaria seu pomar. As casas de vários lotes

contíguos alinhados nas margens dos cursos de água, formariam comunidades que evitasse o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita do café, que para a maioria dos pequenos agricultores representaria lucro líquido de sua atividade independente, portanto no decorrer do ano ele viveria – consumindo o necessário e vendendo o supérfluo, das culturas paralelas. (CMNP, 2013:70-72).

Esta estrutura rígida condicionava o proprietário a um certo padrão de comportamento e de atividade, impossibilitando-o de agir como os grandes fazendeiros paulistas de café, que tinham poder de barganha e comercializavam as grandes safras diretamente nas praças de São Paulo e Santos (CMNP, 2013: 72).

Ele venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializavam sua produção nas cidades maiores, já com representantes das casas exportadoras, por outro lado, esse pequeno proprietário não gastaria o dinheiro recebido como o grande fazendeiro, nas grandes cidades. Ele o gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios, gerando assim uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que constituiriam um salutar fator de progresso local e regional (CMNP, 2013:72).

Esta condição determinada pela própria característica da colonização na região é favorável às atividades industriais locais e, favoreceu a criação de um intercâmbio regional entre as cidades, como será demonstrado posteriormente. Os dados de 1960, na etapa final da colonização do Norte do Paraná, sugerem que tal estrutura fundiária permanecia, correspondendo a 94,5% do total das terras (BELOTO, 2015:36).

Assim, a região de Londrina constitui em terras paranaenses o segundo polo de desenvolvimento, determinada por características homogêneas como - cidades planejadas, pequena propriedade, separação entre a produção cafeeira e beneficiamento - vindo a tornar-se o polo principal da região Norte do Paraná (CODEM, 1966).

Como afirma Codem (1966), a primeira região produtora de café, no Norte Velho, é a de Jacarezinho. Havendo então, como já discutido no capítulo 1, uma gradual transição da cultura cafeeira, distinta entre o tamanho das propriedades, dentre outras características que dificultariam uma análise entre municípios da região.

Em uma breve analogia entre o desenvolvimento da cafeicultura no Brasil e no Paraná, pode-se dizer que a produção do Norte Velho está para o início da produção cafeeira no Brasil na região do Vale do Paraíba, e a sua extensão, no oeste paulista, está para a região de Londrina, no Norte Novo, onde a cafeicultura se viabilizou nas condições de produção pós 1930.

Da região a ser analisada, podem-se destacar ainda alguns pontos que justificam a adoção da região de Londrina, e que serão demonstrados no decorrer do capítulo, como:

- 1) Região onde se localizou a maioria dos financiamentos destinados à industrialização promovidos pela CODEPAR;
- 2) Região de maior arrecadação do Imposto de Vendas e Consignações - IVC, do qual a cultura cafeeira é uma grande contribuinte;
- 3) A presença de dados disponíveis nos censos de 1940 a 1970 para os 35 municípios da região;

Portanto, os argumentos apresentados e as características das atividades industriais poderão ser pensadas neste nível do trabalho para a região de Londrina, buscando em sua continuidade uma expansão da análise para toda a região norte do estado.

3.3. Evasão da renda do estado e o setor bancário

As consequências da relação estabelecida entre o Norte do Paraná e o estado de São Paulo são pontos de algumas interpretações. Sabe-se que a economia norte paranaense dependia do sistema viário e, em princípios da colonização da região, do sistema financeiro paulista. Considerando a parca infraestrutura existente na nova região, os bens industrializados viriam de São Paulo, inibindo a formação de atividades industriais na região. Isso já pôde ser observado sob a influência teórica de dois grandes prismas no capítulo 2: um do pensamento desenvolvimentista, legando ao Paraná uma condição periférica; e outro associativista, pelo pensamento estabelecido pelo Ipardes.

Diante das duas visões busca-se por meio de relatórios do período um maior aprofundamento nas questões que foram determinantes para impedir o nascimento de um amplo processo industrial mesmo com a presença de um significativo esforço do governo para promovê-lo.

Com relação à evasão da renda gerada pela cafeicultura, sabe-se, por meio de uma análise realizada em 1966 para a cidade de Londrina, que:

Outro fator importante a anotar é que diz respeito à destinação das poupanças. Enquanto São Paulo usou o café como fonte de recursos para financiar o processo de industrialização o norte do Paraná usou-o para o consumo de supérfluo. Entrevistas com capitalistas locais confirmaram a má orientação da aplicação destes recursos, e além disso, uma evasão de capitais para aplicação em outras regiões e mesmo fora do Estado. Tal situação se alterou substancialmente nos últimos 5 anos, e o capitalismo londrinense sentiu-se motivado a investir em sua própria região, e a pensar mais em termos de futuro (CODEM, 1966:136).

Em anos iniciais, acredita-se que a ideia da evasão pela falta de instituições financeiras que permitissem que o capital ficasse no Paraná seja mais válida, no entanto, para as décadas

anteriores. A partir de 1950, este efeito não pode se justificar completamente, pela efetiva presença do setor bancário na região norte do Estado. Em 1946, observa-se a presença do Banestado com 9 filiais na região norte.

Como já foi anotado, a primeira tentativa de estancar parte dessa sangria, aquela que jorrava via sistema financeiro, se deu com a criação do Banco do Estado do Paraná e com a instalação de uma filial em Jacarezinho. Essa agência, registre-se, representou a primeira presença significativa do aparelho estatal na região. (BANESTADO, s.d.:116).

Em 1946, finalmente, o banco do Estado recebe as cartas-patentes autorizando a abertura das nove filiais, pedidas em janeiro de 1945. Neste mesmo mês, são instaladas as agências de Andirá e Apucarana; em agosto, a de Santo Antônio da Platina; em novembro, as restantes: Sertãoópolis (dia nove), Bandeirantes e Cambará (dia 13), União da Vitória (dia 23), Rio Negro (dia 25) e Cornélio Procopio (dia 26).

Agora, das 15 filiais, nove estão localizadas no Norte do Paraná, representando 60 por cento do total (BANESTADO, s.d.:109).

Em 1956, embora a presença de bancos de fora do estado se confirme, também pode ser observada a presença do Banco Estadual do Paraná, além de 3 matrizes bancárias na região de Londrina em um total de 125 unidades para 35 municípios.

Número	Nome	Fundação / Emancipação	Setor Bancário (1956)	
			Matriz	Agência
1	Alvorada do Sul	1952		1
2	Arapongas	1947	1	17
3	Assaí	1932		7
4	Astorga	1952		6
5	Bela Vista do Paraíso	1947		7
6	Cafeara	1955		1
7	Cambé	1947		15
8	Colorado	1954		1
9	Cruzeiro do Sul	1955		1
10	Florestópolis	1951		1
11	Florida	1960		
12	Guaraci	1954		2
13	Ibiporã	1947		3
14	Iguaraçu	1955		2
15	Itaguajé	1951		1
16	Jaguapitã	1947		2
17	Jataizinho	1855		
18	Lobato	1956		2
19	Londrina	1934	1	25
20	Lupionópolis	1951		2

Número	Nome	Fundação / Emancipação	Setor Bancário 1956	
			Matriz	Agência
21	Miraselva	1960		
22	Munhoz de Melo	1955		1
23	Nossa Senhora das Graças	1960		
24	Porecatú	1941		2
25	Primeiro de Maio	1923		2
26	Rancho Alegre	1961		
27	Rolândia	1943		13
28	Sabaúdia	1945		2
29	Santa Cecília do Pavão	1960		
30	Santa Fé	1955		2
31	Santa Inês	1961		
32	Santo Inácio	1948	1	1
33	São Jerônimo da Serra	1947		1
34	São Sebastião das Amoreiras	1951		
35	Sertanópolis	1934		5

Quadro 3.4: Setor bancário nas cidades da região de Londrina (PLADEP - SAGMACS, 1963) de acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1959) com dados do ano de 1956.

Elaboração do autor, com base em: IBGE, 1956.

Assim, é imperioso ressaltar que não se deve pensar em evasão de capital para outros estados no período estudado uniformemente, uma vez que as iniciativas, sobretudo do Banco do Estado do Paraná em promover a abertura de agências na região norte, a partir de 1946, e sua rápida expansão, demonstram uma mudança nas condições de permanência do capital dentro do Paraná. Em 1956, a presença de filiais deste banco em 28 das 35 cidades da região de Londrina demonstra uma significativa presença do setor bancário paranaense, permitindo a formação de poupança no estado. Embora as instituições fossem em sua maioria de fora do estado, é importante também compreender as características de empréstimos e investimentos.

Figura 3.3: Inauguração da agência do Banco Estadual do Paraná em Joaquim da Távora.
Adaptação do autor, com base em: REVISTA PIONEIRA, 1952.

Em 1967, identificou-se na região a presença de 124 agências bancárias, sendo as mais representativas as próprias instituições paranaenses; em primeiro lugar, o Banco Comercial do Paraná S.A., com 23 agências próprias, seguido pelo Banco do Estado do Paraná S.A., com 12 agências.

Banco	Número de Agências
Banco Comercial do Paraná S.A.	23
Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A.	6
Banco Mercantil de São Paulo S.A.	9
Banco da América S.A.	2
Banco da América do Sul S.A.	4
Banco do Brasil S.A.	6
Banco Brasileiro de Descontos S.A.	10
Banco Brasul de São Paulo S.A.	3
Banco Comercial do Estado de São Paulo S.A.	3
Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.	4
Banco do Estado do Paraná S.A.	12
Banco Federal Itaú- Sul Americano S.A.	7
Banco Moreira Salles S.A.	3
Banco Nacional da Lavoura e do Comércio S.A.	6
Banco Noroeste do Estado de São Paulo S.A.	8
Banco de São Paulo S.A.	2
Caixa Econômica Federal do Paraná	4
Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A.	4
Banco Mercantil e Industrial do Paraná S.A.	3

Banco	Número de agências
Banco Bahia S.A.	1
Banco Francês e Italiano da América do Sul S.A.	1
Banco Mineiro da Produção S.A.	1
Banco Nacional de Minas Gerais S.A.	1
Banco Agropecuário de Santo Inácio – SCRL	1

Quadro 3.5: Setor bancário de Londrina em 1967.

Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967.

Dados do relatório do Banco do Estado do Paraná demonstram que anteriormente, em 1963, a agência de Londrina estava entre as 14 mais lucrativas do estado e que a região norte era a mais bem posicionada, apenas superada pela capital Curitiba, que registrava os depósitos do governo do estado (BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, 1963: 55). O quadro 3.6 demonstra a distribuição das agências e suas respectivas aplicações.

Zonas Fisiográficas	Número de Agências	% de Aplicações	% de Depósitos	Índices de Aplicação
Curitiba	5	58,7	59,2	79
Norte	20	16,5	14,7	89
Oeste	18	13,5	13,7	78
São Paulo	1	3,4	4	68
Irati	3	2,4	2,3	85
Campos Gerais	2	2,3	2,1	87
Centro Oeste	2	1,4	1,3	84
Litoral	2	1,2	1,9	49
Tomazina	2	0,4	0,5	75
Castro	1	0,2	0,3	49
TOTAL	55	100	100	80 (média)

Quadro 3.6: Banco do Estado do Paraná. Distribuição regional das agências e aplicações (dez. 1963).

Adaptação do autor, com base em: BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, 1963:53.

É possível observar que a região norte possuía, em 1963, um total de 20 agências entre os 35 municípios, registrando 14,7% do total de depósitos para o estado do Paraná, além do fato da região apresentar os maiores índices de aplicação de todo o estado. A peculiaridade do Banco Estadual do Paraná se dá também pela concentração dos depósitos do poder público concentrando em Curitiba mais de 50% de suas aplicações, que representa o sentido inverso do conjunto dos bancos presentes no estado, onde, o maior percentual de créditos encontrava-se na região norte, com 42,6% do total (BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, 1963:53).

Em termos de financiamento, a região de Londrina é também significativa, resultando na permanência do capital depositado nos bancos numa dinâmica da própria região. No entanto, é possível constatar uma distorção dos financiamentos bancários, que se justifica pelo

favorecimento de linhas de crédito destinadas à comercialização, em detrimento da produção. Portanto, os interesses bancários permitiam o favorecimento a empresas de exportação (nacionais, estrangeiras e para formação de estoques e exportação de café) em detrimento de um grande número de produtores locais (BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, 1963:42).

Ainda diante desta estrutura que favorecia as empresas de exportação em detrimento do produtor e da indústria, nota-se que a região de Londrina compunha um significativo percentual no total de participação do financiamento bancário do Paraná e, dentro das cidades da região, o município de Londrina, que entre 1959 e 1966, tem uma participação média de 15,3% do total do financiamento bancário do Estado, como pode ser observado no quadro 3.7:

Ano	Região	Londrina
1959	31,40%	15,30%
1960	27,20%	17,30%
1961	32,20%	16,30%
1962	29,20%	16,30%
1963	31,30%	15,20%
1964	28,40%	12,90%
1965	34,10%	17,30%
1966	24,60%	11,80%

Quadro 3.7: Participação da região e Londrina no financiamento total do Paraná.
Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967:22.

O Quadro 3.7 demonstra que a região de Londrina teve uma participação média de 29,8% no financiamento bancário do estado do Paraná de 1959 a 1966, sendo o maior percentual em 1965, com 34,1%, e o de menor, o ano subsequente, de 1966, com 24,6%. Já o município de Londrina obteve 17,3% em 1960 e 1965, e 11,8% em 1966, o ano de menor participação.

Em relação ao tipo de financiamento ocorrido na região, para os mesmos anos de 1959 a 1966, observa-se um aumento das linhas direcionadas ao comércio ao longo dos anos, e à pecuária, a partir de 1963.

Ano	Comércio	Indústria	Lavoura	Pecuária	TOTAL
1959	100	100	100	100	100
1960	231	44	74	96	112
1961	97	303	99	92	131
1962	123	265	91	31	128
1963	106	147	71	390	94
1964	95	78	52	640	70
1965	237	106	55	282	113
1966	85	50	47	470	60

Quadro 3.8: Tipos de financiamento realizados na região de Londrina, onde 1959=100
Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967:23.

Portanto, adotando um índice onde 1959 corresponde a 100, a atividade industrial experimentou uma evolução irregular no que respeita ao volume de financiamento, tendo os maiores índices nos anos de 1961 e 1962, e os piores nos anos de 1960 e 1966. Esses dados demonstram que não houve uma evolução regular no setor industrial, tendência ocorrida também para os demais financiamentos, à exceção da pecuária a partir de 1963. Esta variação pode também demonstrar uma relação aos planos de racionalização da cafeicultura, buscando uma diversificação de atividades.

3.4. Capital cafeeiro e indústria: uma relação via setor público

O objetivo desta sessão é discutir as atividades industriais do estado do Paraná, destacando-se a participação do capital cafeeiro como uma das principais fontes de financiamento industrial na década de 1960 por meio do setor público, por meio da análise de dados produzidos pela CODEPAR e entre outros relatórios para a região Norte do Paraná.

O pensamento econômico que constituía as ações da CODEPAR, como entidade planejadora que instrumentalizava a visão de industrialização para o Paraná, pôde ser demonstrado no segundo capítulo, buscando agora um breve histórico e uma análise quantitativa dessa participação.

Independentemente de não lograr êxito no processo de industrialização do estado até o início da década de 1970, é inegável que esse era um dos objetivos fundamentais do governo, para o qual destinou significativo percentual de recursos do produto arrecadado no Paraná, como pode ser observado no Quadro 3.9:

Ano	%
1961	14,4
1962	25,7
1963	30
1964	35,1

Quadro 3.9: Investimentos do governo do Paraná no setor industrial em relação aos gastos totais. Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967: 9.

São identificados investimentos destinados tanto à criação de infraestrutura, quanto ao financiamento de atividades industriais para os primeiros quatro anos da década de 1960, o que comprova a ação prática e tentativa de implementar todo o arcabouço discutido anteriormente que determinavam a industrialização como forma de romper com a dependência do setor agrário exportador, resultando no desenvolvimento do estado e se alinhando com as políticas industrializantes que já eram observadas no Brasil, sobretudo nas duas décadas de 1940 e 1950. Assim, pode-se observar que no ano de 1961 o total de investimentos do governo no setor industrial foi de 14,4% em relação aos gastos totais e, em 1963 esse valor já correspondia ao dobro de 1961, chegando a 1964 com cerca de 35% do total dos gastos do governo aplicado no setor industrial.

A CODEPAR, além de uma ferramenta criada para promover e coordenar a industrialização no Paraná, foi estabelecida para gerir o Fundo de Desenvolvimento Estadual – FDE. Este fundo estabelecia que 80% dos recursos arrecadados deveriam ser empregados em obras públicas, bem como o restante, 20%, no financiamento de investimentos privados (CODEPAR, 1964).

Figura 3.4: Propaganda da CODEPAR em 1967. Adaptação do autor, com base em CODEPAR, 1967.

De acordo com o relatório da Codepar (1964), foram firmados os seguintes contratos para financiar atividades de infraestrutura:

	Fundo de desenvolvimento econômico – FDE – 1964
	Demonstração da Conta Financiamento Infra-estrutura - Contratos de 1964
1	Departamento de estradas de rodagem Adit. Contrato I, BR-35/104
2	Cia. Par. De Energia Elétrica - COPEL Contrato I, sistema de Transmissão Norte
3	Cia. Par. De Energia Elétrica - COPEL Contrato II, Usina diesel de Emergência
4	Cia. Paranaense de Silos e Armazens
5	Departamento de Estradas de Rodagem, Contrato II, adit. , BR-35/104
6	Cia. Agropecuária de fomento econômico do Paraná - Café do Paraná
7	Cia. Par. De energia elétrica - COPEL, Contr. III, Usina Mourão I
8	Cia. Par. De energia elétrica - COPEL, Contr. IV, Sistema Salto Grande Iguaçu
9	Departamento de Águas e Esgotos – DAE
10	Cia. Par. De Energia Elétrica - COPEL Contr. I, adit., Sistema de transm. Norte
	Cia. Par. De Energia Elétrica - COPEL Contr. III, adit., Usina mourão I
	Cia. Par. De Energia Elétrica - COPEL Contr. IV, adit., Sistema Salto Grande Iguaçu
	Cia. Par. De Energia Elétrica - COPEL Contr. VIII, Rêde de distribuição Paranaguá
	Cia. Par. De Energia Elétrica - COPEL Contr. I, adit., sistema de transm. Norte
11	Departamento de Estradas de Rodagem Contr. IV, aquis. Apar. De pesquisa e técnica
12	Departamento de Estradas de Rodagem Contr. V. BR-104, P.G. - Calif., Terr e pav.
13	Cia. De Desenvolvimento de Maringá
14	Departamento de Estradas de Rodagem Contr. VI, BR-104, P.G. - Calif. Pav e obras
15	Departamento de Estradas de Rodagem Contr. VII, PR-5, Terr., pav., obras arte
16	Cia de Saneamento do Paraná – SANEPAR
17	Departamento de Estradas de Rodagem Contr. VIII, PT-52, PR-5 e BR-87 terr., pav.
	Departamento de Estradas de Rodagem Contr. III, adit., BR-35/104
	Departamento de Estradas de Rodagem BR-104, complem. De recursos
	Fundação educ. do Estado do Paraná – FUNDEPAR
	Usina Term. De Figueira S.A. – UTEFLA

Quadro 3.10: Financiamentos em infraestrutura - FDE (1964).

Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1964.

Observa-se que a maior parte dos contratos (total 17) versava sobre a criação de infraestrutura para estradas de rodagem e construção de usinas e redes de transmissão, aumentando a capacidade energética e as condições logísticas entre as regiões. O FDE era composto de recursos oriundos de tributação estadual, do Imposto de Vendas e Consignações – IVC⁵³, instituído pela Lei nº 4.529 de 1962 da Legislação Estadual do Paraná e pela Lei nº

⁵³ O Imposto de Vendas e Consignações foi instituído por meio da Legislação de 1934, possuindo natureza mercantil cuja incidência se aplicava em “cascata”. Desta forma, incidia sobre o preço integral em cada fase de circulação do bem, seja da produção até o consumidor final (REZENDE, 2009).

4.826 de 1964 da Legislação Estadual do Paraná (CASA CIVIL, 2017). Nesse montante, o café era um produto de destaque na arrecadação, conforme será demonstrado.

Assim, estabelecida como uma fonte dos recursos, tornou-se possível a realização de obras de infraestrutura essenciais para o desenvolvimento do estado, tais como a Rodovia do Café, o plano de eletrificação do Paraná e obras de saneamento. De acordo com a CODEPAR:

Garantida a existência de recursos para a implantação da infraestrutura foi possível ao mesmo tempo dar início ao plano de industrialização através do plano financiamento a empresas privadas, para instalação ou implementação de indústrias dentro de um critério de essencialidade. Com isso está sendo possível a expansão harmoniosa do setor primário através da elaboração regional das matérias primas, substituindo-se gradativamente a simples exportação de produtos brutos ou semimanufaturados e ampliando-se a oferta de novos empregos. A atuação da CODEPAR está auxiliando a modificar a estrutura econômica do Paraná, tradicionalmente voltada para a produção primária (CODEPAR, 1964:2).

O empenho da Companhia estava, também, em conhecer a realidade paranaense, até então desconhecida pelo governo estadual, sobretudo na região norte do estado. Para isto, foram feitos estudos por meio da contratação de firmas especializadas capazes de reconhecer e diagnosticar as distorções encontradas na economia paranaense. Desta forma, a CODEPAR se inseriu como a maior empresa de desenvolvimento estadual, cujas políticas de industrialização refletiam, claramente, o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo paranaense (CODEPAR, 1964).

Figura 3.5: Investimentos no setor de infraestrutura (1963-1964)
Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1964.

A condição crescente de grande exportador nos anos 1960, sobretudo de café, permitia ao bem uma significativa contribuição na arrecadação do IVC que compunha o FDE.

O município de Londrina é o terceiro grande centro de arrecadação do IVC do estado, sendo superado tão somente por Curitiba e Paranaguá. É o principal ponto de convergência da atividade econômica da Região Norte, a mais dinâmica do estado.

A arrecadação do mencionado tributo, na Coletoria de Rendas Estaduais de Londrina evoluiu a taxa média acumulativa de 11,3% entre 1957 e 1962. (CODEPAR, 1963:53)

A evolução desta arrecadação pode ser observada por meio do quadro 3.11:

Ano	Arrecadação efetiva	Deflator (1949=100)
1947	212	83
1948	220	91
1949	248	100
1950	397	116
1951	489	134
1952	543	148
1953	538	172
1954	449	219
1955	544	250
1956	461	298
1957	632	336
1958	732	378
1959	940	505
1960	1.107	650
1961	1.334	895
1962	1.553	1.371
1963	1.329	2.306

Quadro 3.11: Arrecadação do Imposto sobre vendas e consignações (1947-1963) - Valores em Cr\$ 1.000.000 a preços de 1949.

Adaptação do autor, com base em: PARANÁ, 1963:40.

Considerando o índice para deflacionar o valor arrecadado de 1947 a 1963, onde o ano de 1949 corresponde a 100, é possível evidenciar o significativo crescimento do montante arrecadado pelo imposto, chegando ao ano de 1963 com um índice de 2306. Porém, as atividades industriais do estado, ainda no início dos anos 1960, permaneciam fortemente ligadas ao beneficiamento de matérias primas, principalmente relacionadas ao café, pouco

incorporando mão de obra em grande escala⁵⁴, embora o Paraná ocupasse, por esta época, o 7º lugar em relação à produção industrial no Brasil, conforme o relatório da CODEPAR (1964).

O papel da CODEPAR para a industrialização da região e para a cidade de Londrina, em termos qualitativos, é controverso. No entanto, é inegável que em termos quantitativos foi o mais representativo de todo o estado. No que tange às indústrias financiadas pela CODEPAR na sua totalidade, pode-se observar, por meio do Quadro 3.12, a participação relativa de cada uma, considerando os seguimentos: extração e beneficiamento; metal-mecânica, elétrica e congêneres; extração e elaboração de produtos de origem florestal, beneficiamento e transformação de produtos da lavoura; produção animal; química geral e manufaturas diversas; e as sem enquadramento.

Agrupamento setorial dos financiamentos (%)					
Setor/ano	1962	1963	1964	1965	TOTAL
Extração e Beneficiamento	10,2	4,4	2,8	2,2	2,8
Ind. Metal Mecânica, Elétrica e Congêneres	14,3	23,1	26,9	12,6	17,4
Extração e Elab. de Produtos de Origem Florestal	17,8	35,8	13,5	22,4	21,8
Ind. Benef. e Transformação de Produtos da Lavoura	11,2	18,3	30,3	29,9	28,1
Ind. De Produtos de Origem Animal	44,5	16,8	10,2	16,3	15,7
Ind. Química em Geral e Manuf. Diversas	-	-	15,7	16,1	13,7
Sem Enquadramento	0,2	1,6	0,6	0,5	0,5
TOTAL	100	100	100	100	100

Quadro 3.12: Agrupamento Setorial dos Financiamentos

Fonte: adaptação do autor, com base em CODEPAR (1966).

A partir das informações acima cotejadas, pode-se afirmar que no primeiro quadriênio da década de 1960 a principal atividade industrial foi a de Beneficiamento e Transformação de Produtos da Lavoura, representando 28% do total, onde o café representava 15,1%, seguida pela indústria de Extração e Elaboração de Produtos de Origem Florestal e pela indústria Metal Mecânica, Elétrica e Congêneres, participando, respectivamente, com 21,8% e 17,4% do total financiado pela CODEPAR. Ressalta-se a redução da atividade industrial de Produtos de Origem Animal e o significativo crescimento da indústria de Beneficiamento e Transformação de Produtos da Lavoura.

O declínio da produção cafeeira no Paraná se deu, sobretudo, a partir da metade da década de 1960, quando no plano safra 1966/1967 o governo federal estabeleceu a fixação de preços de aquisição de café em níveis reduzidos em relação ao da safra anterior, impedindo

⁵⁴ O relatório do Banco Estadual do Paraná menciona que 91,6% do número de estabelecimentos industriais do Paraná, representando 51,4% do valor de transformação e 38,8% de mão de obra industrial eram compostos por empresas com menos de 20 operários, ver: IBGE, 1960.

assim que a cafeicultura pudesse recompor seus ganhos, então atingidos pela geada de 1965 o que, por sua vez, marcou em definitivo o fim da política subsidiária para o café. Em paralelo a isso, acentuava-se a atuação da CODEPAR e do BADEP⁵⁵, Banco de Desenvolvimento do Paraná criado em 1968 para substituir a CODEPAR no auxílio ao processo de industrialização e desenvolvimento até os anos 1990, quando entrou em liquidação (POZZOBON, 2006).

Assim, o Governo do Paraná abandona o projeto de uma industrialização endógena, substitutiva de importações de outras regiões, buscando pela primeira vez um mecanismo de integração.

Explica-se, então, a ênfase ao modelo substitutivo de importações estadual. A íntima conexão existente entre a expansão do “polo” dinâmico e o dinamismo paranaense (lembra-se: “a verdadeira história econômica do Paraná se inicia com o café) reflete-se na formulação desenvolvimentista como necessidade de equiparação e, mais que isso, confronto com São Paulo. Trata-se de produzir no Paraná o que era obtido *fora* dele, este *fora* querendo significar principalmente São Paulo.

No entanto, a própria tentativa não encontrou viabilidade. O caminho escolhido negou na prática, a realização de um Paraná “autônomo”. Conduziu, porém, a que se reformulassem caminhos e possibilidades. Passou-se da tentativa emancipatória à busca de complementaridade. Ou seja, a afirmação do Paraná frente a (ou contra) São Paulo explicitada pela substituição de importações estadual foi substituída pela constatação de um “papel” (industrial) complementar a ser desempenhado (AUGUSTO, 1978: 83).

Adota-se para o estado a política de incentivo à industrialização proposta na década anterior pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE⁵⁶ para direcionar o financiamento industrial, estabelecendo instrumentos financeiros e orientando os fluxos para os setores líderes selecionados. O objetivo era auxiliar nas atividades capazes de oferecer rentabilidade, até então limitadas pela escassez de recursos (BADEP; IPARDES, 1979: 37).

Nesse mesmo período, as indústrias de transformação englobavam 70% do valor da produção paranaense, cuja localização era a região de Jacarezinho, Cornélio Procopio, Londrina, Arapongas e Maringá. Já a indústria madeireira, tinha como localização privilegiada a região de Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina e Maringá, assim como as de minerais, principalmente cimento, a região de Rio Branco do Sul, a cerâmica, Campo Largo, Curitiba, Ponta Grossa e Londrina. Destaca-se também a indústria química e farmacêutica e de papel e papelão, respectivamente nas regiões de Curitiba, Irati e Telêmaco Borba (IZEPÃO, 2008).

⁵⁵ O Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP foi criado em 1968, em substituição à CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná, criada em 1962. A nomenclatura BADEP se deu por deliberação do CMN – Conselho Monetário Nacional, passando assim a instituição financeira pública (BADEP, 2016).

⁵⁶ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, atualmente BNDES, foi criado em 1952, por recomendação da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos – CMBEU, que estabeleceu projetos econômicos setoriais específicos (GIAMBIAGI, VILLELA, 2005).

Em relação especificamente à região norte, em Londrina, Ibiporã e adjacências, também se destacavam algumas cervejarias, moinhos de trigo, fábricas de óleo de amendoim e algodão. Ressalta-se ainda a presença de usinas de açúcar em Porecatu e Bandeirantes, além da fábrica de café solúvel e de algumas indústrias diversas de menor porte (POZZOBON, 2006).

Diante da importância do capital cafeeiro na formação da renda interna do Paraná, parece indissociável a sua relação com as atividades industriais que passaram a se desenvolver a partir dos anos 1960. A cafeicultura exercia importante influência nesta indústria, seja por suas atividades correlatas ou pelo capital gerado. Da mesma forma que o café, o setor industrial constitui uma atividade que também atraía elevado contingente populacional e gerava efeitos de encadeamento em outros setores da economia, possibilitando o espraiamento de novas ações, representadas por estradas, cidades, casas comerciais, bancos e outros (IZEPÃO, 2008).

A tabela 3.1 mostra a renda interna do Paraná, assim como os resultados da produção cafeeira para os anos de 1961 a 1965 com preços correntes de 1967 e preços constantes de 1953. Observa-se ainda as características verificadas no estado anteriormente ao processo de industrialização, no qual a renda do estado está fortemente relacionada à produção cafeeira e, desta forma, sujeita às variações dos preços de mercado do café (CODEPAR, 1967).

Tabela 3.1: Renda Interna Estadual e Produção Cafeeira (em Cr\$ Bilhões)

Renda Interna Estadual			Produção Cafeeira	
Ano	Preços Correntes (1967)	Preços Constantes (1953)	Preços Correntes (1967)	Participação Percentual na Renda Interna
1961	177	31,7	47,9	27,1
1962	307,7	36,3	96,7	31,5
1963	460	31,2	76,6	16,7
1964	892,3	31,7	128,6	14,4
1965	1663,4	37,7	353,6	21,3

Fonte: adaptação do autor, com base em CODEPAR. (1967)

Constata-se que ainda que permaneça elevada, ocorreu, em 1962, o maior percentual de participação da cafeicultura na renda interna do Paraná, representando 31,5% do total. Por outro lado, a menor participação ocorreu, em 1964, quando a atividade representou 14,4% do

total da renda⁵⁷. Em relação à renda interna, observa-se que a preços constantes, o maior resultado ocorreu em 1965, quando a renda atingiu a marca de Cr\$ 37,7 bilhões. É possível observar também a significativa variação da participação do café entre os anos apresentados, o que se deve à elevada instabilidade do preço do bem no mercado internacional, assim como as sucessivas geadas que reduziram as safras durante a década de 1960.

O relatório da CODEPAR de 1967 condiciona as dificuldades encontradas nas atividades industriais no Paraná à relação de dependência existente com a cafeicultura. Pode-se entender que para a Companhia, as atividades industriais estão atreladas em determinado grau ao capital gerado pela cafeicultura, tanto por se tratar de atividades correlatas, como pela importância do capital gerado pelo café para a formação industrial, por meio da infraestrutura e do financiamento direto.

Embora tenha havido um esforço na década de 1960, tanto em esfera federal (pelo GERCA), como em estadual (por meio da CODEPAR e BADEP), o setor cafeeiro permaneceu como principal fonte geradora de renda. Consequentemente, os financiamentos à criação de infraestrutura e às empresas permaneceram alicerçados nos resultados da atividade primária (CODEPAR, 1967). Esta relação, considerando a crise da cafeicultura e a instabilidade de preços era problemática, sendo importante a busca por atividades industriais que se tornassem independentes dos resultados da atividade primária, ainda que o recurso para seu financiamento viesse do Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE.

Desta forma, a principal ligação entre o capital gerado pela cafeicultura e o financiamento de infraestrutura e atividades industriais, se dá pela arrecadação do FDE como resultado da tributação de produtos com alíquota determinada de 4,5% do total do IVC, assim como de produtos cuja tributação era determinada por incidência única, na proporção de 20% do total do IVC arrecadado. Para se ter uma ideia da magnitude dos recursos arrecadados, registra-se que no ano de 1965 a arrecadação total do café foi de Cr\$ 35 bilhões, dos quais compuseram o FDE Cr\$ 7 bilhões (CODEPAR, 1964). Para o ano de 1965 é possível observar, por meio do Quadro 3.13, a participação dos recursos provenientes do café de forma mensal.

⁵⁷ A redução significativa da participação se justifica pelas geadas ocorridas em 1962 e 1963, refletidas no ano imediato (CODEPAR, 1967: 7).

Arrecadação Mensal do IVC (em Cr\$ Milhões) – 1965			
Mês	Total	Café	Participação percentual do Café no Total do IVC
Janeiro	6.317	1.446	22,8
fevereiro	8.956	3.949	44
Março	7.945	1.196	15,05
Abril	8.625	1.046	12,12
Maio	7.818	1.100	14,07
Junho	7.594	1.224	16,11
Julho	7.628	1.304	17,09
Agosto	9.116	2.476	27,38
Setembro	12.937	6.119	47,29
Outubro	14.031	7.354	52,41
Novembro	18.435	10.854	58,87
dezembro +	21.173	11.000	51,95
TOTAL	130.577	49.068	37,57
+ estimativa			

Quadro 3.13: Arrecadação Mensal do IVC (em Cr\$ Milhões)

Fonte: adaptação do autor, com base em CODEPAR (1965).

Compreende-se que a participação dos recursos da cafeicultura nos meses do ano de 1965 representaram uma elevada participação relativa no montante arrecadado do IVC, chegando ao mês de maior participação a 58,87%, e representando para o ano de 1965, como um todo, o total de 37,57% do total do IVC arrecadado. Assim, fica demonstrada a magnitude da importância da cafeicultura na receita arrecadada no Paraná, assim como na alíquota destinada à composição do FDE, com o objetivo de promover a industrialização do estado.

Desta forma, a CODEPAR (1967) destaca a urgência em se encontrar fontes alternativas de renda para o estado, capazes de reduzir a participação do café, uma vez que a elevada volatilidade à qual estavam sujeitos os preços desse produto no mercado, assim como as variações climáticas, constituíam um elevado risco à continuidade do processo de industrialização da economia paranaense.

Este quadro se acentuou por meio da aplicação das medidas do plano de erradicação dos cafezais, gerando assim efeitos sociais e econômicos que impuseram a necessidade de medidas complementares direcionadas, sobretudo, à implantação de indústrias e infraestrutura necessária à manutenção dos níveis de atividade econômica nas zonas cafeeiras (CODEPAR, 1967). Assim, a CODEPAR direcionou principalmente ao norte do Paraná ações em benefício

da industrialização, uma vez que esta constituía a região cafeeira, bem como a região menos integrada ao estado.

Com o objetivo de demonstrar a importância das ações da CODEPAR por meio de financiamentos que se utilizavam do FDE, observa-se que além das ações voltadas à promoção da infraestrutura destinada à industrialização, foram financiadas, entre os anos de 1962 e 1966, 510 empresas, havendo tendência à concentração na região de Londrina (CODEPAR, 1964). No ano de 1965, foram financiadas 139 empresas que seguiram a mesma tendência, concentrando-se os empreendimentos na região norte do estado, sobretudo na região de Londrina (CODEPAR, 1965). O quadro 3.14 mostra alguns exemplos de empresas que nasceram ou cresceram a partir do financiamento proporcionado pela CODEPAR.

Empresas Financiadas pela Codepar				
1963	1964	1965	1966	1967
Refrigeração Paraná S.A.	Metalúrgica Schiffer S.A.	Companhia Cacique de Café Solúvel	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.	Moinho Corbélia Ltda.
Titan S.A.	Metalúrgica Eletro-Dínamo S.A.	Frangolândia Ltda.	Metalurgia Santa Cecília Ltda.	Pinho Past. Ltda.
Indústria de Óleos Andirá S.A.	Sociedade Industrial de Madeiras S.A. – INDUPINHO	Impressora Grafo Ltda.	Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda.	Shwarz & Cia.
Artefatos de Papel Pasi Ltda.	Frigorífico Clevelandense S.A.	Weber Indústria e Comércio Ltda.	Fecularia Atlântica Ltda.	Eletro Mecânica Brasa Ltda.
Frigorífico Clevelandense S.A.	Frigorífico Argus Ltda.	Indústria e Comércio Camargo Roseira Ltda.	Indústria de Transformadores Carvalho S.A.	Kingraf Ltda.
Industrial Buriti Ltda.	Frigorífico Medianeira S.A.	Indústria de Laticínios Ltda.	Celulose e Papel Santo Agostinho S.A.	Auto Elétrica de Pauli Ltda.
Porcelana e Steatita S.A.	Mueller Irmãos Ltda.	Mirtillo Trombini S.A.	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.	Gervásio, Gervásio & Cia.
S.A. Curtume Curitiba	Metalúrgica Santa Cecília S.A.	Esquadrias de Ferro Arte Tarumã Ltda.	Artefatos de Borracha Record Ltda.	Laminação Eletrolítica de Cobre Ltda.
Indústria de Pasta e Papelão Jorge Chami Ltda.	Cooperativa Mixta Agropecuária Witmarsum Ltda.	Nicola Pelandá	PASA - Papelão Apucarantina S.A.	Gávea Indústria e Comércio S.A.
Companhia Sudoeste de Frigoríficos S.A. – FRICOESTE	Indústria de Pianos Schneider S.A.	IMBRA – Engenharia, Indústria e Comércio S.A.	Indústria de Óleos Andirá S.A.	Produtos Alimentícios Famil Ltda.
Frigorífico Medianeira S.A.	Metalúrgica Eletro-Dínamo S.A.	AR Monteiro & Cia Ltda.	Companhia Norpa Industrial	Centralmix Fornecedora de Concreto Ltda.
Óleos Essenciais do Paraná S.A.	Técnica Nacional Ltda.	Sícula Máquinas Ltda.	Companhia Paranaense de Fiação e Tecelagem	Indústria de Fécula Cia. Lorenz
Moveis Cimo S.A.	Metalgráfica Merhy S.A.	BG Cerâmica Ltda.	S.A. Indústrias Matarazzo do Paraná	Vulcan Material Plástico S.A.
Nilo Gasparetto & Cia.	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. – IRPASA (Contr. I)	Pedro Jorge & Cia. Ltda.	Oleolar Ltda.	Indústria de Piano Schneider S.A.
Técnica Nacional Ltda.	Viúva Gavazzoni & Cia Ltda.	C. Zawadzki & Cia. Ltda.	Moinho Globo Ltda.	Derivados de Cimento Pato Branco Ltda.
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A.	ICOMASA – Indústria e Comércio de Óleos Maringá S.A.	INDOPASA – Indústria de Óleos Paranaíba S.A.	Usina Santa Terezinha Ltda.	Indústrias Todeschini S.A.

Quadro 3.14. Exemplos de empresas financiadas pela Codepar, com recursos do FDE.

Fonte: adaptação do autor, com base em CODEPAR, (1963, 1964, 1965, 1966, 1967).

Dentre as empresas beneficiadas pela iniciativa de financiamentos ao setor privado pela CODEPAR, seguindo a política adotada pelo governo estadual, podem ser destacadas algumas que se tornaram referência, sendo conhecidas em todo o território nacional, como as empresas: Móveis Cimo S.A., Porcelana & Steatita S.A. e a Prosdócimo S.A. Algumas empresas também financiadas nessa época permanecem em operação atualmente, tais como: Metalúrgica Schiffer S.A., Industrias Reunidas Paranaenses – IRPASA, Siderúrgica Guaíra – SIGAL, Pianos Schneider S.A., Companhia Cacique de Café Solúvel S.A., Usina Santa Terezinha Ltda., Moinho Globo, S.A., CURIPEL S.A. Embalagens e Indústrias Todeschini S.A.⁵⁸

Embora tenha sido demonstrado o significativo investimento do governo, destacando o peso do capital cafeeiro neste processo, é fato que a industrialização, como um processo amplo, não ocorreu no Paraná até o início da década de 1970. Como impedimentos para o desenvolvimento da indústria, já foram discutidos os argumentos da concorrência paulista, da escassez de energia elétrica e logística, embora também possa se considerar que nos anos 1960 os esforços do governo do estado resultaram na gestação de um rápido processo nos anos 1970, onde, ao se alinhar aos interesses da política econômica em âmbito federal (II PND), houve um intenso desenvolvimento da agroindústria paranaense.

Em relação ao impacto e à eficácia dos financiamentos promovidos pela CODEPAR, face ao setor público especificamente na cidade de Londrina, a visão é controversa. Trabalhos de LEÃO (1989; 1999) consideram que este tipo de financiamento foi criticado e pouco produtivo, em termos da criação de um horizonte de operação para essas empresas, havendo inclusive a anedota segundo a qual este tipo de financiamento “(...) *desse um pouco de azar aos capitalistas*” (LEÃO, 1999:13). No entanto, vale ressaltar que a CODEPAR e o FDE representam uma significativa alteração das políticas econômicas adotadas para o Paraná, pela busca da industrialização do estado, bem como da utilização do capital gerado pela cafeicultura no sentido de promover outras atividades, ainda que indiretamente, por meio do setor público. Ainda que a adoção de tais políticas tenha ocorrido num momento posterior, quando já defasadas no país e impossibilitando ao Paraná de tornar-se um estado com grande representatividade industrial, ao menos foi capaz de modificar significativamente a sua configuração interna, de criar infraestrutura que permitisse a sua instalação num cenário ulterior.

⁵⁸ A relação completa das empresas financiadas por meio da CODEPAR e FDE, de 1963 a 1967, pode ser observada no Anexo C do trabalho.

Schwartz (1997:13) demonstra que em Londrina, a primeira tentativa política de industrialização em maior escala, se inicia em 1965 por meio do prefeito Hosken de Novaes, em conjunto com o Conselho de Planejamento Industrial de Londrina – COPIL e coordenado pela Associação Comercial de Londrina – ACL. A ideia de industrialização partia da migração de empresários de São Paulo com o apoio da CODEPAR, porém, ao buscar instalação na cidade de Londrina não identificaram os incentivos necessários, tais como isenção de impostos, infraestrutura, pavimentação, saneamento e energia elétrica, assim frustrando as expectativas de êxito por meio da migração (SCHWARTZ, 1997:13).

A CODEPAR mais tarde transformada em BADEP frustrou a expectativa, convertendo-se em alvo de chacotas. Dizia-se que por trás de toda placa do BADEP estava uma empresa falida. Todos queriam safar-se do BADEP, que tirava a pele dos mutuários. (SCHWARTZ, 1997:13).

O prefeito Hosken de Novaes justificava a ausência de incentivos diretos à indústria pela necessidade urgente de maior infraestrutura, entre outras obras cobradas pela sociedade. É importante ressaltar que neste período Londrina possuía um pouco mais de vinte anos de existência, demandando todo tipo de investimento para a sua urbanização (SCHWARTZ, 1997:110).

Nessa tentativa, a própria ACL, um órgão autônomo, permitiu o funcionamento da CODEPAR dentro das suas instalações. Porém, a própria COPIL não teve condições de sobreviver, pois, ao atrair os empresários paulistas, estes se defrontavam com problemas burocráticos, tais como expedição de licenças e o provimento das condições necessárias de funcionamento, aliado ao fato de a CODEPAR não se constituir numa parceria eficiente em virtude do elevado grau de oneração dos mutuários (SCHWARTZ, 1997:110).

Desta forma, entre 1962 e 1966, em Londrina 37,4% dos projetos submetidos à análise da CODEPAR foram aprovados e 28% foram arquivados, justificando-se a interrupção da atividade pelo pioneirismo do setor na região. Ademais, 21,4% dos projetos permaneciam em análise em 1966, enquanto 4,3% foram efetivamente negados (CODEPAR, 1967:83). Dos empreendimentos submetidos à análise em Londrina, 68% pertenciam à categoria de indústrias transformadoras de matérias primas, sobretudo representadas pelos frigoríficos e pelo beneficiamento do café. Em segundo lugar figuravam as indústrias com grau de tecnologia mais avançado, com destaque para o ramo farmacêutico e as fundições. Por fim, situam-se as indústrias do ramo alimentício com 9% do total (CODEPAR, 1967:40-41).

Conclusão

Este Capítulo apresentou uma visão abrangente relacionada ao pensamento que norteou as ações governamentais caracterizadas no Capítulo 2, compreendendo os pontos que reafirmam e os que relativizam as interpretações tradicionais sobre a presença de atividades industriais na região Norte do Paraná. De forma introdutória ao que será discutido no último capítulo da dissertação, destacou-se o conceito de empresas que norteia este estudo, bem como a delimitação da região de estudo e sua justificativa.

A incursão sobre o desenvolvimento do setor bancário da região do Norte Novo do Paraná, sobretudo a região de Londrina, destaca a necessidade de se relativizar a ideia de uma evasão da renda para o estado de São Paulo, pois, com o desenvolvimento deste setor, criou-se condições de formação de poupança, de investimentos e da tomada de empréstimos dentro da dinâmica econômica do estado. Desta forma, este efeito de carreamento de recursos para fora do Paraná não se justifica totalmente, sobretudo, a partir da década de 1940. Inserido na lógica do pensamento discutido no Capítulo 2, apresentou-se os instrumentos que objetivaram promover as atividades industriais na região Norte do Paraná com recursos geridos pela CODEPAR, do qual o capital cafeeiro era significativamente representativo.

Nesse sentido, se estabeleceu via setor público uma primeira ligação entre o capital gerado pela atividade cafeeira, a criação de infraestrutura para promover a indústria, bem como os mecanismos de financiamento diretos.

Justifica-se também ao longo do Capítulo 3 a adoção da região de análise, elemento que permanecerá para o Capítulo 4. Como já mencionado, a região tem características homogêneas – cidades fundadas a partir das cias. de terras, similar estrutura da atividade cafeeira, implementada à partir de 1930, e disponibilidade de dados. Portanto, o trabalho parte dos capítulos 1 e 2, em uma análise de todo o Paraná, seguindo para uma melhor compreensão da região Norte e, posteriormente, nos capítulos 3 e 4, do Norte Novo.

Compreendidos esses instrumentos e estruturado o conceito de atividades industriais, será possível discutir no próximo capítulo a influência do capital cafeeiro em relação às empresas locais. Serão observados tanto aqueles empresários que se estabeleceram independentemente, quanto os financiados pela CODEPAR na cidade de Londrina, para onde existem dados disponíveis.

4. CAPITAL CAFEEIRO E ATIVIDADES INDUSTRIAIS NA REGIÃO DE LONDRINA

Introdução

A concepção deste capítulo parte de uma análise dos dados levantados pelo IBGE (1940, 1950, 1959, 1960, 1970) para a região de Londrina, de acordo com a divisão da SAGMACS, onde se pode observar a evolução demográfica, a produção cafeeira, e as atividades industriais para os anos de 1940 a 1970, destacando ainda o intercâmbio regional estabelecido entre as cidades e os principais bens comercializados.

A partir da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, levantamento realizado pelo IBGE em 1956 e publicado em 1959, é possível caracterizar a estrutura de intercâmbio entre os municípios da região de Londrina, demonstrando que a concorrência entre as atividades não se dava diretamente com a indústria paulista.

Discute-se especificamente quais as atividades industriais se faziam presentes na região, a importância de cada indústria, a fundação, entre outros elementos que ajudam a compreender a estrutura das atividades industriais no Norte do Paraná e sua relação com a atividade primária, objetivo de estudo deste trabalho, lançando-se mão de um levantamento realizado pela CODEPAR no ano de 1967 para a região e para a cidade de Londrina. Este levantamento nos dá a ideia de que, embora não tenha havido um processo amplo de industrialização, havia a presença de diversas atividades de transformação representativas em termos regional que precisam ser compreendidas dentro da discussão do desenvolvimento econômico do Norte do Paraná e do papel do capital cafeeiro para a região.

Esta análise sobre a origem das atividades se dá por um conjunto de 74 estabelecimentos industriais da cidade de Londrina selecionados pela CODEPAR, observando ainda a origem da matéria prima empregada, o destino da produção dos estabelecimentos e a participação de cada indústria no conjunto de atividades existentes. Neste contexto insere-se a discussão sobre a influência do capital gerado pelo café para sua existência, identificando a origem do empresariado que se estabeleceu na cidade de Londrina, e o seu envolvimento em atividades precedentes, o que em grande medida demonstra o quanto foram ou não as atividades industriais resultantes de reinvestimentos da atividade cafeeira.

Por fim, compreende-se as transformações ocorridas na região diante da decadência da cultura cafeeira e o seu papel como determinante da conjuntura econômica na região até 1970.

4.1. Atividades industriais na região de Londrina

Em continuidade à análise das atividades industriais iniciadas no Capítulo 3, buscamos também identificar os estabelecimentos cuja origem se deu à margem dos objetivos governamentais, ou seja, aquelas atividades que se instalaram na região e na cidade de Londrina e tiveram alguma relação com o capital cafeeiro por forças da criação e do desenvolvimento das cidades, sob pouca influência da política adotada pelo governo em promovê-las.

Fica evidente que a maioria dessas atividades estava ligada ao café, de forma complementar, em virtude do fato de terem sido induzidas pela presença dos insumos necessários na própria região, como o caso das madeireiras, e também pela demanda populacional existente na região, como o caso das indústrias alimentícias e de bebidas. A figura 4.1 demonstra uma atividade industrial das que primeiro foram estabelecidas na região de Londrina, no município de Arapongas.

Figura 4.1: Firma Guilherme Meyer e Irmão. Serraria estabelecida no município de Arapongas. Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA, 1952.

Os dados apresentados pelo IBGE (1940,1950,1960,1970) demonstram para os 35 municípios da região de Londrina, o número de estabelecimentos entre 1940 e 1970. Para os anos de 1960 e 1970 apresenta-se ainda o pessoal ocupado em atividades industriais e as principais atividades existentes no município.

Nome	Atividades industriais									
	1940		1950		1960				1970	
	Númer o de estabel ecimen tos	Pesso al Ocupa do	Númer o de estabel ecimen tos	Pess oal ocup ado	Número de estabele cimentos	Pess oal ocu pad o	Principais atividades	Númer o de estabele ciment os	Pess oal ocup ou	Principais atividades
Alvorada do Sul					8	35	Produtos minerais não metálicos; mobiliário; produtos alimentares	7	23	Produtos minerais não metálicos; produtos alimentares; editorial e gráfica
Arapongas			85	560	104	570	Produtos alimentares; madeira; minerais não metálicos	199	1165	Produtos alimentares; madeira; mobiliário.
Assaí			15	208	39	141	Produtos alimentares; mobiliário; têxtil	31	232	Produtos alimentares; Têxtil; madeira
Astorga					50	283	Produtos alimentares; minerais não metálicos; vestuário, calçado e artefatos de tecido	67	195	Produtos alimentares; produtos minerais não metálicos; madeira
Bela Vista do Paraíso			26	129	30	170	Produtos alimentares; mobiliário; madeira	26	69	Produtos alimentares; madeira; minerais não metálicos
Cafeara					10	28	Produtos alimentares; madeira; minerais não metálicos	2		Produtos alimentares
Cambé			46	299	53	297	Produtos alimentares; mobiliário; bebidas	63	596	Produtos alimentares; editora e gráfica; metalurgia
Colorado								27	93	Produtos alimentares; madeira; minerais não metálicos
Cruzeiro do Sul					5	12	Química; produtos alimentares; minerais não metálicos	3	14	Produtos alimentares; madeira
Florestópolis					21	70	Produtos alimentares; madeira; mobiliário	11	23	Produtos alimentares; mobiliário; madeira
Florida								5		Produtos alimentares; madeira; minerais não metálicos
Guaraci					22	98	Produtos alimentares; Vestuário, calçado e artefatos de tecido; madeira	22	94	Produtos alimentares; minerais não metálicos; vestuário, calçados e artefatos de e tecido
Ibiporã			36	217	63	193	Produtos minerais não metálicos; produtos alimentares; madeira	37	518	Produtos alimentares; mobiliário; minerais não metálicos
Iguaraçu					15	63	Produtos alimentares; couros peles e produtos similares; mobiliário	11	19	Produtos alimentares; mobiliário
Itaguajé					18	98	Produtos alimentares; minerais não metálicos; madeira	16	33	Produtos alimentares; madeira; minerais não metálicos

Jaguapitã					15	108	Produtos alimentares; bebidas; madeira	17	76	Produtos alimentares; diversas; bebidas
Jataizinho			19	116	22	76	Produtos minerais não metálicos; produtos alimentares; têxtil	42	236	Produtos de minerais não metálicos; produtos alimentares; têxtil
Lobato					13	40	Produtos alimentares; madeira; mobiliário	10	36	Produtos alimentares; madeira
Londrina	91	1388	135	1317	268	234 7	Produtos alimentares; mobiliário; minerais não metálicos	442	5290	Vestuário, calçados e artefatos de tecido; mobiliário; metalurgia
Lupionópolis					20	96	Produtos alimentares; minerais não metálicos; madeira	11	42	Produtos alimentares; mobiliário; madeira
Miraselva								12	24	Produtos alimentares; mobiliário; madeira
Munhoz de Melo					6	15	Produtos alimentares; Vestuário, calçado e artefatos de tecido	13	16	Produtos alimentares; minerais não metálicos; madeira
Nossa Senhora das Graças								5	10	Produtos alimentares; mobiliário
Porecatú			19	191	15	392	Produtos alimentares; minerais não metálicos; madeira	13	316	Produtos alimentares; bebidas; editorial e gráfica
Primeiro de Maio					30	85	Produtos alimentares; minerais não metálicos; vestuário, calçado e artefatos de tecido	30	69	Produtos alimentares; minerais não metálicos; extração de minerais
Rancho Alegre								12	37	Produtos alimentares; Minerais não metálicos, mecânica
Rolândia			51	476	78	340	Produtos alimentares; minerais não metálicos; mobiliário	77	705	Produtos minerais não metálicos; produtos alimentares; mecânica
Sabaúdia					8	24	Produtos alimentares; minerais não metálicos; madeira	8	14	Produtos alimentares; minerais não metálicos
Santa Cecília do Pavão								8	17	Produtos alimentares
Santa Fé					7	19	Produtos alimentares; madeira	16	36	Produtos alimentares; minerais não metálicos; material de transporte
Santa Inês								9	38	Produtos alimentares; minerais não metálicos
Santo Inácio					8	39	Produtos alimentares; madeira; minerais não metálicos	15	36	Produtos alimentares; mobiliário; extração de minerais
São Jerônimo da Serra	13	220			4	6	Produtos alimentares; madeira; mobiliário	15	49	Produtos alimentares; minerais não metálicos; madeira
São Sebastião das Amoreiras					12	45	Produtos alimentares; madeira; vestuário, calçados e artefatos de tecido	7	33	Produtos alimentares; bebidas; madeira
Sertãoópolis	14	160	36	155	31	120	Produtos alimentares; minerais não metálicos; mobiliário	35	121	Produtos alimentares; minerais não metálicos; vestuário, calçados e artefatos de tecido

Quadro 4.1. Atividades industriais na região de Londrina, para os anos de 1940, 1950, 1960 e 1970. Elaboração do autor, com base em IBGE

No censo de 1940, as únicas cidades da região já existentes eram, Londrina, fundada em 1934, com 91 estabelecimentos industriais e 1388 trabalhadores; São Jerônimo da Serra, fundada em 1920, com 13 estabelecimentos industriais, empregando 220 trabalhadores e, por fim, Sertanópolis, fundada em 1934, com 14 estabelecimentos industriais e 160 trabalhadores.

Em 1950, é possível observar dados industriais para 10 municípios da região, com destaque para o crescimento das atividades industriais de Londrina, que passou de 91 estabelecimentos para 135, embora tenha reduzido o número de trabalhadores, de 1388 para 1317. Em segundo lugar situa-se a cidade de Arapongas, com 85 unidades industriais, empregando 560 trabalhadores e, Rolândia, com 51 indústrias e 476 trabalhadores.

Para o recenseamento de 1960 observa-se um significativo aperfeiçoamento, passando a registrar as principais atividades de cada município. Neste período, ressalta-se o crescimento da maior parte dos 28 municípios observados, com destaque para a cidade de Londrina, que passou de 135 indústrias para 268, empregando 2347 trabalhadores. Os municípios de Porecatú apresentou redução de atividades industriais, passando de 19 estabelecimentos para 15, e São Jerônimo da Serra, passando de 13 para 4 estabelecimentos. Neste período, a principal indústria observada é a de produtos alimentícios, seguida pela de transformação de minerais não metálicos. Assim, pode-se observar atividades estabelecidas pelo critério da essencialidade para a manutenção tanto da atividade cafeeira como para demanda da população residente nas regiões, com atividades de baixa intensidade tecnológica e baixo valor agregado.

No censo de 1970 é possível analisar os 35 municípios que compõem a região, dos quais 11 apresentaram um aumento das atividades industriais, 14 tiveram diminuições no número de estabelecimentos e 3 permaneceram inalterados. No entanto, 7 municípios possuem o censo de 1970 como primeiro registro, o que impede a realização de uma análise comparativa. As figuras 4.2, 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6 ilustram alguns estabelecimentos identificados no Norte do Paraná nas décadas de 1940 e 1950.

Figura 4.2: Reclame de atividade industrial na região Norte do Paraná.
 Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA, 1948.

Figura 4.3: Reclame de atividade industrial na região Norte do Paraná.
 Adaptação do autor, com base em : A PIONEIRA, 1948.

Figura 4.4: Reclame de atividade industrial na região Norte do Paraná.
 Adaptação do autor, com base em> A PIONEIRA, 1948.

Figura 4.5: Reclame de atividade industrial na região Norte do Paraná. Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA, 1948.

Figura 4.6: Firma de Guilherme Meyer & Irmão. Serraria estabelecida no município de Arapongas. Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA, 1948.

É possível notar ainda, por meio da Figura 4.7, a dinâmica regional de intercâmbio existente na região de Londrina, composta por seus 35 municípios. Este quadro foi elaborado com base no Dicionário dos Municípios, publicação realizada pelo IBGE (1959) que permite a identificação das relações estabelecidas por cada município, bem como dos principais bens que eram comercializados. Tem-se assim, ao centro, a cidade de Londrina, claramente já constituída como a principal da região. No primeiro quadrante estão os 35 municípios que compunham a região, de acordo com a divisão da SAGMACS (1963). No segundo quadrante

estão as cidades do estado do Paraná, para as quais havia alguma relação de intercâmbio de bens, porém que não faziam parte da região de Londrina. No quadrante seguinte, situam-se os municípios pertencentes a São Paulo com os quais ainda havia relações de intercâmbio e, por fim, como ponto extremo, o Rio de Janeiro, pela relação estabelecida com a cidade de Arapongas.

Os traços estabelecidos representam as relações de intercâmbio identificadas entre os municípios da região, demonstrando que não havia somente uma dinâmica destinada à exportação. O número registrado entre parênteses abaixo do nome da cidade, representa o total de indústrias que o município informou ao recenseamento no momento da elaboração da enciclopédia. Observa-se, porém, significativas divergências com o censo, assim como a omissão dos dados para a grande parte dos municípios, dificultando a realização de uma análise mais precisa e minuciosa.

Portanto, fica evidente por meio da Figura 4.7 e dos dados de IBGE (1959) que embora as atividades industriais incipientes da região de Londrina não tivessem escala para concorrer com a indústria paulista, havia uma relação dentro da própria região, e mesmo em algumas cidades do interior de São Paulo, como é recorrente em Presidente Prudente e Assis⁵⁹, sendo municípios relativamente próximos. E, num caso específico, embora seja desconhecido o bem comercializado, com Piracicaba e Porto Feliz⁶⁰.

⁶⁰ De acordo com IBGE (1959), o município de Rolândia mantinha relações de intercâmbio com Piracicaba e Porto Feliz, produzindo bens alimentícios, madeira e cerâmica.

Os dados apresentados no Quadro 4.2 especificam as relações de intercâmbio dos municípios da região de Londrina, apresentando também, de acordo com o IBGE (1959), o número de estabelecimentos industriais, a quantidade de trabalhadores e os principais ramos de atividades.

Nome	Estabelecimentos industriais		Principais ramos de atividade	Relações comerciais do município (1956)
	Número	Com mais de 5 funcionários		
Alvorada do Sul	8	1	Produção de óleo de hortelã-pimenta para exportação; beneficiamento de cereais; extração de madeiras.	Os municípios que absorvem a produção agrícola são Bela Vista do Paraíso, Londrina, Curitiba (PR) e Santos e São Paulo (SP) assim como importa dos municípios mencionados bens não descritos.
Arapongas	30	30	Beneficiamento de produtos agrícolas; extração de madeiras de lei.	Transações com São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Paranaguá, Santos, Londrina, Rolândia, Apucarana, Astorga e Maringá.
Assaí	9			Realiza as principais transações com São Paulo, Curitiba e Paranaguá, para onde faz a exportação do seu café e Londrina e Ourinhos, importando daí tecidos, calçados, material elétrico, comestíveis industrializados, ferragens e louças.
Astorga	135	23	Produtos alimentares; madeireira.	Transações com Arapongas e Londrina, e com a cidade de São Paulo, onde se abastece daquilo que necessita.
Bela Vista do Paraíso			Produtos alimentares.	Transações permanentes com Londrina, Curitiba e diversos outros municípios paranaenses e paulistas.
Cafeara	8	7	Extração de madeiras, olaria; beneficiamento de café e cereais.	
Cambé			Produtos alimentares; madeira beneficiada.	
Colorado	19	7	Ramo madeireiro; produtos alimentares.	Mantém negócios com Curitiba e Paranaguá (PR) e Presidente Prudente e Santos. (SP)
Cruzeiro do Sul			Extrativo vegetal; produtos alimentares	Realiza transações com Maringá, nova esperança e Londrina (PR e Presidente Prudente e São Paulo (SP)
Florestópolis	24	2	Indústria extrativa vegetal; produtos alimentares.	Transaciona principalmente com Porecatu, Bela Vista do Paraíso e Londrina, importa bens de SP
Florida				
Guaraci	19	4	Extrativo vegetal; produtos alimentares.	Intercâmbio de mercadorias e produtos agrícolas com Curitiba e Paranaguá (PR), Santos e São Paulo. (SP)
Ibiporã	57	12	Extrativo mineral e vegetal	Transação mercantil com as praças de Londrina, Paranaguá e Curitiba (PR) e Santos e São Paulo (SP)
Iguaraçu			Produtos alimentares; madeira	Praça de Arapongas e Londrina (PR) e São Paulo (SP)

Número	Estabelecimentos industriais		Principais ramos de atividade	Relações comerciais do município (1956)
	Número	Com mais de 5 funcionários		
Itaguajé	48	6	Madeira; extração de óleo de menta.	Transaciona com as praças de Maringá e Londrina (PR) e Presidente Prudente e Tupã (SP)
Jaguapitã			Serrarias; olarias; fábrica de móveis; de calçados; máquinas de beneficiamento de café e arroz.	Transaciona com as praças de Curitiba, Paranaguá e Londrina (PR) e São Paulo e Santos (SP)
Jataizinho			Indústrias cerâmicas; Indústrias Anderson Clayton & Cia Ltda.	Intercâmbio comercial com Assaí, Londrina, Cornélio Procopio e Ibiporã e Curitiba (PR) e São Paulo (SP)
Lobato		3	Ramos madeireiro; produtos alimentares.	Transação com as praças de Astorga, Arapongas e Londrina (PR) e São Paulo (SP)
Londrina	291	9	Bebidas e conexos; óleos comestíveis; cerâmica; madeira; produtos alimentares.	Todas as cidades do norte do Paraná comerciam com Londrina, sendo entreposto, e mantém comércio internacional com quase todos os países do mundo através do porto de Paranaguá e Santos
Lupionópolis	10	7	Madeira; extração de areias, pedras; produtos alimentares.	Intercâmbio comercial com Londrina e Presidente Prudente
Miraselva				
Munhoz de Melo		2	Produtos alimentares; madeira.	Intercâmbio de produtos agrícolas e mercadorias com as praças de Astorga, Arapongas e Londrina.
Nossa Senhora das Graças				
Porecatú	20	4	Açucareiro; óleo de menta; madeira; cerâmica; produtos alimentares.	Transação mercantil com Londrina Paranaguá (PR) Presidente Prudente e Santos (SP)
Primeiro de Maio	25	5	Madeira; cerâmica; produtos alimentares.	Transações mercantis com Londrina e Assis
Rancho Alegre				
Rolândia	83	13	Produtos alimentares; madeira; cerâmica.	Intercâmbio com Jacarezinho, Londrina, Curitiba e Paranaguá (PR) e Santos, São Paulo, Piracicaba e Porto Feliz (SP)
Sabaúdia	9	2	Extrativo vegetal e mineral.	Intercâmbio comercial com Arapongas, Maringá e Londrina.
Santa Cecília do Pavão				
Santa Fé	18	2	Madeira; produtos alimentares.	Transação comercial com Astorga, Arapongas, Londrina, Curitiba e São Paulo.

Nome	Estabelecimentos industriais		Principais ramos de atividade	Relações comerciais do município (1956)
	Número	Com mais de 5 funcionários		
Santa Inês				
Santo Inácio	18	5	Madeireiro; cerâmica e produtos alimentares.	Transação comercial com as praças de Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo.
São Jerônimo da Serra	14	4	Indústria extrativa vegetal (serrarias); extrativa mineral (olarias); produtos alimentares.	Transaciona com as praças de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Cornélio Procópio, Assaí (PR), e Cândido Mota, e São Paulo (SP).
São Sebastião das Amoreiras				
Sertãoópolis	40	1	Produtos alimentares, beneficiamento de madeira; cerâmica.	Transações com Ibiporã, Londrina, Cornélio Procópio, Jacarezinho e Curitiba (PR); Assis, Presidente Prudente e São Paulo (SP)

Quadro 4.2: relações de intercâmbio entre as cidades da região de Londrina
Elaboração do autor, com base em: IBGE, 1959.

Com base na Enciclopédia de Municípios (IBGE, 1959) é possível compreender, para os municípios da região de Londrina (região 6 – SAGMACS, 1963), que a cidade de Londrina se constitui em um polo na região, com 291 estabelecimentos industriais, que ainda serão pormenorizadas no decorrer do capítulo, destacando como principais bens a produção de bebidas, óleos comestíveis, cerâmica, beneficiamento de madeiras e produtos alimentares. Londrina ainda estabelece relações comerciais com todas as cidades do Norte do Paraná, se constituindo no entreposto para o escoamento da produção cafeeira e, com “*quase todos os países do mundo*” pelos portos de Paranaguá e Santos (IBGE, 1959:310). Pode-se pensar ainda em uma analogia às condições de São Paulo durante a grande produção cafeeira naquele estado, onde a capital paulista também foi um entreposto para escoamento do café, o que pode justificar o extraordinário crescimento dessas duas cidades, guardadas as proporções, num curto espaço de tempo sob a influência da atividade cafeeira.

Em seguida, destacam-se com mais de 50 estabelecimentos industriais as cidades de Astorga (135 estabelecimentos), Rolândia (83 estabelecimentos) e Ibiporã (57 estabelecimentos) com similares características na produção de bens, a indústria alimentar, a extrativa vegetal e mineral, madeireira e cerâmica.

Embora não se disponha de maiores dados sobre essas atividades industriais, nem sua constituição, observa-se principalmente a produção extrativa vegetal e mineral, o

beneficiamento de madeiras pela grande quantidade de florestas desmatadas para abertura de lotes e plantio de cafezais, e em alguns municípios a fabricação de móveis e utensílios. Além da indústria alimentícia e de bebidas.

Figura 4.9: Reclame da indústria de móveis “Modelo” em Londrina.
Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA, 1952.

Oficial reforçando com esquadros de ferro os cantos das venezianas.

Figura 4.10: Trabalhadores da indústria de móveis “Modelo” em Londrina.
Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA, 1952.

Figura 4.11: Trabalhadores da indústria de móveis “Modelo” em Londrina.
Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA, 1952.

A presença da indústria cerâmica é representada essencialmente pelas olarias, como visto em Jataizinho, Londrina, Porecatú, Primeiro de Maio, Rolândia, Santo Inácio e Sertanópolis.

Vista parcial da "Cerâmica Bela Vista"

Cerâmica Bela Vista Uma progressista indústria de Jataizinho

Figura 4.12: Reclame da cerâmica Boa Vista, em Jataizinho.
Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA, 1952.

Figura 4.13: trabalhadores da cerâmica Boa Vista, em Jataizinho.
Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA, 1952.

Essas características reforçam o caráter industrial de essencialidade, e da proximidade com o setor cafeeiro, seja por meio do corte de árvores e abertura de novos cafezais, seja por meio do beneficiamento do próprio café entre outros bens primários, e também por suprir a demanda de construção e alimentação dos habitantes da região.

Em uma região de derrubada as aglomerações são, antes de mais nada, centros de abastecimento, local e focos da pequena indústria indispensável aos trabalhos da lavoura, mas devem-se acrescentar que em Londrina – devido a aproximação da mata – há uma indústria madeireira, umas dez serrarias estão em plena atividade. Mas o fato é que a função essencial destes centros é de ser o mercado de abastecimento e de exportação para o grande número de pequenos lavradores invisíveis pelo fato de estarem espalhados dentro da mata (MONBEIG, 1945:12).

É possível verificar ainda os diferentes estágios entre as atividades na região, pois, ao passo que o município de Jaguapitã, em 1950, com 38.821 habitantes possuía produção de calçados e móveis, o município de Assaí, com 31.346 habitantes destaca a necessidade de importação de calçados, materiais elétricos, comestíveis industrializados, ferragens e louças, de Londrina e Ourinhos, em São Paulo.

Figura 4.14: Reclame da Indústria de Óleos Andirá S.A.
Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA, 1952.

Figura 4.15: Reclame da Máquina Maluf de beneficiamento de Café e Arroz.
Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA, 1952.

Muito embora exista uma dinâmica regional, deve ser ressaltada a importância da indústria paulista para a obtenção de bens mais desenvolvidos, fato demonstrado pelo caráter incipiente das atividades na região.

De acordo com Okuyama (1975:23), a origem da formação de atividades comerciais e industriais na região de Londrina se dava pelo intercâmbio realizado pelos sitiantes e colonos, trazendo sua colheita às cidades e comprando os produtos manufaturados que necessitavam. O aspecto comercial tem origem por meio de pequenos comerciantes que mantinham estabelecimentos abastecidos da maior gama de produtos possíveis, como armazéns de secos e molhados. Conforme o desenvolvimento avançava, empresas maiores passaram a se

estabelecer atraindo as populações de outros municípios também, principalmente para Londrina, Apucarana e Maringá.

Já as atividades industriais se constituem por meio de bens trazidos pelos sitiantes, que passavam por transformações para serem comercializados. As primeiras atividades foram as serrarias, as máquinas de beneficiamento de café e arroz e os descaroçadores de algodão (OKUYAMA, 1975:23). Como pode-se perceber, as atividades estavam intimamente relacionadas às atividades primárias exercidas na região.

Tirava as fontes da sua atividade da zona rural, da qual é soberana. A unidade econômica social era baseada na união constante entre campo e cidade que não tinha ainda sua autonomia, dependendo das necessidades e produtos do campo. Muitas cidades ainda encontram-se nessa situação [1975], mas outras já superaram esta fase. (OKUYAMA, 1975:23).

Quanto à localização destes estabelecimentos industriais, sabe-se da preferência determinada pela logística, facilitando o escoamento dos bens, preferindo então as saídas da cidade para a zona rural e as proximidades de estações da linha férrea. Como efeito desta preferência, começam a se estabelecer trabalhadores nas regiões, influenciados também pelo preço dos terrenos, iniciando-se assim a formação de vilas (OKUYAMA, 1975:24).

Os dados identificados de polarização e desenvolvimento de algumas cidades confirmam a visão de Okuyama (1975:29) sobre a prosperidade de atividades industriais em alguns municípios mais do que em outros, embora não consiga tornar o setor independente⁶¹ da principal atividade econômica do Norte do Paraná, que permanece assentada no setor primário.

Para Okuyama (1975:29), o determinante para mudança desta condição é a expansão do mercado interno, a variedade da matéria prima, e o aperfeiçoamento das condições de infraestrutura, sobretudo, energia elétrica e transportes. O autor afirma ainda a importância dos esforços do governo, por meio da estrutura observada que se relaciona com o setor público, ao incentivo à indústria e a formação de indústrias de extração e elaboração florestal, transformação de produtos agrícolas, como óleos vegetais e café solúvel, além de produtos de origem animal, como frigoríficos e a pasteurização de leite.

⁶¹ Desde 1961 o governo do Paraná procurou estabelecer condições de emprego e desenvolvimento com base na população prevista para 1970, por meio de uma estrutura agrícola diversificada e pela consolidação do setor industrial. *“A orientação básica constituiu em criar condições para uma diversificação das atividades econômicas, partindo da criação de uma infraestrutura e do incentivo à expansão industrial, uma vez que o crescimento até então verificado concentrara-se quase que exclusivamente na produção de café e nas atividades a ela vinculadas”* (CODEPAR, 1967:9).

4.2. Atividades industriais na cidade de Londrina

Como já destacado anteriormente, determinou-se a região de Londrina para a melhor compreensão das atividades industriais na região norte do Paraná, pela origem em comum dos municípios, pela homogeneidade em termos de estrutura fundiária e pela cafeicultura com mesmas características em toda região, além da existência de dados sobre a região, o que permite uma análise mais consistente e pormenorizada. No entanto, um aprofundamento sobre essas atividades no próprio município de Londrina se justifica pela sua constituição como cidade polo, e pelo impacto que o capital cafeeiro exerceu para o desenvolvimento do município. Trata-se então, nesta seção, das características das atividades industriais que se estabeleceram especificamente em Londrina sob a influência do capital cafeeiro.

O município de Londrina na década de 1950 foi responsável por 11,4% da produção cafeeira exportada do Brasil, assim como foi o município do Paraná que mais exportou via porto de Santos e de Paranaguá, cerca de 41% do total do estado, embora sua população urbana fosse de cerca de 47% apenas (LINARDI, 1995:165). Esses números, embora demonstrem uma magnitude significativa, devem ser relativizados, pois, como se viu no quadro que demonstra as relações de intercâmbio entre os municípios da região de Londrina, a cidade tinha um papel de entreposto comercial, no qual se contabiliza a exportação da maioria dos municípios da região. Portanto, embora os números estritamente para o município sejam mais modestos, certamente ainda destacam o município entre todos os demais.

É interessante, neste momento, pensar sobre a origem deste dinamismo que permitiu à cidade de Londrina se tornar um polo na região. É possível que os motivos determinantes se vinculem muito mais aos lucros auferidos na etapa de comercialização, do que naqueles que os produtores tinham condições de perceber.

Figura 4.16: cidade de Londrina, na década de 1950.
Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA, 1955.

Dados trazidos por Linardi (1995:75) demonstram que a atividade industrial na cidade de Londrina sempre esteve relacionada ao beneficiamento e transformação de bens primários em total concordância com as características da região, destacando o beneficiamento do café, do rami, do algodão, além de frigoríficos e laticínios.

Na década de 1960, os principais estabelecimentos industriais de Londrina eram a maltaria e cervejaria Londrina, o moinho de trigo, a Sociedade Anônima Londrina Industrial – SALI, com produção de implementos agrícolas, a Barão, produzindo cofres, móveis e utensílios de aço, além do destaque da Cia. Cacique, de café solúvel. (SCHWARTZ, 1997:109).

Pode-se observar uma significativa divergência entre o total de atividades industriais observadas pelo IBGE para a cidade de Londrina e as identificadas pelo levantamento da CODEPAR. Para o IBGE (1970), havia em Londrina 442 estabelecimentos industriais, ao passo que a CODEPAR trabalha em 1967 com uma análise de 74 estabelecimentos. As razões que determinaram essa amostra não são identificadas, no entanto, como pode ser verificado no quadro 4.3, esses estabelecimentos localizavam-se na região central da cidade e trazem informações que norteiam as características fundamentais das atividades industriais da região na década de 1960.

Figura 4.17: Cidade industrial de Londrina
Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967: 33.

A Figura 4.17 apresenta os 74 estabelecimentos industriais selecionados pela CODEPAR, distribuídos geograficamente na cidade de Londrina. Observa-se uma significativa atomização dos estabelecimentos, reforçando a ideia de que ainda que houvesse uma política bem delineada em âmbito estadual, na cidade de Londrina não houve planejamento urbano para setorizar as indústrias, como a formação de um distrito industrial. Os estabelecimentos se instalam sem qualquer relação aparente com os tipos de atividades exercidas, tendo como única influência a concentração em torno da via férrea, facilitando assim o escoamento da produção e o recebimento de insumos.

O Quadro 4.3 apresenta as indústrias observadas pela CODEPAR ilustradas anteriormente pela Figura 4.17, com a correspondente numeração que permite a localização, além da razão social e do ramo de atividade.

Parque Industrial de Londrina – 1966		
Número	Indústria	Ramo
1	LONDRIFARMA - Ostan Indústria Farmacêutica	Produtos farmacêuticos
2	Barão S.A.	Cofres
3	Indústria Paranaense de Máquinas Agrícolas	Máquinas Agrícolas
4	Paranafrios S.A.	Fiação
5	Cia. Cacique de Café Solúvel	Café Solúvel
6	Irmãos Assunção S.A.	Parafusos, Porcas e Pinos
7	Confecções Cartola Ltda.	Confecções
8	Gávea Indústria e Comércio S.A.	Confecções
9	Frigorífico Paranaense S.A. – FRIPASA	Frigorífico
10	S.A. Londrina Industrial – SALI	Fundidos técnicos
11	Brasifrio	Refrigeração
12	Organização Douglas S.A.	Refrigeração
13	Cooperativa Agropecuária Ltda. – CATIVA	Leite
14	Weber Indústria e Comércio Ltda.	Aquecedores
15	Irmãos Balan & Cia. Ltda	Bebidas
16	J. Pereira Filhos & Cia.	Bebidas
17	Almeida Henrique & Cia Ltda.	Bebidas
18	Maltaria e Cervejaria Londrina S.A.	Bebidas
19	Toniyama & Cia. Ltda.	Bebidas
20	Selmi & Cia. Ltda.	Massas
21	Vassouras Londrina Ltda.	Vassouras
22	Mercantil Castelo Branco S.A. Indústria e Comércio	Móveis
23	Irmãos Cehring S.A.	Sabão
24	Indústria e Comércio Miami Ltda.	Artigos Plásticos
25	CODAI - Óleos Vegetais C.A.C.	Óleos vegetais
26	Londri-ônibus Ltda.	Carrocerias

Parque Industrial de Londrina – 1966		
Número	Indústria	Ramo
27	Indústria Aramis S.A.	Pregos
28	José Mano	Farinha de milho
29	Serralheria Artística	Serralheria
30	Serralheria Brasiferro Ltda.	Serralheria
31	Eusebio Feijó Sanches	Serraria
32	Indústria de Móveis Tupy Ltda.	Móveis
33	Botelli & Bruschi	Inst. Comerciais
34	Jacob Bartolomeu Minatti	Metalurgia
35	Indústria e Comércio Artefatos de Madeira Ltda.	Camas
36	Comércio e Indústria Londriferro Ltda.	Serralheria
37	Gelsio Camillo da Silva	Serralheria
38	Artefatos de Ferro Zamariano Ltda.	Serralheria
39	Serralheria e funilaria Cruzeiro do Sul	Serralheria
40	Genzi Oliveira Ltda.	Mesas de Bilhar
41	Serraria Yara Ltda.	Serraria
42	Costa & Cia.	Confecções
43	Torres Tanferri Ltda.	Móveis
44	Batistella Policastro & Cia. Ltda.	Móveis
45	Ballalai & Cia. Ltda.	Serraria
46	Perin Marangoni	Massas Alimentícias
47	Placido Stefens, Ediberto Ferracini & Cia. Ltda	Saunas
48	FUMELL - Fundação de metais Londrina Ltda.	Fundição
49	Horácio Fontequê	Móveis
50	Tatakihara Kuwabara & Cia. Ltda.	Doces
51	Com. Ind. De madeira Londrina	Tacos, Forros
52	Fábrica de banha Irma	Frigorífico
53	Serralheria T arte	Serralheria
54	Crocomo Indústria e comércio	Serralheria
55	José Pereira de Resende & Filhos	Frigorífico
56	Alberto Spironelli	Cêbo, Far. , Carne
57	Serraria Igapó	Serraria
58	Fábrica de Balas Ouro Verde Ltda.	Doces
59	Frigorífico Irene Ltda.	Frigorífico
60	Indústria e comércio Pinabra Ltda.	Carrocerias
61	Industrial madeireira Ipiranda Ltda.	Beneficiamento de madeira
62	Serraria Curotto Ltda.	Serraria
63	Móveis Dalva Ltda.	Móveis
64	Francisco Martes	Serraria
65	Frigorífico Bela Vista Ltda.	Frigorífico
66	Jairo Martins de Lima & Cia.	Doces
67	Indústria Ueda Ltda.	Material elétrico
68	Fábrica de doces Delícia Ltda.	Doces

Parque Industrial de Londrina – 1966		
Número	Indústria	Ramo
69	Moinho de trigo Esperança	Moinho de trigo
70	Cruciel Ltda.	Confecções
71	Fábrica de Acumuladores Reifer Ltda.	Acumuladores
72	Insedubo S.A.	Inseticidas
73	Amadeu Mortari & Cia. Ltda.	Cerâmica
74	Indústria e comércio Hidromar Ltda.	Bombas para postos de gasolina

Quadro 4.3: Estabelecimentos industriais de Londrina em 1967 selecionados pela CODEPAR.

Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967: 35-38.

Em 1967, as 74 indústrias já demonstravam um grau de melhoramento técnico e tecnológico em relação às primeiras atividades, sobretudo aquelas pautadas no critério de essencialidade da região ou fortemente relacionadas com o setor primário. Verificou-se maior diversidade entre as atividades, um maior grau de transformação no processo produtivo, principalmente nos ramos de metalurgia, fundições, na indústria farmacêutica e de inseticidas e defensivos, assim como nos setores elétricos e mecânicos.

Nas empresas levantadas pela CODEPAR (1967) em Londrina, identificou-se ainda uma pequena participação do financiamento por meio do Fundo de Desenvolvimento Econômico, sendo que das 74, apenas 18 utilizaram esse tipo de financiamento.

Indústria madeireira	-
Transformação de produtos agropecuários	4
Produtos alimentícios	2
Metalurgia, produtos químicos e outros	12
TOTAL	18

Quadro 4.4: Grupo de indústrias financiadas pela CODEPAR em Londrina.

Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967:82.

Destes 18 estabelecimentos, é importante ressaltar que nenhuma empresa financiada pertencia ao grupo das primeiras empresas estabelecidas, ligadas à extração e beneficiamento de madeira, sendo sua formação de capital de outra fonte de financiamento. O grupo mais representativo na tomada de empréstimos originários da CODEPAR é aquele mais intensivo em tecnologia e mais recente na região – o da metalurgia e de produtos químicos – com 12 contratos, seguido pela indústria de transformação de produtos agropecuários e pela indústria alimentícia. Assim, o grupo de empresas financiadas representa 24,3% do total de empresas levantadas pela CODEPAR em Londrina.

Embora seja uma amostra pequena em relação aos recenseamentos do IBGE, são as únicas informações identificadas, pormenorizadas, que podem explicar a origem e as

características das atividades industriais do município. Não foi identificada também uma razão que demonstre essa disparidade entre a quantidade de instituições levantadas.

Pela relevância das informações, decidiu-se adotar como principal fonte para se compreender as atividades industriais no município de Londrina um relatório da CODEPAR (1967). Portanto, a distribuição dos ramos de atividade industrial permanece de acordo com a metodologia proposta, dividindo-se em 4 grupos:

- Indústria Madeireira: indústria de caráter supletivo, com o objetivo de atender a demanda proveniente do crescimento urbano da região; compreende as atividades de beneficiamento de madeira e produção de móveis, vassouras, carrocerias e camas.
- Transformação de produtos agropecuários: indústrias transformadoras de matérias primas, pautadas em insumos da própria região, com destino ao mercado internacional. Tem como atividades fundamentais o beneficiamento de café e frigoríficos. Corresponde ao conjunto de empresas mais significativo da cidade; compreende as atividades de transformação de produtos agrícolas e frigoríficos.
- Produtos alimentícios: significativo papel no abastecimento do mercado local e regional. Destacam-se a produção de doces e de bebidas. Podem ser divididas ainda pelo destino de produção, especificamente para a zona urbana ou zona rural. Compreende as atividades de produção de doces, massas, farinhas e bebidas.
- Metalurgia, produtos químicos e outros; que destacam-se pelo grau intensivo de tecnologia implementado na produção, o que os difere dos demais grupos. Destacam-se no setor o ramo farmacêutico e o metalúrgico, com destino à indústria automobilística principalmente localizada em São Paulo. Compreende as atividades de produtos químicos, fundições, máquinas e implementos; material de construção, serralheria e cerâmica, e confecções (CODEPAR, 1967:40-41).

A partir desta divisão, o período de fundação dos estabelecimentos industriais demonstra que houve um desenvolvimento entre os tipos de atividades industriais existentes no Norte do Paraná, que o período analisado, de 1940 a 1970, não pode ser pensado em atividades de forma homogênea. O Quadro 4.5 demonstra a evolução das atividades industriais em termos cronológicos.

Tipos de Indústria	Subgrupos	Características	Fundação das Indústrias
Indústria Madeireira	Beneficiamento de Madeira	Atividades primitivas. Em 1966 já tinha menor significação. Caráter Supletivo.	Anterior a 1962
	Móveis, vassouras, carrocerias e camas		
Transformação de Produtos agropecuários	Transformação de produtos agropecuários	Indústria de maior poderio, representa elevado percentual do parque local (Café e Algodão).	Pós 1962
	Frigoríficos		
Produtos Alimentícios	Doces, massas, farinhas	Considerável abastecimento local e regional	Anterior a 1962
	Bebidas		
Metalurgia, produtos químicos e outros	Produtos químicos	Elevado nível tecnológico, diferentes mercados	Ano base 1964
	Fundições, máquinas, implementos		
	Materiais de construção - Serralheria, cerâmica		
	Confecções		

Quadro 4.5: tipos de indústrias, subgrupos, características e fundação.
Elaboração do autor, com base em: CODEPAR, 1967:39-44.

As primeiras atividades industriais observadas são relativas ao beneficiamento de madeira, como um processo natural da abertura e formação dos cafezais dos lotes comprados. Essas atividades tem origem com o início da comercialização dos lotes, ainda na década de 1930, e no momento da elaboração do relatório em que se baseia esta análise, Codepar (1967), já tinham menor representatividade, reforçando o caráter supletivo e de essencialidade.

Figura 4.18: toras de madeira chegando à indústria Guilherme Meyer & Irmão, em Arapongas. Adaptação do autor, com base em: A PIONEIRA: 1952.

Após 1962 pode ser observada a preponderância da indústria de transformação de produtos agropecuários, tanto pelo beneficiamento de café e algodão, como pelos frigoríficos. A dimensão desta indústria relaciona-se intensamente à produção primária e, sobretudo, à cultura cafeeira. Já a indústria de produtos alimentícios insere-se em um intercâmbio muito mais regionalizado em vistas do seu atendimento à demanda da população local, observado já para o período anterior a 1962.

Por fim, como segmento industrial mais moderno e intensivo em tecnologia, tem-se a metalurgia, os produtos químicos e áreas correlatas, atividades tardias desenvolvidas em Londrina com demanda localizada em outras regiões, cujo surgimento se dá a partir de 1964⁶². Embora este segmento esteja demonstrado por poucas empresas na região, representa a alteração do cenário de atividades de transformação mais rudimentar.

Apesar de permanecer a especialização no processamento de produtos agrícolas, houve uma tendência à diversificação dos gêneros industriais [na indústria paranaense]. Surgem ou ganham importância novos setores como “Material Elétrico e de Comunicações”, “Química”, “Material de Transporte” e “Fumo”.

Os gêneros tradicionais, por sua vez, sem deixar de crescer, vão perdendo importância relativa. Assim, o beneficiamento de café e madeira que em 1958 respondia por 68,9% do produto industrial do Estado, em 1970 atinge a 53,9%. Já em 1979, o valor da produção do gênero “Produtos Alimentares”, “Madeira” e “Óleos Vegetais” (do gênero Química) passam a responder por somente 35,46% do total (IPARDES, 1982:43).

Em termos de capital e faturamento, fica evidente a maior representatividade da indústria de transformação de produtos agropecuários, que, embora tenha uma área utilizada menor, chegou a registrar, em 1967, o capital de NCr\$ 11.866.000,00 e um faturamento de

⁶² O surgimento de atividades industriais na região de Londrina após 1964, como a produção de bens de capital, mais intensivos em tecnologia, em detrimento da exclusiva produção de bens de consumo, é decorrente do estágio de desenvolvimento da própria indústria brasileira. O tema remonta à discussão realizada no Capítulo 3, com base em Loureiro (2012:42).

NCr\$ 35.621.000,00, que representa significativamente mais em comparação a todas as outras indústrias existentes.

O Quadro 4.6 demonstra a área utilizada, o capital registrado e o faturamento anual, registrados em outubro de 1967, e estimados até o fim daquele ano (CODEPAR, 1967:72).

Tipos de Indústria	Subgrupos	Área Utilizada	Capital Registrado (Em NCr\$ 1.000,00 de 1967)	Faturamento (Em NCr\$ 1.000,00 de 1967)
Indústria Madeireira	Beneficiamento de Madeira	38.640	14	60
	Móveis, vassouras, carrocerias e camas		478	1.385
Transformação de Produtos agropecuários	Transformação de produtos agropecuários	34.771	10.435	19.463
	Frigoríficos		1.431	15.158
Produtos Alimentícios	Doces, massas, farinhas	95.130	727	4.676
	Bebidas		3.485	3.580
Metalurgia, produtos químicos e outros	Produtos químicos	37.238	1.250	1.920
	Fundições, máquinas, implementos		1.748	5.652
	Materiais de construção - Serralheria, cerâmica		250	675
	Confecções		218	815
	Outros (?)		26	550

Quadro 4.6: indústrias, subgrupos, área utilizada, capital e faturamento, em NCr\$ 1.000,00 de 1967. Elaboração do autor, com base em: CODEPAR, 1967:45-49.

Pelos dados arrolados, é possível verificar que em 1967 a indústria madeireira tivera pouca importância em termos de capital registrado e faturamento, respectivamente NCr\$ 492.000,00 e NCr\$ 1.445.000,00. No entanto, dentre as atividades desta indústria, a mais representativa é a fabricação de móveis, vassouras, carrocerias e cama, contribuindo com um faturamento de NCr\$ 1.385.000,00. Os produtos alimentícios, representam relativa importância, com o capital registrado de NCr\$ 2.998.000,00 e faturamento de NCr\$ 7.572.000,00. Por fim, a nascente indústria metalúrgica e de produtos químicos, apresentou um capital registrado de NCr\$ 3.466.000,00 e faturamento de NCr\$ 9.062.000,00.

Ainda em termos de faturamento, cerca de 17,9% são realizados na própria região, 22,6% com destino ao estado do Paraná e 59,50% com destino ao mercado nacional e de exportação. A preponderância do destino da produção ao mercado nacional e exportação advém da magnitude das exportações de café beneficiado, entre outros produtos primários, já passados por um processo industrial.

O Quadro 4.7 demonstra a origem da matéria prima utilizada pelos estabelecimentos de Londrina, partindo da própria cidade de Londrina, de dentro do estado do Paraná e advinda de outros estados e industrializados na cidade. As empresas que utilizam insumos de mais de uma região (local, estadual e de outros estados) em sua produção, aparecem repetidamente.

Tipos de Indústria	Subgrupos	Origem da Matéria Prima (Número de empresas)		
		Local	Estadual	Outros Estados
Indústria Madeireira	Beneficiamento de Madeira	8	12	5
	Móveis, vassouras, carrocerias e camas			
Transformação de Produtos agropecuários	Transformação de produtos agropecuários	4	5	
	Frigoríficos			
Produtos Alimentícios	Doces, massas, farinhas		6	9
	Bebidas			
Metalurgia, produtos químicos e outros	Produtos químicos	6	8	30
	Fundições, máquinas, implementos			
	Materiais de construção - Serralheria, cerâmica			
	Confecções			
	TOTAL	18	31	44

Quadro 4.7: tipos de indústria, subgrupos e origem da matéria prima por número de empresas. Adaptação do autor, com base em CODEPAR, 1967:47.

Dos 74 estabelecimentos industriais analisados no município de Londrina, a maior parte dos insumos utilizados advém de fora do Paraná. Na indústria madeireira a maior parte dos insumos vem de dentro do estado do Paraná, porém de outras regiões. A indústria de transformação de produtos agropecuários também recebe a totalidade dos insumos do estado, de acordo com a grande produção primária paranaense.

Já os insumos da indústria de produtos alimentícios vêm de fora da cidade de Londrina, ao passo que o setor mais tecnológico das atividades industriais da região, de metalurgia e produtos químicos, tem seus insumos oriundos de outros estados do Brasil. Infelizmente, não se dispõe de maiores informações sobre essas indústrias, o que permitiria uma melhor análise dos setores.

Quanto ao destino dos produtos industrializados da cidade de Londrina, é interessante notar significativas distinções entre os tipos de indústrias existentes. O Quadro 4.8 demonstra

o percentual de cada esfera de destino da produção, sendo o consumo local, o estado do Paraná e os bens destinados a outros estados e à exportação.

Tipos de Indústria	Subgrupos	Destino da Produção (1967)		
		Local	Estado	Outros estados + Exportação
Indústria Madeireira	Beneficiamento de Madeira	50%	45%	5%
	Móveis, vassouras, carrocerias e camas			
Transformação de Produtos agropecuários	Transformação de produtos agropecuários	5%	5%	90%
	Frigoríficos			
Produtos Alimentícios	Doces, massas, farinhas	30%	70%	0%
	Bebidas			
Metalurgia, produtos químicos e outros	Produtos químicos	45%	55%	10%
	Fundições, máquinas, implementos			
	Materiais de construção - Serralheria, cerâmica			
	Confeccções			

Quadro 4.8: tipos de indústria, subgrupos e porcentagem do destino da produção.
Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967: 44-45.

Em 1967, a indústria madeireira londrinense, conforme mencionado anteriormente, era pouco representativa, já tinha como objetivos suprir a demanda da cidade e do estado, em detrimento de décadas anteriores, onde abastecia outros estados. A indústria transformadora de produtos agropecuários serve em grande parte os outros estados e o mercado exterior, representada significativamente pela exportação cafeeira. A indústria alimentícia tem como objetivo o abastecimento regional, da qual cerca de 30% permanece na cidade de Londrina, ao passo que 70% encontra o mercado consumidor no próprio estado do Paraná. Por fim, a indústria metalúrgica e os produtos químicos encontram a demanda para a sua produção em grande parte (45%) na própria cidade de Londrina e no próprio estado (50%), sendo uma pequena parcela destinada ao mercado externo e demanda por outros estados.

Torna-se claro pela visualização dos quadros apresentados que, em Londrina na década de 1960, as atividades industriais experimentaram uma transformação estrutural substantiva. Neste momento, a atividade madeireira, que foi a primeira atividade industrial decorrente da inserção da cafeicultura, já era pouco significativa. A incidência de atividades de transformação dos produtos agropecuários gravita a própria demanda da economia cafeeira, como por exemplo, as máquinas de beneficiamento. E a representatividade da

indústria alimentícia se justifica pela própria demanda da região, tanto de alimentos como de bebidas.

Desta forma, por meio da amostra selecionada pela CODEPAR (1967) e pelos dados disponíveis no IBGE (1940, 1950, 1959, 1960, 1970), sabe-se que ainda diante da preponderância do café como atividade dinâmica da região, havia outras atividades complementares, em maior e menor grau, assim como, uma evolução do tipo de atividade industrial exercida ao longo das décadas, sobretudo, após 1964.

No entanto, a constituição de um complexo cafeeiro na região deve ser observada com algumas ressalvas. Cano (1977:17-18) considera a existência de relações capitalistas, sobretudo, uma economia monetária e trabalho assalariado, como elementos necessários para a formação de um complexo, para além das atividades que formam um conjunto econômico integrado, com segmentos industriais vinculados ao seu processamento. No Norte do Paraná essas condições não se verificam completamente.

As atividades industriais na região de Londrina foram induzidas diretamente pela presença da atividade cafeeira, uma vez que a própria cultura justifica a existência das cidades, muito se aproximando das características observadas no início do século XX no complexo cafeeiro paulista.

Inicialmente, portanto, pode-se afirmar que o mercado e a produção industriais surgiram criados por todo esse conjunto de atividades econômicas e de transformações sociais que gravitavam em torno do café, conjunto este constituidor do complexo capitalista cafeeiro.

Enfim é inegável que também a própria constituição urbana das cidades, enquanto praças comerciais do café, comportando atividades bancárias e um comércio mais desenvolvido, também tenha favorecido a atividade industrial. O primeiro tipo de atividade industrial que se impôs, decorrente da importância da economia cafeeira na região de São Carlos é a indústria de beneficiamento (TRUZZI, 1985: 161-162).

A comparação direta entre as duas regiões seria anacrônica, inclusive pela limitação que a presença do complexo cafeeiro paulista representa às atividades industriais do norte do Paraná. É válido lembrar que diante das incipientes atividades industriais na região, a ligação ferroviária com São Paulo permitia a formação de um mercado consumidor no Norte do Paraná para bens cujo processo de transformação fosse mais elaborado, suprimindo a necessidade da região e limitando o desenvolvimento das industriais locais.

Para Semeghini (1991:51) a primazia de São Paulo é justamente o que diferencia o complexo cafeeiro capitalista de São Paulo de outras regiões cafeeiras.

A imigração em grande escala, a presença de ferrovias e das máquinas de beneficiamento representaram, como foi visto, verdadeira revolução no processo produtivo e nas relações de produção, e o oeste paulista diferencia-

se claramente, a partir daí, das demais regiões cafeeiras do estado e das outras economias agrícolas do país (SEMEGHINI, 1991:55).

Embora a atividade no Paraná traga consigo muitas características de um complexo cafeeiro, isso não se comprova totalmente ao se verificar uma modesta participação de atividades industriais como resultado do reinvestimento do capital cafeeiro⁶³. O papel da cafeeicultura, portanto, se constitui em atrair o investimento industrial para a região e sustentar um determinado nível de consumo, como será demonstrado.

Ainda que tenha havido transferência de renda do setor cafeeiro para as atividades industriais por meio do setor público, beneficiando-as, não há evidências de que essas atividades tenham conseguido constituir o elemento fundamental que justifica a conceituação de um complexo cafeeiro - o distanciamento das atividades cafeeiras e a condição de formação de capital dentro do próprio setor industrial. De acordo com Truzzi (1985: 176), um complexo cafeeiro se forma quando *“O processo de acumulação de capital na indústria que antes se mostrava exógeno e reflexo, isto é, dependente de outra atividade econômica – o café – passa a ser agora endógeno e com dinâmica própria. A indústria passa a crescer a partir de seus próprios lucros”*.

Será observado que, pelo menos até o fim da década de 1960, as atividades industriais foram fortemente influenciadas pela cafeeicultura, e a manutenção do nível de consumo permaneceu dependente da atividade primária.

Portanto, a cafeeicultura na região toma as características de um complexo diante do conjunto de atividades industriais ligadas ao café, porém, distancia-se do conceito de Cano (1977:17) ao não permitir a fundamental acumulação endógena de capital dentro das atividades industriais e *“embora espacialmente inseridas num mesmo sistema “regional” ou nacional, não possibilitaram a formação de um “complexo” integrado que pudesse desencadear um processo dinâmico de acumulação ao próprio sistema em que estão inseridas”*. Acredita-se ainda que essa dependência permanente do setor primário leve as atividades industriais do Norte do Paraná a ser tão pouco exploradas diante das discussões sobre a formação industrial do estado, tipicamente ligadas à região de Curitiba.

Em termos da origem dessas atividades industriais, pode-se compreender, no entanto, que em pequena parte são originárias, na sua formação de capital, dos resultados da economia cafeeira. O café teve um papel extremamente importante no sentido de dinamizar essas

⁶³ Essa afirmação é válida no âmbito da cidade de Londrina, a única a dispor de informações pormenorizadas levantadas pela CODEPAR (1967) sobre a origem dos empresários e suas atividades anteriores.

atividades, mas não de promover uma alternativa de investimento para diversificação, ou resultar em novos empresários.

O Quadro 4.9 demonstra a procedência dos empresários baseada nos 74 estabelecimentos industriais levantados pela CODEPAR (1967).

Procedência dos Empresários	
São Paulo	48%
Minas Gerais	10%
Paraná	19%
Santa Catarina	6%
Outros estados	1%
Estrangeiro	16%

Quadro 4.9: Procedência dos empresários em Londrina (1967).

Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967:77.

No caso de Londrina, 48% dos empresários com estabelecimentos no município eram provenientes do estado de São Paulo, sucedidos por empresários do próprio Paraná. Esta relação demonstra que além da cafeicultura, o crescimento da região norte do Paraná atraiu pessoas que atuaram em outros segmentos, como o caso das atividades industriais.

Dos empresários observados em 1967, sabe-se ainda que 51% já atuavam no setor industrial em outras regiões e 31% na área comercial, antes de iniciarem as atividades em Londrina. Apenas 11% dos empresários migraram da agricultura para o setor industrial, demonstrando que, para a amostra de empresas levantadas pela CODEPAR (1967), o percentual de investimentos advindos do capital cafeeiro é baixo. Esses dados levam a crer que a cafeicultura em Londrina foi mais importante para atrair investimentos industriais e sustentar um determinado nível de consumo, do que como uma alternativa de investimento aos produtores.

Atividade Anterior	
Agricultura	11%
Comércio	31%
Indústria	51%
Outros	7%

Quadro 4.10: atividades anteriores dos empresários de Londrina (1967).

Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967:78.

Como visto no quadro 4.10, a maior parte dos empresários já advinha da atividade industrial, sucedidos pelas atividades comerciais e, em menor escala, pela agricultura. De

acordo com a procedência dos empresários por estado, a CODEPAR (1967) levantou ainda percentualmente a atividade anterior, o que permite a visualização do perfil do empresário advindo de cada estado, além de sua origem de atuação. Conforme o Quadro 4.11:

Atividade anterior por procedência				
Procedência	Agricultura	Comércio	Indústria	Outros
São Paulo	12%	20%	62%	6%
Paraná	17%	30%	47%	6%
Minas Gerais	20%	20%	60%	
Santa Catarina	13%	50%	37%	
Estrangeiro	7%	23%	41%	29%

Quadro 4.11: atividade anterior dos empresários de Londrina (1967) por procedência. Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967:78.

Dos empresários selecionados em Londrina, em 1967, sabe-se que os originários de São Paulo, vieram em maior parte de atividades industriais pré-existent, representando 62% do total. Dos empresários mineiros, o efeito é o mesmo, sendo a maior parte proveniente da indústria. O caso peculiar é o de Santa Catarina, onde a maior parte dos empresários atuava anteriormente na área comercial. Em relação aos estrangeiros, o efeito é o mesmo anterior, sendo a maior parte advinda da indústria, com 41%.

Em relação aos empresários originários do Paraná, se verifica que 47% tinham uma atuação pregressa no setor industrial em outras regiões antes de se estabelecerem em Londrina. Em seguida, se observa uma migração de 30% advindos do setor comercial, sucedida por 17% de empresários paranaenses que vieram do setor primário.

Os dados arrolados pela Codepar (1967) para a cidade de Londrina demonstram que a participação de empresários paranaenses (19% do total de empresários) que tiveram como atividade anterior a agricultura e migraram para o setor industrial (17% do total de empresários paranaenses) foi significativamente baixa. Essa informação permite inferir que houve uma baixa atratividade do setor industrial como alternativa de reinvestimento do capital cafeeiro na cidade de Londrina durante a década de 1960⁶⁴.

No entanto, como afirma Monbeig (1945:12), o surgimento e o desenvolvimento das atividades industriais em Londrina se deram como desdobramento da atividade cafeeira, sendo, portanto, ditados pelo seu êxito e sua necessidade. Embora a presença das atividades industriais não seja resultado do reinvestimento dos lucros do café, a relação entre as duas

⁶⁴ A análise de Codepar (1967) inclui atividades industriais anteriores a 1962, até a data do levantamento (1966).

atividades fica muito evidente ao se analisar o dados do IBGE (1959), em que grande parte das atividades industriais se relacionava à transformação de produtos alimentares, ramo no qual se insere o beneficiamento do café; e pela indústria madeireira, como reflexo da abertura de novas áreas de plantio. Nos censos industriais de 1960 e 1970 também se observa a preponderância da atividade de Produtos Alimentares nos 35 municípios da região de Londrina e também, em grande medida, o setor madeireiro (IBGE, 1960; 1970). Estes dados são importantes para demonstrarmos na seção 4.3, as transformações ocorridas no setor industrial e nos movimentos demográficos nos municípios da região de Londrina, em decorrência do declínio da atividade cafeeira.

Embora as empresas levantadas pela Codepar (1967) já demonstrem um grau de avanço e distanciamento entre a indústria e a atividade cafeeira (no sentido de complementariedade) com o surgimento de novos ramos industriais e da perda de importância relativa da indústria madeireira, o subgrupo de Transformação de Produtos Agropecuários (no qual se insere o beneficiamento do café) permanece liderando os demais subgrupos, tanto em capital registrado, como em faturamento⁶⁵.

Assim, a estrutura industrial paranaense em 1958, analisada pelo Pladep, não indica modificações essenciais em relação à situação existente nas duas primeiras décadas do século. A indústria continuaria vinculada à agricultura através do beneficiamento de produtos agrícolas. No início, do beneficiamento do principal produto, a erva-mate e a madeira. Posteriormente, no beneficiamento do café, permanecendo o processamento da madeira. Estes dois gêneros respondiam por 68,9% da produção total [do estado] em 1958. Em 1970, continuariam gerando 53,9% se for incluído o gênero Química, basicamente produzindo óleos vegetais. Tratava-se, portanto de uma indústria rudimentar, dedicada ao primeiro processamento de produtos agrícolas, utilizando-se de tecnologia pouco elaborada. As empresas apresentavam reduzida escala de produção, e, se excluídos os principais produtos (café, madeira), dirigiam sua produção para mercados locais, não marcando presença no mercado nacional (IPARDES, 1982: 42).

Portanto, baseando-se nos dados apresentados, reforça-se a ideia de que o capital cafeeiro foi fundamental para o desenvolvimento de atividades industriais na região. Porém, não tendo condições de constituir um capital industrial em Londrina, o café continuou a ser o elemento determinante da conjuntura⁶⁶ durante a década de 1960.

⁶⁵ Dados que podem ser observados no Quadro 4.6.

⁶⁶ O “café como determinante da conjuntura” foi um termo empregado em uma seção do relatório da CODEPAR (jan. 1967) denominado Análise da Conjuntura Econômica do Paraná, ver: CODEPAR (1967:6). A sua utilização neste trabalho demonstra que as atividades industriais não conseguiram promover uma acumulação de capital endógena durante a década de 1960. Como observado, os investimentos industriais na região são, em grande medida, atraídos de outras regiões, cabendo ao capital gerado na atividade primária sustentar determinado nível de consumo. A Tabela 3.1 demonstra a magnitude da participação do capital cafeeiro na renda do Paraná entre 1961 e 1965, reiterando a validade do termo.

4.3. Relação do capital cafeeiro e atividades industriais na região e cidade de Londrina

O Quadro 4.12, elaborado com base em IBGE (1940, 1950, 1960, 1970), demonstra ao longo das quatro décadas, o crescimento populacional, a produção cafeeira e a evolução da atividade industrial, o que permite uma análise entre as três variáveis, e uma maior compreensão do papel do capital cafeeiro como elemento preponderante para o desenvolvimento da região.

Os dados apresentados são relativos à população de cada um dos 35 municípios da região de Londrina, conforme classificação SAGMACS (1963) correspondendo à região 6, bem como acerca da produção cafeeira para os anos de 1939, 1949, 1959 e 1970. Por fim, insere-se também os dados relativos ao número de estabelecimento industriais para as quatro décadas.

Definiu-se esta periodicidade de acordo com a base de dados disponível no IBGE. Embora existam dados anuais sobre a produção cafeeira, que inclusive é muito volátil, optou-se pela utilização apenas dos mesmos anos dos demais dados porque já foi demonstrado neste trabalho que a significativa redução da produção cafeeira nos anos 1970 é, para além de um efeito sazonal, parte de um projeto governamental, determinada pela queda de preços e por fatores climáticos e políticos que constituem as razões fundamentais para o declínio da cafeicultura paranaense.

Nome	População				Produção cafeeira (em T.)				Atividades industriais			
									1940	1950	1960	1970
	1940	1950	1960	1970	1939	1949	1959	1970	Número de estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Número de estabelecimentos
Alvorada do Sul			12.803	19.309			9.853	1.884			8	7
Arapongas		58.488	37.756	51.718		17.670	19.004	116		85	104	199
Assaí		31.346	31.552	31.884		15.753	8.628	235		15	39	31
Astorga			25.223	25.235			25.612	1.620			50	67
Bela Vista do Paraíso		23.853	17.262	18.327		18.684	17.941	419		26	30	26
Cafeara			7.709	4.902			4.140	79			10	2
Cambé		19.166	29.010	35.802		17.766	30.954	923		46	53	63
Colorado			21.546	16.255			18.585	1.040				27
Cruzeiro do Sul			10.119	8.159			8.755	42			5	3
Florestópolis			16.216	9.820			19.130	1.845			21	11
Florida			3.252	2.996								5
Guaraci			17.402	7.719			13.036	404			22	22
Ibiporã		19.542	25.760	27.289		15.177	16.778	389		36	63	37
Iguaraçu			15.571	9.871			15.108	10			15	11
Itaguajé			17.511	8.606			8.880	129			18	16
Jaguapitã		38.821	21.738	16.758		1.540	19.692	1.872			15	17
Jataizinho		13.742	18.165	10.951		714	7.925	72		19	22	42
Lobato			10.046	6.216			3.759	143			13	10
Londrina	75.296	71.412	133.739	231.688	948	19.779	57.726	2.678	91	135	268	442
Lupionópolis			84.58	59.44			2.841	205			20	11
Miraselva			8.482	7.724				2.034				12
Munhoz de Melo			6.890	7.412			8.913	20			6	13
Nossa Senhora das Graças			7.134	6.306				362				5
Porecatú		25.251	20.593	22.442		9.744	4.950	1.969		19	15	13
Primeiro de Maio			25.165	25.784			14.241	2.413			30	30

Nome	População				Produção cafeeira (em T.)				Atividades industriais			
									1940	1950	1960	1970
	1940	1950	1960	1970	1939	1949	1959	1970	Número de estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Número de estabelecimentos
Rancho Alegre				7.571				25				12
Rolândia		34.074	44.176	48.240		21.649	61.974	1.006		51	78	77
Sabaúdia			10.132	8.366			9.509	11			8	8
Santa Cecília do Pavão			12.420	13.313				15				8
Santa Fé			12.734	11.581			14.287	84			7	16
Santa Inês				4.844				366				9
Santo Inácio			11.400	8.395			1.546	170			8	15
São Jerônimo da Serra	31.695		31.344	24.520	760		7.690	382	13		4	15
São Sebastião das Amoreiras			16.991	12.824			21.656	305			12	7
Sertanópolis	28.982	36.354	23.426	22.048	2.564	14.376	18.753	4.056	14	36	31	35

Quadro 4.12: cidades da região de Londrina, população, produção cafeeira (em T.) e atividades industriais para os anos de 1940, 1950, 1960 e 1970.

Elaboração do autor, com base em: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970).

Compreende-se pelo Quadro 4.12 que a produção cafeeira aumentou, entre 1939 e 1949, em Londrina e Sertanópolis, os únicos municípios em que há registro de dados. Entre 1949 e 1959, a produção cafeeira aumentou significativamente em oito municípios da região de Londrina e se viu diminuída em três (Assaí, Bela Vista do Paraíso e Porecatú). De 1959 para 1970, registrou-se uma significativa redução da produção cafeeira em todos os municípios da região de Londrina para os quais existem dados, 29 das 35 cidades.

Considerando a atividade cafeeira como determinante da conjuntura na região de Londrina, impulsionando o crescimento das cidades e das próprias atividades industriais, observa-se com o seu declínio, em fins década de 1960⁶⁷, alguns efeitos demográficos, industriais e sociais.

Desse modo, se nas décadas de 50 e 60 o Paraná recebia grandes massas de imigrantes de outros estados, o processo inverte-se nos anos 70⁶⁸. Os trabalhadores que emigram do campo, sem condições de permanência a

⁶⁷ A perda de dinamismo da atividade é demonstrada pela redução da produção e se justifica tanto por favores climáticos, assim como pela mudança da visão governamental que foi discutida no Capítulo 2.

⁶⁸ Embora Ipardes (1982) afirme que o êxodo populacional ocorre a partir de 1970, esse fenômeno já pode ser observado em diversos municípios da região de Londrina durante a década de 1960, de acordo com IBGE (1960; 1970). Ainda assim, durante a década de 1960 houve um aumento da população da região norte, tendência que se inverte durante os anos 1970 com o fim da cafeicultura.

região, dirigem-se para outros estados (...). É evidente que este êxodo rural representava grande problema social.

No Paraná, a modernização vai em primeiro lugar impor determinadas escalas mínimas de produção. Dessa forma, as propriedades de área reduzida não somente não possuem recursos financeiros para a compra de máquinas e equipamentos, etc., como também mesmo se possuísem, ainda assim sua dimensão tornaria antieconômica a utilização destes equipamentos modernos. Acredita-se que as razões apontadas explicam o fato de em um curto espaço de tempo (70-75) o número de pequenos estabelecimentos – até 20 ha – ter se reduzido em 76 000 unidades no Paraná. Esta redução do número de pequenos estabelecimentos tem como contrapartida a expansão dos grandes estabelecimentos – acima de 500 ha, cuja área total aumenta de 26,1% a 30,8% do total das áreas dos estabelecimentos – e graves consequências sociais. Como se nota, a mão de obra empregada na agricultura ainda é predominantemente aquela dos membros da família não-remunerados. (...) Entretanto este movimento não garantiu a sobrevivência indiscriminada de pequenos produtores. Na realidade, como já se fez referência, foi expressiva a eliminação de pequenos estabelecimentos na década, principalmente aqueles operados por não proprietários (IPARDES, 1982: 24, 30-31, 40).

Os dados levantados pelo IBGE (1960, 1970) demonstram que embora tenha havido um aumento populacional na região de Londrina, passando de 680.437 para 738.065 habitantes, entre 1960 e 1970, houve um efeito de polarização em algumas cidades da região. Pode-se acreditar que esse efeito é decorrente da própria perda de dinamismo das atividades cafeeiras, expulsando mão de obra para regiões que tivessem melhores condições de absorvê-las. É corrente na região que o êxodo rural e a mudança para outras regiões foram muito intensos, não só para trabalhadores assalariados, mas para familiares de proprietários de terras cujas dimensões não se enquadravam à nova estrutura de modernização agrícola⁶⁹. Este efeito se intensificará, sobretudo na década de 1970, pelos efeitos climáticos que findam efetivamente com a atividade cafeeira no Paraná.

Em termos populacionais, entre 1940 e 1950, houve uma diminuta redução dos habitantes de Londrina e um aumento em Sertãoópolis, os únicos municípios para os quais existem dados. Entre 1950 e 1960, observa-se um aumento populacional em 6 municípios e uma redução em 5, ao passo que entre 1960 e 1970 observa-se um aumento em 13 municípios da região de Londrina, e uma redução em 20 municípios. É possível notar um crescimento de algumas cidades, sendo o maior expoente Londrina, que passa de 133.739 para 231.688 habitantes entre 1960 a 1970. Essas variações poderão ser observadas no Quadro 4.12.

Também se observa um aumento de atividades industriais entre 1960 e 1970, passando de 975 para 1273 estabelecimentos na região de Londrina. No entanto, como já foi ressaltado anteriormente, a proximidade dos setores industriais com a atividade cafeeira resultaram em

⁶⁹ Sobre a modernização agrícola e os efeitos climáticos ocorridos na década de 1970, ver: Moreira; Laverti (2016: 93-109).

alterações na configuração industrial na região com o declínio da atividade primária. Embora não seja possível conhecer cada unidade, sendo desconhecida a razão social e as atividades exercidas por cada estabelecimento, os dados do IBGE (1960; 1970) demonstram essa alteração.

TOTAL	Δ Produção Cafeeira (em T.)	Δ População	Δ Número de Estabelecimentos
	(1959-1970)	(1960-1970)	(1960-1970)
Alvorada do Sul	-7.969	6.506	-1
Arapongas	-18.888	13.962	95
Assaí	-8.393	332	-8
Astorga	-23.992	12	17
Bela Vista do Paraíso	-17.522	1.065	-4
Cafeara	-4.061	-2.807	-8
Cambé	-30.031	6.792	10
Colorado	-17.545	-5.291	27
Cruzeiro do Sul	-8.713	-1.960	-2
Florestópolis	-17.285	-6.396	-10
Guaraci	-12.632	-9.683	0
Ibiporã	-16.389	1.529	-26
Iguaraçu	-15.098	-5.700	-4
Itaguajé	-8.751	-8.905	-2
Jaguapitã	-17.820	-4.980	2
Jataizinho	-7.853	-7.214	20
Lobato	-3.616	-3.830	-3
Londrina	-55.048	97.949	174
Lupionópolis	-2.636	-2.514	-9
Munhoz de Melo	-8.893	522	7
Porecatú	-2.981	1.849	-2
Primeiro de Maio	-11.828	619	0
Rolândia	-60.968	4.064	-1
Sabaúdia	-9.498	-1.766	0
Santa Fé	-14.203	-1.153	9
Santo Inácio	-1.376	-3.005	7
São Jerônimo da Serra	-7.308	-6.824	11
São Sebastião das Amoreiras	-21.351	-4.167	-5
Sertanópolis	-14.697	-1.378	4
TOTAL	-447.345	57.628	298

Quadro 4.13: Variação da produção cafeeira (em T.), população e atividades industriais para os municípios da região de Londrina⁷⁰ entre 1960 e 1970.

Elaboração do autor, com base em: IBGE (1960; 1970).

⁷⁰ Foram inseridos os municípios que dispunham de dados para as três variáveis entre 1960 e 1970. Um total de 29, dos 35 da região de Londrina.

Os dados já apresentados por IBGE (1960; 1970) demonstram um aumento do número de estabelecimentos industriais entre 1940 e 1950 para as cidades de Londrina e Sertãoópolis. Entre 1950 e 1960, um aumento é observado em 8 municípios, e uma redução em dois (Porecatú e Sertãoópolis). Entre 1960 e 1970, houve um aumento das atividades industriais em 10 municípios, ao passo que houve uma redução das atividades industriais em 14 municípios. A redução das atividades nestes municípios acredita-se estar sob a influência do declínio da produção cafeeira observada ao longo da década de 1960 na região.

Sabe-se que os anos de 1970 representaram uma significativa transformação econômica para o Paraná, de dinamismo e desenvolvimento, sobretudo ao se integrar ao projeto vigente no país (investimentos do II PND), com financiamento internacional e crescimento da agroindústria⁷¹. Diante deste dinamismo, a própria redução das atividades industriais em 14 municípios da região de Londrina, demonstra precisamente a influência da cafeicultura para essas atividades, que não se sustentou, além do que representava o contingente populacional ligado ao café, que passou também a migrar, como efeito da mecanização e da diversificação agrícola. Portanto, não serão essas atividades industriais identificadas que prosperarão no Paraná após 1970.

Na visão de OKUYAMA (1975:29), a cultura cafeeira foi a grande responsável pela rápida transformação observada no Norte do Paraná, em razão da forma como se desenvolveu e se estruturou, criando também barreiras para o surgimento de outras atividades, principalmente industriais. *“Foi assim que, pelos condicionamentos históricos criados, os efeitos multiplicadores dos investimentos realizados fizeram-se apenas num sentido: ampliaram ou criaram condições ao desenvolvimento de atividades ligadas ao café”*. Com o declínio da atividade cafeeira, no entanto, observa-se um efeito de polarização dos municípios maiores, pois, *“o setor industrial consegue prosperar-se em alguns municípios maiores, mas ainda não assumiu o comando da economia norte-paranaense que se encontra ainda com o setor primário”* (OKUYAMA, 1975:29).

Essa relação entre as atividades industriais no Norte do Paraná e a cafeicultura é observada de forma tão próxima que, em virtude da crise que atinge a produção cafeeira no ano de 1966, um relatório elaborado pela CODEPAR, em janeiro de 1967, leva ao conhecimento da União uma demonstração dos efeitos negativos, observados no curto prazo, para as atividades industriais da região.

⁷¹ Ver: IPARDES. *Economia e Sociedade*. Curitiba: 1982.

Qualquer análise das dificuldades por que passam os setores industriais no Paraná deve partir da compreensão da estreita dependência existente entre a economia cafeeira e o conjunto de todas as outras atividades econômicas do Estado.

Apesar do esforço realizado nos últimos anos, no sentido de diversificação das atividades agropecuárias e da industrialização, a economia paranaense continua basicamente alicerçada no café, seu principal gerador de renda; a renda gerada pelo café é, direta e indiretamente, o principal fator dinamizador da maior parte das demais atividades econômicas (CODEPAR, 1967:6).

Embora os esforços governamentais desenvolvidos pelo estado no sentido de orientar e criar condições para a diversificação das atividades econômicas, com base na criação de infraestrutura e no financiamento à expansão industrial, o que se observa na década de 1960 é uma concentração na produção cafeeira e nas atividades a ela vinculadas (CODEPAR, 1967:9).

4.4. A crise do café em 1966

A proximidade da relação entre os dois setores pode ser observada também pela crise ocorrida no setor cafeeiro no ano de 1966, agravada pela redução da safra, influenciada pela busca da racionalização da cultura e pelos esforços e incentivos à atividade industrial em detrimento da atividade primária. Destaca-se ainda, no cenário nacional, a política anti-inflacionária adotada como contribuinte para o cenário negativo com impactos sobre o Paraná. (CODEPAR, 1967:3)

De acordo com CODEPAR (1967:12), a crise acentuou-se no segundo semestre do ano de 1966, como uma somatória das causas de origem nacional, da redução da safra desse ano, e da manutenção dos preços do café. Afirma-se que nos meses de julho a outubro de 1966, a arrecadação total do estado foi 10% menor que o mesmo período do ano anterior, em termos reais.

A identificação das origens dessa redução nos mostra que ela se deu principalmente no Imposto de Vendas e Consignações – IVC, que, para o mesmo período apresentou uma queda de 20%. Analisando separadamente o IVC incidente sobre o café daquele que incide sobre as demais atividades, verifica-se que o primeiro sofreu no mesmo período que vimos analisando, uma redução real de 62%, enquanto o segundo apresenta uma pequena elevação de 1,8%. (CODEPAR, 1967:12).

O problema imediato foi uma retração do mercado consumidor, pois, para além da situação econômica ocorrida em todo o país, houve um agravamento para o caso do Paraná, dado a renda que era gerada diretamente ou indiretamente pela atividade cafeeira (CODEPAR, 1967:16). Essa redução do IVC, influenciada em grande parte pela redução da cafeicultura reflete o cenário das atividades industriais de forma imediata, observado um conjunto de dificuldades para este setor, tais como:

- 1) Redução dos índices de produtividade;
- 2) Aumento dos estoques;
- 3) Baixa condição de financiamento para armazenamento de estoques;
- 4) Limitação de crédito para operações de venda;
- 5) Baixos índices de solvência no curto prazo (CODEPAR, 1967:16).

O Quadro 4.14 demonstra as principais indústrias que sofreram os efeitos decorrentes da redução do capital cafeeiro no ano de 1966. Como pode ser observado, justamente são os setores que compõem as atividades existentes na região Norte do Paraná, sob uma influência direta da renda gerada pelo capital cafeeiro.

Atividades Industriais - Outubro de 1967			
Indústrias	Vendas (julho/1967 = 100)	Ritmo de Produção	Títulos descontados e não liquidados
Frigoríficos	78	-8%	10%
Óleos Vegetais	74		37%
Móveis	57	-40%	5%
Curtumes	84	-21%	10%
Calçados	92	Estável	33%
Metalúrgica	80	Estável	15%
Louças	90	Estável	15%
Auto Peças	50	-20%	20%

Quadro 4.14: Atividades industriais no Paraná, em outubro de 1967.
Adaptação do autor, com base em: CODEPAR, 1967:17-19.

Os resultados para o mês de outubro de 1967, com a análise partindo do mês de julho do mesmo ano, demonstram que em apenas 4 meses uma redução da renda gerada pela cafeicultura se desdobrou negativamente sobre as atividades industriais. Observa-se redução das vendas em todas as atividades industriais apresentadas. Em termos do ritmo de produção, houve uma maior redução para a produção de mobiliário, seguida pelos curtumes e pelo setor de autopeças e, em menor escala, na produção dos frigoríficos. A indústria de óleos vegetais não pôde ser analisada em virtude da sazonalidade que interferiria nos resultados (CODEPAR, 1967:18), ao passo que nos setores de calçados, metalurgia e de louças a produção manteve-se estável. Quanto à dificuldade na liquidação de títulos, houve um aumento em todas as atividades industriais, com destaque para a indústria de óleos vegetais e de calçados.

Portanto, pode-se confirmar que o capital gerado no âmbito do café, ainda que não represente significativamente a origem do capital das atividades industriais na região de Londrina (como fica demonstrado no levantamento da Codepar (1967), exerceu papel fundamental, cuja influência ocorre de forma direta e indireta, seja pela complementariedade

existente (apontada nos tipos de atividade dos censos industriais de 1960 e 1970), como na capacidade de sustentar um nível de consumo na própria região capaz de viabilizá-las.

Conclusão

De acordo com os dados levantados para a região Norte do Paraná e para Londrina, entende-se que a influência do capital cafeeiro se estabeleceu por meio de duas frentes. Uma de longo prazo, ao promover as atividades industriais como decorrente de sua própria existência na região, por meio de atividades correlatas, além da demanda que passa a existir pelo crescimento das cidades e da população na região. Além disso, ficou demonstrada a formação de uma dinâmica regional de intercâmbio de bens que, em diversas etapas do processo industrial, estimulou atividades locais, reduzindo a concorrência direta com a indústria paulista.

A outra frente, de curto prazo, se verificou pela importância da presença do capital cafeeiro para a circulação de mercadorias e para as vendas, pois, em que pese o declínio da atividade cafeeira, observa-se como resultado o declínio da população de algumas cidades, criando um efeito de polarização nas cidades maiores, e a redução das atividades industriais na maioria dos bens produzidos nos municípios da região de Londrina.

Embora após 1970 se verifique significativas mudanças na economia paranaense, principalmente em virtude do crescimento da agroindústria, o tipo de atividade industrial verificado até os anos 1960 já não é condizente com a nova realidade, apresentando um declínio para a maioria dos municípios. Este efeito também condicionou os deslocamentos demográficos, concentrando a população, sobretudo, em Londrina, e expulsando contingentes significativos para outras regiões que buscavam melhores condições de trabalho. Fenômeno este estudado por diversos trabalhos como decorrente principalmente da mecanização das novas culturas que se instalaram e também de uma conseqüente concentração de terras.

Em suma, as atividades industriais que surgiram com a cafeicultura, e que se mantiveram sob sua influência, guardam pouca relação com a industrialização ocorrida no Paraná depois dos anos de 1970, a não ser pela influência do capital cafeeiro na formação das cidades e na contribuição em termos de criar uma infraestrutura a ser utilizada, seja pelas rodovias, como pelo setor elétrico e de saneamento. Evidentemente, importa ressaltar que permanecem válidas as interpretações tradicionais em relação ao desenvolvimento da região, bem como em torno da evasão de renda e do crescimento associado a São Paulo, porém, o objetivo maior foi o de relativizar essas visões por meio de um entendimento mais amplo das

atividades acessórias, ou decorrentes da cafeicultura que se instalaram na região, e de como pode ser observado alterações desta condição entre os anos de 1940 a 1970, seja pelo desenvolvimento do setor bancário, seja pelo desenvolvimento das próprias atividades que, primeiramente surgiam pela abundância de matéria-prima como o caso das madeireiras, seja pela presença de metalúrgicas e da indústria farmacêutica.

Buscou-se neste trabalho, portanto, demonstrar que embora o café não tenha respondido em grande parte pela origem do capital dessas atividades como investimento, ele permaneceu como determinante da conjuntura e das demais atividades na região de Londrina entre 1940 e 1970.

Isso pode ser verificado pela própria existência das cidades, como destaca Monbeig (1945), assim como por dados do IBGE (1940; 1950; 1956. 1960; 1970) que demonstram o grau de proximidade da atividade cafeeira com as atividades industriais. Essa preponderância do setor primário limita a formação de um complexo cafeeiro (no sentido de Cano), pois, o impacto da crise cafeeira no nível de consumo em 1966 demonstra que não houve condições de uma formação de capital endógena ao setor industrial, e que o nível de consumo permaneceu fortemente ligado aos resultados do café.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou compreender a relação entre a cafeicultura e as atividades industriais na região do Norte Novo do Paraná, especificamente em Londrina, para a qual se encontram dados. A ausência de maiores informações sobre as características das atividades industriais presentes na região tradicionalmente leva a crer que a especialização na produção cafeeira impediu o surgimento de outros setores, estabelecendo uma relação total de exportação de bens primários e de demanda de produtos industrializados de outras regiões, principalmente de São Paulo.

Os dados levantados por IBGE (1940, 1950, 1956, 1960, 1970) e pela Codepar (1967) demonstraram a existência de um conjunto de atividades industriais na região que, embora incipientes e fortemente ligadas à atividade primária, permitiram a formação de uma dinâmica comercial entre as cidades, de modo a suprir parcialmente a demanda local mais imediata e relativizar a ideia de que havia uma dependência total de importação bens de outras regiões. A dependência certamente se deu, porém, em relação a bens de capital e de consumo que demandavam processos de transformação mais complexos, incapazes de ser exercidos na própria região.

Como foi levantado pela Codepar (1967), ainda que as atividades industriais e a cafeicultura tenham estabelecido uma relação de complementariedade, é interessante notar que existe pouca evidência, pelo menos na região de Londrina, de que o capital cafeeiro tenha migrado para atividades industriais. A influência da cultura se dá mais pela formação de uma nova estrutura regional que atrai investimentos de São Paulo, Santa Catarina e de outras regiões do próprio Paraná. O rápido crescimento das cidades do Norte Novo do Paraná, o desenvolvimento do setor bancário, do comercial e de serviços são evidências disso.

Não tendo o capital cafeeiro contribuído em larga escala para o processo primitivo de acumulação das atividades industriais na região, permanece uma longa perspectiva de investigação sobre a utilização destes lucros e sobre as suas opções de reinvestimento diante do declínio da atividade, a partir da segunda metade da década de 1960. Considerando no fim desta mesma década o esgotamento do processo de colonização que deu origem à região⁷², o argumento de investimento em novas áreas de cultivo não responde plenamente a questão.

Por outro lado, ressalta-se que a atividade cafeeira teve uma significativa contribuição ao processo de industrialização do Paraná por meio do setor público. Considerando a elevada

⁷² De acordo com IPARDES (1982: 30) “No início dos anos 70, deixam de existir terras livres passíveis de serem apropriadas legalmente. Assim, a expansão das áreas cultivadas, como já se viu, ocorre via expansão de lavouras no interior dos estabelecimentos e não através da incorporação de terras até então livres”.

participação do capital gerado pela cafeicultura no montante da renda do estado, demonstrada no Capítulo 3, é inegável que o café contribuiu tanto para o financiamento direto das atividades industriais, como de forma indireta, financiando um conjunto de atividades de infraestrutura que permitiu que a indústria se instalasse.

Para entender esse contexto foi fundamental a realização de uma discussão historiográfica com autores clássicos da literatura sobre o Paraná para se compreender as raízes da formação de um estado com características distintas entre suas regiões e, principalmente, um distanciamento tão significativo entre as atividades que se desenvolveram no Norte do Paraná e no denominado “Paraná tradicional”. Em seguida, uma discussão sobre o pensamento econômico existente no Paraná, retrocedendo ao século XIX buscou verificar em qual momento os grupos de poder emergiram e determinaram os rumos políticos do estado.

No início da ocupação do território que forma o atual estado do Paraná, as atividades econômicas desenvolvidas tanto pelos portugueses como pelos espanhóis não representaram grandes ganhos para as metrópoles. A importância fundamental dessas atividades residia na manutenção da posse e, conseqüentemente, na abertura de rotas e interiorização. É interessante notar que as atividades se desenvolveram pela ocorrência natural de minerais ou de matérias primas na região, ou pela presença da região numa rota de passagem, como no caso do tropeirismo.

A cultura cafeeira representou a primeira atividade econômica inserida em uma região até então pouco explorada diante do “Paraná tradicional”, e que trouxe consigo inegáveis transformações econômicas e sociais. Conclui-se neste trabalho que os determinantes para a chegada do café no Paraná derivam de três fatores fundamentais – a presença das companhias colonizadoras, a fertilidade das terras e a estrutura de produção em propriedades pequenas – em consonância com as condições que o cenário impunha à produção cafeeira na década de 1930, após a grande crise.

A estrutura de financiamento promovida pelas companhias de terras, aliadas à propaganda do empreendimento em outras regiões foi extremamente importante para permitir a posse da terra e para a formação de um novo tipo de produtor de café, os pequenos sítiantes. A fertilidade das terras paranaenses foi demonstrada no Quadro 1.8, e destaca a maior produtividade observada frente às lavouras paulistas. E, por fim, a preponderância das propriedades pequenas, que embora já fossem vistas na cafeicultura paulista depois de 1930, foi o fator fundamental para que a cafeicultura se tornasse viável diante de uma conjuntura de

preços desfavoráveis. Por representar esses três elementos e ter dados disponíveis, a região de Londrina foi escolhida para o estudo.

Embora tradicionalmente se atribua aos eventos climáticos da década de 1960 até 1975 o grande determinante do declínio da atividade cafeeira na região, demonstraram-se no Capítulo 1 três razões importantes que já se faziam presentes na década de 1960. A primeira é a quebra de safras decorrente de geadas ao longo das décadas de 1950 e 1960, em seguida atribui-se a uma crise de superprodução durante os anos 1960 reduzindo o preço do bem e, por fim, o que se acredita ser o mais importante – o fator político.

Como desdobramento do próprio cenário brasileiro nos anos 1950, se instalou em princípios da década de 1960 uma nova visão de desenvolvimento, fortemente aliada à industrialização. Sob o âmbito federal, essa nova política de desenvolvimento foi instrumentalizada pelo Gerca, ao erradicar no Paraná 249.957.000 pés de café entre 1962 e 1967, resultando na modernização e diversificação do setor agrícola. No Paraná essa visão foi instituída pelo governo de Ney Braga, com a criação da Codepar, para promover o desenvolvimento e o financiamento do setor industrial no estado. Partiu deste contexto, como observado no Capítulo 1 e aprofundado no Capítulo 3, a importante relação entre o capital cafeeiro e o financiamento de atividades industriais por meio do setor público.

A importância desta nova diretriz de pensamento orientou a formulação do Capítulo 2, que compreendeu como a influência do pensamento econômico contribuiu para a formatação de políticas públicas no Paraná ao longo do século XX.

Desde a emancipação do Paraná, em 1853, o atual estado buscou a consolidação de uma identidade e de um pensamento que o divergisse das demais regiões, incorrendo em algum grau de ufanismo e determinismo, em detrimento do conhecimento das reais condições econômicas e sociais do estado. A partir de 1950, se identificou a influência do pensamento desenvolvimentista no cenário político do estado, que se alia na década de 1960 ao pensamento humanista do Padre Lebrecht, da Democracia Cristã e da Teoria dos Polos visando construir instrumentos de desenvolvimento. A maior expressão desse conjunto de ideias é o Plano de Desenvolvimento do Paraná, lançado em 1963.

Embora as estratégias da Codepar e do PDP não tenham encontrado êxito no objetivo primordial – o de industrialização do estado – defende-se que sua orientação em termos de financiamento à infraestrutura contribuiu para que o Paraná rapidamente se industrializasse durante a década de 1970. Parte-se da premissa de que embora os anos de 1970 representem um profundo contraste às ideias da década anterior, sob a influência do regime militar, que

modificou toda a estrutura e o arcabouço teórico que influenciava as políticas industriais, a rápida industrialização nesta década é decorrente também da infraestrutura herdada da década anterior. Principalmente pela construção de rodovias e usinas hidroelétricas.

Essa integração produtiva do Paraná a mercados nacionais e internacionais vai se dar, inclusive, por meio tanto de empresas estrangeiras como de empresas paranaenses, mas principalmente por meio de cooperativas. Então, é curioso verificar que o capital local que não se conseguiu ter durante o modelo paranaense de substituição de importações foi obtido com as cooperativas (LEÃO, 1999: 13).

A década de setenta vai assistir a verdadeira explosão no crescimento industrial do Paraná. Assim este setor, de pouco dinâmico que era torna-se agora líder do crescimento econômico do Estado.

Pode-se mesmo concluir que o salto quantitativo da indústria nos anos 70 altera qualitativamente a natureza da economia paranaense, a qual deixa de ser essencialmente agrícola (IPARDES, 1982: 42).

Diante das evidências apresentadas por Iparides (1982) e Leão (1999), acredita-se que uma das barreiras à industrialização nos anos 1960 era, para além da limitação de capital, a ausência de infraestrutura favorável ao desenvolvimento do setor industrial. Isso justificaria também o cenário distinto na próxima década.

Se nos anos 1970 essa integração foi tão rápida, como afirma Iparides (1982) é possível inferir que a região incorreu em ganhos de eficiência adaptativa⁷³, diante da presença da infraestrutura herdada da década anterior, que em grande parte foi financiada pela Codepar.

O pensamento político foi, portanto, um fator preponderante para o declínio da atividade cafeeira no Paraná e embora as estratégias de desenvolvimento industrial formuladas nos anos 1960 não tenham logrado êxito, elas foram importantes, aliadas ao capital cafeeiro, para criar as condições de instalação da moderna indústria paranaense.

Essa retrospectiva foi crucial para a interpretação dos dados apresentados nos capítulos 3 e 4, que correspondem diretamente ao objetivo desta pesquisa. Por outro lado, este trabalho ainda representa um passo inicial na compreensão sobre a importância do capital formado pelo café no Norte do Paraná e sua contribuição para o desenvolvimento econômico do estado.

A construção do Capítulo 3 buscou avaliar a dimensão da participação do capital cafeeiro nas estratégias de desenvolvimento industrial mencionadas anteriormente. Pôde ser visto que a participação da atividade primária chegou a representar 31,5% do total da renda do

⁷³ O conceito adotado de eficiência refere-se à capacidade de resposta às mudanças de uma estrutura de governança. Uma vez que as oportunidades de lucros extraordinários estão justamente no desequilíbrio provocado por mudanças no ambiente econômico, as oportunidades de lucro e crescimento residem na capacidade de adaptação ao novo ambiente. Acredita-se que a infraestrutura construída durante os anos 1960 no Paraná permitiu uma rápida adequação aos objetivos de industrialização e programas de financiamento promovidos pelo governo federal no contexto do II PND (FARINA et. al., 1997: 23-24).

estado em 1962, e contribuiu com 37,57% no total do IVC arrecadado no Paraná. Embora seja corrente que as empresas financiadas pela Codepar geralmente não tinham êxito, como afirmam Leão (1999) e Schwartz (1997), foram identificados 510 contratos de financiamento direto entre 1962 e 1967. Ressalta-se ainda que os financiamentos diretos correspondiam a 20% do FDE, e os demais 80% direcionaram-se ao financiamento de infraestrutura.

Esses dados levam a crer que, embora o número de empresas seja significativo, o instrumento de financiamento estruturado pela Codepar foi mais importante para o setor de infraestrutura.

Outro ponto a ser relativizado é a ideia de evasão de renda por meio do setor financeiro paulista, pois, como vimos, o Norte do Paraná se utilizou em larga escala do complexo cafeeiro capitalista de São Paulo para suas transações e escoamento da produção. Os dados sobre o setor bancário realmente demonstram a forte presença do setor bancário paulista, porém, demonstram também como essa relação se alterou entre 1940 e 1970.

Em 1946 é possível observar a preponderância dos bancos de outros estados na região de Londrina diante de 9 agências do Banestado, em 1956 já registra-se a presença de três matrizes de bancos na região. Em 1963, Londrina figura entre as agências mais lucrativas do estado e a região norte sucede apenas a região de Curitiba⁷⁴ em depósitos no Banco do Estado do Paraná.

Em 1967, as cidades da região de Londrina contabilizaram 23 agências do Banco Comercial do Paraná e 12 agências do Banco do Estado do Paraná. Entre 1959 e 1966 a região de Londrina teve uma participação média de 29,8% no total do financiamento bancário do Paraná. Portanto, considerando os dados que demonstram a evolução do setor bancário entre 1940 e 1970, a ideia de que a renda gerada pela cafeicultura tenha sido evadida para outras regiões por meio do sistema bancário não se verifica completamente ao longo do tempo.

De acordo com o conceito de indústria adotado e a região estabelecida para a análise, os dados elaborados pela Codepar demonstram, em 1967, um distanciamento entre as atividades industriais e primárias, em relação àqueles setores industriais vistos anteriormente por meio dos censos do IBGE. São atividades que demonstram um aperfeiçoamento do processo produtivo, tais como a produção de produtos farmacêuticos, parafusos, refrigeração, carrocerias, entre outros. Porém, a relação do setor industrial com a atividade cafeeira ainda se

⁷⁴ É importante ressaltar que a região de Curitiba registrava ainda os depósitos do governo junto ao Banco do Estado do Paraná.

aproxima pela sustentação do nível de consumo, como pôde ser visto pelos efeitos gerados pela crise da cafeicultura ocorrida em 1966.

Portanto, acredita-se que a atividade cafeeira além de provocar inegáveis transformações econômicas e sociais na região de Londrina, viabilizou o investimento em atividades industriais, embora não tenha efetivamente atraído o próprio capital cafeeiro como uma alternativa de reinvestimento. As atividades industriais da região guardam, portanto, pouca relação com a cafeicultura enquanto indutor da acumulação primitiva de capital. Todavia, enquanto a cafeicultura subsistiu, ela contribuiu para sustentar um determinado nível de consumo, em que parte do êxito da atividade industrial determinava-se pelos resultados obtidos pela cultura cafeeira.

A relação entre as duas atividades se fortalece diante do setor público, por meio dos instrumentos que promoveram o financiamento das atividades industriais e de infraestrutura com a participação do capital gerado pelo café. Embora essa relação se constitua em uma transferência forçada e determinada pelo governo, ela permitiu uma contribuição mais explícita.

Ao se buscar uma análise comparativa, que permita observar as características da cafeicultura e das atividades industriais no Norte do Paraná diante de estudos para outras regiões, sobretudo, Minas Gerais, incorre-se principalmente em um problema de temporalidade. Os estudos realizados por Lima (1977) e Pires (2004), para Minas Gerais, partem de uma análise de fins do século XIX até a década de 1930, período em que as atividades cafeeiras no Paraná começaram a se intensificar.

Esse distanciamento temporal implica em significativas divergências quanto à própria estrutura da atividade cafeeira, como demonstrado ao longo do trabalho por Milliet (1941), e ainda no estágio de desenvolvimento da indústria brasileira. Para Minas Gerais, Lima (1977), afirma ter encontrado poucas evidências do reinvestimento do capital gerado pela cafeicultura em outras atividades.

A cafeicultura em Minas Gerais teria se desenvolvido sob a larga predominância de “capitais médios”. (...) o tamanho médio de suas propriedades cafeeiras era sensivelmente menor do que as de São Paulo (e também que as do Rio, no seu apogeu). Esse capital [de] reduzido porte desempenharia de modo geral, apenas funções estritamente agrárias. Não “transbordaria” diretamente para fora das plantações. Os pequenos proprietários venderiam o seu café na porteira da fazenda e, quando isso não acontecesse, chegariam no máximo até a estação mais próxima.

Repetimos, dificilmente participariam de qualquer etapa comercial ou financeira ligada ao negócio cafeeiro, e pouco provavelmente teriam excedente disponível para diversificar suas intervenções (LIMA, 1977: 70).

Embora existam alguns pontos de convergência entre as duas regiões, principalmente em relação ao tamanho das propriedades, compreender a dinâmica do capital cafeeiro no caso paranaense ainda implica em um longo horizonte de pesquisa.

Ao se observar a estrutura de colonização promovida pelas cias. de terras, tanto em relação à infraestrutura e organização dos lotes, quanto ao financiamento, pode se concluir que o caso do Paraná foi peculiar diante de outras regiões cafeeiras. Além disso, a representatividade que a produção cafeeira paranaense teve no Brasil, como maior produtor do país na década de 1960, também distingue o estado de outras regiões cafeeiras. Por fim, acredita-se também ser peculiar a participação do capital cafeeiro numa estrutura de financiamento executada pelo governo em favor do setor industrial e de infraestrutura.

Embora muito se tenha estudado sobre o rápido crescimento das cidades da região Norte do Paraná e sobre os significativos deslocamentos demográficos que, tanto a ascensão como o declínio da atividade cafeeira promoveram no estado, o sentido da cafeicultura para o desenvolvimento econômico do Paraná ainda precisa ser aprofundado.

Diante da conclusão deste trabalho acredita-se que, para pesquisas futuras, um aprofundamento sobre a origem e a atividade pregressa dos compradores de lotes junto às cias. de terras permitirá compreender melhor o processo de acumulação de capital da cafeicultura paranaense, assim como, uma análise da origem dos compradores de lotes no Norte Novíssimo, e dos registros jurídicos das atividades industriais da região poderão contribuir para o tema.

REFERÊNCIAS

1. Fontes primárias

1.1. Documentos, relatórios, levantamentos estatísticos e mensagens de governo.

BRASIL. IBGE. *Censo agrícola*. Rio de Janeiro, 1950.

_____. IBGE. *Censo agrícola*. Rio de Janeiro, 1960.

_____. IBGE. *Censo agrícola*. Rio de Janeiro, 1970.

_____. IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, 1950.

_____. IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, 1960.

_____. IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, 1970.

_____. IBGE. *Censo industrial*. Rio de Janeiro, 1950.

_____. IBGE. *Censo industrial*. Rio de Janeiro, 1960.

_____. IBGE. *Censo industrial*. Rio de Janeiro, 1970.

_____. IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959.

_____. IBGE. Recenseamento geral do Brasil. *Série regional*. Parte XVIII, Paraná. Rio de Janeiro, 1951.

_____. IBGE. *Anuário Estatístico*, 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. IBGE. *Setor externo*, 2014. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CODESUL. Análise do setor produtor do leite. *Relações entre a agricultura e indústria no Norte do Paraná*. Curitiba, s.d.

PARANÁ. BANCO DO ESTADO DO PARANÁ. *Evolução e programa de expansão*. Curitiba, 1963.

_____. CODEM. *Londrina: situação em 66*. Curitiba, 1966.

_____. CODEPAR. *Relatório de gestão FDE e CODEPAR*. Curitiba, 1962.

_____. CODEPAR. *Relatório de gestão FDE e CODEPAR*. Curitiba, 1963.

_____. CODEPAR. *Relatório de gestão FDE e CODEPAR*. Curitiba, 1964.

- _____. CODEPAR. *Relatório de gestão FDE e CODEPAR*. Curitiba, 1965.
- _____. CODEPAR. *Relatório de gestão FDE e CODEPAR*. Curitiba, 1966.
- _____. CODEPAR. *Relatório de gestão FDE e CODEPAR*. Curitiba, 1967.
- _____. CODEPAR. *Análise da conjuntura econômica do Paraná*. Curitiba, 1967.
- _____. CODEPAR. *Levantamento industrial de Londrina*. Curitiba, 1967
- _____. CODEPAR. *Estado do Paraná: a arrecadação do imposto sobre vendas e consignações*. Curitiba, 1963.
- _____. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem do governo*. Curitiba, 1907.
- _____. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*. Curitiba, 1895.
- _____. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1892.
- _____. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1920.
- _____. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1923.
- _____. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1924.
- _____. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1950.
- _____. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1967.
- _____. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Mensagem de Governo*, Curitiba, 1979.
- SÃO PAULO. APESP. *Mappa de importação e exportação deste porto da Villa de Paranaguá*, 1825.
- _____. APESP. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v.32, São Paulo: APESP, 1901: 162-163.

1.2. Periódicos

- A PIONEIRA. O retrato do Norte do Paraná. Londrina, n.2, jul-ago de 1948.
- _____. O retrato do Norte do Paraná. Londrina, 1948.
- _____. O retrato do Norte do Paraná. Londrina, n.5, set-out de 1949.
- _____. O retrato do Norte do Paraná. Londrina, n.6, nov-dez de 1949.
- _____. O retrato do Norte do Paraná. Londrina, n.7, jul-ago de 1950.
- _____. O retrato do Norte do Paraná. Londrina, n.8, jul. de 1951.

- _____. O retrato do Norte do Paraná. Londrina, n.9, out. de 1951.
- _____. O retrato do Norte do Paraná. Londrina, n.15, abr. de 1954.
- _____. O retrato do Norte do Paraná. Londrina, n.16, dez. de 1954.
- _____. O retrato do Norte do Paraná. Londrina, n.17, jan-fev de 1955.

A REPUBLICA, d'a Federação. Curityba, 7 mar 1889, p.1

A REPUBLICA, d'a Federação. Curityba, 3 mai 1888, p.1

ESTADÃO. Reclames do Estadão. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/recla-mes-do-estadao/>> Acesso em: 02 set. 2014.

MARTINS, Romário. Paraná Rural. *A Lavoura*. Pp. 161-163, 1911. Disponível em: <<https://archive.org/stream/Lavoura15#page/n221/mode/2up>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz. *Diário da Tarde*. 4 abr, pp.1-2, 1930. Disponível em: Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20193&pesq=>>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

2. Fontes secundárias

2.1. Livros

ANDRADE, M. C. de; ANDRADE, S. M. C. de. *A Federação Brasileira: uma análise geopolítica e geo-social*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ARRUDA, José Jobson de A. *Historiografia: Teoria e Prática*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2014.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista: um estudo sobre a CODEPAR*. São Paulo: Símbolo, 1978.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

_____. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1995.

BALHANA, A. P., PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ. *Sua história – vol. 1*. Curitiba, s.d.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CANCIAN, Nadir. *Cafeicultura paranaense (1900-1970)*. Curitiba: Grafipar, 1981.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.

CARNEIRO, David. *Fasmas estruturais da economia do Paraná*. Curitiba: Editora UFPR, 1962.

CMNP. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná: depoimentos sobre a maior obra no gênero realizada por uma empresa privada*. 24 de setembro de 1975. 3ª edição, 2013. Disponível em: <<http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/50anos-cmnp/flip/>> Acesso em: 16 set. 2016.

COMTE, Augusto. Curso de Filosofia Positiva. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A (orgs.). *Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2004)*. 10 ed. São Paulo: Campus, 2005.

GRANDI, Guilherme. *Estado e capital ferroviário em São Paulo: A companhia paulista de estradas de ferro entre 1930 e 1961*. São Paulo: Alameda, 2013.

HIRSCHMAN, Albert. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

IPARDES. *Paraná: Economia e Sociedade*. Curitiba: IparDES, 1982.

_____. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba, jan., 1989.

IZEPÃO, Rosalina Lima. *O planejamento governamental no Paraná: economia, estado e política econômica*. Maringá: UEM, 2013.

KOHLHEPP, Gerd. *Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical sob a influência da plantação de café*. Paulo Astor Soethe (trad.); Daniel Marineschen (coord. Trad.) et al. Maringá: Eduem, 2014.

KRETZEN, João. *As grandes potências econômicas no Estado do Paraná: o roteiro do café e sua economia*. 2ª ed. Curitiba: Escritório Sul-Brasil, 1951.

KRÜGMAN, P; OBSTFELD M. *Economia Internacional*. 8ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

- LEÃO, Igor Zanoni Constant C. *O Paraná nos Anos setenta*. Curitiba: Iparde, 1989.
- MARTINS, Romário. *História do Paraná*. São Paulo: Rumo, 1939.
- MARTINS & JOHNSTON. *150 anos de café*. São Paulo: Salamandra, 1992.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 13ª ed. São Paulo: Coleção departamento de cultura, 1941.
- MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte-Paraná. In: *Boletim Geográfico*. Ano III. Abril, 1945, n. 25, p. 13.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, 1952: 121.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeiras nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. 2ª ed. Curitiba: IPARDES, 2006.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *O Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I república*. 2 ed. Curitiba: Aos 4 ventos, 1998.
- PETRONE, Maria Thereza. *O Barão do Iguape: um empresário da época da independência*. Brasília: Nacional, 1976.
- POZZOBON, Irineu. *A epopeia do café no Paraná*. Londrina: Grafmark, 2006.
- SCHWARTZ, Widson. *Poder emergente no sertão*. Londrina: Midiograf, 1997.
- SEMEGHINI, Ulysses C. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Tropas em marcha: o mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil imperial*. São Paulo: Annablume, 2008.
- SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943.
- TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1986.
- TOLEDO, Roberto. *A capital da solidão*. São Paulo: Objetiva, 2003.

TRINTIN, Jaime Graciano. *A Nova Economia Paranaense: 1970 – 2000*. Maringá: Eduem , 2006.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Café e indústria no interior de São Paulo: o caso de São Carlos. (dissertação de Mestrado). *Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV – área de concentração: administração e planejamento urbano*. São Paulo, 1985.

WACHOWICZS, Ruy. *Historia do Paraná*. 3ª ed. Curitiba: Vicentina, 1972.

WESTPHALEN, C. M. et. al. Nota Prévia ao estudo de ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da UFPR*. Curitiba, 1968.

_____. *O barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba: CD editora, 1995.

ZATTI, Carlos. *O Paraná e o Paranismo*. Curitiba, 2006.

2.2. Artigos e capítulos de livros

ABREU, M. P. *A Economia Brasileira: 1930-1964*. Rio de Janeiro: PUC, 2010. Disponível em: <www.econ.puc-rio.br/pdf/td585.pdf> Acesso em: 02 set. 2014.

ARIAS, José Miguel. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. *História & Ensino*. Londrina, 1995 pp. 69-82. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/download/.../11128> Acesso em: 16 set 2016.

AZEREDO, Daiane. Colônia do Sacramento: o embate entre as coroas castelhanas e lusitana. *Perspectivas Históricas*. UFRRJ, s/d. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/perspectivas-historicas/artigos/10.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estado e subdesenvolvimento industrializado. São Paulo: brasiliense, 1977. Cap. VII. Pp. 131- 138. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4909>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

_____. O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. *Texto para Discussão EESP/FGV* 157, dezembro 2006). Versão de 31 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistorico-desenvolvimento.pdf>>. Acesso em 04 jul. 2015.

BURMESTER et. Al. O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 1950. In. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

CAMOLEZI, A. B.; COSTA, J. M. A Substituição de Culturas e a Dinâmica Populacional no Norte Paranaense entre 1930-2005. *Encuentro de Geógrafos de America Latina*, 2009. Disponível em:<http://egal2009.easyplanners.info/area06/6046_Camolezi_Bruno_Aurelio.pdf> Acesso em: 02 set. 2014.

COELHO, Sandro Anselmo. Democracia cristã e populismo: um marco histórico comparativo entre o Brasil e o Chile. *Revista de sociologia e política*. N. 15, pp. 67-82. Nov. 2000.

CORAZZA, G. O ‘regionalismo aberto’ da CEPAL e a inserção da América Latina na Globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.27,n.1,p.135-152, maio 2006. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2114/2496>..> Acesso em: 4 jul. 2015.

CORRÊA, Amélia Siegel. Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do século XIX. *Revista de sociologia política*. Curitiba: v.17 n.32 pp 139-158, fev. 2009.

DRUCIAKI, Vinicius Polzin. Ocupação territorial e rede urbana no Paraná “tradicional” e a cidade de Guarapuava. In. *Revista Territorial*. Goiás: v.2, n.1. pp.31-50. jan/jun., 2013.

FARINA, E. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. *Competitividade: mercado, estado e organizações*. São Paulo: Singular, 1997.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino”. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 54 (3), 2000.

_____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate do programa de estudo pós-graduado em economia política*. Departamento de economia, São Paulo: PUC-SP, vol.15 n.2 (26). Pp.225-256, 2004

_____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

HÖRNER, Erik. A luta já não é hoje a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842. *Almanack braziliense*. n.5, mai, 2007. pp: 67-85.

IPARDES. Quatro Visões sobre o Paraná. *Análise Conjuntural*. v.7, n.2, pp. 1-16, fev, 1985.

LEÃO, Igor Zanoni Constant. C. As Desventuras do Paranismo. *Revista FAE*, Curitiba, v.2, n.3, set/dez., pp. 9-20. 1999. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v2_n3/as_desventuras_do_paranismo.pdf > Acesso em: 04 jul. 2015.

LICCARDI, A. et al. O Paraná na História da Mineração no Brasil do Século XVII. *Boletim Paranaense de Geociências*, n.54, pp. 41-49, Ed. UFPR, 2004. Disponível em: <ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geociencias/article/download/.../3431> Acesso em: 02 set. 2014.

LUNA, F. V. Mineração: métodos extrativos e legislação. *Estudos Econômicos*. São Paulo, 1983. Disponível em: <<http://www.brnuede.com/pesquisadores/paco/pdfpaco/ar26.pdf>> Acesso em: 02 set. 2014.

LUZ, France; OMURA, Ivani. A propriedade rural no sistema de colonização da companhia melhoramentos norte do Paraná – município de Maringá. *Anais do VIII Simpósio nacional dos professores universitários de história (ANPUH)*. Aracaju, set. 1975. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/?p=18629>> Acesso em 16 set. 2016.

MAACK, Reinhard. Notas preliminares sobre clima, solo e vegetação do estado do Paraná. In. *Archivo de biologia e tecnologia*. Curitiba, 1948. pp. 102-200.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja B. O Paraná em Revista. *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba, n. 82, mai./ago., 1994. pp. 5-16.

MAGALHÃES, F. Evolução Histórica da Economia Paranaense. *Revista Paraná Desenvolvimento*. N.87, jan/abr. 1996, pp.1131-148. Curitiba. Disponível em: <www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/.../297> Acesso em: 02 set. 2014.

MOREIRA, Juliane; LAVERDI, Robson. Modernização agrícola e o declínio da cafeicultura pós-gelada de 1975 (Norte do Paraná). In. *Ateliê de História*. 4(1), Ponta Grossa: UEPG, 2016. p.93-109.

MOURÃO, Gustavo Nunes. Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico: A convergência entre o pensamento econômico de Georg Friedrich List e da Cepal. *Diálogos e Saberes*. Mandaguari, v. 10, n.1, pp. 63-76, 2014. Disponível em: <<http://www.fafiman.br/seer/index.php/dialogosesaberes/article/view/342>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

MUNIZ FILHO, Cesar. Divisão Regional do Paraná. In. *Revista paranaense de desenvolvimento*. n.87, jan-abr., 1996.pp.149-173.

OLIVEIRA, W.; MORELLI, A.J. Descrição e Digitalização das Fotografias Aéreas Produzidas pelo IBC/GERCA no Estado do Paraná no Ano de 1970. *Congresso Internacional de História*, 2011. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/277.pdf>> Acesso em: 02 set. 2014.

ORESTEIN, L.; SOCHACZEWSKI, A. C. Democracia e desenvolvimento: 1956-1961. In. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

PERROUX, François. O conceito de polo de desenvolvimento. In. Schartzman (Org). *Economia Regional. Textos escolhidos*. Cedeplar. Belo Horizonte, 1997.

REZENDE, F. ICMS: Como era, o que mudou ao longo do tempo, perspectivas e novas mudanças. *Caderno Fórum Fiscal*. N 10. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos_presenciais/Forum_Estados/FFEB_Caderno_n_10.pdf> Acesso em: 02 set. 2014.

SERRA, E. Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná. *Boletim de geografia*. 2001, n. 19: pp. 45-58.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. In. *Boletim de Geografia*. UEM, ano 10, n.01, 1992.

UNISINOS. Lebet. *Instituto Humanitas Unisinos*. 22 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/558024-lebet>>. Acesso em 20 mar. 2018.

2.3. Teses e dissertações

ANGELO, Michelly Ramos. *Les Développeurs: Louis Lebrete e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. Tese de doutorado. São Carlos: USP, 2010.

BELOTO, Gislaine Elizete. *Da região à metrópole: o território desenhado pelos modelos conceituais*. Tese de doutorado. São Paulo: USP/FAU, 2015.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga. *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953)*. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2007.

CESTARO, Lucas R. *A atuação de Lebrete e da SAGMACS no Brasil (1947-1964)*. Ideias, planos e contribuições. Tese de doutorado. São Carlos: USP, 2015.

CROCETTI, Z. S. *Evolução Sócio-Espacial do Paraná* (Estudos de Geografia Econômica do Paraná). Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2007.

DOUSTDAR, Neda Mohtadi. *Paranismo atualizado: a democracia cristã e o planejamento no primeiro governo Ney Braga*. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2010.

GALLARDO, Dario Horácio. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. Dissertação (mestrado). São Paulo: FEA/USP, 1986.

IZEPÃO, Rosalina Lima. *Planejamento, política e economia: uma análise da prática governamental paranaense*. São Paulo: Tese de doutorado. FFLCH/USP, 2008.

KROETZ, Lando Rogério. *As estradas de ferro do Paraná (1880-1940)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1985.

LAVALLE, Aida Mansani. *A madeira na economia paranaense*. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 1974.

LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1977.

LINARDI, Maria Cecília Nogueira. *Pioneirismo e modernidade: a urbanização de Londrina-PR*. Tese de doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1995.

LOUREIRO, Felipe. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

OKUYAMA, Rosa. *Cidades do Norte do Paraná*. Trabalho de graduação interdisciplinar – TGI. Orientação: Gustavo N. da Rocha Filho. São Paulo: USP/FAU, 1975.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I república*. Dissertação. Curitiba: UFPR, 1996.

_____. *O espetáculo dos maquinismos modernos*: Curitiba na virada do século XIX ao XX. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*: uma análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930). Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná*: histórias e fantasmagorias. Tese de doutorado. UFPR: 1997.

3. Sites e páginas institucionais

CASA CIVIL. Site institucional. Disponível em: <www.casacivil.gov.br> Acesso em: 22 nov. 2017.

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Institucional. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es>> Acesso em: 20 mar. 2018.

CMNP. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Disponível em: <<http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/home/default.aspx>> Acesso em: 16 set 2016.

DOC. LONDRINA. *Anúncios da cia. de terras no Estadão*. Disponível em: <<http://doclondrina.blogspot.com.br/2012/03/anuncios-da-cia-de-terras-no-estadao.html>> Acesso em: 16 set. 2016.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <www.ipardes.pr.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MEMORIAS PARANAENSES. Grupo fechado para discussão sobre a história do Paraná em rede social. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/memoriaparanaense/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MORESQUI, Denizia. *Contos, crônica e história*. Disponível em: <<http://deniziamoresqui.blogspot.com.br/2017/02/historia-de-itambe-parte-15.html>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PARANÁ. Departamento de estradas de rodagem do estado do Paraná. PR-410 - Estrada da Graciosa. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br>>. Acesso em: 16 set. 2016.

VEIGA, Pedro. *Emancipação do Paraná*. Campo Mourão, 2011. Disponível em: <<http://pedrodaveiga.blogspot.com.br/2011/12/dia-do-parana.html>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ANEXOS

A – Anúncios de terras no Norte do Paraná (DOC. LONDRINA, 2018; ESTADÃO, 2010).

B – Índice de preço de exportação do café (IBGE, 2012).

C – Financiamentos realizados pela Codepar entre 1963 e 1967.

A. Anúncios de terras no Norte do Paraná.

**UM SONHO QUE PODERÁ VIVER
NO NORTE DO PARANÁ**

As possibilidades presentes e futuras, que lhe apresenta o Norte do Paraná, para desenvolvimento integral de seu trabalho — no campo, na floresta ou na cidade — superam tudo que se possa imaginar.

Todas as forças produtivas e do bem, estão conjugadas para levar o bem estar e a abundância a todos os lares.

O clima é muito saudável. A água é de uma pureza invulgar. Excelente rede rodoviária, sempre conservada e em continuo aumento, proporciona transportes rápidos para as estações ferroviárias, dentro também das terras da Cia. de Terras Norte do Paraná.

A terra, de uma fertilidade sem par, dá de tudo: Café, Algodão, Cereais, Legumes, Frutas, etc. — oferecendo colheitas fartas e rentosas.

Devido a ser uma região liberta de serras, levemente ondulada, é muito apropriada para pastagens e, com grande êxito, já se cria, em escala sempre ascendente, gado bovino, suínos, caprinos, além de toda a sorte de aves domésticas.

Rios e córregos irrigam o Norte do Paraná, não faltando, em parte alguma, água boa e abundante.

Se deseja usufruir das vantagens e da tranquilidade feliz da vida campestre, adquira um sítio, chácara ou fazenda, com facilidade de pagamento, da

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Sede: LONDRINA — Paraná

Escritório em S. Paulo: RUA S. BENTO, 329 - 8.º and. - C. Postal, 2771

NOTA — Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Companhia.

(Títulos registrados sob n.º 12, de acordo com o Decreto n.º 3079, de 15-9-1938).

**UM HINO DE TRIUNFO AO TRABALHO
— NORTE DO PARANÁ —**

O farfalhar das plantações e sementelhas, onde, ainda há pouco, era mata, atesta a produtividade do solo Norte-Paranaense, contendo provisões de seiva inextinguível.

E, como artérias, alimentando aquele solo ubérrimo, rios e córregos seus tributários, irrigando a terra, onde, pujantes e ativas, se desenvolvem as produções agrícolas: Café, Algodão, Cereais, Hortaliças, Frutas, Legumes, etc.

Por toda a parte, no Norte do Paraná, há entusiasmo pelo trabalho e, seja nas cidades, vilas, fazendas, sítios ou chácaras, todo aquele que ali se estabelecer viverá feliz e prosperará.

Escolas rurais, além das das cidades, asseguram a educação da infância; magníficas estradas de rodagem, com ramificações em todos os sentidos, confluem para as estações ferroviárias, dentro destas férteis terras.

Centro produtor de primeira grandeza, com vida própria, no Norte do Paraná vive-se bem e com pouco.

Para ter a certeza de fazer um excelente negócio em terras, adquira seu sítio, chácara ou fazenda, com facilidade de pagamento, da

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Sede: LONDRINA — Paraná

Escritório em S. Paulo: RUA S. BENTO, 329 - 8.º and. - C. Postal, 2771

NOTA — Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Companhia.

(Títulos registrados sob n.º 12, de acordo com o Decreto n.º 3079, de 15-9-1938).

A COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Derrubando uma peroba

já vendeu mil lotes de terras e quinhentas datas para construção de casas em Londrina, o que representa um recorde. Pretendendo ainda aumentar o seu movimento no proximo anno, dirige ás pessoas idoneas e entendidas no ramo um convite para realisarem bons negocios, propondo-se como agentes vendedores, para qualquer localidade do Paiz. Os interessados poderão obter as informações necessarias no escriptorio da Cia.

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

RUA 3 DE DEZEMBRO, 48, ANTIGO 12 — CAIXA POSTAL, 2771 — S. PAULO

Nenhum agente de venda está autorizado a receber dinheiro em nome da Companhia.

Paraná-Norte

Director-Proprietario: R. FUGGARI COUTINHO

ANO IV

Londrina, 3 de Abril de 1939

N.º 111 - 193

TERRAS ROXAS MAGNIFICAS

E

Livres do flagello da saúva

Em clima esplendido • Altitude propria para café

AGUAS PURISSIMAS

Optimas rodovias com acesso para todas as lotes vendidas e por vender

INVEJAVEL SERVICO DE OMNIBUS

A MAIS ESTUPENDA RESERVA DE TERRAS ROXAS DO BRASIL

VENDAS COM FACILIDADES NO
 PAGAMENTO

Comp. de Terras Norte do Paraná

Sede:
LONDINA

(No Bairro do R. Paulo)

☎ F. S. Paulo-Paraná

Representação
S. PAULO

Rua 3 de Dezembro 45-47 andar

☎ para 893 São José, Paraná

plantando dá...

Quem adquire um lote de terras da Companhia pode ser a origem de...

... e obter com abundancia café, milho, algodão, arroz, feijão, batatas, etc.

Londrina, sede da Comp., é uma cidade de 120 mil habitantes e já possui 1.500 casas e agua encanada, e tudo de primeira mão. Além disso possui o melhor centro comercial do primeiro estado.

Adquire um lote, quando antes, a obter sua independencia economica. De terra tem para todos. Desde o pequeno agricultor ao fazendeiro mais rico.

No Norte do Paraná você tem futuro, segurança, para todos, terra, esplendida e que fructifera prodigiosamente os seus trabalhos.

PRODUZEM TUDO DO BOM E DO MELHOR!

Posto que o Norte do Paraná seja uma região nova, nem por isso deixa de possuir tudo como

nos grandes centros metropolitanos. O bom clima aliado à excelente rede rodoviária e

Cacha de bananas, contendo 355 frutas e medindo 1 metro de extensão, procedente de plantações das terras da Companhia.

ferroviária, a água magnífica, são factores preponderantes do progresso verificado.

Cidades, villas, povoações, lá fundadas, possuem escolas, telegrapho e tudo o mais.

As terras são imensamente productivas, dando de tudo abundantemente: Café, algodão, trigo, milho, feijão, aveia, frutas, etc., havendo ainda grande quantidade e variedade de madeira.

Não ha saúva nem outros parasitas de plantações.

Para ter a certeza de adquirir terras roxas, férteis, ricas e compensadoras, com facilidade de pagamento, procure a

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

A MAIOR EMPRESA COLONISADORA DA AMÉRICA DO SUL

Para mais informações em seu escriptorio RUA 3 DE DEZEMBRO N.º 45, antigo 12
2.º andar — Caixa Postal n.º 2.771 — São Paulo

N. B. — Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Cia.

Nas matas virgens do NORTE DO PARANÁ reinam as madeiras de lei e os padrões de terra boa. Em torno da florescente cidade de Maringá abunda o melhor cedro vermelho, livre de brocas e defeitos. Peroba rosa de múltiplas aplicações, cabrieva para esquadrias e construções rodoviárias, pau marfim para móveis e parques, cavunas, paus d'alho e figueiras brancas se multiplicam, belas e robustas.

Cla. de TERRAS NORTE do PARANÁ

Sede: São Paulo: Rua São Bento, 399 - 8.º andar.
Centro de Administração e Agência principal:
Londrina S.V.P.C. Paraná

Datas e Chacaras em MARINGÁ, os interessados na compra de Datas e Chacaras em Maringá deverão procurar a seção de vendas da Cla. naquela cidade.

Ativos registrados sob n.º 15 de acordo com o decreto n.º 16 de setembro de 1936
S.V.P.C. - S. P. - 15.10.36

VOCÊ SABIA QUE

A COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ abriu, neste mundo que surge, 9.104 quilômetros de excelentes estradas de rodagem?
...ao longo dessas estradas, 31 cidades e povoações se ergueram?
...entre as cidades que assim brotaram, figuram Londrina e Maringá, duas das mais prósperas centros urbanos do país?
...a Companhia concede facilidades para o pagamento dos lotes que vende?

Vá conhecer Maringá...

...e mande buscar a família.

Cia. de Terras Norte do Paraná

SÃO PAULO

Rua São Bento, 329 — 8.º andar

End. Telegr.: "CIANORTE" — Caixa Postal, 2771

Telefones: Vendas, 3-4561 — Gerência, 2-2435

LONDRINA

ESTADO DO PARANÁ

Escritórios em ARAPONGAS,
MANDAGUARI e MARINGÁ — Paraná

Vista geral de uma gleba no Norte do Paraná — Terras excelentes, clima saudável, água em abundância.

Terras roxas de alta qualidade

Vendas à prestações em pequenos e grandes lotes

Inscrição n.º 10 no Registro de Imóveis da Comarca de Londrina,
na forma do Decreto-Lei n.º 3009 de 13 de Setembro de 1938.

Vantajosa produção de café,
cereais, fumo, algodão, cana
de açúcar, mandioca, trigo etc.

No assombroso e rápido pro-
gresso da região se encontra a
afirmação da fertilidade da terra.

Estrada de Ferro — Ótimas estradas de rodagem

Lotes demarcados e fornecimento das respectivas plantas aos compradores

B – Índice de Preço de Exportação do Café.

SETOR EXTERNO							
Índices de Preço de Exportação de Café (1995=100)							
Ano	Índice de Preço	Ano	Índice de Preço	Ano	Índice de Preço	Ano	Índice de Preço
1901	4,60	1926	17,15	1951	39,51	1976	98,77
1902	5,02	1927	14,06	1952	40,32	1977	164,27
1903	4,91	1928	17,09	1953	42,68	1978	114,71
1904	6,60	1929	15,64	1954	45,42	1979	124,88
1905	5,20	1930	9,01	1955	37,60	1980	116,03
1906	6,70	1931	6,37	1956	37,39	1981	67,27
1907	6,47	1932	7,51	1957	36,03	1982	76,59
1908	6,30	1933	7,25	1958	32,56	1983	81,65
1909	6,64	1934	7,05	1959	25,65	1984	90,99
1910	9,16	1935	5,60	1960	25,86	1985	83,92
1911	12,04	1936	6,34	1961	25,54	1986	153,68
1912	12,93	1937	7,61	1962	23,95	1987	72,63
1913	10,31	1938	5,26	1963	23,40	1988	81,33
1914	8,19	1939	4,89	1964	31,02	1989	60,20
1915	6,30	1940	4,85	1965	31,98	1990	47,46
1916	7,46	1941	6,75	1966	27,70	1991	46,23
1917	7,38	1942	8,87	1967	25,69	1992	34,91
1918	8,42	1943	9,12	1968	25,60	1993	40,42
1919	17,72	1944	9,23	1969	26,54	1994	93,26
1920	11,51	1945	9,87	1970	35,73	1995	100,00
1921	7,61	1946	13,68	1971	27,35	1996	80,89
1922	10,97	1947	17,20	1972	34,49	1997	115,75
1923	10,49	1948	17,12	1973	42,52	1998	85,74
1924	15,68	1949	19,90	1974	45,87	1999	64,22
1925	18,41	1950	35,61	1975	40,01	2000	59,00

Anexo B: Índice de Preço de Exportação do Café (1995=100)

Fonte: adaptação do autor, com base em IBGE, 2012.

Financiamentos ao Setor Privado Realizado pela Codepar em 1963		
Refrigeração Paraná S.A.	Viúva Gavazonni & Cia. Ltda.	Agro Industrial Paranapanema Ltda.
Titan S.A.	Avícola Tingui Indústria e Comércio Ltda.	Irmãos Schiffer Ltda.
Indústria de Óleos Andirá S.A.	Indústrias Móveis Guelmann do Paraná S.A.	Metalúrgica Eletro-Dínamo S.A.
Frigorífico Jacarezinho S.A.	Carlos Kampmann Importação e Exportação	Sociedade Industrial de Madeiras S.A. – INDUPINHO
Porcelana Industrial do Paraná S.A.	Scussiato, Bassoi & Cia. Ltda.	Madeira Nacional S.A.
Artefatos de Papel Pasi Ltda.	Paranamentol S.A. Indústria e Comércio	Frigorífico Clevelandense S.A.
Frigorífico Clevelandense S.A.	Indústria Carbonitron Ltda.	Frigorífico Argus Ltda.
Industrial Buriti Ltda.	Indústria Malharia Curitiba S.A.	Mueller Irmãos Ltda.
Porcelana e Steatita S.A.	Produtora de Madeiras Irati S.A.	Indústrias Móveis Guelmann do Paraná Ltda.
S.A. Curtume Curitiba	Albano Boutin & Cia. Ltda.	Frigorífico Medianeira S.A.
Indústria de Pasta e Papelão Jorge Chami Ltda.	Produtos Agrícolas Uraí S.A.	SIGAL – Siderúrgica Guaíra S.A.
Companhia Sudoeste de Frigoríficos S.A. – FRICOESTE	Companhia São Patrício Fábrica de Tecidos de Linho	Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda.
Frigorífico Medianeira S.A.	Cooperativa dos Pescadores e Lavradores do Litoral Paranaense – COPLAP	Raul Antonio Dubois
Óleos Essenciais do Paraná S.A.	ICOMASA - Indústrias e Comércios de Óleos Maringá S.A.	Indústria Medianeira Camilotti Ltda.
Moveis Cimo S.A.	Codega & Cia. Ltda.	Indústria Palomar S.A.
Nilo Gasparetto & Cia.	PASTAMEC S.A. Indústria, Comércio e Agropecuária	Engra Ltda.
Técnica Nacional Ltda.	Indústria e Comércio Cimar Ltda.	Companhia de Celulose e Papel do Paraná S.A. – COCELPA
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A.	Albano Boutin & Cia. Ltda.	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. – IRPASA
Metalgráfica Merhy S.A.	Frigorífico Pioneiro S.A.	Colle Ltda. – Cerâmica São Marcos

Anexo C: Financiamentos Realizados pela CODEPAR em 1963

Fonte: adaptação do autor, com base em CODEPAR, 1964.

Financiamentos Realizados pela CODEPAR em 1964		
Refrigeração Paraná S.A.	Celulose e Papel Santo Agostinho S.A. - CEPASA	Metalúrgica Schiffer S.A.
Indústrias de Óleos Andirá S.A.	Carlos Kampmann – Importação e Exportação	Metalúrgica Eletro-Dínamo S.A.
Titan S.A.	Scuissiato, Bassoi & Cia Ltda.	Sociedade Industrial de Madeiras S.A. - INDUPINHO
Frigorífico de Jacarezinho S.A.	Paranamentol S.A. Indústria e Comércio	Madeira Nacional S.A.
Porcelana Industrial Paraná Ltda.	Companhia Sudoeste de Frigoríficos S.A. – FRICOESTE	Madeira Nacional S.A.
Curipel S.A.	Indústria Carbonitron Ltda.	Frigorífico Clevelandense S.A.
Frigorífico Clevelandense S.A.	Indústria Malharia Curitibana S.A.	Frigorífico Argus Ltda.
Industrial Buriti Ltda.	Produtora de Madeiras Irati Ltda.	Frigorífico Medianeira S.A.
Porcelana e Steatita S.A.	Produtos agrícolas Uraí S.A. – Indústria e Comércio	Mueller Irmãos Ltda.
S.A. Curtume Curitiba	Companhia São Patrício – Fábrica de Tecidos de Linho	Indústria Móveis Guelmann do Paraná S.A.
Indústria de Pasta e Papelão Jorge Chami Ltda.	Cooperativa dos Lavradores e Pescadores do Litoral Paranaense – COPLAP	Siderúrgica Guaíra S.A.
Óleos Essenciais do Paraná S.A.	Cooperativa dos Lavradores e Pescadores do Litoral Paranaense – COPLAP	Siderúrgica Guaíra S.A.
Móveis Cimo S.A.	ICOMASA – Indústria e Comércio de Óleos Maringá S.A.	Frigorífico Paranaense S.A. – FRIPASA
Nilo Gasparetto & Cia.	Codega & Cia Ltda.	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. – IRPASA
Técnica Nacional Ltda.	Pastamec S.A. Indústria e Comércio	Engra Ltda.
Metalgráfica Merhy S.A.	Indústria e Comércio Cimar Ltda.	Raul Antonio Dubois
Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. – IRPASA (Contr. I)	Albano Boutin & Cia. Ltda.	Companhia de Celulose e Papel do Paraná S.A. - COCFLPA
Viúva Gavazzoni & Cia Ltda.	Frigorífico Pioneiro S.A.	Produtos Elétricos Paraná Ltda.
Viúva Gavazzoni & Cia Ltda. (aditamento)	Colle S.A. – Cerâmica São Marcos	Bracerda S.A. – Indústria, Comércio e Exportação de Cerdas
Avícola Tingui Indústria e Comércio Ltda.	Agro-indústria Paranapanema Ltda.	Zacarelli & Zacarelli Ltda.

Financiamentos Realizados pela CODEPAR em 1964 - (continuação)	
Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. – IRPASA (contr. III)	Porcelana e Steatita S.A. – (contr. II)
Catei S.A. Comércio, Administração, Transporte, Exportação e Indústria	Mânica e Cia Ltda.
Refrigeração Paraná S.A. (contr. II)	SOPAL - Sociedade Paranaense de Alimentação Ltda.
Metalgráfica Merhy S.A. (contr. II)	Fundição Metal Aço S.A.
Metalgraffica Merhy (aditamento)	Fábrica Dowal S.A.
Indústrias Langer Ltda.	Açúcar e Álcool Bandeirantes S.A.
Fecularia Atlântica Ltda.	Malharia Oddone S.A.
Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. – IRPASA (contr. IV).	S.A. Londrina Industrial
Indústria de Transformadores Carvalho S.A.	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. – IRPASA (contr. V)
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A. – CEPASA	Agro-industrial Paranapanema Ltda.
Cerâmica Guarany Ltda.	PASA – Papelão Apucarantina S.A.
Scuissato, Bassoi & Cia Ltda.	Indústria Prod. Alimentos Elma Ltda.
Tintas Werneck S.A. Indústria e Comércio	Agro-Indústria Londrina Ltda.
ICOMASA – Indústria e Comércio de Óleos Maringá S.A.	Emilio Romani & Cia S.A.
Frigorífico Luso Brasileiro Central Ltda.	Indústrias Reunidas Paranaenses – IRPASA (contr. VII)
Móveis Vogue S.A.	Indústrias Reunidas Paranaenses – IRPASA (aditamento)
Barão S.A. Indústria e Comércio	Metalúrgica Santa Cecília S.A.
Estil S.A. Móveis e Decorações	Cooperativa Mixta Agropecuária Witmarsum Ltda.
Industrial Madeireira Boff Ltda.	Indústria de Pianos Schneider S.A.
Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda.	Metalúrgica Eletro-Dínamo S.A.

Anexo C: Empresas Financiadas pela CODEPAR em 1964

Fonte: adaptação do autor, com base em CODEPAR, 1965.

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1965		
Refrigeração Paraná S.A.	Avícola Tingui Ltda. Indústria e Comércio	Metalúrgica Schiffer S.A.
Indústria de Óleos Andirá S.A.	Celulose e Papel Santo Agostinho S.A.	Metalúrgica Schiffer S.A. (aditamento)
Titan S.A. Indústria e Comércio	Carlos Kampmann & Cia. Ltda.	Madeira Nacional S.A.
Frigorífico Jacarezinho S.A.	Scussiatto, Bassoi & Cia. S.A.	Madeira Nacional S.A. (aditamento)
Porcelana Industrial Paraná S.A.	Paranamentol S.A.	Frigorífico Clevelandense S.A.
Curipel S.A. – Indústria de Artefatos de Papel	Companhia Sudoeste Frigoríficos S.A.	Frigorífico Argus Ltda.
Frigorífico Clevelandense S.A.	Companhia Sudoeste Frigoríficos S.A. (aditamento)	frigorífico Medianeira S.A.
Industrial Buriti Ltda.	Indústrias Carbonitron Ltda.	Mueller Irmãos Ltda.
Porcelana & Steatita Ltda.	Indústria Malharia Curitibana S.A.	Mueller Irmãos Ltda. (aditamento)
S.A. Curtume Curitiba	Produtoras de Madeira Irati Ltda.	Indústria Móveis Guelmann do Paraná S.A.
Indústria de Pasta e Papelão Chami Ltda.	Produtos Agrícolas Uraí S.A.	Siderúrgica Guaíra S.A.
Óleos Essenciais do Paraná S.A.	Companhia São Patrício - Fábrica de Tecidos de Linho	Siderúrgica Guaíra S.A. (aditamento)
Móveis Cimo S.A.	Cooperativa dos Lavradores e Pescadores do Litoral Paranaense – COPLAC	Frigorífico Paranaense S.A. (contrato I)
Nilo Gasparetto & Cia.	Indústria e Comércio de Óleos Maringá S.A.	Frigorífico Paranaense S.A. (aditamento)
Técnica Nacional Ltda.	Codega & Cia. Ltda.	Frigorífico Paranaense S.A. (aditamento II)
Metalgrafica Merhy S.A.	Pastamec S.A. – Indústria, Comércio e Agropecuária	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. (contrato II)
Metalgrafica Merhy S.A. (aditamento)	Indústria e Comércio Cimar Ltda.	Engra Ltda. Indústria e Comércio
Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. (contrato I)	Frigorífico Pioneiro S.A.	Raul Antonio Dubois
Viúva Gavazzoni & Cia (contrato I)	Colle S.A. Cerâmica São Marcos	Companhia de Celulose e Papel do Paraná S.A.
Viúva Gavazzoni & Cia (contrato II)	Agro-industrial Paranapanema Ltda.	Companhia de Celulose e Papel do Paraná S.A. (aditamento)

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1965 - (continuação)		
Produtos Elétricos Paraná Ltda.	Porcelana e Steatita S.A. (contrato II)	CALFIBRA - Calcários Finos do Brasil S.A.
Bracerda S.A. – Indústria, Comércio e Exportação de Cerdas	Mânica & Cia. Ltda.	Socil Pró Pecuária S.A.
Zacarelli & Zacarelli Ltda.	Sociedade Paranaense de alimentação Ltda. – SOPAL	Alcides Lewandowski & Cia. Ltda.
Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.	Fundição Metal Aço Ltda.	Empresa de Pesca Oceania Ltda.
Catei S.A. – Comércio, Administração, Transporte, Exportação e Indústria	Fábrica Dowal S.A.	Impressora Helvética Ltda.
Refrigeração Paraná S.A. (contrato II)	Fábrica Dowal S.A. (aditamento)	Cooperativa Agropecuária de Londrina Ltda.
Metalgráfica Merhy S.A. (contrato II)	Açúcar e Álcool Bandeirantes S.A.	Cooperativa Agropecuária de Londrina Ltda. (aditamento)
Metalgráfica Merhy S.A. (aditamento)	Malharia Oddone S.A.	Industrial Madeireira Cedrella S.A.
Indústrias Langer Ltda.	S.A. Londrina Industrial	Indústria de Óleos Andirá S.A.
Indústrias Langer Ltda. (aditamento)	S.A. Londrina Industrial (aditamento)	Motores WB Ltda.
Fecularia Atlântica Ltda.	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. (contrato v)	Titan S.A. Indústria e Comércio
Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. (contrato IV)	Artefatos de Borracha Record Ltda. – AGROLON	Laboratório Londrifarma S.A.
Indústria de Transformadores Carvalho S.A.	Emílio Romani & Cia. S.A.	Laboratório Londrifarma S.A. (aditamento)
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A. (contrato II)	Indústrias Reunidas Paranaenses (contrato VII)	Artefatos de Metais Bella Vista Ltda.
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A. (aditamento)	Indústrias Reunidas Paranaenses (aditamento)	Técnica Nacional Ltda.
Móveis Vogue Ltda. – Indústria e Comércio	Metalúrgica Santa Cecília Ltda.	INCOM - Indústria de Compensados de Madeira
Barão S.A. Indústria e Comércio	Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda.	Canali & Cia. Ltda.
Barão S.A. Indústria e Comercio (aditamento)	Indústrias de Piano Schneider S.A.	Cotonfício Paranaense S.A.
Estil S.A. Móveis e Decorações	Metalúrgica Eletro-dínamo S.A. (contrato II)	Jorge Weigert & Cia Ltda.
Industrial Madeireira Boff Ltda.	Pasmatec S.A. - Indústria, Comércio e Agropecuária (contrato II)	Companhia Norpa Industrial
Cooperativa. Central de Laticínios do Paraná Ltda.	STAMP - Estampados Metais do Paraná S.A.	Barbosa & Filhos Ltda.

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1965 - (continuação)		
Fecularia Sandri Ltda.	Frigorífico Pioneiro S.A. (contrato II)	Raicoski & Cia.
Indústria Curitibana de Auto Peças Ltda.	Companhia Cacique de Café Solúvel	Máquinas Pneumáticas Fortez S.A.
Indústria Curitibana de Auto Peças Ltda. (aditamento)	Frangolândia Ltda.	
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	Impressora Grafo Ltda.	
Companhia Paranaense de fiação e Tecelagem	Calçados Lopes Ltda.	
Helio Adaury Olsen	Metalgráfica Merhy S.A. (contrato IV)	
Confecções Caiobá Ltda.	Weber Indústria e Comércio Ltda.	
Indústria Mecânica Ltda. – INDUMEC	Indústria e Comércio Camargo Roseira Ltda.	
S.A. Indústrias Matarazzo do Paraná	Indústria de Laticínios Ltda.	
Oleolar Ltda.	Mirtillo Trombini S.A.	
Maria de Lourdes Dornelles Franco	Esquadrias de Ferro Arte Tarumã Ltda.	
MONOFIL – Sociedade Industrial de Monofilamentos Ltda.	Nicola Pelanda	
Industrial Santa Terezinha Ltda.	IMBRA – Engenharia, Indústria e Comércio S.A.	
Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha Tokio Ltda.	AR Monteiro & Cia Ltda.	
Vitor Pedron & Irmãos Ltda.	Sícua Máquinas Ltda.	
Orlando Schiavon & Cia Ltda.	BG Cerâmica Ltda.	
Placas do Paraná Ltda.	Pedro Jorge & Cia. Ltda.	
Industrial Trator Paraná Ltda.	C. Zawadzki & Cia. Ltda.	
Brasifrio S.A.	INDOPASA – Indústria de Óleos Paranaíba S.A.	
Indústria e Comércio de Bebidas Vic-Bran Ltda.	INCONTREL – Indústria e Comércio Trevo Ltda.	

Anexo C: Financiamentos Realizados pela CODEPAR em 1965.

Fonte: adaptação do autor, com base em CODEPAR, 1966.

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1966		
Refrigeração Paraná S.A.	Companhia Sudoeste de Frigoríficos S.A.	Madeira Nacional S.A.
Indústria de Óleos Andirá S.A.	Companhia Sudoeste de Frigoríficos S.A. (aditamento)	Madeira Nacional S.A. (aditamento)
Titan S.A.	Companhia Sudoeste de Frigoríficos S.A. (aditamento II)	Madeira Nacional S.A. (aditamento II)
Frigorífico de Jacarezinho S.A.	Indústria Malharia Curitiba S.A.	Madeira Nacional S.A. (aditamento III)
CURIPEL S.A. – Indústria de Artefatos de Papel	Produtos agrícolas Uraí S.A.	Frigorífico Argus Ltda.
Frigorífico Clevelandense S.A.	Companhia São Patrício – Fábrica de Tecidos de Linho	Frigorífico Medianeira S.A.
Industrial Buriti Ltda.	Cooperativa dos Lavradores e Pescadores do Litoral Paranaense – COPLAC	Mueller Irmãos Ltda.
Porcelana & Steatita S.A.	Indústria e Comércio de Óleos Maringá S.A.	Mueller Irmãos Ltda. (aditamento)
Óleos Essenciais do Paraná S.A.	Codega & Cia. Ltda.	Mueller irmãos Ltda. (aditamento II)
Moveis Cimo S.A.	PASTAMEC S.A. – Indústria, Comércio e Agropecuária	Siderúrgica Guaíra S.A.
Nilo Gasparetto & Cia.	Indústria & Comércio Cimar Ltda.	Siderúrgica Guaíra S.A.
Metalgrafica Merhy S.A.	Albano Boutin & Cia. Ltda.	Frigorífico Paranaense S.A.
Metalgrafica Merhy S.A. (aditamento)	Frigorífico Pioneiro S.A.	Frigorífico Paranaense S.A. (aditamento)
Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.	Colle S.A. – Cerâmica São Marcos	Frigorífico Paranaense S.A. (aditamento II)
Viúva Gavazzoni & Cia. Ltda.	Agro industrial Parapanema Ltda.	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.
Viúva Gavazzoni & Cia. Ltda. (aditamento)	Metalúrgica Schiffer S.A.	Engra Ltda. – Indústria e Comércio
Avícola Tingui Ltda. – Indústria e Comércio	Metalúrgica Schiffer S.A. (aditamento)	Raul Antonio Dubois
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A.	Metalúrgica Eletro-Dínamo S.A.	Companhia de Celulose e Papel do Paraná S.A.
Carlos Kampmann – Importação e Exportação	Sociedade Industrial de Madeiras S.A.	Companhia de Celulose e Papel do Paraná S.A. (aditamento)
Scuissatt, Brasso & Cia. Ltda.	Sociedade Industrial de Madeiras S.A. (aditamento)	Produtos Elétricos Paraná Ltda.

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1966 - (continuação)		
Bracerda S.A. – Indústria, Comércio e Exportação de Cerdas	Móveis Vogue Ltda. – Indústria e Comércio	PASA - Papelão Apucarantina S.A. (aditamento)
Zacarelli & Zacarelli Ltda.	Móveis Vogue Ltda. – Indústria e Comércio (aditamento)	Indústria de Produtos Alimentícios Elma Ltda.
Catei S.A. Comércio, Administração, Transporte, Exportação e Indústria	Barão S.A. Indústria e Comércio	Agro Indústria Londrina Ltda. – AGROLON
Refrigeração Paraná S.A.	Barão S.A. Indústria e Comércio (aditamento)	Emílio Romani & Cia. S.A.
Refrigeração Paraná S.A. (aditamento)	Industrial Madeireira Boff Ltda.	Emilio Romani & Cia. S.A.
Metalgráfica Merhy S.A.	Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda.	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.
Metalgráfica Merhy S.A.	Porcelana & Steatita S.A.	Metalurgia Santa Cecília Ltda.
Indústrias Langer Ltda.	Manica e Cia. Ltda.	Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda.
Indústrias Langer Ltda. (aditamento)	Sociedade Paranaense de Alimentação Ltda. – SOPAL	Metalúrgica Eletro-Dínamo S.A.
Fecularia Atlântica Ltda.	Fundição Metal Aço Ltda.	PASMATEC S.A. – Indústria, Comércio e Agropecuária
Indústria de Transformadores Carvalho S.A.	Fábrica Dowal S.A.	STAMP - Estampados metais do Paraná S.A.
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A.	Fábrica Dowal S.A. (aditamento)	STAMP - Estampados metais do Paraná S.A. (aditamento)
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A. (aditamento)	Açúcar e Alcool Bandeirantes S.A.	STAMP - Estampados metais do Paraná S.A. (aditamento II)
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A. (aditamento II)	Malharia Oddone S.A.	CALFRIBRA - Calcários Finos do Brasil S.A.
Cerâmica Guarany Ltda.	S.A. Londrina Industrial	CALFRIBRA - Calcários Finos do Brasil S.A. (aditamento)
Scuissiatto, Brasso & Cia. Ltda.	S.A. Londrina Industrial (aditamento)	Socil Pró agropecuária S.A.
Tintas Werneck S.A. Indústria e Comércio	S.A. Londrina Industrial (aditamento II)	Socil Pró agropecuária S.A. (aditamento)
Indústria e Comércio de Óleos de Maringá S.A.	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.	Alcides Lewandowski & Cia. Ltda.
Frigorífico Luso Brasileiro Central Ltda.	Artefatos de Borracha Record Ltda.	Empresa de Pesca Oceania Ltda.
Frigorífico Luso Brasileiro Central Ltda. (aditamento)	PASA - Papelão Apucarantina S.A.	Empresa de Pesca Oceania Ltda.

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1966 - (continuação)		
Impressora Helvética Ltda.	Indústria e Comércio Jorge Weigert S.A. (aditamento II)	Industrial Santa Terezinha Ltda.
Cooperativa Agrícola de Londrina	Companhia Norpa Industrial	Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha Tokio Ltda.
Cooperativa Agrícola de Londrina (aditamento)	Companhia Norpa Industrial (aditamento)	Vitor Pedron & Irmãos Ltda.
Indústria Madeireira Cedrela S.A.	Companhia Norpa Industrial (aditamento II)	Orlando Schiavon & Cia. Ltda.
Indústria de Óleos Andirá S.A.	Barbosa & Filhos Ltda.	Placas do Paraná Ltda.
Indústria de Óleos Andirá S.A. (aditamento)	Fecularia Sandri Ltda.	Placas do Paraná Ltda. (aditamento)
Indústria de Óleos Andirá S.A. (aditamento II)	Fecularia Sandri Ltda. (aditamento)	Industrial Trator Paraná Ltda.
Motores WB Ltda.	Fecularia Sandri Ltda. (aditamento II)	Industrial Trator Paraná Ltda. (aditamento)
Titan S.A. - Indústria e Comércio	Indústria Curitibana de Auto Peças Ltda.	Industrial Trator Paraná Ltda. (aditamento II)
Laboratório Londrifarma S.A.	Indústria Curitibana de Auto Peças Ltda. (aditamento)	Brasifrio S.A.
Laboratório Londrifarma S.A. (aditamento)	Usina Santa Terezinha Ltda.	Indústria e Comércio de Bebidas Vic-Bran Ltda.
Laboratório Londrifarma S.A. (aditamento II)	Companhia Paranaense de Fiação e Tecelagem	Frigorífico Pioneiro S.A.
Artefatos de Metais Bella Vista Ltda.	Companhia Paranaense de Fiação e Tecelagem (aditamento)	Companhia Cacique de Café Solúvel
Técnica Nacional Ltda.	Helio Adaury Olsen	Companhia Cacique de Café Solúvel (aditamento)
INCOM – Indústria de Compensados de Madeira S.A.	Confecções Caiobá Ltda.	Frangolândia Ltda.
Canali & Cia. Ltda.	Indústria Mecânica Ltda. – INDUMEC	Frangolância Ltda. (aditamento)
Cotonifício Paranaense S.A.	S.A. Indústrias Matarazzo do Paraná	Impressora Grafo Ltda.
Cotonifício Paranaense S.A. (aditamento)	Oleolar Ltda.	Calçados Lopes Ltda.
Cotonifício Paranaense S.A. (aditamento II)	Maria de Lourdes Dornelles Franco	Metalgráfica Merhy S.A.
Indústria e Comércio Jorge Weigert S.A.	MONOFIL - Sociedade Industrial de Monofilamentos Ltda.	Metalgráfica Merhy S.A. (aditamento)
Indústria e Comércio Jorge Weigert S.A. (aditamento)	MONOFIL - Sociedade Industrial de Monofilamentos Ltda. (aditamento)	Metalgráfica Merhy S.A. (aditamento II)

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1966 - (continuação)		
Weber Indústria e Comércio Ltda.	INCOTREL – Indústria e Comércio Trevo	Waldemar Reikdal & Filhos (aditamento)
Indústria e Comércio Camargo Roseira Ltda.	Raicosk & Cia.	Plácido Sttefens, Edilberto Ferracini & Cia. Ltda.
Industrial de Laticínios Ltda.	Máquinas Pneumáticas Fortez S.A.	Consêrto Mecânica Industrial Ltda.
Industrial de Laticínios Ltda.	Blokret Paraná Ltda.	Indústria e Comércio de Plásticos Menina Ltda.
Mirtillo Trombini S.A.	Theodoro Felema & filhos Ltda.	Fecularia Desembargador Ltda.
Mirtillo Trombini S.A.	Theodoro Felema & filhos Ltda. (aditamento)	Empresa Gráfica Itiberê Ltda.
Frigorífico Calomeno S.A.	Industrial Papeleira Santa Mônica Ltda.	Indústria de Cal Rio Grande Ltda.
Esquadrias de Ferro e Arte Tarumã Ltda.	Técnica Nacional Ltda.	Moinho Globo Ltda.
Nicola Pelanda	Confecções Cartola Ltda.	Atalípio Martins de Oliveira Ltda.
IMBRA – Engenharia, Indústria e Comércio S.A.	Indústria de Compensados São Luiz Ltda.	Curitex Ltda.
IMBRA – Engenharia, Indústria e Comércio S.A. (aditamento)	Dionísio Striquer & Filhos Ltda.	Indústria e Comércio de Calçados Ibiporã Ltda.
AR Monteiro & Cia.	Indústria Precisa Ltda.	Leão Junior & Cia. S.A.
Sícua Máquinas Ltda.	Passarin Ltda. Indústria, Comércio e Agricultura	Indústria de Móveis de Fórmica ANVER Ltda.
Sícua Máquinas Ltda. (aditamento)	Frigorífico Baggio S.A.	CABOBRASIL – Comércio e Exportação de Madeiras Ltda.
Sícua Máquinas Ltda. (aditamento II)	Empresa Agro Industrial Ortigueira Ltda.	ALBRA S.A. – Indústria e Comércio de Tecidos
BG Cerâmica Ltda.	Sul Brasileira Plásticos Ltda.	Arte Mobiliária S.A.
Pedro Jorge & Cia. Ltda.	Ricardo Quessada & Cia. Ltda.	CODEMA – Compensados de Madeira Ltda.
C. Zawadzki & Cia. Ltda.	Ricardo Quessada & Cia. Ltda. (aditamento)	Produtos Alimentícios Nova Esperança Ltda.
INDOPASA – Indústria de Óleos de Paranaíba S.A.	Curtume Cascavel Indústria e Comércio Ltda.	CELPA S.A. – Indústria e Papel
INDOPASA – Indústria de Óleos de Paranaíba S.A. (aditamento)	Waldemar Reikdal & Filhos	Fecularia Alvorada Ltda.

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1966 - (continuação)

SECOMIL Apucarana Ltda.	Fábrica de Acumuladores Excelsior Ltda.	Carvalho & Cia. Ltda.
SECOMIL Apucarana Ltda. (aditamento)	Bebidas Muller Ltda.	Antonio José Donato & Cia. Ltda.
SECOMIL Califórnia Ltda.	Tubonive Ltda.	Indústria Madeireira Odessa S.A.
SECOMIL Califórnia Ltda. (aditamento)	Courex Ltda.	Granja Alto Paraná S.A.
SECOMIL Ivatuba Ltda.	Laticínios Cruzeiro do Oeste Ltda.	Auto Mecânica São José Ltda.
SECOMIL Ivatuba Ltda. (aditamento)	Indústria de Comércio de Madeiras São Paulo Paraná Ltda.	Cromagem Moderna Ltda.
Cláudio Carnieri & Cia. Ltda.	SECOMIL Campo Mourão Ltda.	Edgar Barbosa Ribas & Cia. Ltda.
Roberto de Oliveira Souza & Cia. Ltda.	Cooperativa de Laticínios Coroados Ltda.	Rôlandia Indústria, Comércio e Agricultura S.A.
Frigorífico Santo Antonio S.A.	Fábrica de Artefatos Plásticos Ivaí Ltda.	Olaria São Judas Tadeu Ltda.
Organização Douglas S.A.	Telmo Roos & Cia. Ltda.	Katsuji Takahashi
Industrial Madeireira Boff Ltda.	Granja Eucaliptos Ltda.	Saul Schulman
Agro Industrial Mariluz Ltda.	Indústria de Móveis Valente S.A.	Hiroshi Monma
Industrial Curitiba de Auto Peças Ltda.	Rodrigues S.A. Indústria Têxtil	Shigueru Yamakawa
Agro Industrial Mariluz Ltda. (aditamento)	Luiz Piazza Indústria e Comércio Ltda.	Recapadora Margotti Ltda.
Giuseppe Falvo & Cia.	Sebastião Marangoni & Cia. Ltda.	Cerealista Agrícola Kowalski S.A.
Indústria de Vinagre Abragão Ltda.	Pampa Pesca Produtos Preparados Ltda.	Yoshiatsu Suzuki
Indústria de Pianos Schneider S.A.	Óleos Vegetais Apucarana Ltda.	Kazuhiro Ishioka
Trafo Equipamentos Elétricos Ltda.	ISAPAR - Indústria Saboeira Paranavaí Ltda.	Sociedade Civil Empresa Colonizadora Santa Maria
Casa de Frios Ltda.	Indústrias Reunidas Jardim Alegre Ltda.	Basilio Daciuk & Cia. Ltda.
Mecânica Industrial Brepohl Ltda.	Viúva Gavazzoni & Cia. Ltda.	Ponaparto Sagae
CHEMA - Indústria e Comércio Ltda.	Gráfica Vicentina Ltda.	Técnica Nacional Ltda.

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1966 - (continuação)
Indústria Liza-Lene Ltda.
Instituto Biológico de Arapongas Ltda.
Indústria de Malas Curitiba Ltda.
Favoretto, Nascimento & Cia. Ltda.
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A.
Comércio e Indústria Cachoeira Ltda.
Ceconello & Albuquerque Ltda.
VIBROPRESS Ltda. – Artefatos de Cimento
Retífica Motorama Ltda.
FERROPAR S.A. – Fundição de Ferro e Ligas Especiais
Baggio & Cia.
Indústria de Pianos Schneider S.A.
Indústria de Pianos Schneider S.A.
Máquinas Pneumáticas Fortez S.A.

Anexo C: Financiamentos Realizados pela CODEPAR em 1966

Fonte: adaptação do autor, com base em CODEPAR, 1967.

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1967		
Refrigeração Paraná S.A.	Carlos Kampmann & Cia. Ltda.	Metalúrgica Schiffer S.A.
Indústria de Óleos Andirá S.A.	Scuissato, Bassoi & Cia. Ltda.	Metalúrgica Eletro-Dínamo S.A.
IGASA S.A. – Importação e Comércio	Paranamentol S.A.	Sociedade Industrial de Madeiras S.A.
Frigorífico Jacarezinho S.A.	Companhia Sudoeste de Frigoríficos	Sociedade Industrial de Madeiras S.A. (aditamento)
PIP – Porcelana Industrial do Paraná S.A.	Companhia Sudoeste de Frigoríficos (aditamento)	Madeira Nacional S.A.
CURIPEL S.A. – Indústria de Artefatos de Papel	Companhia Sudoeste de Frigoríficos (aditamento II)	Madeira Nacional S.A. (aditamento)
Frigorífico Clevelandense S.A.	Indústrias Carbonitron Ltda.	Madeira Nacional S.A. (aditamento II)
Industrial Buriti Ltda.	Indústrias Malharia Curitiba S.A.	Frigorífico Argus Ltda.
Porcelana e Steatita S.A.	Produtora de Madeira Irati Ltda.	Frigorífico Medianeira S.A.
S.A. Curtume Curitiba	Produtos Agrícolas Uraí S.A.	Muller e Irmãos Ltda.
Indústria de Pasta e Papelão Jorge Chami Ltda.	Companhia São Patrício – Fábrica de Tecidos de Linho	Muller e Irmãos Ltda. (aditamento)
Óleos Essenciais do Paraná S.A.	Cooperativa dos Pescadores e Lavradores do Litoral Paranaense – COPLAC	Muller e Irmãos Ltda. (aditamento II)
Móveis Cimo S.A.	Indústria e Comércio de Óleos Maringá – ICOMASA	Indústria de Móveis Guelmann do Paraná S.A.
Nilo Gasparetto S.A.	Codega & Cia. Ltda.	Siderúrgica Guaíra S.A.
Técnica Nacional Ltda.	Pasmatec S.A.	Siderúrgica Guaíra S.A. (aditamento)
Metalgráfica Merhy S.A.	Indústria e Comércio Cimar Ltda.	Siderúrgica Guaíra S.A. (aditamento II)
Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.	Albano Boutin & Cia. Ltda.	Siderúrgica Guaíra S.A. (aditamento III)
Viúva Gavazzoni & Cia. Ltda.	Frigorífico Pioneiro S.A.	CTP Siderúrgica Guaíra S.A.
Avícola Tingui – Indústria e Comércio	Colle S.A. – Cerâmica São Marcos	Frigorífico Paranaense S.A.
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A.	Agro Industrial Paranapanema Ltda.	Frigorífico Paranaense S.A. (aditamento)

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1967 - (continuação)		
Frigorífico Paranaense S.A. (aditamento II)	Engrenauto Comercial e Importação Ltda.	Celulose e Papel Santo Agostinho S.A. (aditamento II)
Frigorífico Paranaense S.A. (aditamento III)	Esmeralda - Companhia de Armazéns Gerais	Cerâmica Guarany Ltda.
Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.	Irmão Schiffer Ltda.	Scuissiato, Bassoi & Cia. Ltda.
ENGRA Ltda. Indústria e Comércio	Leão Junior & Cia. S.A.	Tintas Werneck S.A. – Indústria e Comércio
Raul Antobio Dubois	Metalúrgica Eletro-Dínamo S.A.	Indústria e Comércio de Óleos Maringá – ICOMASA
COCELPA – Companhia de Celulose e Papel do Paraná	PIP – Porcelana Industrial do Paraná Ltda.	Frigorífico Luso Brasileiro Central Ltda.
COCELPA – Companhia de Celulose e Papel do Paraná (aditamento)	Refrigeração Paraná S.A.	Frigorífico Luso Brasileiro Central Ltda. (aditamento)
Produtos Elétricos Paraná Ltda.	Companhia Maracaju - Comércio, Indústria e Agricultura	Móveis Vogue Ltda.
BRACERDA – Indústria, Comércio e Exportação de Cerdas	Refrigeração Paraná S.A.	Móveis Vogue Ltda. (aditamento)
Zacarelli & Zacarelli Ltda.	Refrigeração Paraná S.A. (aditamento)	Barão S.A. – Indústria e Comércio
João Evaristo Trevisan & Cia. Ltda.	Metalgráfica Merhy S.A.	ESTIL S.A. – Móveis e Decoração
Indústria de Móveis Guelmann do Paraná S.A.	Metalgráfica Merhy S.A. (aditamento)	CICAN S.A. Comércio, Indústria de Const. e Art. Madeiras
Muller & Irmãos Ltda.	Metalgráfica Merhy S.A. (aditamento II)	Cooperativa Central de Lar do Paraná Ltda.
Indústrias Langer Ltda.	Indústrias Langer Ltda.	Porcelana e Steatita S.A.
IRPASA S.A.	Indústrias Langer Ltda.	Manica & Cia. Ltda.
Prosdócimo S.A. – Importação e Comércio	Fecularia Atlântica Ltda.	SOPAL – Sociedade Paranaense de Alimentação Ltda.
CATEI S.A. – Comércio, Administração, Transporte, Exportação e Indústria	IRPASA S.A.	Fundição Paraná S.A. – Indústria e Comércio
Casa dos Freios Ltda.	Indústria de Transformadores Carvalho S.A.	Fábrica dowl S.A.
Eletropeças Ltda.	Celulose e Papel Santo Agostinho S.A.	Açúcar e Álcool Bandeirantes S.A.
ENGRA Ltda. Indústria e Comércio	Celulose e Papel Santo Agostinho S.A. (aditamento)	Malharia Oddone S.A.

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1967 - (continuação)		
S.A. Londrina Indústria, Comércio e Representações Sali	CALFIBRA - Calcários Finos do Brasil	Londrifarma Ostam Indústria Farmacêuticas S.A. (aditamento II)
S.A. Londrina Indústria, Comércio e Representações Sali (aditamento)	CALFIBRA - Calcários Finos do Brasil (aditamento)	Londrifarma Ostam Indústria Farmacêuticas S.A. (aditamento III)
S.A. Londrina Indústria, Comércio e Representações Sali (aditamento II)	Adubo Paraná S.A.	Londrifarma Ostam Indústria Farmacêuticas S.A. (aditamento IV)
Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.	Socil Pró-Agropecuária S.A. – Indústria e Comércio de Forragens	Fábrica de Artefatos de Metais Bella Vista Ltda.
Artefatos de Borracha Record S.A.	Socil Pró-Agropecuária S.A. – Indústria e Comércio de Forragens (aditamento)	Indústria Móveis Guelmann do Paraná S.A.
Papelão Apucarantina S.A. – PASA	Socil Pró-Agropecuária S.A. – Indústria e Comércio de Forragens (aditamento II)	Companhia Maracaju – Comércio, Indústria e Agricultura
Papelão Apucarantina S.A. – PASA (aditamento)	Alcides Lewandowski & Cia. Ltda.	Técnica Nacional Ltda.
Cerealista Agrícola Kowalski S.A.	Empresa de Pesca Oceania Ltda.	Indústria de Compensados e Madeira Ltda.
Indústria de Produtos Alimentícios Elma Ltda.	Empresa de Pesca Oceania Ltda. (aditamento)	Canali & Cia. Ltda.
Agro-Industrias Londrina Ltda.	Empresa de Pesca Oceania Ltda. (aditamento II)	Cotonifício Paranaense S.A.
Emilio Romani & Cia. S.A.	Impressora Helvética Ltda.	Cotonifício Paranaense S.A. (aditamento)
Emilio Romani & Cia. S.A. (aditamento)	Cooperativa Agropecuária de Londrina Ltda.	Cotonifício Paranaense S.A. (aditamento II)
Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.	Industrial Madeireira Cedrella S.A.	Cotonifício Paranaense S.A. (aditamento III)
Metalúrgica Santa Cecília Ltda.	Indústria de Óleos Andirá S.A.	Indústria e Comércio Jorge Weigert S.A.
Cooperativa Mista Agro-Pecuária Witmarsun Ltda.	Indústria de Óleos Andirá S.A. (aditamento)	Indústria e Comércio Jorge Weigert S.A. (aditamento)
Metalúrgica Eletro-Dínamo S.A.	Indústria de Óleos Andirá S.A. (aditamento II)	Indústria e Comércio Jorge Weigert S.A. (aditamento II)
PASMATEC S.A. – Indústria, Comércio e Agropecuária	Motores WB Ltda.	Companhia Norpa Industrial
STAMP – Estampados Metais do Paraná S.A.	IGASA S.A. – Importação e Comércio	Companhia Norpa Industrial (aditamento)
STAMP – Estampados Metais do Paraná S.A. (aditamento)	Londrifarma Ostam Indústria Farmacêuticas S.A.	Companhia Norpa Industrial (aditamento II)
STAMP – Estampados Metais do Paraná S.A. (aditamento II)	Londrifarma Ostam Indústria Farmacêuticas S.A. (aditamento)	Companhia Norpa Industrial (aditamento III)

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1967 - (continuação)		
A. Parolin & Cia. Ltda.	MONOFIL – Sociedade Industrial de Monofilamentos Ltda.	Frangolância Ltda. (aditamento)
Barbosa & Filhos Ltda.	MONOFIL – Sociedade Industrial de Monofilamentos Ltda. (aditamento)	Frangolância Ltda. (aditamento II)
Fecularia Sandri Ltda.	MONOFIL – Sociedade Industrial de Monofilamentos Ltda. (aditamento II)	Impressora Grafo Ltda.
Fecularia Sandri Ltda. (aditamento)	Industrial Santa Terezinha Ltda.	Impressora Grafo Ltda.
Fecularia Sandri Ltda. (aditamento II)	Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha Tokio Ltda.	Fábrica de Calçados Genuínos Ltda.
Indústria Curitibana de Auto Peças Ltda.	Vitor Pedron & Irmãos Ltda.	Metalgráfica Merhy S.A.
Indústria Curitibana de Auto Peças Ltda. (aditamento)	Orlando Schiavon & Cia. Ltda.	Metalgráfica Merhy S.A. (aditamento)
Usina Santa Terezinha Ltda.	Placas do Paraná Ltda.	Metalgráfica Merhy S.A. (aditamento II)
Usina Santa Terezinha Ltda. (aditamento)	Placas do Paraná Ltda. (aditamento)	Weber Indústria e Comércio Ltda.
Companhia Paranaense de Fiação e Tecelagem	Industrial Trator Paraná Ltda.	Indústria e Comércio Camargo Roseira Ltda.
Companhia Paranaense de Fiação e Tecelagem (aditamento)	Industrial Trator Paraná Ltda. (aditamento)	Industrial de Laticínios Ltda.
Companhia Paranaense de Fiação e Tecelagem (aditamento II)	Industrial Trator Paraná Ltda. (aditamento II)	Industrial de Laticínios Ltda. (aditamento)
Helio Daury Olsen & Cia. Ltda.	Brasifrio S.A.	Industrial de Laticínios Ltda. (aditamento II)
Confecções Caiobá Ltda.	Indústria e Comércio de Bebidas Vic-Bran Ltda.	Mirtillo Trombini S.A. – Comércio, Representação e Importação
Indústria Mecânica Ltda. – INDUMEC	Frigorífico Pioneiro S.A.	Mirtillo Trombini S.A. – Comércio, Representação e Importação (aditamento)
S.A. Indústria Matarazzo do Paraná	Frigorífico Pioneiro S.A. (aditamento)	Frigorífico Calomeno S.A.
S.A. Indústria Matarazzo do Paraná (aditamento)	Frigorífico Pioneiro S.A. (aditamento II)	Esquadrias de Ferro e Arte Tarumã Ltda.
Oleolar Ltda.	Companhia Cacique de Café Solúvel	Nicola Pelanda
Oleolar Ltda. (aditamento)	Companhia Cacique de Café Solúvel	IMBRA – Engenharia, Indústria e Comércio S.A.
Maria de Lourdes Dorneles Franco	Frangolância Ltda.	IMBRA – Engenharia, Indústria e Comércio S.A. (aditamento)

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1967 - (continuação)		
AR Monteiro & Cia.	Técnica Nacional Ltda.	Moinho Globo Ltda. – Indústria e Comércio
Sícua Máquinas Ltda.	Confecções Cartola Ltda.	Atalípio Martins de Oliveira Ltda.
Sícua Máquinas Ltda. (aditamento)	Indústria de Compensados São Luiz Ltda.	Curitex Ltda.
Sícua Máquinas Ltda. (aditamento)	Dionisio Striquer & Filhos Ltda.	Curitex Ltda. (aditamento)
BG Cerâmica Ltda.	Indústria Precisa Ltda.	Indústria e Comércio de Calçados Ibioporã Ltda.
Pedro Jorge & Cia. Ltda.	Passarin Ltda. – Indústria, Comércio e Agricultura	Leão Junior & Cia. S.A.
C. Zawadski & Cia. Ltda.	Frigorífico Baggio S.A.	Indústria de Móveis de Fórmica ANVER Ltda.
INDOPASA - Indústria de Óleos Paranaíba S.A.	Empresa Agro-Industrial Ortigueira Ltda.	Cabobrasil Comércio, Exportação de Madeiras Ltda.
INDOPASA - Indústria de Óleos Paranaíba S.A. (aditamento)	Ricardo Quessada & Cia. Ltda. – Indústria e Comércio	ALBRA S.A. – Indústria e Comércio de Tecidos
INDOPASA - Indústria de Óleos Paranaíba S.A. (aditamento II)	Ricardo Quessada & Cia. Ltda. – Indústria e Comércio (aditamento)	Arte Mobiliária S.A.
Indústria e Comércio Trevo Ltda. - INCONTREL	Curtume Cascavel Indústria e Comércio Ltda.	CODEMA - Compensados de Madeira Ltda.
Raicoski & Cia.	Waldemar Reikdal & Filhos	Produtos Alimentícios Nova Esperança Ltda.
Máquinas Pneumáticas Fortez S.A. – Indústria e Comércio	Waldemar Reikdal & Filhos (aditamento)	CELPA S.A. – Indústria de Papel
Máquinas Pneumáticas Fortez S.A. – Indústria e Comércio (aditamento)	Waldemar Reikdal & Filhos (aditamento II)	CELPA S.A. – Indústria de Papel (aditamento)
Blokret Paraná Ltda. – Pavimentação, Engenharia e Comércio	Plácido Steffens, Edilberto Ferracini & Cia. Ltda.	Fecularia Alvorada Ltda.
Blokret Paraná Ltda. – Pavimentação, Engenharia e Comércio (aditamento)	Consêrto Mecânica Industrial Ltda.	SECOMIL Apucarana Ltda. – Padron. de Cereais
Theodoro Felena & filho Ltda.	Indústria e Comércio de Plásticos Menina Ltda.	SECOMIL Apucarana Ltda. – Padron. de Cereais (aditamento)
Indústria Papeleira Santa Mônica Ltda.	Fecularia Desembargador Ltda.	SECOMIL Califórnia Ltda. - Padron. de Cereais
Indústria Papeleira Santa Mônica Ltda. (aditamento)	Empresa Gráfica Itiberê Ltda.	SECOMIL Califórnia Ltda. - Padron. de Cereais (aditamento)
Indústria Papeleira Santa Mônica Ltda. (aditamento II)	Indústria de Cal Rio Grande Ltda.	SECOMIL Ivatuba Ltda. – Padron. de Cereais

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1967 - (continuação)		
SECOMIL Ivatuba Ltda. – Padron. de Cereais (aditamento)	Chema Indústria e Comércio Ltda.	IRJAL – Indústrias Reunidas Jardim Alegre Ltda.
Cláudio Carnieri & Cia. Ltda.	Fábrica de Acumuladores Excelsior Ltda.	Viúva Gavazzoni & Cia. Ltda.
Roberto de Oliveira Souza & Cia. Ltda.	Bebidas Muller Ltda.	Gráfica Vicentina Ltda.
Frigorífico Santo Antonio S.A.	Tubonive Ltda. – Engenharia e Comércio	Carvalho & Cia. Ltda.
Organização Douglas S.A.	Courex Ltda.	Antonio José Dotanto & Cia. Ltda.
CICAN S.A. Comércio, Indústria de Const. e Art. Madeiras	Laticínios Cruzeiro do Oeste Ltda.	Indústria Madeireira Odessa S.A.
CICAN S.A. Comércio, Indústria de Const. e Art. Madeiras (aditamento)	Laticínios Cruzeiro do Oeste Ltda. (aditamento)	Granja Alto Paraná Ltda.
Indústria Curitibana de Auto Peças Ltda.	Indústria e Comércio de Madeiras São Paulo Paraná Ltda.	Cromagem Moderna Ltda.
Agro Industrial Mariluz Ltda.	SECOMIL Campo Mourão - Padr. de Cereais	Edgar Barbosa Ribas & Cia. Ltda.
Agro Industrial Mariluz Ltda. (aditamento)	Cooperativa de Laticínios Coroados Ltda.	Rolândia Indústria, Comércio e Agricultura S.A.
Giuseppe Falvo & Cia.	Fábrica de Artefatos Plásticos Ivaí Ltda.	Olaria São Judas Tadeu Ltda.
Giuseppe Falvo & Cia. (aditamento)	Telmo Roos & Cia. Ltda.	Katsuji Takahashi
Indústria de Vinagre Abragão Ltda.	Granja Eucaliptos Ltda.	Saul Schulmann
Indústria de Vinagre Abragão Ltda. (aditamento)	Indústria de Móveis Valente S.A.	Saul Schulmann (aditamento)
Indústria de Piano Schneider S.A.	Rodrigues S.A. Indústria Têxtil	Hiroshi Monna
Indústria de Piano Schneider S.A. (aditamento)	Luiz Piassa Indústria e Comércio Ltda.	Shigueru Yamakawa
TRAFO Equipamentos Elétricos Ltda.	Sebastião Marangoni & Cia. Ltda.	Recapadora Margotti Ltda.
TRAFO Equipamentos Elétricos Ltda. (aditamento)	Pampa Pesca – Produtos Preparados Ltda.	Sul Rações Ltda.
Casa de Frios Ltda.	Oval – Óleos Vegetais Apucarana Ltda.	Josué Rodrigues
Mecânica Industrial Brephol Ltda.	ISAPAR – Indústria Saboeira Paranaíba Ltda.	Garibald Gasparim & Cia. Ltda.

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1967 - (continuação)		
Cerealista Agrícola Kowalski S.A.	Indústrias Reunidas Emílio Maluceli S.A.	Adão Szczepkowski & Cia. Ltda.
Yoshita Suzuki	Elias J. Cury Indústrias e Comércio S.A.	José Antonio Queiroz
Kazuiko Ishioka	Industrial Madeireira Pedron Ltda.	Roberto de Oliveira Souza & Cia. Ltda.
Sociedade Civil Empresa Colonizadora Santa Maria	SERMAQ – Serv. Equip. de Máquinas Ltda.	MATECO – Materiais Construção Indústria e Comércio
Basílio Daciul & Cia. Ltda.	Giclosi Ltda. Indústrias de Plásticos	Irmãos Skraba & Cia. Ltda.
Ponaparto Sagae	Joaquim Maximiano da Silva	Artidor A. Cogo & Cia. Ltda.
Técnica Nacional Ltda.	CODAI – Companhia de Desenvolvimento Agro-Industrial	Artidor A. Cogo & Cia. Ltda. (aditamento)
Técnica Nacional Ltda. (aditamento)	Madeireira de Pieri Ltda.	Artidor A. Cogo & Cia. Ltda. (aditamento II)
Indústria Liza-Lene Ltda.	CIFAL - Comércio e Importação de Ferros e Aço Ltda.	Moinho Corbélia Ltda.
Instituto Biológico de Arapongas Ltda.	BG Cerâmica Ltda.	Pinho Past. Ltda.
Indústria de Malas Curitiba Ltda.	Indústria de Óleos Sudoeste S.A. – IOSSA	Shwarz & Cia.
Favoretto Nascimento & Cia. Ltda.	Granja Jatobá Ltda.	Indústria e Comércio Óleos Vegetais Santa Mariana Ltda.
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A.	Refinaria Paraná Ltda. – Lubrificantes	Indústria e Comércio Óleos Vegetais Santa Mariana Ltda. (aditamento)
Comércio e Indústria Cachoeira Ltda.	Refinaria Paraná Ltda. – Lubrificantes (aditamento)	Eletro Mecânica Brasa Ltda.
Ceconello & Albuquerque Ltda.	brasholandia Ltda.	Kingraf Ltda.
VIBROPRESS Ltda. - Artefatos de Cimento	Aurélio Alves de Moraes & Cia. Ltda.	Auto Elétrica de Pauli Ltda.
Retífica Motorama Ltda.	Aurélio Alves de Moraes & Cia. Ltda. (aditamento)	Gervásio, Gervásio & Cia.
Ferropar S.A. – Fundição de Ferro e Ligas Especiais	Retífica Braspol Ltda.	Laminação Eletrolítica de Cobre Ltda.
Ferropar S.A. – Fundição de Ferro e Ligas Especiais (aditamento)	Madeireira Brasilândia Ltda.	Gávea Indústria e Comércio S.A.
Baggio & Cia.	ECAPEL - Empresa Colonizadora Agro-Pecuária Ltda.	Produtos Alimentícios Famil Ltda.

Financiamentos Privados Realizados pela CODEPAR em 1967 - (continuação)		
Exportadora de Madeiras Atlântica Ltda.	Ivano Peruzzo	SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nord. Brasileiro S.A.
ECIBRA – Equipamentos Científicos do Brasil S.A.	Conega Pedro Plonka	Gustavo Ribas
Dinatron Indústrias Químicas Ltda.	Otto Koch	Condutores Elétricos Paraná Ltda. – CONDUPAR
Dinatron Indústrias Químicas Ltda. (aditamento)	João Moreschi & Cia. Ltda.	INCOPAR S.A. – Importação, Exportação e Indústria de Óleos
Milpar – Milho do Paraná Sociedade Limitada	Floriano Schuersowski & Cia.	Postes Paraná Ltda.
Milpar – Milho do Paraná Sociedade Limitada (aditamento)	Derivados de Cimento Pato Branco Ltda.	Irmãos Longo & Eterno Ltda.
Recapadora Matheus Ltda.	Massas Alimentícias Pai & Filho Ltda.	Indústrias Reunidas Cristo Rei Ltda.
Mel Glaci Soldi	A. Parolin & Cia. Ltda.	Artefatos de Borracha Record S.A.
Fábrica de Produtos de Mandioca Argo Paraná Ltda.	Artidor A. Cogo & Cia. Ltda. (aditamento II)	Indústria Comércio e Artefatos Plásticos do Paraná Ltda.
Irmãos Assunção S.A. – Indústria e Comércio Peças Automóveis	Planenco Planejamento, Engenharia e Construções	Neira Rossi & Cia. Ltda.
Indústria Metalúrgica Paranaense S.A.	Comércio Indústria Rondonense de Óleos S.A. – CIROSA	Curtume Cascavel Indústria e Comércio Ltda.
Costa & Cia. Ltda.	COCELPA S.A. – Companhia de Celulose e Papel do Paraná	Orpheu de Magalhães
Lacir Sgarbielo e Irmãos Ltda.	Móveis Holbra S.A.	Abílio Chue & Cia. Ltda.
Frigorífico e Açougues Modelo Ltda.	Comércio e Indústria Fujiwara e Takeuchi S.A.	Produtos Elétricos Paraná Ltda.
SOCEPAR - Sociedade Cerealista e Exportadora Prod. Paranaenses	Granja Santa Mariana Ltda.	Itafiler Ltda. – Calcários do Paraná
Perazza Porto & Cia. Ltda.	Sebastião Marangoni & Cia. Ltda.	Centralmix Fornecedora de Concreto Ltda.
Coelho Barros & Cia.	CODAI – Companhia de Desenvolvimento Agro-Industrial	Indústria de Fécula Cia. Lorenz
Protásio de Carvalho Rodrigues	Retífica Pato Branco Ltda.	Vulcan Material Plástico S.A.
GRAFIPAR – Gráfica Editora Paraná Cultural Ltda.	Imprimax Ltda.	Indústria de Piano Schneider S.A.
Cerealista Tamandaré Ltda.	Industrial Laticínios Ltda.	Vila Velha Indústria de Óleos Vegetais Ltda.

Anexo C: Financiamentos realizados pela CODEPAR em 1967

Fonte: adaptação do autor, com base em CODEPAR, 1968.

Financiamentos Destinados ao Setor Privado em Parceria CODEPAR - FINAME em 1967		
Vila Velha Indústria de Óleos Vegetais Ltda.	Iguaçu Ltda. – Construções	Indústrias Todeschini S.A.
Vila Velha Indústria de Óleos Vegetais Ltda.	Transportadora Giotri	Serraria Uirapuru
Paraná Equipamentos S.A.	Waldemar Brasil Dalpasquale	Cher Aguiar & Cia. Ltda.
Indústrias J. Bettega & Cia. S.A.	José Gentil Bianchini Zanatta	Expresso Princesa dos Campos S.A.
Raymundo Lima dos Santos	Osvaldo Ongaro & João Egídio Ongaro	Sinoda Ltda.
Irmãos Maia S.A.	João Winter & filhos Ltda.	AB Nogueira S.A.
Viúva Gavazzoni & Cia. Ltda.	Velloso & Camargo S.A. – Engenharia e Empreendimentos	Maguiar S.A.
AB Nogueira S.A.	Pavimentadora Alpa Ltda.	Central Mix Fornecedores Concretos
Construtora Boa Vista Ltda.	CR Almeida S.A. – Engenharia e Construções	Expresso Princesa dos Campos S.A.
Velloso & Camargo S.A. – Engenharia e Empreendimentos	Expresso Princesa dos Campos S.A.	Antonio de Pauli S.A.
Indústria Langer Ltda. (I. Bonardiman & Cia.)	Indústria Índio Ltda.	Murilo Viana & Cia. Ltda.
Raymundo Ramos Ferreira & Cia. Ltda.	Construtora Bandeirantes de Estrada S.A.	Indústrias Todeschini S.A.
Indústrias Langer Ltda.	Indústrias Wagner S.A.	
Oliveira Hey & Cia. Ltda.	Thoms & Benato	
Velloso & Camargo S.A. – Engenharia e Empreendimentos	Maguiar S.A.	
Francisco Maestrelli	Indústrias Langer Ltda. (I. Vitorino)	
Joaquim Claudino Bastos	Iguaçu Ltda. – Construções	
Diulé Dalcuche	Velloso e Camargo S.A – Engenharia e Empreendimentos	
Oficina Bom Jesus Ltda.	Indústria Madeireira Odessa S.A.	

Anexo C: Financiamentos realizados em Parceria CODEPAR - FINAME em 1967.

Fonte: adaptação do autor, com base em CODEPAR, 1968.